

Huda da Silva Santiago
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
(Organizadoras)

Cartas em Sisal

Estudos Morfossintáticos

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo - SP)

S235c Santiago, Huda da Silva (orgs.).
Cartas em sisal: estudos morfossintáticos
Organizadoras: Huda da Silva Santiago, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Zenaide de
Oliveira Novais Carneiro; Prefácio de Célia Lopes.
1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2023; fígs.; gráfs.; tabs.; quadros;

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5637-668-4.

1. Bahia. 2. Filologia. 3. Língua Portuguesa. 4. Linguística.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadoras.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Filologia. 400
2. Lexicologia. 401.4
3. Linguística. 410
4. Língua portuguesa. 469

Huda da Silva Santiago
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
(Organizadoras)

Cartas em Sisal

Estudos Morfossintáticos



Copyright © 2023 - das organizadoras representantes dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração: Eckel Wayne
Capa: Acesa Design
Revisão: Joana Moreira

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Gláis Sales Cordeiro

(Université de Genève - Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UnB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UnB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

Pontes Editores
Rua Dr. Miguel Penteadó, 1038 - Jd. Chapadão
Campinas - SP - 13070-118
Fone 19 3252.6011
ponteseditores@ponteseditores.com.br
www.ponteseditores.com.br

*Aos/Às estudantes da Graduação e da Pós-Graduação,
nossos grandes parceiros de pesquisa.*



SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
Célia Lopes	
APRESENTAÇÃO	13
AS CARTAS DOS SERTANEJOS BAIANOS: FONTES PARA O ESTUDO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	17
Huda da Silva Santiago	
OS PRONOMES DE 2ª PESSOA	49
Elane Santos e Santos	
O USO DOS PRONOMES POSSESSIVOS <i>TEU</i> E <i>SEU</i>	83
Gutemberg Magalhães Oldack Barbosa	
A SINTAXE DAS RELATIVAS	99
Janaina de Oliveira Costa Mascarenhas	
A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO: ANÁLISE MÓRFICA	129
Lorena Enéas Rosa Santos	
A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO: ANÁLISE SINTAGMÁTICA ...	165
Lorena Enéas Rosa Santos	
A COLOCAÇÃO DOS CLÍTICOS EM SENTENÇAS FINITAS	187
Maiara da Silva Lemos	
A COMBINAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO COM PRONOME POSSESSIVO	217
Rosana Carvalho Brito	
A CONCORDÂNCIA VERBAL COM A TERCEIRA PESSOA DO PLURAL.....	253
Rosana Carvalho Brito	
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda	
Silvana Silva de Farias de Araujo	

ELEMENTOS PARA UMA DESCRIÇÃO DA VOZ PASSIVA	277
Victória da Silva Santana Araújo	
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda	
ASPECTOS DE INABILIDADE NA REPRESENTAÇÃO ESCRITA DE FATOS MOR- FOSSINTÁTICOS: A MARCAÇÃO DE PLURAL NO SINTAGMA NOMINAL ...	293
Huda da Silva Santiago	
Afrânio Gonçalves Barbosa	
SOBRE OS AUTORES	327

PREFÁCIO

Os pesquisadores em História da Língua enfrentam muitos desafios para garantir cientificidade e qualidade na sua área de pesquisa, dada a dificuldade de reconstruir o passado a partir das fontes escritas esparsas e lacunares que sobreviveram ao acaso. É um obstáculo, uma pedra enorme, que pouco a pouco tem sido britada com cinzel e martelo pelos arqueólogos da língua que insistem em resgatar o nosso passado sociolinguístico.

Nos últimos 25 anos, por exemplo, equipes do *Projeto Nacional Para a História do Português Brasileiro (PHPB)* têm vasculhado os arquivos e bibliotecas em busca de textos remanescentes que mais facilmente deixem transparecer traços de oralidade como é o caso das cartas pessoais, entre outros escritos produzidos do Brasil-Colônia em diante. Nessas instituições, entretanto, a documentação predominante foi produzida pelas figuras ilustres do nosso passado, por uma elite de políticos, por intelectuais, por poetas, entre outras personalidades, que representam uma parcela ínfima da nossa sócio-história. Esses personagens letrados adotavam uma norma de uso mais europeia do que propriamente brasileira, o que dificulta a apreensão das variedades populares da nossa língua. Para solucionar esse obstáculo – essa pedra no meio do caminho – têm-se investido, mais recentemente, na recolha de produções representativas de uma *história da língua a partir ‘de baixo’* nos termos de Elspass (2012, p. 156), ou seja, nos documentos das classes menos abastadas socialmente que são raros nos nossos acervos públicos.

Outro desafio que se impõe aos aventureiros do nosso passado linguístico é o resgate dos dados biográficos de autores desconhecidos. Barbosa (2017), Santiago (2012; 2019), Silva (2012) e Cardoso (2020), seguindo uma linha investigativa semelhante, têm conseguido tirar leite de pedra com a tipificação de *mãos-hábeis* e *inábeis* a partir de métodos alternativos que capturam o perfil social dos escreventes com base nas características do próprio material.

Agora, felizmente, chega a nossas mãos o livro *Cartas em sisal: estudos morfossintáticos*, de Huda Santiago, Mariana Lacerda e Zenaide Carneiro, que remove mais um obstáculo e ajuda a resolver os dilemas dos pesquisadores da história do português popular do Brasil. Como baianas arretadas que são, as organizadoras trazem um conjunto de 11 estudos morfossintáticos feitos a partir de uma amostra incrível de cartas populares de sertanejos da zona rural de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu, no semiárido baiano: a região do sisal.

Cartas em Sisal traz à luz a história do português de trabalhadores-lavradores com baixa escolarização que vivem distante dos grandes centros urbanos. O livro analisa distintos aspectos morfossintáticos em cartas de sertanejos oriundos na região *Sisaleira* da Bahia. As 131 cartas foram escritas ao longo do século XX, principalmente entre os anos de 1950 e 1970, em uma zona rural rica em sisal: aquela fibra vegetal resistente e dura que sobrevive à aridez e ao sol escaldante do sertão nordestino.

A obra *Cartas em Sisal* dá representatividade ao português popular dos sertanejos e sertanejas que se fixam na terra e os que migram em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

O primeiro capítulo de Huda da Silva Santiago, *As cartas dos sertanejos baianos: fontes para o estudo do português brasileiro*, inaugura a obra com informações preciosas sobre o acervo das cartas, os redatores, os destinatários, o tempo e o espaço de produção das fontes que serviram de base para as análises que seguem nos demais estudos.

O estudo de Elane Santos e Santos, *Os pronomes de 2ª pessoa*, descreve como os redatores se tratam nessas cartas dos sertanejos baianos. A autora faz uma análise sociolinguística quantitativa e observa um sistema tratamental bastante resistente com *vosmicê, o senhor e você*.

Ainda na descrição do quadro pronominal, Gutemberg Magalhães Oldack Barbosa mostra que na variação entre os pronomes possessivos *teu e seu*, as cartas revelam maior presença de *seu* acompanhando o uso majoritário de *você* nas cartas.

Janaina de Oliveira Costa Mascarenhas dá um panorama geral da sintaxe das relativas, porque não identificou um número expressivo de estratégias de relativização do tipo padrão e não padrão (cortadora) nas cartas dos inábeis. A autora descreve as restritivas e apositivas, além de elencar os diferentes marcadores relativos e as funções sintáticas predominantes.

Nos dois estudos da concordância nominal de número (análise mórfica e sintagmática), Lorena Enéas Rosa Santos mostrou índices relativamente altos de concordância quando considerou os itens do SN (59%), identificando a relevância dos seguintes fatores estruturais (a posição do item com relação ao núcleo, a saliência fônica e tonicidade e as marcas precedentes ao elemento nominal) e a presença das marcas de plural entre os inábeis que fizeram até a 4ª série. Na perspectiva sintagmática, Lorena controlou a presença de marca em todos os elementos flexionáveis do SN opondo à ausência de marca em pelo menos um dos elementos flexionáveis do SN e, nesse caso, o índice da não concordância foi maior (69%).

Maiara da Silva Lemos retomou o tema da colocação dos clíticos em sentenças finitas e observou uma maior frequência da posição pós-verbal do clítico nas cartas dos inábeis.

Rosana Carvalho Brito, em sua análise variacionista exaustiva sobre a presença vs. ausência de artigo diante de possessivo, identificou taxas superiores a 50% para a presença do artigo nesse contexto.

Na análise da concordância verbal, Rosana Brito, Mariana Lacerda e Silvana Araújo identificaram baixos índices da presença de marca verbal de terceira pessoa do plural (18%) nas cartas dos inábeis do sertão baiano. Como os estudos variacionistas que circulam no livro, as autoras fazem uma descrição detalhada dos fatores linguísticos e extralinguísticos que favorecem o fenômeno nas cartas da região do sisal.

Victória Araújo e Mariana Lacerda mostraram a baixa frequência de passivas nas cartas e sinalizam para o predomínio de estruturas com verbo *ser*.

No último capítulo da obra, Huda Santiago e Afranio Barbosa discutem alguns fatos morfofossintáticos, não como características do vernáculo do autor, mas como um aspecto auxiliar na identificação de um escrevente inábil no plano da *escriptualidade*.

Enfim, leitor, Huda Santiago, Mariana Lacerda e Zenaide Carneiro, com *Cartas em Sisal*, além da contribuição científica de sua obra, dão o protagonismo merecido às camadas populares do nosso passado histórico. Cada vez mais é preciso reconhecer a importância daqueles vistos como passivos no curso do processo histórico e, para tanto, é preciso iluminar a história da vida privada desses brasileiros que lutam e resistem como fizeram as autoras do livro. Brasileiros-trabalhadores de uma terra árida que resistem como o sisal ao sol escaldante do sertão.

Nada mais simbólico do que apresentar *Cartas em Sisal* em fins do mês de outubro de 2022 e no início de novembro, época em que se inaugura uma nova fase de esperança para o país. O povo baiano, as nossas baianas, mais uma vez nos salvaram tirando uma grande pedra do meio do nosso caminho. Curtam o livro, o Sisal da resistência!

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2022.

Célia Lopes

APRESENTAÇÃO

O presente livro, intitulado *Cartas em Sisal: estudos morfofossintáticos*, estava nos nossos planos, desde 2014, quando listamos, a partir de um estudo preliminar das cartas editadas por Santiago (2012)¹ – 91 cartas, escritas por 43 remetentes –, temas a serem investigados como parte de projetos de mestrado, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

As primeiras dissertações, atendendo essa agenda de pesquisa do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP)² da UEFS – de cujo banco de textos (*Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS)³) faz parte a documentação epistolar rara, em questão –, foram defendidas em 2017; as últimas, em 2019, totalizando seis dissertações, sob a orientação das professoras Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e segundo os pressupostos teóricos da Sociolinguística Quantitativa (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]⁴; LABOV, 2008 [1972])⁵, das quais

-
- 1 SANTIAGO, Huda da Silva. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano**. 2012. 2v. 421 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.
 - 2 LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; SANTIAGO, Huda da Silva (org.). **Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa**. URL: <https://nelpuefs.wordpress.com>. Acesso em: 1 nov. 2022.
 - 3 CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira. (org.). **CE-DOHS - Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão**. URL: <http://www.uefs.br/cedohs>. Acesso em: 1 nov. 2022.
 - 4 WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].
 - 5 LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

cinco desenvolvidas com auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para além de resultados, em síntese, dessas dissertações, este livro reúne outros estudos, também desenvolvidos por pesquisadores e estudantes do NELP. Trata-se de 11 capítulos, que têm, como *corpus* comum, as *Cartas em Sisal*.

No capítulo 1, *As cartas dos sertanejos baianos: fontes para o estudo do português brasileiro*, Huda da Silva Santiago (UEFS) apresenta a coleção documental *Cartas em Sisal* (1906-2000), composta, no total, por 131 manuscritos (SANTIAGO, 2019)⁶ – 91 cartas da parte 1 e 40 cartas da parte 2 –, cujos escreventes são sertanejos dos municípios baianos de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu.

No capítulo 2, *Os pronomes de 2ª pessoa*, Elane Santos e Santos (UEFS) descreve os resultados quantitativos e qualitativos das formas nominais e pronominais de tratamento, na função de sujeito, analisadas numa perspectiva sociopragmática.

No capítulo 3, *O uso dos pronomes possessivos teu e seu*, Gutemberg Magalhães Oldack Barbosa (UEFS) identifica contextos linguísticos e sociais que condicionam a expressão de posse, bem como realiza uma análise contrastiva com dados obtidos de *corpora* escritos, de outras regiões.

No capítulo 4, *A sintaxe das relativas*, Janaina de Oliveira Costa Mascarenhas (UEFS), considerando um conjunto de fatores linguísticos e extralinguísticos, descreve e analisa as estratégias de relativização, comparando os resultados obtidos a dados de outros estudos com *corpora* escritos e também orais.

No capítulo 5, *A concordância nominal de número: análise mórfica*,

6 SANTIAGO. Huda da Silva. **A escrita por “mãos inábeis”**: uma proposta de caracterização. 2019. 722f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

Lorena Enéas Rosa Santos (UEFS) desenvolve uma análise variacionista da marcação de plural no sintagma nominal, em perspectiva mórfica, interpretando resultados relativos a variáveis linguísticas e sociais, para além de confrontá-los a resultados obtidos de outras pesquisas.

No capítulo 6, *A concordância nominal de número: análise sintagmática*, Lorena Enéas Rosa Santos (UEFS) considera a variação de concordância de número no sintagma nominal, numa abordagem sintagmática, identificando os condicionamentos estruturais e sociais relevantes.

No capítulo 7, *A colocação dos clíticos em sentenças finitas*, Maiara da Silva Lemos (UEFS) descreve a sintaxe dos clíticos, em construção com verbo único e em grupo verbal, analisando variáveis linguísticas e extralinguísticas.

No capítulo 8, *A combinação do artigo definido com pronome possessivo*, Rosana Carvalho Brito (UEFS) analisa, em perspectiva variacional, componentes semânticos, morfológicos e sintáticos, no estudo do fenômeno, além de fatores sociais.

No capítulo 9, *A concordância verbal com a terceira pessoa do plural*, Rosana Carvalho Brito (UEFS), Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda (UEFS) e Silvana Silva de Farias Araujo (UEFS) investigam o fenômeno supracitado, descrevendo contextos estruturais e contextos sociais.

No capítulo 10, *Elementos para uma descrição da voz passiva*, Victória da Silva Santana Araújo (UEFS) e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda (UEFS) apresentam uma descrição preliminar de sentenças passivas (passivas de *ser*, passivas de *estar* e passivas de *se*), com cômputo tradicional de dados.

No capítulo 11, *Aspectos de inabilidade na representação escrita de fatos morfossintáticos: a marcação de plural no sintagma nominal*, Huda da Silva Santiago (UEFS) e Afranio Gonçalves Barbosa (UFRJ), por

meio de uma abordagem descritivo-qualitativa, com ênfase no fenômeno em destaque, discutem sobre a possibilidade de fatos morfofossintáticos identificarem um inábil em escrita alfabética ou, em outras palavras, serem do plano da *escriptualidade*, e não de caráter vernacular.

É com grande satisfação que oferecemos à comunidade acadêmica esta obra, desejando contribuir com o Projeto Nacional Para a História do Português Brasileiro (PHPB) e inspirar estudantes da Graduação e da Pós-Graduação que, como nós, encontram, na Linguística Histórica, motivo de entusiasmo!

Agradecemos aos autores e às autoras que participam desta coletânea, pela parceria produtiva, ao Programa Interno de Auxílio Financeiro aos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu (AUXPPG) da UEFS e ao PPGEL, pelo apoio necessário, e à FAPESB e à CAPES, pela concessão de bolsas de estudo de mestrado.

Feira de Santana, 1 de novembro de 2022.

Huda da Silva Santiago

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

(Organizadoras)

AS CARTAS DOS SERTANEJOS BAIANOS: FONTES PARA O ESTUDO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO¹

Huda da Silva Santiago
(UEFS)

A CONSTITUIÇÃO DO ACERVO

A exploração de arquivos, que caracteriza a nova fase dos estudos histórico-diacrônicos do português brasileiro, em fins do século XX e início do XXI, é marcada, segundo Oliveira e Lobo (2012), por duas possibilidades: uma, que se refere à reconstrução mais aproximada do chamado *português popular brasileiro*, e outra, que diz respeito à análise das práticas de leitura e escrita de indivíduos integrantes de grupos sociais subalternos.

Foram essas possibilidades que motivaram a busca e a localização de 131 cartas, de acervos pessoais, escritas por sertanejos dos municípios de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu, no semiárido baiano, entre os anos de 1906 e 2000 (a maior quantidade de textos corresponde às décadas de 1950, 1960 e 1970). Inicialmente, localizou-se, em 2011, um conjunto de 91 cartas, escritas por 43 remetentes, que foi utilizado como *corpus* da dissertação *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de ‘mãos cândidas’ do sertão baiano* (SANTIAGO, 2012).

¹ Este texto é um recorte da tese de doutorado da autora, intitulada *A escrita por “mãos inábeis”*: uma proposta de caracterização, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), defendida em 2019.

Posteriormente, em 2016, durante as visitas realizadas a alguns desses sertanejos para produção de entrevistas-narrativas, localizou-se um acervo com 40 cartas pessoais, datadas, primordialmente, da década de 1970, muitas escritas pelos mesmos escreventes do primeiro conjunto de cartas.

A edição fac-similar e semidiplomática do acervo completo, com as duas partes, totalizando 131 cartas, é um dos produtos da tese *A escrita por “mãos inábeis”: uma proposta de caracterização* (SANTIAGO, 2019), com a seguinte organização:

- primeira parte: 91 cartas (1-91) escritas por 43 remetentes;
- segunda parte: 40 cartas (92-131) escritas por 14 remetentes (4 são remetentes também de cartas da primeira parte).

A primeira parte da edição compõe, também, o terceiro volume da obra *Cartas brasileiras: coletânea de fontes para o estudo do português*, organizada por Carneiro (2011).

A edição digital-eletrônica está disponibilizada no site do projeto *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão - CE-DOHS* (cf. <http://www5.uefs.br/cedohs/>), onde as cartas integram o acervo denominado *Cartas em sisal: Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu (1906-2000)*, e, com o objetivo de facilitar ainda mais o acesso ao *corpus* e de garantir a reunião de tudo que lhe é relacionado, desenvolveu-se um site² específico (cf. www.uefs.br/cedohs/maosinabeis/), em que se disponibilizam, além das cartas, editadas nas versões semidiplomática, com fac-símile, e modernizada, as fichas com o perfil biográfico dos remetentes, as entrevistas-narrativas e os demais trabalhos produzidos a partir desse acervo.

Com a localização desses manuscritos, evidenciou-se, portanto, a recorrência à prática da escrita por indivíduos oriundos da zona rural da Bahia, espaço em que as escolas, na época, eram pouco presentes. São correspondências que possuem um caráter afetivo, enviadas por amigos,

2 O site foi desenvolvido pelo engenheiro da computação Igor Leal Souza, integrante da equipe do CE-DOHS/UEFS.

compadres, namorados, parentes em geral, para expressar saudades, apresentar e solicitar notícias de familiares e fazer pedidos diversos. Os acervos pessoais, considerando cada proprietário, estão assim distribuídos:

Tabela 1 – Os acervos que constituem as *Cartas em Sisal*

Acervos	Quantidade de cartas
Arquivo de João Carneiro Oliveira (AJCO)	54
Arquivo de Zenilta Bispo de Oliveira (AZBO)	40
Arquivo de Josefa Josina da Silva (AJJS)	14
Arquivo de Ana Helena Cordeiro de Santana (AAHCS)	12
Arquivo de Maria Inês Oliveira Costa (AMIOC)	5
Arquivo de Lucidalva Cordeiro Cedraz (ALCC)	2
Arquivo de Maria Delvacy Cedraz (AMDC)	2
Arquivo de Helena Oliveira (AHO)	2
Total	131

Fonte: elaboração própria.

Esses acervos constituem um *corpus* homogêneo, considerando-se que as cartas foram trocadas entre remetentes e destinatários que mantêm relações simétricas e fazem parte de um contexto sociocultural semelhante. Para a maioria dos manuscritos, foi possível a identificação de *quem* escreveu, *quando*, *onde* e *para quem* foram escritos, o que, para Mattos e Silva (2002, p. 23), é uma importante e difícil tarefa do processo de constituição de *corpora* apropriados aos estudos linguísticos sócio-históricos.

Em Santiago (2019), realizou-se uma caracterização dessas cartas através da construção de uma proposta metodológica para a identificação das *mãos inábeis* em escrita, sistematizada a partir dos estudos antecedentes (PETRUCCI, 1978; BLANCHE-BENVENISTE, 1993; MARQUILHAS, 2000; BARBOSA, 1999; OLIVEIRA, 2006, e SANTIAGO, 2012), a fim de contribuir com o estabelecimento de parâmetros para o tratamento metodológico de outros *corpora*. A partir das cartas dos sertanejos, adultos estacionados em níveis iniciais de aquisição da escrita, concluiu-se que não há um único padrão de inabilidade, pois foi possível

estabelecer uma gradiência de tipos, caracterizada em um contínuo, com os níveis máximo, parcial e mínimo de inabilidade em escrita.

AS EDIÇÕES REALIZADAS

A fim de servir aos mais variados estudos, principalmente aos de teor linguístico, a edição das cartas pessoais dos sertanejos está disponível na versão semidiplomática, conservadora, com fac-símile e, também, na versão modernizada, em linguagem XML.

Realizou-se uma edição semidiplomática dos documentos, garantindo uma preservação maior de propriedades próximas ao original, já que a única intervenção realizada durante a transcrição foi o desenvolvimento das abreviaturas³. Considera-se que a interferência mínima do editor é uma necessidade, como afirma Telles (2008), para o estudo das relações grafe-mático-fonéticas de um manuscrito – principalmente daqueles produzidos por *mãos inábeis* –, assim como para o estudo de outras propriedades. Os critérios para a edição das cartas foram elaborados com base nas normas de transcrição para documentos manuscritos *do Projeto Para a História do Português Brasileiro* (PHPB) (MATTOS E SILVA, 2001).

Quanto à reprodução em fac-símile, as imagens foram digitalizadas e apresentadas na edição ao lado da transcrição dos textos, um processo que evita o desgaste dos documentos originais, facilitando o uso. Além disso, a avaliação de alguns aspectos, importantes na caracterização dos manuscritos, torna-se mais segura com a visualização das imagens, como os dados físico-caligráficos. Barbosa (2017, p. 26) demonstra a importância da disponibilização de *corpora* com fac-símiles, no sentido de possibilitar ao pesquisador a percepção dos aspectos de inabilidade relacionados à habilidade motora e à segmentação gráfica: “[...] mesmo

3 A presença das abreviaturas, nas cartas, é preponderante nos textos mais antigos, mais especificamente naquelas escritas em 1906, 1907 e 1908 (Cartas 66, 67, 68, 78, 79, 80, 81 e 88). Eis alguns exemplos de abreviaturas identificadas, com os desdobramentos em itálico: *Obrigadíssimo* e *que* (por suspensão); *muita* e *quando* (por contração); *cazamen^o* e *Don^a* (por contração e letra sobrescrita) – classificação baseada em Flexor (2008).

com edições mecanográficas e conservadoras, sem o empenho de sempre inserir o fac-símile o usuário não tem como perceber de imediato o alto grau de inabilidade do redator do documento à sua frente”.

A seguir, um exemplo da edição, na versão semidiplomática:

Figura 1 – Edição semidiplomática com fac-símile

	<p>Carta 1</p>
	<p>AJCO. Documento contendo um fôlio. Escrito com tinta preta, em papel de carta com pautas, medindo 262mm x 205mm. Apresenta marcas de dobras.</p>
	<p>Cararancudo 28 di Albil di 1956 perzado queridinho estimado Amigo pitanga esta Dwas linha li Dirzer procura A nuticia divocer i toudo seu toudo meu vai commo Deus quizer commo vai u noso invreno a qui frais muinto sro. nada feizer não patenmos sin queridinho. p. compades perdo jasesqueceu di min não es quecra mande dizer cmmo vai u sinhor compader eu estinmo Dilonje Di preto não posso Adeus a te, se Deus quizer nada mais Depezado seu Amigor sin meu queridinho Amigo Agsuto commo vai Amigo vocer bandem não es quec[.] a di min Alenbra du noso [?] pasado se Deus min orde fraso tensão di ir di pura di são João Deus e sa- ber nada mais du seu Depezado Amigo </p>
	<p>Antonio frutunato silva Agsto Agsuto lenbança daqera </p>
	<p>dei mênina Mari Jetude meu Crorasão [?] a tina aimario </p>

Fonte: elaboração própria.

A edição modernizada⁴, em linguagem XML, foi realizada tendo como ponto de partida a edição semidiplomática, com o uso da ferramenta *eDictor*, o editor de textos desenvolvido por Paixão de Sousa e Kepler (2007) e Paixão de Sousa, Kepler e Faria (2013). Essa versão se dá com a total padronização da grafia, da acentuação e o desenvolvimento de abreviaturas, de modo que as alterações ficam visíveis ao leitor, o que possibilita o controle das intervenções realizadas nos textos, garantindo recuperar as formas originais. Além da preservação dos aspectos morfosintáticos, são respeitados, na edição digital, as mudanças de parágrafo, de linha, as correções do redator, os acidentes do suporte etc. Com isso, oferece-se uma versão eletrônica de textos sem perder o rigor filológico (CARNEIRO; LACERDA; SANTIAGO, 2016).

Para o *corpus de mãos inábeis*, há uma dificuldade maior em relação a essa edição, pois existe uma grande quantidade de variação ortográfica nos manuscritos e, por vezes, até mesmo a presença de palavras ou expressões ininteligíveis, que dificultam a padronização (como *a tina aimario* (Carta 1) e *mantinto* (Carta 41)).

O *eDictor* permite que diferentes camadas de edição sejam aplicadas a um único documento, o que possibilita a recuperação das palavras como grafadas originalmente. A camada *modernização* é o nível de interferência mais alto; entretanto, qualquer camada de edição, abaixo desse nível, também pode ser gerada, o que resulta em edições automáticas nas versões diplomática, semidiplomática e modernizada. No que concerne à edição modernizada, as interferências feitas nos documentos são realizadas através dos vários mecanismos de edição possibilitados pela ferramenta (junção, segmentação, expansão, rasgado, furo, borrado, rasurado, sobrescrito, tachado e padronização)⁵. Na figura a seguir, apresenta-se um exemplo de uma das cartas, na versão modernizada, no *eDictor*:

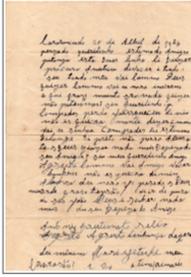
4 A maior parte dessa edição foi realizada por Janaina Mascarenhas e por Priscila Tuy Batista, pesquisadoras integrantes do CE-DOHS, com nossa revisão.

5 Cf. <https://edictor.net/edictor/>, para maiores detalhes sobre os níveis de edição utilizando *eDictor*.

Figura 2 – Edição modernizada, com fac-símile, gerada pelo eDictor

Cartas pessoais: 01-AFS-28-04-1956

[i] Autor: Antonio Fortunato da Silva.
 [i] Destinatário: João Carneiro da Oliveira.
 [i] Data: 28 de abril de 1956.
 [i] Versão modernizada (há uma versão original para este texto)
 [i] ver ficha ontológica e outras versões disponíveis



Carta 1

AFCO Documento contendo um fôlho. Escrito com tinta preta, em papel de carta com pautas, medindo 262 mm x 205 mm. Apresenta marcas de dobra.

Caraceneo 28 de Abril de 1956 |
 Prezado quendinho estimado amigo |
 Pitanga esta duas linha lhe dizer |
 procura a notícia de você e todo |
 seu todo meu vai como Deus |
 quiser como vai o nosso invenio |
 aqui faz muito seo nada fazer |
 não patenmos l sem quendinho. p. |
 compadres Pedro si esqueceu de mim |
 não esqueça mande dizer como |
 vai o senhor compadre se estamo |
 de longe de perto não posso adeus a |
 te, se Deus quiser nada mais prezado |
 seu amigo 2 sim meu quendinho amigo |
 Augusto como vai amigo você |
 também não esqueça [a] 3 de mim |
 lembra do nosso [?] passado se Deus |
 mim ordem faço intencão de ir de perto |
 de são João Deus e saber nada |
 mais do seu prezado amigo |

Antonio Fortunato Silva |
 Agsto Augusto lembrança daquela |
 dei menina Maria Jetrudes meu |
 Coração [?] a tina amiamo |

Fonte: CE-DOHS.

ASPECTOS MATERIAIS DAS CARTAS

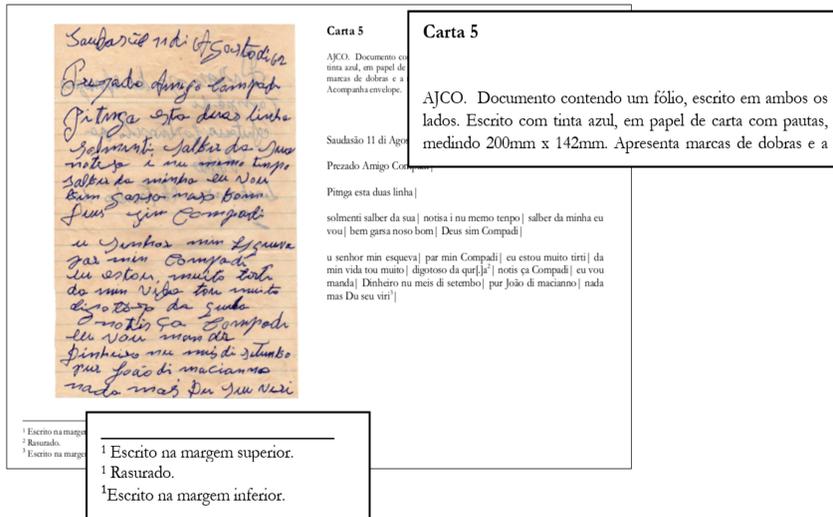
A descrição de características supragráficas dos documentos, a partir da avaliação de seu suporte físico, pode contribuir para “[...] sugerir aspectos do valor do documento em sua época de uso”, como observa Barbosa (1999, p. 155). Em se tratando de cartas privadas, o conjunto das características físico-materiais pode reafirmar as propriedades de uma escrita cotidiana, rápida, informal. Marquilha (2015), ao discutir sobre a importância de que sejam considerados todos os recursos mobilizados pelos autores para a produção do significado do discurso, destaca a materialidade da escrita como um aspecto fundamental, incluindo o *layout*, os desenhos, os números e o suporte material. A autora, em uma abordagem sociopragmática, mostra a possibilidade de análise, por exemplo, da relação entre os espaços em branco nos cabeçalhos de cartas (escritas entre 1550 e 1970), assim como a presença de desenhos e o comportamento social do autor. No gênero epistolar, um registro muito

próximo da oralidade espontânea, esses recursos funcionam como uma forma de compensar algumas características específicas da comunicação face a face.

Considerando a importância desses aspectos, na edição filológica do *corpus*, optou-se por apresentar alguns deles no cabeçalho de cada carta, assim como é feito nos demais acervos que compõem o CE-DOHS. São descritas algumas informações sobre os principais aspectos materiais dos manuscritos, como a quantidade de fólhos, o tipo e as dimensões do papel, a cor da tinta e outras peculiaridades, como a presença de manchas, rasgos, anotações posteriores, ornamentos etc. Há, ainda, um *Índice analítico* (disponível em <http://www5.uefs.br/cedohs/maosinabeis/downloads.html>)⁶, com o item “Aspectos materiais”, em que consta a descrição desses aspectos, para facilitar o acesso do pesquisador ao conjunto de informações. Detalhes mais específicos, como a indicação de trechos ilegíveis, de rasuras, de danos no suporte, de trechos escritos nas margens, entre outros, são fornecidos em nota de rodapé, ao longo da edição semidiplomática, conforme critérios estabelecidos nas normas de transcrição utilizadas. Na figura a seguir, apresenta-se um exemplo de como esses aspectos são descritos na edição semidiplomática.

6 O *Índice analítico* também está disponível no volume II da tese de Santiago (2019).

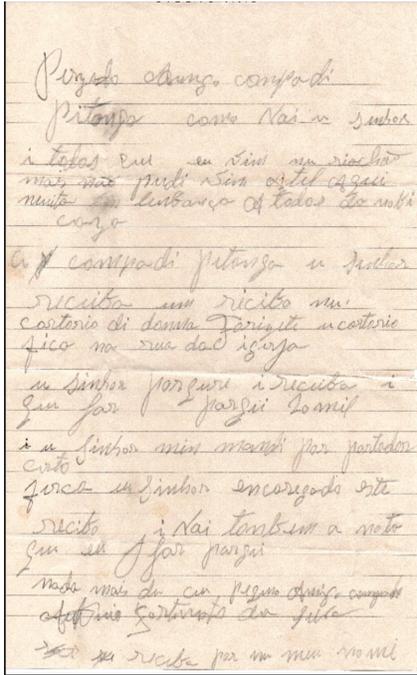
Figura 3 – Descrição de aspectos materiais na edição semidiplomática



Fonte: CE-DOHS.

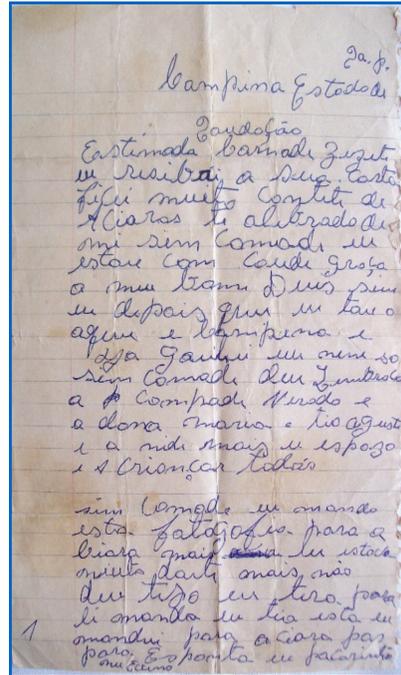
A maioria das cartas foi escrita em papel de caderno, com pautas, e há muitas, principalmente as escritas até a década de 1960, em papel de carta. A tinta predominante é a de cor azul, mas há algumas que foram escritas em tinta preta, verde, vermelha e, ainda, há algumas a lápis. Nota-se, nas cartas da segunda metade do século, o uso da caneta esferográfica, e não mais do tinteiro.

Figura 4 – Exemplo de carta escrita a lápis, em papel de carta (AFS-22)



Fonte: CE-DOHS.

Figura 5 – Exemplo de carta escrita a caneta de tinta azul, em papel de caderno (AOL-72)



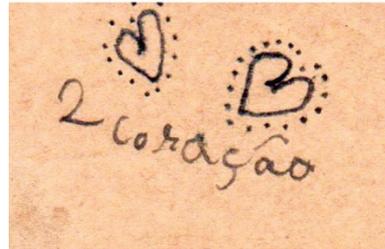
Fonte: CE-DOHS.

Em alguns manuscritos, há presença de ornamentos, como desenhos de flores e de corações, identificados, principalmente, em cartas escritas por mulheres, destinadas tanto a amigas e comadres, como a namorados. As imagens a seguir exemplificam alguns desses desenhos:

Figura 6 – Detalhe da carta
com desenho de flores
(NIN-38)



Figura 7 – Detalhe da carta com
desenho de corações (APS-43)



Os vincos, causados pelas dobras, comuns às correspondências privadas e mais fortes pela ação do tempo, estão presentes em, praticamente, todas as cartas. A ação do tempo, aliada às condições de armazenamento, também contribuiu para o escurecimento do papel e a sujidade, em alguns documentos.

De modo geral, os manuscritos estão em bom estado de conservação. Um desgaste maior é notado nas cartas do acervo AZBO: apesar de serem mais recentes, estavam acondicionadas em local com umidade e poeira. Essas cartas foram guardadas, por muito tempo, em uma sacola de plástico, em uma casa quase abandonada na zona rural, pelo casal proprietário. Por isso, muitas apresentam rasgos e manchas de umidade, algumas acentuadas por marcas da ação de fungos, como é possível notar na carta da figura a seguir:

Figura 8 – Detalhe de carta com manchas e rasgos causados por umidade (JO-128)



Fonte: CE-DOHS.

A LOCALIZAÇÃO TEMPORAL

As cartas foram escritas entre os anos de 1906 e 2000, com uma concentração maior nas décadas de 1950, 1960 e 1970. São 88 datadas e 43 sem datas, mas foi possível identificar o período provável em que foram escritas, através de informações das próprias cartas, das entrevistas-narrativas e das relações estabelecidas com outras cartas que compõem o *corpus*, dos mesmos escreventes.

Tabela 2 – Distribuição das cartas por período

Período	Quantidade de cartas datadas	Quantidade de cartas com datas prováveis, por inferência ⁷
Primeira década do século XX	6	2
Década de 1950	16	1
Década de 1960	24	6
Década de 1970	33	28
Década de 1980	4	3
Década de 1990	4	3
2000	1	-
Total	88	43

Fonte: elaboração própria.

Muitas das cartas escritas entre as décadas de 1960 e 1970 refletem o processo de migração dos sertanejos para os centros urbanos do país, considerando que, das cartas escritas fora da Bahia, primordialmente em São Paulo, apenas uma não foi escrita nesse período.

A LOCALIZAÇÃO ESPACIAL

A maioria das 131 cartas é originária da Bahia; muitas, da zona rural de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu, no semiárido baiano. Em 85 cartas, do conjunto total, há indicação do local onde foram escritas. Para as demais 46, que não possuem a indicação do local, a identificação de onde foram escritas foi realizada por inferência, através do conteúdo das correspondências, da relação com outras cartas dos mesmos reme-

⁷ Inferências possíveis a partir das entrevistas realizadas com os redatores e destinatários, das relações estabelecidas com outras cartas dos mesmos remetentes e das informações obtidas nas próprias cartas.

tentes e das entrevistas realizadas com alguns remetentes e destinatários. A seguir, apresenta-se a distribuição geral, por local.

Tabela 3 – Distribuição das cartas por local onde foram escritas

Estado	Quantidade de cartas		
	Com indicação de local	Por inferência ⁸	Total
Bahia	67	31	98
São Paulo	17	15	32
Goiás/Brasília	1	-	1
Total	85	46	131

Fonte: elaboração própria.

As cartas de São Paulo e de Goiás foram escritas por sertanejos que saíram da Bahia para trabalhar nas grandes cidades, como Antônio Fortunato da Silva, que escreveu 25 cartas, em São Paulo: 9 com identificação de local e 16 sem identificação (que foram escritas durante o mesmo período em que escreveu as demais, em São Paulo, na década de 1960, como indicam o teor das cartas e a confirmação do próprio remetente, através de entrevista). Na Tabela 4, demonstram-se os locais das cartas escritas na Bahia:

Tabela 4 – Distribuição das cartas da Bahia, por local

Município/Fazenda/ Distrito	Quantidade de cartas	Número da carta
Riachão do Jacuípe		
Fazenda Amargoso	11	ACO-44, 94, 95, 96, 97; DCO-99, 100, 101, 102; JPC-82; JL-114
Fazenda Pau de Colher	2	FJO-26; IZA-87
Campo Alegre	5	GOR-27, 28; MC-36, 37, 50
Fazenda Rancho Alegre	1	LM-75
Pocinho	1	ML-77
Fazenda Vaca Brava	1	APC-83

8 Inferências realizadas através da análise do conteúdo das cartas e das entrevistas com os remetentes e destinatários.

Fazenda Primeira Malhada	1	ZBO-130
Riachão do Jacuípe	2	ZBO-115, 125
Total	24	
Conceição do Coité		
Goiabeira	2	JMA-64, 65
Fazenda Cachorrinha	1	ZJS-74
Juazeirinho	1	AML-81
Fazenda Flores	1	BMO-91
Fazenda Balagão	1	MDC-84
Fazenda Queimada Nova	5	ZBO-52, 116, 123, 124; JO-128
Fazenda Vitória	1	MNO-121
Fazenda Vassoura	1	LA-120
TOTAL	13	
Ichu		
Fazenda Mumbuca (Ichu)	1	AHC-54
Fazenda Cabana (Ichu)	7	AHC-55, 56, 57, 58, 59, 60, 61
Total	8	
Outras localidades		
Fazenda Carrancudo (Mairi)	5	AFS-1; SFS-40, 41; APS-43; FPS-47
Baliza (Candeal)	4	MCO-34, 35; DCO-46; ICO-48
Bonfim	3	FPS-78, 79, 80
Fazenda Capoeira do Algodão	2	VO-111, 129
Bela Vista (Serrinha)	1	MCO-33
Rodiador (Mairi)	1	SFS-42
Fazenda Taboa (Ipirá)	1	JCO-31
Fazenda Viva Deus (Ipirá)	1	ZSS-53
Fazenda Boa Esperança	1	ACO-127
Fazenda Terra Vermelha	1	AO-92
Camaçari	1	JOM-30
Salvador/Mata de São João	1	JS-62
Total	22	
Total geral	67	

Fonte: elaboração própria.

As demais cartas, provavelmente escritas na Bahia, sem identificação do local (30 cartas), pelas inferências, foram escritas na mesma região, principalmente, na zona rural de Riachão do Jacuípe e Conceição do Coité. O teor das cartas e as informações obtidas durante as entrevistas-narrativas realizadas com os remetentes e destinatários foram fundamentais para essas inferências.

OS ESCRIVENTES E OS DESTINATÁRIOS

A construção do perfil biográfico de *quem* escreveu e recebeu as correspondências ocorreu a partir de conversas com alguns destinatários, remetentes e seus familiares – dos 69 remetentes e destinatários, identificaram-se 33 que estão vivos. Também foram consultados documentos pessoais de alguns remetentes, e informações relevantes foram encontradas nas próprias cartas. Os primeiros diálogos ocorreram no período de constituição do *corpus*, quando foram realizadas algumas visitas às casas de destinatários, onde estava arquivada boa parte das cartas, como a fazenda Pau de Colher (54 cartas), em Riachão do Jacuípe, e a fazenda Cachorrinha (14 cartas), em Conceição do Coité. Os moradores forneceram valiosas informações sobre *quem* e *para quem* as cartas foram enviadas, além de terem permitido o acesso às fotografias da família, fontes de informação na reconstituição do passado⁹.

Durante o processo de produção das entrevistas-narrativas, foram realizadas novas visitas aos redatores (quando se localizou mais um acervo, na fazenda Pau de Colher (40 cartas)) e foi possível ampliar consideravelmente os dados referentes a *quem* escreveu os documentos, principalmente sobre seus processos de letramento, permitindo uma melhor caracterização do contexto social da época, principalmente em relação às práticas sociais de escrever e de ler (SANTIAGO, 2021).

9 Todas as informações e imagens foram concedidas mediante leitura e solicitação da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

QUEM ESCREVEU?

De modo geral, os redatores das cartas são lavradores¹⁰, com baixas condições financeiras, trabalham com agricultura de subsistência e criação de animais (principalmente os de pequeno porte). No período em que produziram as cartas, viviam distantes dos centros urbanos, com poucos meios de transportes e de comunicação. O envolvimento com o trabalho rural pode ser notado mesmo com relação àqueles que foram trabalhar nas grandes cidades, em outras regiões do país, mas continuaram envolvidos com a vida na roça, como evidenciam nos assuntos tratados nas cartas, sobre os animais que criavam, os trabalhos a serem feitos e pagos, dentre outros. A maioria dos redatores teve contato com as primeiras letras em espaços extraescolares, como a própria casa ou a de parentes, por causa da ausência e/ou precariedade das escolas e seu funcionamento irregular, na época, na zona rural dessa região da Bahia.

São 53 remetentes (43 da primeira parte do *corpus* e 10 da segunda), 31 mulheres e 22 homens. Na tabela seguinte, há a quantidade de cartas escritas por cada um.

Tabela 5 – Distribuição das cartas por remetentes

Código do remetente	Remetente	Quantidade de cartas	Quantidade de palavras
AO	Ana de Oliveira	3	251
AHC	Ana Helena Cordeiro de Santana	8	1.274
ASC	Ana Santana Cordeiro	1	155
APS	Angélica Pereira da Silva	1	146
AOL	Antonia Oliveira Lima	1	143

10 Sobre a denominação “lavrador”, que os próprios sertanejos usam ao serem questionados sobre a sua ocupação, em um estudo acerca das relações de trabalho no sertão da Bahia de fins do século XIX, Medrado (2012, p. 74) comenta, a partir dos documentos que analisou, que essa denominação é ambígua, já que não deixa claro se o trabalho é para si ou para outra pessoa, e porque “[...] nem sempre um lavrador se ocupava especificamente da atividade de lavar a terra para o cultivo de frutas, verduras e raízes, sendo possível também que trabalhasse na limpeza de fontes de água, no conserto de cercas e na limpeza de pastos”, como é comum até os dias atuais.

CARTAS EM SISAL: ESTUDOS MORFOSSINTÁTICOS

ACO	Antonio Carneiro de Oliveira	7	1.180
AFS	Antonio Fortunato da Silva	26	4.171
AML	Antonio Marcellino de Lima	1	154
APC	Antonio Pinheiro Costa	1	83
BMO	Bernadete Maria de Oliveira	1	142
DCS	Dete Carneiro da Silva	1	114
DCO	Doralice Carneiro de Oliveira	5	501
FJO	Fernando José de Oliveira	1	61
FPS	Filomena Pereira da Silva	1	180
FP	Firmina Petornilha dos Santos	3	602
NIN	Francisca Carneiro de Oliveira (Nina)	4	557
GOR	Gildásio de Oliveira Rios	3	374
IC	Idelcina C. de O. e Oliveira	3	440
ICO	Iraíldes Carneiro de Oliveira	1	234
IPO	Izaque Pinheiro de Oliveira	1	70
IZA	Izaura Cedraz de Oliveira	1	147
JOM	Jacob de Oliveira Matos	1	88
JCO	Jesuino Carneiro de Oliveira	1	180
JO	Joana	1	258
JS	João dos Santos	1	199
JPC	João Pitanga Carneiro	1	64
JSS	João Saturnino Santa Anna	1	85
JJO	José Joaquim de Oliveira	1	47
JMA	José Mendes de Almeida	2	341
JMS	Joseph Maria da Silva	3	1.182
JL	Júlio Luiz	1	133
LFO	Lázaro Félix de Oliveira	1	83
LA	Linaura Almeida	1	140
LM	Luciana Matos da Silva	1	132
MBS	Manoel Bispo dos Santos	1	149
MCO	Manoel Carneiro de Oliveira	3	213
MMO	Margarida Maria de Oliveira	1	79
MDC	Maria Dalva Carneiro	1	324
MAO	Maria dos Anjos Oliveira	1	98
ML	Maria Lúcia	1	138

MNO	Maria Nilda de Oliveira	1	67
MC	Mariazinha Carneiro de Oliveira	3	591
VAN	Pedro Vando Paulino (Vandinho)	1	316
RAC	Raimundo Adilson Cedraz	2	333
ROM	Roma	1	137
RCO	Roque Carneiro de Oliveira	1	61
SFS	Salomão Fortunato da Silva	3	406
TB	Terezinha Bispo	2	227
VO	Valdelice de Oliveira	4	902
ZBO	Zenilta Bispo Oliveira	11	2173
ZJS	Josefa Josina da Silva Pinto (Zezete)	1	77
ZLS	Zita Lima Silva	2	423
ZSS	Zulmira Sampaio da Silva	1	166
Total		131	20791

Fonte: elaboração própria.

Os remetentes são todos baianos, naturais da zona rural dos seguintes municípios:

- Riachão do Jacuípe: 31 remetentes;
- Conceição do Coité: 13 remetentes;
- Ichu: 2 remetentes.

Uma das remetentes nasceu em Pintadas (na época, município de Ipirá) e, dos seis redatores com local de nascimento não identificado, foi possível inferir, através das entrevistas, que três podem ter nascido na zona rural de Conceição do Coité, e três, na zona rural de Riachão do Jacuípe.

Dos 53 remetentes, há 40 com data de nascimento identificada ou estabelecida por inferência, que nasceram entre o século XIX e a década de 1970, como especificado a seguir:

Tabela 6 – Distribuição dos redatores por data de nascimento

Período	Quantidade de remetentes	Quantidade de remetentes com datas de nascimento estabelecidas por inferência ¹¹
Século XIX	-	4
Década de 1920	3	2
Década de 1930	5	3
Década de 1940	2	2
Década de 1950	6	4
Década de 1960	3	3
Década de 1970	2	1
Total	21	19

Fonte: elaboração própria.

As informações detalhadas sobre o perfil dos remetentes são apresentadas em formato de fichas individuais, no Volume II da tese (SANTIANO, 2019), antecedendo a edição das cartas de cada escrevente e, também, no site (cf. www.uefs.br/cedohs/maosinabeis/redatores.html).

PARA QUEM SE ESCREVEU?

Os destinatários fazem parte do mesmo contexto sociocultural dos redatores: possuem pouca escolarização, baixas condições financeiras e trabalham, principalmente, com agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte. As cartas foram escritas para 28 destinatários (19 das cartas da primeira parte do *corpus* e 9 da segunda), assim distribuídos:

Primeira parte (91 cartas):

- 42 cartas para João Carneiro de Oliveira;
- 11 cartas para Almerinda Maria de Oliveira;
- 9 cartas para José Mendes de Oliveira;

¹¹ Inferências possíveis a partir da data de escrita das cartas e das entrevistas realizadas com os redatores e destinatários.

- 3 cartas para Ana Helena Cordeiro de Santana;
- 3 cartas para Firmina Petornilha dos Santos;
- 4 cartas para Josefa Jozina da Silva;
- 2 cartas para Neraldo Lopes Pinto;
- 3 cartas para Maria Inês Oliveira Costa;
- 14 cartas avulsas para vários destinatários: receberam duas cartas – Jozepha Maria da Silva, Lucidalva Cordeiro Cedraz (Dalva) e Helena; receberam uma carta – Pérola de Vasconcello, Juvenal Saturnino de Santa Anna, José Adrianno, Didi, Fernando José de Oliveira, Antonio e Regina Maria de Jesus Oliveira. Há uma carta em que não aparece o nome do destinatário, apenas a indicação “comadre e compadre”.

Segunda parte (40 cartas):

- 22 cartas para Zenilta Bispo de Oliveira;
- 6 cartas para Antonio Carneiro de Oliveira;
- 6 cartas para Maria Bispo dos Santos;
- 6 cartas avulsas para vários destinatários: receberam uma carta – Manoel Bispo dos Santos, Manuel Virgínio, Luzia (Pitico), João, Maria de Lurdes Bacelar e Nei.

Ainda que os destinatários das “cartas avulsas” tenham recebido uma menor quantidade de cartas (por isso elas foram assim agrupadas), são correspondências que mantêm ligação com o restante do *corpus*, pois a maioria desses destinatários tem relação de parentesco com os demais.

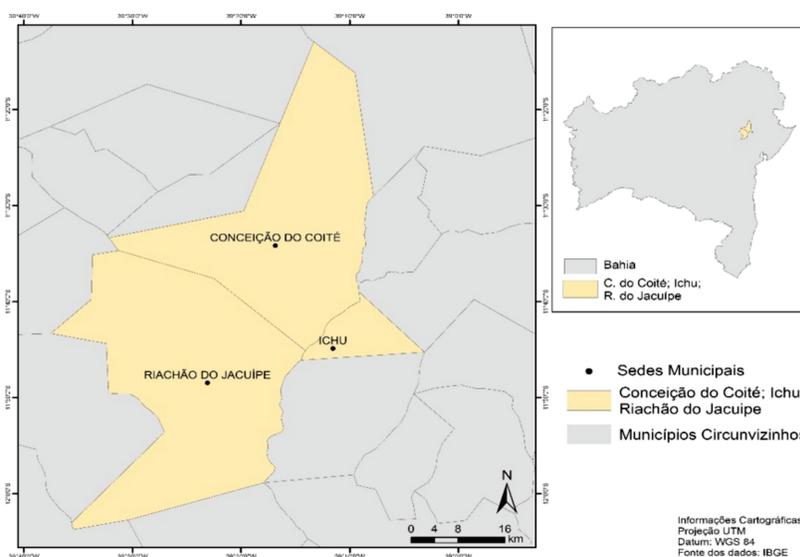
A REGIÃO DE ORIGEM DOS ESCRIVENTES E DESTINATÁRIOS: ALGUNS ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS

Muitas das cartas foram escritas na zona rural do sertão baiano, principalmente nos municípios de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu, região semiárida, de onde os redatores são naturais. Essa região é identificada, na maioria das vezes, em função de seu clima, definido

pela irregularidade temporal e espacial das precipitações, além de sua insuficiência. Segundo Lobão e Silva (2013), muitas políticas públicas e a própria delimitação da região foram justificadas por suas características físicas, principalmente pelo clima semiárido.

Esses municípios fazem limites geográficos entre si e possuem, historicamente, estreitas relações políticas, econômicas e sociais. Atualmente, Conceição do Coité e Ichu integram o Território de Identidade do Sisal e Riachão do Jacuípe, o Território de Identidade da Bacia do Jacuípe.

Figura 9 – Mapa da região



Fonte: dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014, e produção de Luan Santiago.

A região da Bahia que corresponde aos municípios do semiárido, mais especificamente ao espaço sisaleiro – como assim ficou conhecida, a partir de meados do século XX¹² –, tem suas origens de povoamento

12 Atualmente, Riachão do Jacuípe não integra o Território de Identidade do Sisal, mas, até a década de 1990, era um dos municípios que compunha a chamada Região Sisaleira, por participar do processo produtivo de sisal, a agave sisalana – uma planta bastante resistente ao clima semiárido, cuja fibra extraída de sua folha é utilizada na fabricação de cordas, tapetes, bolsas, dentre outros produtos.

não autóctone ligadas ao processo de expansão do gado e da construção de rotas boiadeiras para abastecimento das cidades mais populosas do estado (SANTOS; NETO; SILVA, 2015).

Na historiografia sobre os sertões da Bahia¹³, há poucos estudos voltados para o período colonial. Um desses é o de Santos (2010), na tese *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*, em que analisa a ocupação territorial dos sertões como uma trajetória multidirecional, descontínua e irregular. Sobre a região que aqui interessa, outrora conhecida como Sertão dos Tocós¹⁴, o pesquisador informa, a partir de uma declaração emitida por Antônio Guedes de Brito, filho do português Antônio de Brito Correa, a pedido da Coroa Portuguesa, em 1676, sobre as terras por ele possuídas. Segundo essa declaração, ele foi o primeiro povoador dos Tocós, lugar onde estabeleceu fazendas de gado, abriu estradas e se aliou a índios cariocas, orizes, sapóias e carapaus, utilizados pelo sertanista como barreira contra os ataques dos índios rebeldes às fronteiras (SANTOS, 2010). João Peixoto Viegas, que adquiriu terras da região, foi outro grande repovoador desse espaço, estabelecendo fazendas de gado, depois de combater várias comunidades indígenas, como informa Freire (2011), alertando que não há consenso, entre os estudiosos, sobre os primeiros proprietários das terras do Sertão dos Tocós.

Até meados do século XIX, a pecuária era uma das principais atividades. Também de acordo com as informações de Freire (2011), que tem, como fonte, os inventários de moradores da região, havia uma multiplicidade de pequenas e médias propriedades, e os grandes pecuaristas eram donos de várias fazendas de gado, muitas delas concentradas em Riachão do Jacuípe e Conceição do Coité. Entre os séculos XVII e XIX, dentre os vários caminhos de boiadas do sertão da Bahia, a denominada

13 Para uma historiografia sobre o passado dos sertões, nas mais variadas perspectivas teóricas e metodológicas, Neves (2016), na obra *Crônica, memória e história: formação historiográfica dos sertões da Bahia*, apresenta um amplo referencial.

14 Tocós é o nome de um rio que banha, dentre outros, os municípios de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu. “Tocó”, “Tocós” ou “Tocoiós” designava uma antiga comunidade indígena que habitava a região antes da ocupação pelos portugueses e, possivelmente, pertencia ao grupo linguístico kariri, como informa Freire (2011, p. 40).

“Estrada Real do Gado” passava por Conceição do Coité (FREIRE, 2011, p. 45); esses caminhos de boiadas contribuíram, no século XIX, para o repovoamento do semiárido, com a criação das vilas¹⁵. Com a suspensão do sistema de sesmarias, os grandes latifúndios foram se reduzindo, dando origem a diversas fazendas, que depois resultaram em muitos municípios, como a fazenda “Riacho”, situada às margens do rio Jacuípe. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1958; 2007), em 1878, Riachão do Jacuípe foi elevado à categoria de vila, e, em seguida, foi criado o município de Villa de Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuhype. Uma das freguesias anexadas a esse município foi a de Nossa Senhora da Conceição do Coité. Apenas em 1890 é que o município de Conceição do Coité é desmembrado de Riachão do Jacuípe. Mais recente foi a criação do município de Ichu, em 1962, quando, também, deixa de ser distrito pertencente a Riachão do Jacuípe.

Não há muitas informações sobre o processo de escolarização formal, nesse espaço, durante o século XIX. Nos Atos do Governo da Província, disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia, há algumas nomeações de professores de primeiras letras para a região; porém, não foram identificados estudos que comprovem a atuação efetiva de todos esses professores em Riachão do Jacuípe e em Conceição do Coité¹⁶. As poucas aulas, provavelmente, eram ministradas nas residências, por professores leigos, assim como ocorreu em boa parte do século XX, conforme se discute na seção 4.

Em relação à presença de africanos/afrodescendentes, há alguns indícios. A predominância da atividade pecuária e do cultivo de gêneros

15 Carneiro e Almeida (2011, p. 608-609) discutem sobre demografia e norma linguística no semiárido baiano (séculos XVIII e XIX), e afirmam que, com os caminhos das boiadas, “[...] o processo da agropecuária deve ter sido um fator importante para a difusão e propagação da língua portuguesa pelos sertões da Bahia. Essa difusão inicialmente deve ter se dado através da boca de brancos pobres e descendentes de índios e escravos brasileiros.” (CARNEIRO; ALMEIDA, 2011, p. 608-609).

16 Isso pode ser confirmado pelo conteúdo das cartas que, muitas vezes, trata das atividades no campo: “[...] voceis olha aminha| Mandioca que eu vor ajudar as disman-|xa de voceis todos” (MC-37). “[...] Sim Neraldo mande mi dize quanto| gusta um dia de um tarbaldador e l| sacco de farinha e l sacco <□de> feijão e l| sacco de milho” (ROM-73).

agrícolas voltados para a subsistência minimizou a necessidade da presença negra na região, dada a menor quantidade de escravos que existia nas fazendas, comparando-se a regiões como o Recôncavo baiano, por exemplo. No entanto, o trabalho escravo fez parte das relações de poder e de produção da região, como evidenciam alguns estudos que atestam a posse de negros, a partir de inventários, cartas de alforria e outras fontes (cf. RIOS, 2003; FREIRE, 2011; LACERDA, 2008; MEDRADO, 2012, e outros). Predominam, de modo geral, a figura do vaqueiro, no trabalho com o gado, e, depois, a do lavrador, na cultura de cereais, marcando as relações de trabalho na região.

No século XX, nesse espaço do semiárido, passou a prevalecer a agricultura de subsistência, com o cultivo de espécies de ciclos rápidos (milho, feijão e mandioca) ou vegetais adaptados a períodos de grande estiagem (sisal). O trabalho com sisal, que, durante muito tempo, constituiu-se a base econômica da região, associou-se, de várias formas, à anterior pecuária extensiva (SANTOS; NETO; SILVA, 2015). E a produção agrícola dos pequenos produtores, às vezes, é complementada com a criação de pequenos rebanhos de bovinos e/ou caprinos, inclusive com a produção de leite em pequena escala. Tal cenário não é muito diferente do geral da Bahia, cuja população predominante, em meados do século XX, é a rural; conseqüentemente, a agricultura e a pecuária são os principais ramos da atividade econômica do Estado¹⁷.

Esses são alguns aspectos que caracterizam o espaço/tempo em que as cartas foram produzidas e recebidas; no entanto, as enviadas de outros locais do Brasil refletem o processo de migração interna, quando muitos sertanejos saem do Estado em busca de trabalho nas grandes cidades, especialmente em São Paulo, principal centro indus-

17 Em algumas entrevistas-narrativas produzidas durante esta pesquisa, as dificuldades financeiras e com o trabalho na roça são muito enfatizadas pelos sertanejos, como é expresso neste trecho: “[...] e naquele tempo eu pegava mais meu pai em cinquenta e dois numa seca que teve... eu pegava uma xica de farinha... uma xica de farinha daquela de tomar café... e botava numa mochila ia trabalhar no garimpo carregano cesto de barro na cabeça e comia aquelas... aquela farinha seca meio dia e bebia água [...]” (AFS).

trial do país. O período em que há uma maior concentração de cartas, as décadas de 50, 60 e 70, é marcado por um aumento considerável do êxodo rural, devido ao crescimento industrial, por um lado, e, por outro, às dificuldades com o trabalho agrícola, dada a ausência de políticas públicas voltadas para a convivência com os longos períodos de estiagem, por exemplo¹⁸.

Em relação aos aspectos demográficos, a publicação, pelo IBGE, em 1958, da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, contendo informações baseadas no censo de 1950 – época em que viveram muitos dos redatores das cartas –, apresenta um panorama de alguns dados relativos a esses municípios; destaca-se, aqui, a distribuição da população alfabetizada. A tabela a seguir resume o percentual dos “que sabem ler e escrever” em Riachão do Jacuípe e Conceição do Coité,[□] em meados do século XX, segundo essa obra:

Tabela 7 – Distribuição da população, de 5 anos e mais, que sabem ler e escrever – censo de 1950

Municípios	População de 5 anos e mais	Que sabe ler e escrever		
		Homens	Mulheres	Total
Riachão do Jacuípe	33.832	3.418/10,1%	2.877/8,5%	6.295/18,6
Conceição do Coité	31.388	4.254/13,5%	2.294/7,3%	6.548/20,8

Fonte: dados do IBGE, 1958, p. 156 e 184.

Evitando uma leitura anacrônica para os dados apresentados na tabela, é preciso considerar que o parâmetro de alfabetização, utilizado pelo censo de 1950, é o que se entende como *sabendo ler e escrever*, as pessoas *capazes de ler e escrever um bilhete simples*, não sendo consideradas aquelas que apenas assinassem o próprio nome. Reconhecem-se as imprecisões e subjetividades que subjazem ao critério de considerar alfabetizadas as pessoas que *declararam* ser

18 O município de Ichu, nessa época, ainda não havia sido desmembrado de Riachão do Jacuípe.

capazes de ler e escrever, já que isso implica um julgamento sobre a própria condição; e “[...] a condição de analfabeto vem carregada de preconceitos, discriminação e estigmatização”, como comenta Ferraro (2002, p. 32)¹⁹.

O percentual de alfabetizados apresentado para esses dois municípios (Riachão, 18,6%; Coité, 20,8%) é um pouco mais baixo em relação à quota de alfabetização informada para o conjunto do Estado da Bahia, de 27,2%.

Dada a pouca presença de escolas na região, na primeira metade do século XX, principalmente na zona rural, de onde os redatores das cartas são originários, torna-se difícil recuperar indícios sobre como se deu, efetivamente, o processo de aquisição da leitura e da escrita, por meio apenas das fontes oficiais/institucionais; as vias devem ser outras e, por isso, a história oral foi uma das alternativas, contribuindo para a obtenção de indícios acerca do processo de aquisição da leitura e da escrita dos sertanejos a partir de espaços extraescolares (SANTIAGO, 2021).

EM SÍNTESE

As cartas pessoais, localizadas em 8 acervos pessoais, na zona rural dos municípios de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu, são a correspondência ativa e passiva de sertanejos que fazem parte de um contexto sócio-histórico comum. Esses documentos foram editados nas versões semidiplomática, com fac-símile, e modernizada. A verificação de aspectos relacionados à dimensão externa da escrita permite concluir que:

19 Para uma discussão sobre as concepções e os critérios que envolvem os censos demográficos em relação ao analfabetismo, cf. Ferraro (2002) e Soares (2006).

- a. os manuscritos, de modo geral, estão em bom estado de conservação, apesar de alguns apresentarem desgaste e escurecimento do papel, devido às precárias condições de armazenamento;
- b. as cartas foram trocadas em relações simétricas, por familiares, compadres, amigos e namorados, para obter notícias familiares, fazer pedidos, manifestar afeto e expressar saudade;
- c. as cartas foram escritas ao longo do século XX, com uma maior concentração de documentos nas décadas de 1950, 1960 e 1970. São 98 cartas escritas na Bahia (67 datadas e 31 não datadas), principalmente em fazendas diversas de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu. As demais foram escritas em São Paulo e Brasília;
- d. os 53 remetentes são lavradores, com baixa escolarização, baianos naturais de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu (apenas uma redatora é natural do município de Pintadas). Nasceram entre o século XIX (4 remetentes) e a década de 1970;
- e. os 28 destinatários fazem parte do mesmo contexto sociocultural dos remetentes.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Atos do Governo da Província 1861**. Maço nº 972.581, Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, Seção Colonial e Provincial. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/2_Pombalino/atos_governo_provincia_1835_1848.htm. Acesso em: 24 fev. 2018.

BAHIA. **Leis e Resoluções da Província da Bahia**, n. 1.448-1.588, votadas em 1875. Bahia: Imprensa Econômica, 1875. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/2_Pombalino/1_indice_leis_assembleia_legislativa_bahia_1835_1838.htm. Acesso em: 24 fev. 2018.

BARBOSA, Afranio Gonçalves. O controle de marcas de inabilidade na escrita alfabética e a identificação das *mãos inábeis* em *corpora* histórico-diacrônicos. **Revista da ABRALIN**, v. 16, n. 2, p. 19-43, Jan./Fev./Mar./Abr. 2017. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/51997/32039>. Acesso em: 09 mai. 2017.

BARBOSA, Afranio Gonçalves. **Para uma história do português colonial**: aspectos linguísticos em cartas do comércio. 1999. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

BLANCHE-BENVENISTE, Claire. Les unités: langue écrite, langue orale. *In*: PONTECORVO, Clotilde; BLANCHE-BENVENISTE, Claire. (ed.). **Proceedings of the workshop on Orality versus Literacy**: concepts, methods and data. Siena, Italy, 24-26 September 1992. Estrasburgo: Science European Foundation, 1993. p. 133-194.

CARNEIRO, Zenaide de O. Novais. (org.). **Cartas brasileiras (1809-2000)**: coletânea de fontes para o estudo do português. Feira de Santana: UEFS, 2011.

CARNEIRO, Zenaide de O. Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. Demografia e norma linguística no semiárido baiano nos séculos XVIII e XIX: uma introdução. *In*: NEVES, Erivaldo Fagundes. (org.). **Sertões da Bahia** – Formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: Arcádia, 2011. p. 599-617.

CARNEIRO, Zenaide de O. Novais; LACERDA, Mariana F. de Oliveira; SANTIAGO, Huda da Silva. *Corpus* eletrônico de documentos históricos do sertão: as cartas de inábeis. **A Cor das Letras**, Feira de Santana, v. 17, n. 1, p. 127-143, 2016. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1463>. Acesso em: 26 jun. 2017.

Corpus CE-DOHS. **Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (FAPESB 5566/2010 - Consepe UEFS 202/2010)**. Coordenado por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda(UEFS). [Projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro (CNPq. 401433/2009-9 - Consepe UEFS 102/2009). (CNPq. Processo 401433/2009-9/ Consepe: 102/2009) Disponível em: www.uefs.br/cedohs. Acesso em: 04 jan. 2019.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os Censos? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar nem tanto à terra**: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, Rio de Janeiro, RJ, 1958. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>. Acesso em: 11 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Municípios do Semiárido Brasileiro**, 2007. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_regionais/sociedade_e_economia/semi_arido/lista_municipios_semiarido.pdf. Acesso em: 03 fev. 2018.

LACERDA, Ana Paula C. Trabuco. **Caminhos da liberdade: a escravidão em Serrinha-Bahia (1868-1888)**. 2008. 127 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/8840>. Acesso em: 03 fev. 2018.

LOBÃO, Jocimara S. Britto; SILVA, Barbara-Christine M. Nentwig. **Análise socioambiental na região semiárida da Bahia: geoprocessamento como subsídio ao ordenamento territorial**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013.

MARQUILHAS, Rita. **A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MARQUILHAS, Rita. Grandes marges: Une approche sociopragmatique de textes manuscrits et de leurs graphismes. In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio. (org.). **Culturas del escrito en el mundo occidental: del Renacimiento a la contemporaneidad** [online]. Madri: Casa de Velázquez, 2015. Disponível em: <http://books.openedition.org/cvz/1336>. Acesso em: 27 nov. 2017.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (org.). **Para a história do português brasileiro: primeiros estudos**. t. II. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP/FAPESP, 2001.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Reflexões e questionamentos sobre a constituição de *corpora* para o projeto Para a história do português brasileiro. In: DUARTE, M. E. L.; CALLOU, D. (org.). **Para a história do português brasileiro – Notícias de corpora e outros estudos**. v. 4. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ; FAPERJ, 2002. p. 17-28.

MEDRADO, Joana. **Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Crônica, memória e história: formação historiográfica dos sertões da Bahia**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.

OLIVEIRA, Klebson. **Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico**. 2006. 3 v. 1144 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

OLIVEIRA, Klebson; LOBO, Tânia Conceição Freire. O nome dela era Rosa: epistolografia de uma ex-escrava no Brasil do século XVIII. In: LOBO, Tânia C. F.; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais *et al.* (o.). **ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 623-646.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara; KEPLER, Fabio N. **E-Dictor: Uma ferramenta integrada para a anotação de edição e classe de palavras**. VI Encontro de Linguística de *Corpus*, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.ime.usp.br/~tycho/participants/psousa/edictor/presentation/edictor_2007.html. Acesso em: 19 fev. 2018.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara; KEPLER, Fabio N.; FARIA, Pablo P. F. **e-Dictor**. Versão 1.0 beta 10, 2013. Programa de Computador. Disponível em: <http://edictor.net/download/>. Acesso em: 19 fev. 2018.

PETRUCCI, Armando. Scrittura, alfabetismo ed educazione grafica nella Roma del primo cinquecento: da um libretto di conti di Maddalena Pizzicarola in Trastevere. **Scrittura e Civiltá**, Roma, n. 3, p. 163-207, 1978.

RIOS, Iara Nancy Araújo. **Nossa Senhora da Conceição do Coité**: poder e política no século XIX. 2003. 155 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2003_rios_lara_nancy_araujo_nossa_senhora_da_conceicao_do_coite_poder_e_politica_no_seculo_xix.pdf. Acesso em: 03 fev. 2018.

SANTIAGO, Huda da Silva. **A escrita por “mãos inábeis”**: uma proposta de caracterização. 2019. Tese (Doutorado em Língua e Cultura). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29323>. Acesso em: 24 set. 2022.

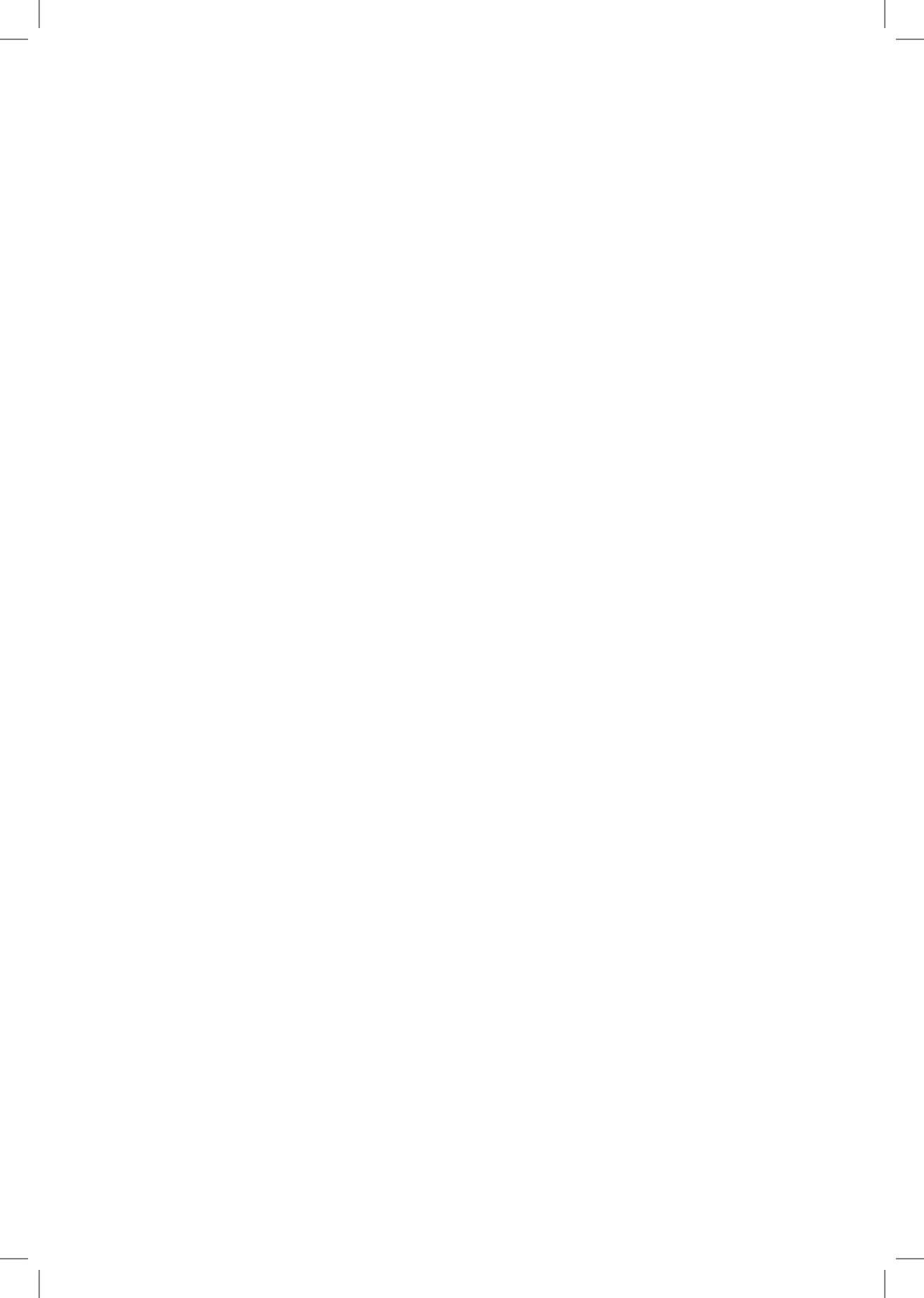
SANTIAGO, Huda da Silva. Processos e espaços de participação na cultura escrita no sertão baiano (século XX). **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 68, p. 615–647, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/39016>. Acesso em: 26 set. 2022.

SANTIAGO, Huda da Silva. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano**. 2012. 2v. 421 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTOS, Edinússia M. C.; NETO, Agripino S. C.; SILVA, Onildo A. da. De Região Sisaleira a Território do Sisal: desvelando as nuances do processo de delimitação da diferenciação espacial no Semiárido Baiano. **GeoTextos**, vol. 11, n. 2, p. 131-151, 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/13472>. Acesso em: 4 fev. 2018.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. 2010. 433 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TELLES, Célia Marques. Textos escritos por mãos inábeis, sua importância para o estudo da fonologia. **Calidoscópio** (UNISINOS), v. 6, p. 28-36, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/5243-16599-1-SM.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.



OS PRONOMES DE 2ª PESSOA¹

Elane Santos e Santos
(UEFS/PPGEL)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Apresenta-se, neste estudo, a variação entre as formas de referência à segunda pessoa do discurso, na posição de sujeito, na amostra composta por 91 cartas de sertanejos baianos (SANTIAGO, 2012).

Nos últimos anos, diversos estudos têm apontado divergências no sistema de tratamento nas regiões brasileiras. Sabe-se que o português herdou do latim um sistema dual de referência à segunda pessoa: *Tu*, no singular, e *Vós*, no plural; entretanto, de acordo com Cintra (1986 [1972]), no Brasil, houve a fixação de duas formas, na esfera íntima, para referência à segunda pessoa do discurso no singular: *Tu* e *Você*.

Lopes e Duarte (2007) relatam que, através da união do paradigma de 2ª com o de 3ª pessoa do singular e com a supressão do paradigma de 2ª pessoa do plural, por meio das possibilidades combinatórias de *você* com *te~lhe*, *teu~seu/tua~sua*, etc., e de *vocês* com *lhes~vocês*, etc., o pronome *você* já se encontra “[...] perfeitamente integrado ao sistema

1 Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado da autora, intitulada *Para a história do português popular brasileiro: o sistema de tratamento em cartas baianas do século XX*, realizada com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no âmbito do Programa de Pós- Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e defendida em 2019.

de pronomes pessoais, substituindo *tu* em grande parte do território nacional ou convivendo com *tu* sem que o verbo traga a marca distintiva da chamada ‘segunda pessoa direta’.” (LOPES; DUARTE, 2007, p. 1).

Além disso, estudos recentes também apontam que as formas do paradigma pronominal *tu* mostram-se vivas no uso do clítico *te* (e variantes), que se revela vigoroso, conforme as pesquisas de Lopes, Rumeu e Carneiro (2013), Lopes e Duarte (2007), entre outras. Portanto, percebe-se que os resultados da variação existente entre as formas de tratamento em referência à segunda pessoa do singular no Brasil apresentam particularidades a depender do contexto em que são utilizadas. Nesse sentido, buscou-se descrever a variação entre as formas de tratamento, em um *corpus* baiano representativo do português popular do século XX, contribuindo com os estudos sobre o português do Brasil e com o entendimento do nosso quadro pronominal atual.

Assim sendo, esta pesquisa encontra-se inserida no âmbito da Linguística Histórica sócio-histórica (MATTOS; SILVA, 2008a), que contempla os fatores extralinguísticos, ou sociais, e os intralinguísticos, com análise fundamentada no aparato metodológico da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]), pela qual o social é concebido como um contexto importante na constituição linguística, de modo que a língua é vista como um conjunto de regras mutáveis, cuja estrutura é ordenada na comunidade de fala.

A REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO PRONOMINAL DA 2ª PESSOA NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Com a entrada do *você* no quadro pronominal do português brasileiro (doravante PB), em referência à segunda pessoa do discurso, observou-se uma série de acontecimentos nas demais classes gramaticais. Conforme Castilho (2010), a reestruturação ocorrida atinge outros pronomes do sistema, a morfologia verbal, a concordância verbal e a estrutura opera-

cional da sentença. O autor aponta que, atualmente, existe uma discussão com relação àquilo que os pronomes da P1 (1ª pessoa) e P2 (2ª pessoa) substituem, contrapostos aos pronomes de P3 (3ª pessoa). De acordo com o autor, as línguas naturais constituem seu quadro pronominal, beneficiando a categorização das pessoas do discurso, dos lugares ocupados por elas no espaço físico e de seu tempo. Com isso, os pronomes estabelecem-se como essencialmente dêiticos, enquanto o pronome de terceira pessoa insere, no quadro pronominal, a característica de resgatar assuntos já referidos. Assim, a terceira pessoa trouxe ao quadro pronominal um caráter anafórico, pois, enquanto a dêixis indica um lugar físico, a anáfora determina um lugar abstrato. Portanto, a partir disso, houve um acréscimo de propriedades nas categorias cognitivas de movimento, pessoa e tempo dos pronomes.

Desse modo, observa-se que, na primeira pessoa do plural, o pronome *nós* tem sido substituído pelo sintagma nominal *a gente*; na segunda pessoa do singular, diversas pesquisas demonstram que o *tu* tem sido substituído pela forma *você* em grande parte do território brasileiro. Segundo Castilho (2010), essa forma tem origem nominal no tratamento *Vossa Mercê* e surge gramaticalizada a partir de alterações ocorridas nos seguintes domínios: alterações fonológicas bilineares (derivação de *Vossa Mercê* > *vosmecê* > *você* > *ocê* > *cê*); alterações sintáticas (em que um sintagma nominal passa a ser utilizado como pronome pessoal); e alterações pragmáticas (inicialmente, o tratamento *Vossa Mercê* era destinado aos reis; posteriormente, com a ampliação dos domínios da burguesia, passou a ser utilizado por essa classe também, como forma de respeito; o *você*, entretanto, oriundo de *Vossa Mercê*, passou a ser utilizado para o tratamento entre iguais, e a forma *o/a senhor/a* se configurou como tratamento cerimonioso). Conforme o autor, nas regiões brasileiras em que o pronome *tu* vigora, o uso do *você* passa a demonstrar distanciamento, e onde o *tu* já não é mais frequente, o pronome e os seus derivados surgem quando se deseja atingir o distanciamento.

Scherre *et al.* (2015) apresentam uma releitura da proposta de mapeamento da alternância *tu/você* no PB, apresentada em Scherre *et al.* (2009); essa proposta foi elaborada em seis subsistemas que levam em conta a concordância feita pelo pronome, a saber: só *você*, *tu* com concordância baixa, *tu* com concordância alta, *tu/você* com concordância baixa, *tu/você* com concordância média e *você/tu* sem concordância. De acordo com os autores, o subsistema só *você* é suprarregional, ou seja, pode ser encontrado em algumas localidades das cinco regiões brasileiras.

Lopes e Cavalcante (2011) fazem uma síntese dos subsistemas apresentados em Scherre *et al.* (2009); segundo as autoras, coexistem, no PB, três subsistemas de tratamento na posição de sujeito: o primeiro é o de *você* exclusivo ou prioritário; o segundo refere-se ao uso de *tu* preponderante com ou sem concordância; e o terceiro evidencia o emprego de *você/tu*. Para as autoras, o subsistema de *você* exclusivo pode ser encontrado na maior parte das regiões brasileiras, contudo o subsistema identificado em localidades de todas as regiões brasileiras é o de *Você/Tu*.

A METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa insere-se no campo da Linguística Histórica sócio-histórica, conforme Mattos e Silva (2008a), que considera os fatores extralinguísticos ou sociais e os intralinguísticos, com análise fundamentada no aparato metodológico da Sociolinguística Variacionista, defendida por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) e Labov (2008 [1972]). Os resultados qualitativos e quantitativos das formas nominais e pronominais de tratamento encontradas no *corpus* analisado seguiram um dos fundamentais pontos tratados pela pesquisa sociolinguística laboviana, que são os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos que atuam paralelamente, em níveis distintos, nas ocorrências de variação e mudança. Por esta razão, procurou-se observar quais fatores condicionam

a variação entre as formas de referência à segunda pessoa nas cartas de sertanejos baianos. Para isso, levaram-se em conta 10 grupos de fatores, como se pode observar no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Os grupos de fatores analisados

VARIÁVEL DEPENDENTE	Referência à 2ª pessoa do discurso no singular
VARIÁVEIS INDEPENDENTES LINGUÍSTICAS	Paralelismo discursivo
	Tipo de frase
VARIÁVEIS INDEPENDENTES EXTRALINGUÍSTICAS	Naturalidade dos remetentes
	Localização do remetente quando da escrita da carta
	Relação entre remetente e destinatário
	Faixa etária dos redatores quando da escrita das cartas
	Sexo do redator
	Contexto de aprendizagem
	Tipologia das cartas
Data de escrita das cartas	

Fonte: elaboração própria.

Para quantificação das ocorrências em cada grupo de fatores, utilizou-se o programa computacional de análise estatística *GoldVarb X* (cf. SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). O programa trata os dados estatisticamente, pois avalia, quantitativamente, o efeito de atuação de cada grupo de fatores, além da interação entre os vários grupos de fatores, determinando a frequência, o peso relativo² e sua relevância estatística. Desse modo, a partir de um panorama geral de frequências de uso, obtido pela análise quantitativa, foi possível verificar os contextos que possibilitaram o emprego das formas tratamentais pelos remetentes das cartas. A seguir, apresentam-se os resultados obtidos através da análise quantitativa e qualitativa dos dados.

2 Em razão da pouca quantidade de ocorrências e por estar trabalhando com uma variável dependente enéaria, decidiu-se não utilizar a “rodada” dos pesos relativos, trabalhando apenas com a frequência de uso dos dados.

UMA ANÁLISE SOBRE AS FORMAS DE TRATAMENTO NAS CARTAS DE SERTANEJOS BAIANOS

Nesta seção, busca-se apresentar as formas tratamentais encontradas nas cartas de sertanejos baianos, que fazem referência ao interlocutor, na posição de sujeito pleno. O Quadro 2, a seguir, apresenta os resultados:

Quadro 2 – Distribuição geral das formas tratamentais em posição de sujeito

Formas tratamentais	Total
Você	51
Vosmecê	25
Tu	1
O/a senhor/a	76
Total	153

Fonte: elaboração própria.

Em toda a amostra, identificaram-se apenas dois dados do pronome *tu*, sendo que um não foi contabilizado, por encontrar-se isolado do contexto, utilizado como frase nominal na margem inferior da carta, abaixo do desenho de dois corações. Os exemplos³ (01) e (02), abaixo, apresentam tais ocorrências:

(01) “EU E **TU**” (AHC– 54)

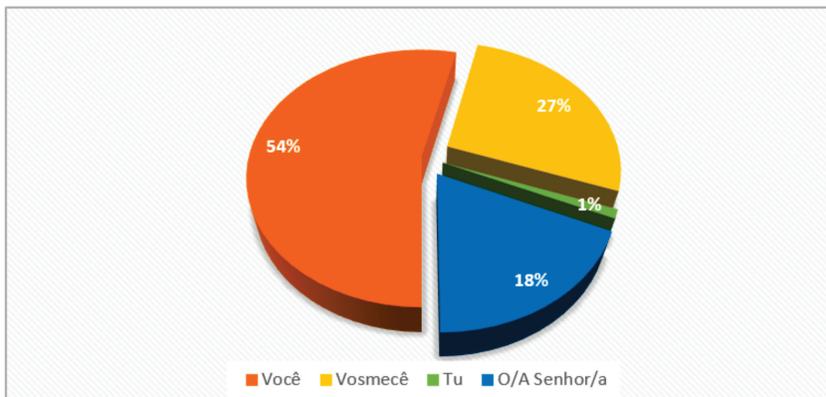
(02) “[...] **tu** da| um abraço ni ana” (FPS – 47)

Por conseguinte, o levantamento das formas tratamentais plenas encontradas no *corpus* revelaram que a variação concentra-se entre os dados de *o/a senhor/a*, *você* e *vosmecê*. Ao verificar tais formas tratamentais, observou-se que os altos índices de uso do pronome de tratamento *o/a senhor/a* referiam-se à produção escrita do remetente Antonio

³ As ocorrências no *corpus* em estudo apresentam variação gráfica, aspecto analisado no trabalho de Santiago (2012).

Fortunato da Silva, detentor de 26 cartas. Portanto, das 76 formas de *o/a senhor/a* encontradas no *corpus*, 59 ocorrências (77,6%) foram escritas por este remetente a um casal de amigos: 25 cartas para João Carneiro de Oliveira e 1 carta para Almerinda Maria de Oliveira. Dessa forma, visando a proporcionar uma análise equilibrada e que pudesse fornecer indícios do sistema de tratamento presente no interior da Bahia, do século XX, decidiu-se retirar da análise geral as 25 cartas escritas por Antonio Fortunato da Silva para João Carneiro de Oliveira e analisá-las em seção separada⁴. Assim sendo, a Figura 1, a seguir, evidencia a frequência de uso das formas treatmentais a serem analisadas nas subseções seguintes:

Figura 1– O tratamento na posição de sujeito nas cartas de sertanejos baianos



Fonte: elaboração própria.

Os resultados gerais apresentaram um total de 93 ocorrências de formas de tratamento em posição de sujeito. A forma *você* obtém maior destaque, com 54% de produtividade (50 ocorrências), seguida da forma *vosmecê*, com 27% (25 ocorrências), e o tratamento *o/a senhor/a* com 18% de produtividade (17 ocorrências). O pronome *tu* registrou apenas uma ocorrência em posição de sujeito pleno. A seguir, apresentam-se alguns exemplos dos tratamentos encontrados no *corpus* de sertanejos baianos:

⁴ Sobre essa questão, em pormenor, consultar Santos (2019).

(03) “[...] **você** entregue este| bilete a datinho” (MC – 36)

(04) “[...] Agora Comadre **vosomece** dei muita| lembrança i um Aperto di mão| A compadri Antonio que eu mando|” (JMS – 66)

(05) “[...] **u senhor** dar| Lembrança a Pedro e a Françisca” (JCO– 31)

Com base nos resultados revelados pela análise quantitativa, buscase, nas subseções seguintes, apresentar quais fatores condicionam o uso das formas de tratamento no *corpus*. Primeiramente, serão apresentadas as variáveis internas, ou linguísticas: *paralelismo discursivo e tipo de frase*; e, posteriormente, as externas, ou extralinguísticas: *naturalidade dos remetentes, localização do remetente quando da escrita da carta, relação entre remetente e destinatário, faixa etária dos redatores quando da escrita das cartas, sexo do redator, contexto de aprendizagem, tipologia das cartas e data de escrita das cartas*.

PARALELISMO DISCURSIVO

A análise dessa variável possibilitou controlar a combinação de formas tratamentais em uma mesma carta. Trabalhou-se com a hipótese de Martins (2010), em que a análise deste grupo se sustenta, “[...] na premissa de que a produção linguística de uma série de referências pronominais de segunda pessoa pelo mesmo falante tende a favorecer a repetição do primeiro da série” (MARTINS, 2010, p. 74). A Tabela 1, adiante, apresenta a frequência geral das formas tratamentais *você, o/a senhor/ae vosomecê*:

Tabela 1 – O paralelismo discursivo nas cartas de sertanejos baianos

<i>Fatores</i>	<i>Formas</i>			<i>Total</i>
	<i>Você</i>	<i>O/A Senhor/a</i>	<i>Vosmecê</i>	
<i>Primeiro da série não precedido</i>	14/22(63%)	6/22(27%)	2/22(10%)	22/92(24%)
<i>Isolado não precedido</i>	5/8(62,5%)	2/8(25%)	1/8(12,5%)	8/92(8,7%)
<i>Precedido de você</i>	31/31(100%)	-	-	31/92(33,7%)
<i>Precedido de o/a senhor/a</i>	-	8/8(100%)	-	8/92(8,7%)
<i>Precedido de vosmecê</i>	-	1/23(4,3%)	22/23(95,7%)	23/92(25%)
<i>Total</i>				92/92(100%)

Fonte: elaboração própria.

Os resultados expostos na Tabela 1 indicam que o fator *primeiro da série não precedido* apresenta uma maior utilização da forma *você*, com 63% de frequência (14 ocorrências), em relação aos tratamentos de *o/a senhor/a*, que obtiveram 27% de produtividade (6 ocorrências), e *vosmecê*, que expôs 10% de frequência (2 ocorrências). No que se refere aos dados gerais, sabe-se que o *corpus* apresenta maior índice percentual de uso da forma *você*; com isso, segundo a hipótese testada, a realização de uma série de referências à segunda pessoa pelo mesmo falante tende a propiciar a repetição do primeiro elemento da série, que, nesse caso, apresentou maior produtividade da forma *você*, como se pode observar através do exemplo abaixo:

(06) “[...] Oi Dalva estar bem espero que| **voce** esteja com saúde aqui estar| todos com saude graças a Deus.| Eu fiz uma ótima viagem deu| tudo certo com eu inmaginava eu xegei| cinco [.] H^a da tarde na Fazenda. Aqui|meu amo eu inmagino com e dura a| nossa saudade cerar que **você** lembra| o dia douze eu não vou esquecer.” (RAC – 85)

Em relação ao *fator isolado não precedido*, nota-se que, dos oito dados encontrados, cinco correspondem à forma *você* (62,5%); dois referem-se à forma *o/a senhor/a* (25%) e apenas um dado diz respeito ao tratamento *vosemecê* (12,5%). Apesar da pouca quantidade de dados, pode-se inferir que, quando o tratamento utilizado se encontra isolado de outras formas, o pronome *você* demonstra uso preponderante.

(07) “[...] João o fim desta doas linha e somente| para **voce** falar com os menino que venha| para dar uma asinatura da casa do Ichu| que vendiro e precisa da asinatura de todos| e venha de ano novo que estamos esperando| eu e todos estamos enpaz graça Deus e| Nada Mais do seu Irmão|” (MCO – 35)

A análise do fator *precedido por você* revela que, quando esta forma é empregada, há uma inclinação à sua reutilização, isso pode ser percebido através do uso categórico de *você* (100%) nesse fator, com 31 ocorrências:

(08) “[...]S ceu pai não ge| gi [.] **voce** conciga o nocu Romaci e **voce**| ge [.] temina com migo peri e mi responda” (JMA– 64)

Se o fator formas *precedidas de você*, apresentou-se como contexto que beneficia a utilização das formas de *você*, já era de esperar que o fator formas *precedidas de o/a senhor/a* propiciasse o uso de *o/a senhor/a*. Sendo assim, nesta variante, tais formas nominais também apresentaram uso categórico, com produtividade de oito dados. Esses resultados também contribuem para confirmar a hipótese inicial de que formas pronominais precedentes tendem a propiciar o prosseguimento de suas formas, contudo é necessário considerar que, na amostra em análise, também foram encontradas séries em que há alternância de variantes, como veremos a seguir.

Ao verificar o fator formas precedidas de *vosmecê*, observou-se o uso majoritário dessa forma nominal de tratamento (95,7% - 22 ocorrências); entretanto este fator evidenciou uma ocorrência de outro tratamento, a forma nominal *o/a senhor/a* (4,3%), situação que não ocorreu em outras variantes precedidas por formas tratamentais. Esse fato pode ter ocorrido, em razão de a forma *vosmecê*, utilizada sobretudo nas cartas do início do século XX (1906-1910), ainda resguardar um caráter cerimonioso da sua antiga forma nominal *vossa mercê*, especialmente por ter sido encontrada em relações *simétricas menos solidárias*. Esse traço de cortesia também é característico da forma *o/a senhor/a*, reconhecida como tratamento polido/cerimonioso. Abaixo, apresenta-se o exemplo desta ocorrência e de formas precedidas por *vosmecê*:

(09) “[...] esta| com 3 ou 4 carta que **vosmece** me escrevi i eu| não lhe areponderir nem uma então| hojin chegou a occazião di eu lhe comta os meus pascado para ver [...] si| pur meio dessa eu posso colher as suas| noticias [...] si e uma das pescoas que eu estimo| **a Senhora** e uma dellas pur eu não lhe escrever di sempri como lhi escrevi<↑a>| esto não hostra que eu não mi esqueco| di **vosmecê**” (JMS– 66)

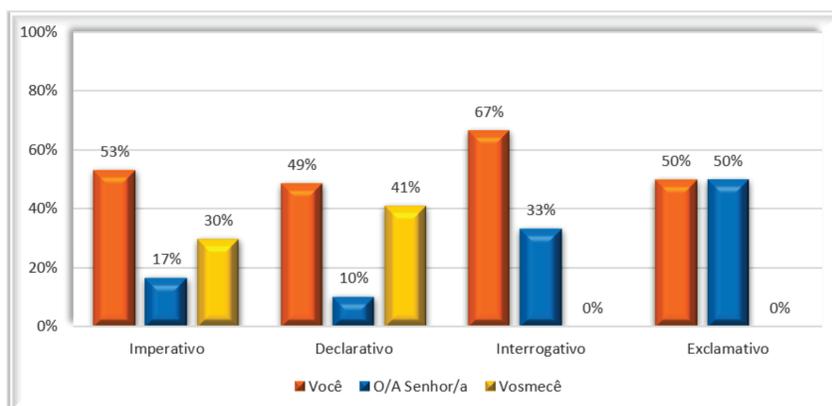
(10) “[...] **vosmece** devi esta bem tristi com migo| mas no mesmo [...] tempo **vosmece** bem| podi saber que entri nois não entra| contrariedadadi eu [?] lhi amar| não tem dia i mem hora” (JMS– 67)

Portanto, verifica-se que o pronome *você*, nas cartas de sertanejos baianos do século XX, demonstra ser produtivo nos contextos funcionais de *paralelismo discursivo*, ocorrendo de forma preponderante na maior parte das variantes em estudo; desse modo, observa-se a confirmação da hipótese testada, na qual o primeiro elemento de uma série inclina-se a contribuir para a sua repetição ao longo de uma produção linguística. Entretanto, também se observa que outros fatores podem influenciar na utilização de determinadas formas tratamentais, pois houve, nessa variável, um caso de forma tratamental precedida por outra forma.

TIPO DE FRASE

A análise dessa variável possibilitou verificar se o uso das formas tratamentais poderia ser condicionado em razão do tipo do enunciado. Andrade (2010), ao analisar a variação entre as formas *tu*, *você* e *cê* em uma amostra constituída por dados orais da cidade de Brasília, observou que o uso de *tu* e *cê* mostrou-se favorecido por enunciados interrogativos, enquanto a variante *você* foi desfavorecida, segundo a autora: “A hipótese para medir esse fator surgiu a partir da percepção de que, em orações mais exaltadas, com entonação mais emotiva ou “cantada” (tom alto ou ascendente), a ocorrência de *tu* parece ser favorecida” (ANDRADE, 2010, p. 107). Assim, visando a constatar se o tipo de frase poderia influenciar no uso de determinadas formas tratamentais, em uma amostra manuscrita, analisaram-se os enunciados declarativos, interrogativos, exclamativos e imperativos que continham as formas tratamentais no *corpus*. Nesse sentido, mesmo com a falta de sinais de pontuação na amostra, foi possível controlar os enunciados, através do contexto. A Figura 2, a seguir, apresenta os resultados:

Figura 2 – O uso das formas de tratamento em relação ao tipo de frase



Fonte: elaboração própria.

Conforme retrata a Figura 2, de modo geral, a forma *você* demonstra ser mais utilizada, exceto em enunciados do tipo exclamativo, em que a forma *o/a senhor/a* aparece desempenhando os mesmos índices percentuais do *você*. As orações imperativas, que são aquelas utilizadas para expressar um pedido, ordem, convite, etc., apresentaram maior produtividade da forma *você*, com 53% de frequência (16 dados), seguida de *vosmecê*, com 30% de produtividade (9 dados), tendo a forma *o/a senhor/a* alcançado 17% de produtividade (5 dados), como se pode observar nos exemplos (11) a (13):

(11) “[...] e **você** pitanga tomi| comta de minhas galinhas i minha| Por-
qua” (MC – 37)

(12) “[...] minha Comadre vou lhi| pedir um favor [.] **vosmece**| fasca
uma vizita a Garcina| i dei um aperto di mão a maria| i a Nenen i diga a
sinhora|” (JMS– 67)

(13) “[...] Conpade **o senhora** pase uma| bensão ni antonia i nos [.]
utros” (LFO– 32)

Os enunciados declarativos retratam a constatação de determinado fato pelo locutor. Nesse tipo de oração, houve maior produtividade da forma *você*, apresentando frequência de uso em torno de 49% (19 ocorrências), seguida da forma *vosmecê*, com 41% de produtividade (16 ocorrências); já as formas de *o/a senhor/a*, nesse contexto, alcançaram índices percentuais ao redor de 10% (4 dados). Os exemplos abaixo apresentam o uso de tais formas em enunciados declarativos:

(14) “[...] Bom Pitanga si **você** [.] não vendêu u|Jumento não tem que
vender” (SFS – 40)

(15) “[...] masno mesmo [.] tempo **vosmece** bem| podi saber que entri
nois não entra| contrariedade” (JMS– 67)

(16) “[...] commadi foi a maor Aligiar| que eu tivi na mia vida comdo| a **cinhor** min esqueveu” (AFS – 45)

As orações interrogativas, utilizadas especialmente para fazer questionamentos ao interlocutor, também apresentaram maior contexto de uso da forma *você*, com 67% de frequência (14 ocorrências), seguida da forma *o/a senhor/a*, que alcançou maiores índices percentuais do que os apresentados nos contextos anteriores, com 33% de frequência (7 ocorrências). Não houve produção, nesse contexto, da forma de origem nominal *vosmecê*. Os exemplos abaixo são de orações interrogativas:

(17) “[...] commo vai| a **cinhora** di saudi com ceu| filinhos” (AFS – 45)

(18) “[...] O que foi que aconteceu que **voce** não veio” (AHC – 58)

As orações exclamativas desempenham a função de exprimir a natureza das emoções do locutor. Assim sendo, o *corpus* em análise apresentou poucas ocorrências de formas tratamentais nesse tipo de enunciado: apenas 1 dados de *o/a senhor/a* e 1 dado de *você*, tendo ambas as formas apresentado 50% de produtividade. Não houve produção da forma *vosmecê* nesse tipo de frase, como se pode observar nos exemplos abaixo:

(19) “[...] se a **senhora**| queria me perdôe|” (MMO– 76)

(20) “[...] **voçê** é, tudo| eu peço que você apareça” (AHC – 54)

Sendo assim, os resultados apresentados indicam que *você*, no *corpus* em análise, é amplamente beneficiado em praticamente todos os tipos de enunciados observados (interrogativos, imperativos e declarativos), seguido de sua forma antecedente *vosmecê*, segunda forma mais empregada nos contextos imperativos e declarativos; o tratamento *o/a senhor/a* foi o segundo mais utilizado em enunciados interrogativos e

obteve a mesma frequência de uso do *você*, em enunciados exclamativos. Desse modo, ao averiguar o emprego das formas tratamentais e os tipos de frases, observou-se que, diferentemente do que ocorreu no estudo de Andrade (2010), em que as variantes *tu* e *cê* demonstraram ser favorecidas em orações de entonação mais ascendente, como as interrogativas, o *corpus* em estudo revela que o *você* é preponderantemente empregado em basicamente todos os contextos.

Por conseguinte, dando continuidade à análise, na próxima subseção, serão abordadas as motivações sociais em torno da utilização das variantes evidenciadas no *corpus* em estudo.

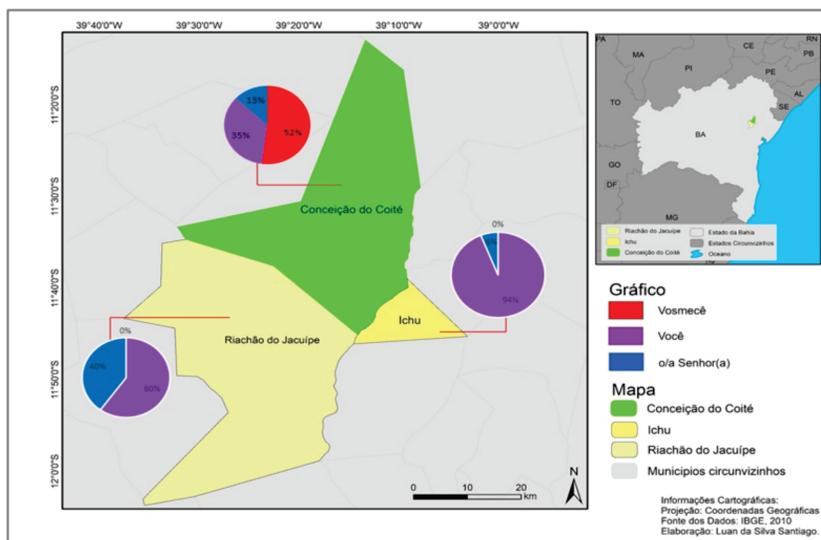
NATURALIDADE DOS REMETENTES

Esta variável proporciona analisar se a localidade em que os redatores estão inseridos reflete no uso das formas tratamentais. Sendo assim, o contexto social a ser investigado refere-se às comunidades baianas em que residem os remetentes, a saber: Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu. Logo, trabalha-se com a hipótese, partindo de Labov (2008 [1972]), de que a análise do contexto social em que os informantes estão inseridos pode revelar um sutil padrão de estratificação.

Dos 43 remetentes, foi possível verificar o local de nascimento de 38; destes, 24 são naturais de Riachão do Jacuípe, 12 são de Conceição do Coité e 2 do município de Ichu. Dos cinco remetentes que não puderam ter a confirmação da naturalidade, conforme Santiago (2012, p. 48), “[...] pode-se afirmar, todavia, por inferência, a partir das entrevistas realizadas com os destinatários e com alguns remetentes, e também pelo conteúdo das cartas, que são naturais dos mesmos municípios que os demais”. Dessa forma, dois desses redatores são oriundos do município de Riachão do Jacuípe, e três são da localidade de Conceição do Coité.

A Figura 3, a seguir, apresenta a frequência de uso das formas tratamentais nas localidades analisadas.

Figura 3 – As formas de tratamento em relação à naturalidade dos remetentes



Fonte: dados do IBGE. Elaboração de Luan Santiago.

De acordo com a Figura 3, os remetentes naturais do município de Riachão do Jacuípe apresentaram, em referência à 2ª pessoa do discurso no singular, maior frequência de uso da forma *você*, com 60% de produtividade (15 ocorrências); já o emprego de *o/a senhor/a* nessa localidade alcançou índices percentuais em torno de 40% (10 ocorrências), não havendo a produção da forma tratamental *vosmecê* nas cartas de remetentes desse município.

Os missivistas provenientes dos demais municípios analisados também apresentaram altos índices de uso da forma *você*: em Conceição do Coité, a forma tratamental *vosmecê* apresentou 52% de frequência (25 ocorrências), seguida de *você*, com 35% de produtividade (17 ocorrências), e *o/a senhor/a*, com 13% de produtividade (6 ocorrências). Vale salientar que apenas as cartas do início do século XX (1906-1908) apresentaram ocorrências de *vosmecê*, sendo que todas as missivas desse período foram produzidas por redatores de Conceição do Coité, não havendo cartas das outras localidades em análise, no período em questão.

Os redatores pertencentes ao município de Ichu apresentaram índice de uso do *você*, em torno de 94% (18 ocorrências), enquanto a forma *o/a senhor/a* alcançou 6% de produtividade (1 ocorrência).

Sendo assim, embora não conseguindo obter a mesma quantidade de cartas/remetentes para as localidades analisadas, a amostra em estudo apresenta a escrita de redatores provenientes do sertão baiano, em um período de pouco acesso à educação escolar. Entretanto, observou-se que o índice de produtividade do *você* e da sua antiga forma *vosmecê* são os mais altos. Esses resultados podem indicar como o *você* já se encontra implementado no sistema pronominal apresentado pelas cartas de sertanejos baianos, sendo amplamente empregado nos contextos situacionais do pronome *tu*, em praticamente todas as localidades analisadas.

LOCALIZAÇÃO DO REMETENTE QUANDO DA ESCRITA DA CARTA

Esta variável busca verificar a relação entre a localidade ou contexto social em que os remetentes estão inseridos e o uso das formas de tratamento. Trabalha-se com a hipótese de que a análise do contexto social se torna muito importante para o entendimento de fenômenos variáveis (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]).

Todos os remetentes são brasileiros, nascidos no estado da Bahia. Em 62 cartas, há indicação do local em que foram escritas, sendo que a maioria foi produzida na zona rural baiana, especialmente nos municípios de origem dos remetentes: Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu; 16 cartas foram escritas fora da Bahia: 15 em São Paulo e 1 em Goiás (Brasília). Nas cartas sem identificação da localidade, foi possível inferir, com base no conteúdo das mesmas e pela relação com outras cartas do mesmo remetente, que estas também foram, em sua quase totalidade, produzidas nas localidades mencionadas, a saber: 16 cartas em São Paulo, 7 na zona rural de Riachão do Jacuípe, 4 na zona rural de Conceição do Coité, 1 na zona rural de Ichu e 1 na zona rural de Candéal, perfazendo um total de 32 cartas escritas fora da Bahia.

Todavia, ao retirar da rodada as cartas produzidas por Antonio Fortunato da Silva, esta variável analisa apenas formas tratamentais encontradas em 6 cartas produzidas fora da Bahia; tendo as cartas produzidas na Bahia quantidade total de 59. Porém, mesmo estando diante de uma quantidade desproporcional em relação às variantes em análise, decidiu-se descrevê-las, buscando possíveis indícios de influência da localidade em que se encontra o redator para referência à segunda pessoa do discurso. A Tabela 2, a seguir, apresenta os resultados indicados pelo programa *GoldVarb X* para a variável em análise:

Tabela 2 – A referência à 2ª pessoa em relação à localização do remetente ao escrever a carta

<i>Fatores</i>	<i>Formas tratamentais</i>			<i>Total</i>
	<i>Você</i>	<i>O/a senhor/a</i>	<i>Vosmecê</i>	
<i>Cartas escritas na Bahia</i>	44/80(55%)	11/80(13,8%)	25/80(31,2%)	80/92(87%)
<i>Cartas escritas fora da Bahia</i>	6/12(50%)	6/12(50%)	-	12/92 (13%)
<i>Total</i>				92/92 (100%)

Fonte: elaboração própria.

De acordo com a Tabela 2, as cartas escritas na Bahia apresentaram maior frequência de uso do *você* (55%), 44 ocorrências, seguido da forma *vosmecê*, com 25 ocorrências (31,2%), e da forma *o/a senhor/a*, com 11 ocorrências (13,8%). Os poucos dados das cartas escritas por remetentes baianos fora da Bahia, residentes nos estados de São Paulo (São Paulo e Campinas) e Goiás (Brasília), demonstraram índices percentuais de uso idênticos para as formas *o/a senhor/a* e *você*, ambas com 6 ocorrências (50% de frequência); a forma *vosmecê* não apresentou produtividade em cartas escritas por redatores fora do território baiano.

Os estudos de Martins *et al.* (2015) sobre a implementação do *você* em cartas pessoais do Nordeste (Bahia, Pernambuco e Rio Grande do

Norte) apontam que, na Bahia, a polarização linguística ocorre, especialmente, a partir da década de 1930, em que a forma nominal *o(a) senhor(a)* passa a marcar poder, e a solidariedade prossegue se constituindo através do uso preponderante do *você*. Sendo assim, o *corpus* em questão, constituído por cartas produzidas por sertanejos baianos pouco escolarizados, revela que, no século XX (1906-2000), o uso de *você* era predominante nas cartas escritas no território baiano e também muito utilizado pelos redatores baianos residentes em outras localidades; tais resultados contribuem para ratificar a ideia de o *você* já estar totalmente implementado no território baiano como pronome de 2ª pessoa, no período em análise.

RELAÇÃO ENTRE REMETENTE E DESTINATÁRIO

Para análise deste fator, adotou-se a proposta de divisão dos dados, a partir dos pressupostos da *Teoria do Poder e Solidariedade* (BROWN; GILMAN, 1960), que busca averiguar como determinados fatores linguísticos estão relacionados às estruturas sociais de poder ou solidariedade, assim como a readaptação dos eixos sociais proposta em Lopes (2001), na qual as relações sociais de inferior para superior são denominadas de *assimétrica ascendente* (↑); de superior para inferior denomina-se de *assimétrica descendente* (↓); e a relação entre membros do mesmo grupo social é denominada de *simétrica*. Aliada a essa divisão, propôs-se também constatar a distinção entre as relações *mais solidárias* [+ *sol.*] e *menos solidárias* [- *sol.*], sendo a primeira instituída a partir do grau de intimidade demonstrado entre remetente e destinatário das cartas ou relação familiar mais próxima; e as relações consideradas *menos solidárias* aquelas que se passam em relações de amizades menos privadas e as relações familiares mais distantes.

A Tabela 3, adiante, demonstra as frequências de uso, nas relações sociais, das formas nominais e pronominais de tratamento em cartas de sertanejos baianos do século XX.

Tabela 3 – O uso das formas de tratamento nas relações sociais entre remetentes e destinatários

Relação social	Formas Tratamentais				Total
	<i>Você</i>	<i>Tu</i>	<i>O/a senhor/a</i>	<i>Vosmecê</i>	
Simétrica [+sol.]	47/81 (58%)	1/81 (1,2%)	11/81 (13,6%)	22/81 (27,2%)	81/93 (87%)
Simétrica [-sol.]	-	-	1/4 (25%)	3/4 (75%)	4/93 (4,3%)
Assimétrica ↓[+sol.]	3/3 (100%)	-	-	-	3/93 (3,2%)
Assimétrica ↓[-sol.]	-	-	-	-	-
Assimétrica ↑[+sol.]	-	-	5/5 (100%)	-	5/93 (5,4%)
Assimétrica ↑[-sol.]	-	-	-	-	-
Total	50/93 (53,8%)	1/93 (1,1%)	17/93 (18,3%)	25/93 (26,9%)	93/93 (100%)

Fonte: elaboração própria.

A partir dos resultados exibidos, observa-se que a relação *simétrica mais solidária* [+sol.], que ocorre entre membros do mesmo grupo social, como amigos íntimos, namorados, irmãos, cunhados mais próximos, foi a relação social que mais se destacou na amostra em estudo, apresentando o uso de todas as formas de tratamento encontradas. O grande uso das formas de tratamento nessa relação já era esperado, pois, como mencionado em seção anterior, a amostra analisada é composta por cartas pessoais trocadas entre amigos, compadres, namorados, familiares muito próximos, entre outros, o que demonstra que os remetentes e destinatários fazem parte do mesmo contexto social, em que não se evidencia uma hierarquia.

Observa-se que a forma *você* é utilizada em relações *simétricas mais solidárias* [+sol.] (58% de produtividade – 47 ocorrências) e *assimétricas descendentes* (↓) *mais solidárias* [+sol.] (100% de produtivi-

dade – 3 ocorrências), ratificando os resultados de Martins *et al.* (2015, p. 32), que afirmam: “[...] na Bahia, a forma *você* parece ter entrado no sistema pronominal da 2ª pessoa por relações assimétricas descendentes e simétricas”.

A forma nominal *vosmecê*, estágio anterior da forma *você*, é utilizada, primeiramente, na relação *simétrica mais solidária [+sol.]* (27,2% de produtividade – 22 ocorrências), seguida da *relação simétrica menos solidária [-sol.]* (75% de produtividade – 3 ocorrências), o que denota o uso de formas relacionadas a *você*, especialmente nos contextos situacionais de intimidade/proximidade.

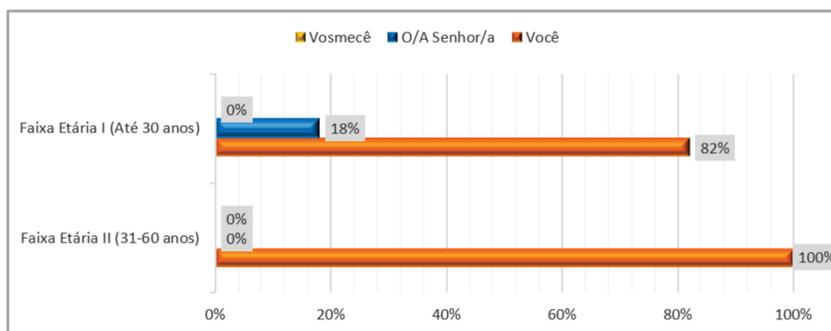
De acordo com Martins *et al.* (2015), a partir do século XX, o uso da forma nominal *o/a senhor/a* passa a marcar poder; entretanto, nesse ponto, as cartas de sertanejos indicam que tal forma de tratamento também ocorre em relações da esfera *simétrica mais solidária*, apresentando 13,6% de produtividade (11 ocorrências), e em relações da esfera *assimétrica ascendente* (↑) *mais solidária [+sol.]*, com 100% de produtividade (5 ocorrências). Logo, demonstra-se que a forma nominal *o/a senhor/a* conserva aspectos de formalidade ou cerimoniosidade, especialmente por ser encontrada em relações de inferior para superior (*assimétrica ascendente* (↑)). Nesse sentido, os resultados evidenciados corroboram as pesquisas que afirmam que, no decorrer do século XX, a forma tratamental *você* desassocia-se decisivamente do vínculo de polidez da sua forma de tratamento original *vossa mercê* e passa a ocupar os mesmos contextos funcionais de uso do pronome *tu*.

FAIXA ETÁRIA DOS REDATORES QUANDO DA ESCRITA DAS CARTAS

A análise dessa variável possibilitou verificar o uso das formas de tratamento a partir da idade dos redatores. Trabalhou-se com base na hipótese de Brown e Gilman (1960), já aqui referida.

A partir do levantamento da idade dos remetentes, foi possível agrupá-los em duas faixas etárias: a primeira formada por redatores de até 30 anos, com idade confirmada ou por inferência; e a segunda formada por redatores de 31-60 anos, com idade confirmada ou por inferência. Os missivistas que utilizaram a forma tratamental *vosmecê* produziram cartas na primeira década do século XX; não foi possível saber a data de nascimento desses remetentes, tão pouco a idade quando da escrita das cartas, supondo apenas que tenham nascido antes de 1900 (século XIX). Por esta razão, a forma tratamental *vosmecê* não apresentou ocorrências na variável *Faixa etária dos redatores quando da escrita das cartas*, como se pode observar na Figura 4, a seguir:

Figura 4 – O emprego das formas tratamentais em relação à faixa etária dos remetentes



Fonte: elaboração própria.

Com base na Figura 4, verifica-se que os remetentes da Faixa Etária I (até 30 anos), ou seja, os mais jovens, produziram mais a forma *você*, obtendo frequência de uso de 82% (41 ocorrências), enquanto a forma *o/a senhor/a* alcançou índices percentuais em torno de 18% (9 ocorrências); já os redatores mais velhos apresentaram 100% de produtividade da forma tratamental *você* (8 ocorrências). Desse modo, o que também pode ter contribuído para os altos índices percentuais de uso de *você* no *corpus* é que grande parte da amostra pertence a relações sociais do tipo *simétrica*, em que não se evidencia hierarquia. Logo, de acordo com a hipótese levantada, essas relações estão mais propensas à utilização de

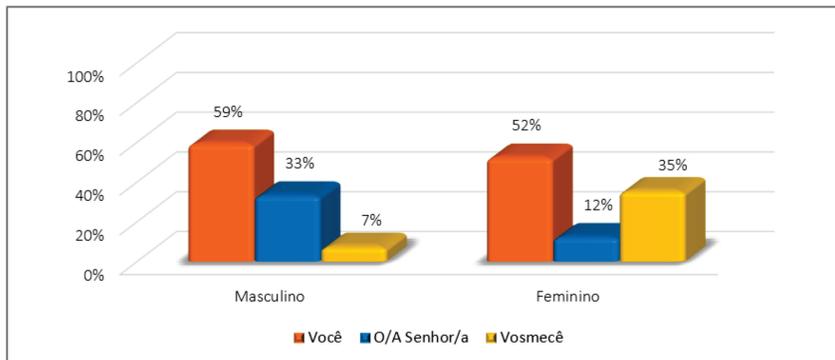
formas tratamentais mais íntimas, como *tu/você*, pois se sabe que a forma *o/a senhor/a* denota distanciamento e/ou cortesia.

Os resultados apresentados por essa variável podem fornecer indícios de como a forma *você* já se encontra efetivamente instalada no sistema pronominal utilizado pelos sertanejos baianos, sendo mais empregada em referência à segunda pessoa, especialmente pelos indivíduos de faixa etária mais elevada.

SEXO DO REDATOR

A variável *sexo* é uma das mais analisadas em pesquisas sociolinguísticas. Para o estudo desse fator, busca-se analisar se há distinção entre o uso das formas tratamentais empregadas por homens e mulheres. O *corpus* é constituído por cartas de 43 redatores, 20 homens e 23 mulheres; desse modo, a amostra apresenta certa estabilidade em relação ao fator *sexo*. Assim sendo, os dados foram codificados, levando em conta dois fatores: sexo feminino e sexo masculino. A Figura 5, a seguir, expõe os resultados:

Figura 5 – O emprego das formas tratamentais em relação ao sexo do emissor



Fonte: elaboração própria.

A partir dos resultados exibidos pela Figura 5, observa-se que os remetentes do sexo masculino, empregaram mais a forma *você*, que obteve 59% de produtividade (16 ocorrências), seguida da forma nominal *o/a senhor/a*, que apresentou 33% de frequência (9 ocorrências); o tratamento *vosmecê* alcançou menores índices percentuais, em cartas produzidas por redatores do sexo masculino, totalizando 7% de frequência, apenas 2 ocorrências. As missivistas do sexo feminino utilizaram amplamente o tratamento *você*, que demonstrou frequência de uso ao redor de 52% (34 ocorrências), seguida da forma *vosmecê*, que alcançou índices percentuais de 35% (23 dados); a forma *o/a senhor/a* apresentou, entre as redatoras do sexo feminino, frequência de uso em torno de 12% (8 dados).

Portanto, avista-se, na amostra em estudo, que a forma *você* foi amplamente utilizada por missivistas do sexo masculino e do sexo feminino; dentre os homens, observou-se que, após o tratamento *você*, a forma mais utilizada é *o/a senhor/a*, tratamento considerado cortês/cerimonioso, tendo a forma *vosmecê* alcançado poucos índices percentuais; contudo, essa forma é a segunda mais utilizada em cartas escritas por mulheres, sendo a primeira forma o tratamento *você*. Em vista disso, de modo geral, percebe-se, no *corpus* em estudo, que o *você* é o pronome usual para referência ao interlocutor; também se observa, todavia, a natureza impulsionadora das mulheres sertanejas, ao utilizarem essencialmente as formas *vosmecê* (estágio anterior do *você*) e *você* para referência à segunda pessoa do discurso. Sabe-se que a documentação analisada apresenta cartas da esfera íntima, o que leva a ratificar a preferência pelo pronome *você* em relações de foro privado.

CONTEXTO DE APRENDIZAGEM

A análise desse fator busca verificar o uso das formas de tratamento, no que se refere ao nível de escolaridade dos redatores. Sabe-se que os mesmos, em sua maior parte, estudaram pouco, em suas próprias casas, ou apenas os primeiros anos das séries iniciais. Trabalha-se com a hipó-

tese de Calmon (2010), em que o impacto da escolaridade, relacionada a outras variáveis sociais, pode exprimir a fala de uma comunidade, indicando a ocorrência de variação da língua.

Os dados foram codificados a partir da divisão entre os níveis de estudo dos remetentes, a saber: *estudou pouco em casa* (26 redatores), *estudou apenas os primeiros anos* (2 redatores), *estudou até a 4ª série* (6 redatores), *aprendeu através da convivência com amigos e leitura da Bíblia* (1 redator) e *sem identificação* (8 redatores). A Tabela 4, abaixo, apresenta os resultados:

Tabela 4 – O emprego das formas tratamentais de acordo com o contexto de aprendizagem dos remetentes

Fatores	Formas tratamentais			Total
	<i>Você</i>	<i>O/a senhor/a</i>	<i>Vosmecê</i>	
<i>Estudou pouco em casa</i>	14/26 (53,8%)	6/26 (23,1%)	6/26 (23,1%)	26/92 (28,3%)
<i>Estudou apenas os primeiros anos</i>	8/8 (100%)	-	-	8/92 (8,7%)
<i>Estudou até a 4ª série</i>	28/31 (90%)	3/31 (10%)	-	31/92 (33,7%)
<i>Aprendeu através da convivência com amigos e leitura da Bíblia</i>	-	3/3 (100%)	-	3/92 (3,3%)
<i>Sem identificação</i>	-	5/24 (20,8%)	19/24 (79,2%)	24/92 (26,1%)
Total				92/92 (100%)

Fonte: elaboração própria.

Como se observa na Tabela 4, os remetentes, de modo geral, apresentam uma maior utilização da forma *você*, que apenas não alcançou produtividade nas cartas em que o redator afirma ter aprendido a ler e a escrever através da convivência com amigos e leitura da Bíblia e nas cartas sem identificação da escolaridade. Entretanto, quanto a estas últimas,

encontrou-se maior produtividade da forma *vosmecê*, com 79,2% (19 ocorrências), seguida da forma *o/a senhor/a*, com 20,8% (5 ocorrências).

No que tange ao tratamento *o/a senhor/a*, apenas os remetentes que estudaram os primeiros anos não empregaram tal forma, tendo sido utilizada categoricamente pelo redator que *Aprendeu através da convivência com amigos e leitura da Bíblia*. Esse caso é muito particular e diz respeito ao remetente Antonio Fortunato da Silva⁵, “[...] que não frequentou a escola e não teve aulas em casa, pois sua mãe era analfabeta e não tinha condições financeiras para pagar aulas particulares” (SANTIAGO, 2012, p. 51). Esse remetente, mesmo em situações de intimidade com o interlocutor, utiliza, em suas cartas, a forma polida *o(a) senhor(a)*, como se observa no exemplo abaixo:

(21) “[...] commadi foi a maor Aligiar| que eu tivi na mia vida comdo| **A cinhor** min esqueveu Ate hoje| eu tenho Aligiar sin commadi| eu peço A Deus **quelidei** saudi i felicidadei ” (AFS – 45)

Os redatores que mais empregaram o *você* são aqueles que estudaram até a 4ª série, exibindo frequência em torno de 90% (28 ocorrências), seguidos daqueles que estudaram apenas os primeiros anos, com 8 dados (100% de produtividade) e os que estudaram pouco em casa, apresentando índices percentuais em torno de 53,8% (14 dados). Tais resultados reforçam a tese de que o *você*, no século XX, ocupa os mesmos contextos situacionais do pronome *tu* e, por não ser uma variante estigmatizada, é utilizada por falantes de escolaridades distintas.

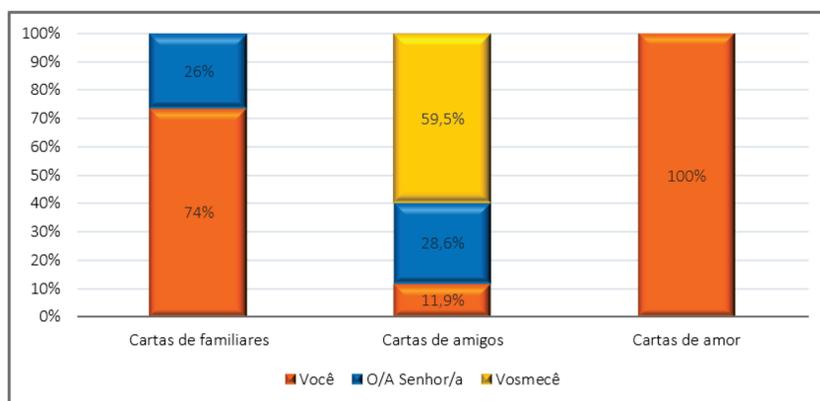
TIPOLOGIA DAS CARTAS

Ao analisar esta variável, pretendeu-se constatar se o teor das cartas influencia na utilização das formas de tratamento. Assim, trabalhou-se

5 Os dados computados nesta subseção referem-se aos encontrados na carta enviada por Antonio Fortunato da Silva a Almerinda Maria de Oliveira.

com base na hipótese formulada por Pereira (2012), segundo a qual as cartas familiares e amorosas possuem uma tendência à utilização de estratégias mais íntimas, ao passo que as cartas que abrangem pedidos tenderiam ao uso de formas cerimoniais. Dessa forma, a variável analisada é constituída por três fatores: *cartas de amigos* (26 cartas), *cartas de familiares* (28 cartas) e *cartas de amor* (12 cartas). A Figura 6, a seguir, apresenta o uso das formas tratamentais encontradas nos tipos de carta em análise:

Figura 6 – As formas de tratamento em função da variável tipologia das cartas



Fonte: elaboração própria.

Observa-se que o fator *cartas de amigos* apresenta a utilização de todas as formas tratamentais encontradas na amostra, sendo a grande maioria, 25 dados (59,5%), referente à forma *vosmecê* (único fator a apresentar utilização de tais formas), seguida do tratamento nominal *o/a senhor/a*, com 12 ocorrências (28,6%); o pronome *você* apresentou pouca produtividade entre as cartas dessa esfera, com apenas 5 ocorrências (11,9%), o que denota a utilização de um tratamento respeitoso entre os interlocutores que fazem parte do mesmo campo social.

Já nas *cartas de familiares*, nas quais se espera uma relação mais íntima entre os redatores, a forma *você* foi mais empregada, com 74% de produtividade (14 ocorrências), ao lado do tratamento *o/a senhor/a*,

com 26% de frequência (5 ocorrências), utilizado em relações do tipo *assimétrica ascendente*, como as de: filho(a)-mãe, sobrinho(a)-tio(a), nora-sogra, afilhada-madrinha. Nas *cartas de amor*, observou-se apenas a utilização da forma *você*, com 31 ocorrências(100%).

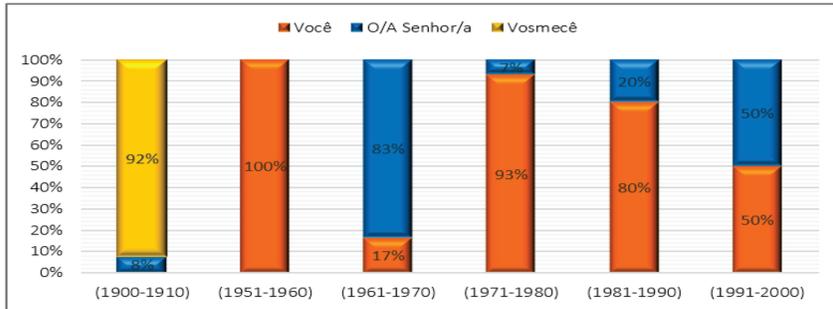
Portanto, os fatores analisados na variável *tipologia das cartas* indicam que o *você* é amplamente empregado em cartas da esfera íntima, ou seja, cartas de familiares e amorosas. Esses resultados sugerem que, nas cartas de sertanejos baianos, o *você* ocupa os mesmos contextos funcionais do pronome *tu*, ocorrendo especialmente na esfera íntima.

DATA DE ESCRITA DAS CARTAS

Para análise desta variável, trabalhou-se com a hipótese de que, a partir da década de 30 do século XX, a forma *você* teria sido implementada no quadro pronominal brasileiro (MACHADO, 2006; SILVA, 2012; entre outros). O *corpus* analisado é constituído por 91 cartas pessoais, escritas entre 1906-2000. Não há, no entanto, um equilíbrio entre a quantidade de missivas e os intervalos de tempo observados, porquanto grande parte das cartas concentra-se na segunda metade do século XX, principalmente entre as décadas de 50, 60 e 70. Partindo desse levantamento, a variável *Data de escrita das cartas* foi elaborada com intervalos de tempo em torno de dez anos, levando em conta o período em que houve produção escrita.

A Figura 7, abaixo, apresenta o índice de uso das formas tratamentais durante o período analisado (1906-2000).

Figura 7 – O uso das formas de tratamento durante o século XX, nas cartas de sertanejos baianos



Fonte: elaboração própria.

De acordo com a Figura 7, no início do século XX (1900-1910), o índice de uso das formas tratamentais apresenta emprego majoritário de *vosmecê*, com 92% de frequência (24 ocorrências), seguido da forma *o/a senhor/a*, com 8% de produtividade (2 ocorrências); tais ocorrências de *o/a senhor/a* foram produzidas pela mesma remetente, *Josepha Maria da Silva* (JMS), que utiliza, predominantemente, a forma *vosmecê*. Apenas nesse intervalo de tempo, houve produção escrita dessa forma tratamental.

O segundo período analisado (1951-1960) apresenta apenas a produção escrita da forma *você* (100% de frequência), 9 ocorrências; já o terceiro período (1961-1970) apresenta a menor produtividade de uso do *você*, 17% de frequência (1 ocorrência), enquanto o tratamento *o/a senhor/a* exibe 83% de produtividade (5 ocorrências); a quarta década (1971-1980) expõe uma maior utilização da forma *você*, com 93% de frequência (27 dados) e um decréscimo na utilização de *o/a senhor/a*, que apresenta 7% de produtividade (2 dados); os anos de (1981-1990) também exibiram altos índices percentuais de *você*, com 80% de produtividade (4 ocorrências), enquanto a forma *o/a senhor/a* apresentou 20% de frequência (1 ocorrência); a última década analisada (1991-2000) revela um empate entre a frequência de uso dos tratamentos

você e *o/a senhor/a*: ambos apresentaram 50% de produtividade nesse período, com 3 ocorrências cada um.

Os resultados apresentados indicam que, nas cartas de sertanejos baianos pouco escolarizados, houve uma concorrência entre a utilização das formas *você* e *o/a senhor/a*, em referência à segunda pessoa do discurso no singular. Contudo, também se observa que formas de *você* estão presentes na amostra, desde o início do século XX, através da utilização majoritária da forma de origem nominal *vosmecê*. Não obstante, uma boa parte dos estudos sobre o quadro pronominal do PB apontam que, a partir da década de 30 do século XX, a forma *você* passa a ser mais utilizada em referência à segunda pessoa, especialmente na função de sujeito pleno (LOPES; CAVALCANTE, 2011; RUMEU, 2013; MACHADO, 2006; SILVA, 2012; entre outros), contudo os resultados expostos sugerem que o *você*, juntamente com *vosmecê*, são as formas mais utilizadas na amostra, tendo apenas um intervalo de tempo (1961-1970) em que o tratamento *o/a senhor/a* obtém índices percentuais superiores ao de *você*; e um segundo momento (1991-2000), em que tal forma apresenta a mesma frequência de uso do *você*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das formas de tratamento em 91 cartas pessoais baianas produzidas por redatores semialfabetizados contou com a descrição de 10 variáveis (2 linguísticas e 8 extralinguísticas). De modo geral, observou-se que a forma *você* é amplamente favorecida, estando presente na amostra desde o início do século XX (1906-1910), através da utilização majoritária do tratamento *vosmecê*.

A partir da divisão das relações sociais, com base na *Teoria do Poder e Solidariedade* (BROWN; GILMAN, 1960), foi possível notar que as relações de superior para inferior (*assimétrica descendente*) apresentaram apenas a utilização da forma *você*, que atuou como estratégia mais solidária; já nas cartas de inferior para superior (*assimétrica ascendente*),

observou-se apenas o emprego da forma respeitosa *o/a senhor/a*. As relações sociais do tipo *simétrica* são aquelas que ocorrem entre membros pertencentes ao mesmo grupo social: a relação *simétrica mais solidária* apresentou o emprego de todas as formas tratamentais encontradas no *corpus*, sendo o *você* a forma preponderante, com 58,8% de produtividade (47 dados); a relação *simétrica menos solidária* demonstrou emprego majoritário da forma *vosmecê*, com 75% de produtividade (3 dados). Dessa forma, tais resultados apontam que o *você* é o pronome de intimidade na amostra, atuando como estratégia + solidária entre interlocutores.

De acordo com Mattos e Silva (2008b), o português popular brasileiro (PPB) constituiu-se através da oralidade. Logo, a formação histórica dessa vertente encontra muitas barreiras, especialmente pela falta de registros que a evidencie, em sincronias passadas. Desse modo, resta aos linguistas, como afirma Labov (1982, p. 20) “fazer o melhor uso de maus dados”, ou seja, trabalhar com materiais que possam revelar indícios da mudança linguística ocorrida através do tempo. Assim sendo, as cartas pessoais editadas por Santiago (2012) e analisadas neste trabalho, por demonstrarem uma escrita cotidiana, com presença marcante de traços da oralidade, contribuem para a constituição histórica do PPB, em especial a variedade presente no interior do território baiano. Mattos e Silva (2008b, p. 24-25) salienta que, para recuperar a história do PPB, é necessário haver, “[...] o estudo vertical das variantes populares do português brasileiro, não só as urbanas, como vem sendo feito pela Sociolinguística, mas nas suas variedades rurais de todo o Brasil”.

Por conseguinte, a análise aqui apresentada, pautada na proposta de Lopes e Cavalcante (2011), com base em Scherre *et al.* (2009; 2015), destaca que, durante o século XX, no interior da Bahia, o subsistema de tratamento preponderante nas cartas de sertanejos é o de *você-exclusivo*. Pesquisas com dados recentes afirmam que, na capital baiana, o subsistema que vigora também é o de *você-exclusivo*; contudo, no interior, verifica-se a presença do subsistema *você/tu sem concordância* (cf. Scherre *et al.* 2015).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carolina Queiroz. **Tu e mais quantos?** – A segunda pessoa na fala brasileiro. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7005/1/2010_CarolinaQueirozAndrade.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.
- BROWN, Roger; GILMAN, Albert. The pronouns of power and solidarity. *In*: SEBEEK, T. (org.). **Style in language**. Cambridge-Mass: MIT Press, 1960. p. 252-81. Disponível em: https://www.ehu.eus/seg/_media/gizt/5/5/brown-gilman-pronouns.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.
- CALMON, Elba Nusa. **Ponte da passagem**: você e *cé* transitando na fala de Vitória (ES). 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2010. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3730/1/tese_4721_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20ELBA%20NUSA%20CALMON20130815-173531.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CINTRA, Lindley. **Sobre <<formas de tratamento>> da língua portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1986 [1972].
- LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad.: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LABOV, William. Building on empirical foundations. *In*: W. Lehmann e Y. Malkiel (eds.). **Perspectives on Historical Linguistics**. Amsterdam; Philadelphia: Publishing Company, 1982. p. 17-92.
- LOPES, Celia Regina dos Santos; CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira. A cronologia do voçamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. **Linguística**, v. 25, p. 30-65, 2011. Disponível em: http://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/25_linguistica_030_065.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.
- LOPES, Celia Regina dos Santos; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Notícias sobre o tratamento em cartas escritas no Brasil dos séculos XVIII e XIX. *In*: RAMOS, Jânia M.; ALKMIM, Mônica A. (org.). **Para a história do português brasileiro**: estudos sobre mudança linguística e história social. v. 1. Belo Horizonte: Ed. FALÉ/UFMG, 2007. p. 28.
- LOPES, Celia Regina dos Santos; RUMEU, Márcia Cristina de Brito; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. A configuração diatópico-diacrônica do sistema de

tratamento do português brasileiro. **Revista do Gelne**, p. 187-2012, 2013, Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9416/6770>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MARQUILHAS, Rita. **A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MARTINS, Germano Ferreira. **A Alternância Tu/Você/Senhor no Município de Tefé** – Estado do Amazonas. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6996/3/2010_GermanoFerreiraMartins.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

MARTINS, Marco Antonio *et al.* Para um panorama sócio-diacrônico das formas de tratamento na função de sujeito na região Nordeste. **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/4783/3491>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma Pauta de pesquisa. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 11-30, 2008b. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/cotidiano1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

PEREIRA, Rachel de Oliveira. **O tratamento em cartas amorosas e familiares da Família Penna: um estudo diacrônico**. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.laborhistorico.letras.ufrj.br/Mestrado/PereiraRO.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A; SMITH, Eric. **GoldVarb X: a multivariate analysis application**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em: 15 mar. 2019.

SANTIAGO, Huda da Silva. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de mãos “cândidas” do sertão baiano**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012 [inédito]. Disponível em: http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/monografias/SANTIAGO_H-Mestrado-2012.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

SANTOS, Lorena Enéas Rosa. **A variação da concordância nominal de número em cartas de inábeis do sertão baiano (1906-2000)**. 2017. 239f. Dissertação (Mestrado em estudos Linguísticos) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana,

2017. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/607?mode=full#preview-link0>. Acesso em: 15 mar. 2019.

SANTOS, Elane Santos e. **Para a história do português popular brasileiro: o sistema de tratamento em cartas baianas do século XX**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/12gtRcGL95JEmjVpg4j1S4iTkxuYZdF9Q/view>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Paralelismo lingüístico. **Revista de estudos da linguagem**, Belo Horizonte, v.7, 1998. p. 29-59, jul./dez.

SCHERRE, Maria Marta Pereira *et al.* Usos dos pronomes “você” e “tu” no português brasileiro. *In*: SIMELP, 2., 2009, Portugal. **Anais...** Évora: Universidade de Évora, 2009.

SCHERRE, Maria Marta Pereira *et al.* Variação dos pronomes “tu” e “você”. *In*: MARTINS, Marco Antonio; ABRAÇADO Jussara. (org.). **Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 131-72.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

O USO DOS PRONOMES POSSESSIVOS *TEU* E *SEU*¹

Gutemberg Magalhães Oldack Barbosa
(UEFS/CEDOHS/PPGEL)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os objetivos deste estudo foram descrever e analisar qualitativa e quantitativamente a variação/mudança no uso dos pronomes possessivos *teu/seu* de segunda pessoa em cartas pessoais produzidas por sertanejos baianos, mais precisamente na segunda metade do século XX, com o propósito de trazer indícios da variante popular do PB, buscando contribuir para o estudo histórico de sua formação; identificar contextos linguísticos e sociais que mais condicionam a expressão de posse em cartas pessoais e comparar os resultados encontrados na análise com outras pesquisas sobre a expressão de posse em regiões diferentes, em *corpora* escritos, principalmente com a pesquisa desenvolvida por Lucena (2016).

Como hipótese, o pronome *seu* de terceira já era usado como possessivo de segunda pessoa na escrita sertaneja baiana da região da Bacia do Rio Jacuípe, no período, apontando provavelmente o uso generalizado na fala. A mudança no paradigma pronominal de terceira para segunda

1 Este texto apresenta resultados da dissertação de Mestrado, intitulada O uso dos pronomes possessivos seu/teu de segunda pessoa em cartas pessoais de sertanejos baianos do século XX, defendida em 2018, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL-UEFS).

pessoa indica, possivelmente, que esse uso já era comum na época, seguindo uma tendência já observada em dados pronominais dos sertanejos do século XIX, conforme Carneiro (2005), a exemplo do *lhe* de terceira que já era usado como sendo de segunda pessoa.

Por se tratar de cartas escritas por semialfabetizados e denominados de inábeis, a hipótese sugere algumas questões:

- i. o uso dos pronomes possessivos, nas cartas de sertanejos baianos do século XX, indica uma tendência do PPB já observada em outros estudos realizados com *corpora* representativos do sertão baiano?
- ii. o uso de *seu* como sendo de segunda pessoa no *corpus* estudado demonstra uma variação simples ou uma mudança já estabilizada na escrita sertaneja baiana do século XX?
- iii. há uma preferência no uso das formas *teu/seu* nas cartas dos sertanejos baianos do século XX?

O arcabouço teórico utilizado foi o da Linguística Histórica, em uma perspectiva sócio-histórica, nos termos definidos por Mattos e Silva (2008), já que as amostras são representativas de um processo histórico de constituição do PB. Também, utilizou-se a metodologia variacionista da Sociolinguística Laboviana (LABOV, 1982) e da Teoria do Poder e Solidariedade (BROW; GILMAN, 1960).

Para tanto, o estudo que se estenderá aqui tem como objeto de pesquisa o uso dos pronomes possessivos *teu/seu*, em cartas pessoais do sertão baiano, em uma perspectiva diacrônica, verificando se essas mudanças observadas hoje já estavam prefiguradas no PB escrito popular, já que, de épocas anteriores aos *corpora* gravados, o único material disponível é o escrito. Essa abordagem, na modalidade escrita, ainda é pouco realizada, já que a maioria dos estudos se concentra em amostras de fala. Devido ao fato de também ser pouco comum estu-

dar diacronicamente o PB em variedades populares, foi escolhido um *corpus* composto de 91 cartas pessoais, editadas por Santiago (2012), escritas entre 1906 e 2000, por sertanejos baianos, semialfabetizados, nascidos nas zonas rurais de três municípios do sertão baiano: Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu.

Os estudos realizados sobre a *carta* como gênero textual observam o seu percurso histórico e as tradições discursivas, mostrando que, desde a Antiguidade Clássica, é um costume milenar para os fins comunicativos, administrativos, políticos e religiosos. O seu uso foi difundido a partir do século XVIII, em Portugal, e, no século XIX, no Brasil, tendo sua utilização ampliada, no século XX, como principal meio de comunicação nas áreas rurais do território brasileiro. No século atual, com o avançado uso da tecnologia, já não são mais tão utilizadas as cartas pessoais para fins comunicativos. Porém, observa-se o aumento do interesse de diversos campos de estudo (religioso, linguístico, histórico, educativo etc.) por esse tipo de material, inclusive serviu para a produção do *corpus* utilizado para a elaboração desta pesquisa.

Adicionalmente, realizou-se uma análise contrastiva com o estudo realizado por Lucena (2016) que também trabalhou com pronomes possessivos, a partir de cartas. Segundo Lucena (2016), linguisticamente, há diversas maneiras de expressar posse na língua portuguesa: com o emprego de pronomes possessivos em estruturas nominais, *teu livro*; com valor genitivo em frases preposicionadas, *o livro de Pedro*; com pronomes relativos, *Pedro, cujo livro*; e com os verbos também podendo transmitir uma ideia de posse, *Pedro tem um livro*; *Pedro possui um livro*. Todos os exemplos cabem na afirmação de Huerta Flores (2009), quando afirma que em todas as possibilidades apontadas, sempre haverá uma entidade possuída que se relaciona com outra entidade que, real ou metaforicamente, a possui.

A LINGUÍSTICA HISTÓRICA E A SOCIOLINGUÍSTICA

Esta seção começa com um diálogo entre Labov (2008 [1972]) e o olhar perscrutador de Mattos e Silva (2008) sobre a Sociolinguística e a Linguística Histórica. Labov (2008 [1972], p. 13), logo na introdução do seu *Padrões sociolinguísticos*, diz ter resistido por muito tempo ao termo *sociolinguística*, já que o mesmo implicava haver uma teoria ou prática linguística bem-sucedida que não fosse social. Essa assertiva laboviana é o mote para um diálogo entre a *Linguística Histórica* e a *Sociolinguística*.

A Linguística Histórica, tradicionalmente, se debruça sobre a *mudança linguística*, seja sintática, fônica, semântico-lexical e mórfica, e seus estudos antecedem o advento oficial da Linguística como ciência. No entanto, Mattos e Silva (2008) propõe duas grandes vertentes na Linguística Histórica: uma *lato sensu* e outra *stricto sensu*. Sobre a vertente *lato sensu*, a autora afirma que:

A linguística histórica *lato sensu* trabalha com dados datados e localizados, como ocorre em qualquer trabalho de linguística baseado em *corpora*, que, necessariamente são datados e localizados, tal como os estudos descritivos, sobretudo do estruturalismo americano, que teve seguidores no Brasil, inclusive eu mesma no livro de 1989, *Estruturas trecentistas*. Nesse livro, descrevi os dados de um longo texto do século XIV, Os quatro livros dos Diálogos de São Gregório; os estudos dialetológicos, tanto atlas linguísticos, como monografias sobre dialetos regionais; os estudos sociolinguísticos, como os da sociolinguística variacionista, que refina o método de quantificação por meio de programas informatizados, que permitem cruzar variáveis intra e extralinguísticas e estabelecem os pesos relativos dessas variáveis; os estudos etnolinguísticos, que, utilizando informantes adequados aos objetivos, constituem *corpora* para análise, em geral de natureza qualitativa. Poderia ainda incluir na linguística histórica *lato sensu* as teorias do texto, do discurso e da conversação,

que se baseiam em *corpora* datados e localizados (MATTOS E SILVA, 2008, p. 9).

E sobre a *stricto sensu*, ela comenta:

Considero a linguística histórica *stricto sensu* a que se debruça sobre o que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo em que tais línguas são usadas. É essa a tradicional concepção da linguística histórica, que, no seu sentido estrito, pode ser trabalhada em duas orientações:

- a. a linguística histórica sócio-histórica
- b. a linguística diacrônica associada.

A do tipo **a** considera fatores extralinguísticos ou sociais, também fatores intralinguísticos, como a sócio-história proposta por S. Romaine (1985) e as sociolinguísticas, que tratam da mudança linguística, como é o caso da teoria laboviana da variação e mudança.

A do tipo **b** considera apenas fatores intralinguísticos, como é o caso dos estruturalismos diacrônicos, [...]

A linguística histórica no sentido estrito depende, diretamente, da filologia, uma vez que tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos no passado, que, recuperados pelo trabalho filológico, tornam-se os *corpora* indispensáveis às análises das mudanças linguísticas de longa duração (MATTOS E SILVA, 2008, p. 9-10).

Observa-se que a autora propõe “novos olhares” para discussões antigas acerca dos estudos históricos da linguagem humana. Olhares esses que traçam liames significativos para entender como funcionavam e como funcionam alguns dos vários ramos da ciência Linguística.

Em síntese, a Linguística Histórica vive, mais uma vez, dias importantes na sua trajetória com a retomada dos estudos diacrônicos nas mais diversas áreas da Linguística, especialmente na sócio-história das línguas. A Sociolinguística continua avançando para entender e explicar o porquê dos fenômenos observáveis empiricamente na língua, principalmente no Brasil, onde esses estudos são intensos desde a época de

70 do século passado, chegando até a chamada terceira onda dos estudos variacionistas, que estreitou seu olhar para um recorte ainda mais específico, voltado aos padrões de variação observados nos indivíduos inseridos em comunidades de práticas.

TEORIA DO PODER E DA SOLIDARIEDADE

Brown e Gilman (1960), no estudo *The pronomes of Power and Solidarity*, pesquisaram vinte línguas distintas, a maioria indo-europeias, analisando as regras de tratamento que regem essas línguas. Eles concluíram que as estratégias de tratamento relacionadas à segunda pessoa do discurso estão atreladas por relações de poder e solidariedade.

Observando que os idos de 1900, século de escrita das cartas aqui estudadas, ainda apresentavam uma sociedade brasileira com relações sociais muito marcadas, justifica-se a necessidade da busca dessa teoria para entender os domínios do *poder* da *solidariedade* nas situações comunicativas. Essa teoria esclarece que o domínio exercido por uma pessoa sobre outra, em uma situação comunicativa, é denominado como sendo um dos conceitos de *poder*. Para que isso se processe, serão necessárias, no mínimo, duas pessoas; e a relação entre elas não pode ser *simétrica*, ou seja, o *poder*, nessa ambiência, só se processará nas relações *assimétricas*, por entender que, nessas relações, há hierarquia na diferenciação de determinados aspectos como idade, geração e autoridade.

Diferente da importância do *poder* na simetria do tratamento, a *solidariedade* acontece nas relações sociais *simétricas*, em face de um mesmo nível de hierarquia entre as pessoas do diálogo, nesse tipo de relação que surge a partir de aspectos como parentesco, sexo, participação em grupos em que estarão ligados por afeto e afinidades ideológicas.

As cartas que compõem o *corpus* deste trabalho podem ser consideradas como documentos de circulação privada, de acordo

com a proposta de Barbosa (1999, p. 147). Para o autor, esse tipo de texto, em termos de fonte escrita de sincronias passadas, é o desejo de consumo do investigador em Linguística Histórica. Sobre isso, o autor comenta que:

Talvez sejam mesmo as missivas trocadas em circulação privada (pessoais ou as da administração privada) o que mais se aproxime de uma escrita cotidiana, aquela que tem a maior chance de alcançar o limite possível do que a escrita transparece dados da oralidade, ocorrências de formas novas em difusão na sociedade (BARBOSA, 2006, p. 765).

Santiago (2012), a partir de Marquilhas (2000), define os escreventes como *inábeis*. O *corpus* é composto de cartas escritas por 43 remetentes (23 mulheres e 20 homens) naturais e residentes nas regiões dos municípios supracitados, localizados na macro-área da região da bacia do Jacuípe e unidos pela cultura do sisal. São textos que possuem caráter afetivo e, por isso, a informalidade é uma característica marcante das missivas em questão. Percebe-se que foram escritas para expressar saudades, obter notícias de familiares e fazer pedidos. Foram enviadas para amigos, compadres, namorados, cunhados, sobrinhos, irmãos, filhos e mãe.

ESTUDO DESCRITIVO: VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

A partir do *corpus* já editado, realizou-se a leitura das cartas, levantaram-se os pronomes possessivos, separando-os por tipo. Em seguida, foram feitas a descrição e análise dos condicionamentos linguísticos e extralinguísticos da variável expressão de posse na vertente popular do português do semiárido baiano. Assim, uma vez definido o universo de observação, foi realizada a análise quantitativa dos dados de expressão de posse. Esses foram submetidos ao programa *VARBRUL*², na versão

2 Esse programa foi criado em 1971 e desenvolvido por Sankoff e Rousseau (CEDERGREN; SANKOFF, 1974; ROUSSEAU; SANKOFF, 1978) com o intuito de analisar estatisticamente dados linguísticos variáveis.

GOLDVARB-X (SANKOFF; TAGLIAMONT; SMITH, 2005), que forneceu os resultados quantitativos das variáveis em contextos linguísticos e extralinguísticos. Verificou-se, mediante a análise das variáveis, a relevância do processo de transmissão linguística irregular na constituição histórica da realidade linguística brasileira, tentando entender de que maneira o contato entre línguas operou nas escolhas dos falantes em relação à expressão de posse. E realizou-se uma análise contrastiva com os dados do estudo desenvolvido por Lucena (2016).

Na análise dos pronomes possessivos de segunda pessoa, no conjunto de 91 cartas pessoais, produzidas entre 1900 e 2000, foram encontradas 185 ocorrências de pronomes possessivos, sendo 168 dados de *seu* (90.8%) e 17 de *teu* (9.2%):

Tabela 1 – Formas do paradigma de 2ª pessoa em cartas pessoais de sertanejos baianos

FORMAS DE USO	FREQUÊNCIA	%	TOTAL
Teu(s)	17/185	9.2	168
Seu(s)	168/185	90.8	91
Total	185	100	185

Fonte: elaboração própria.

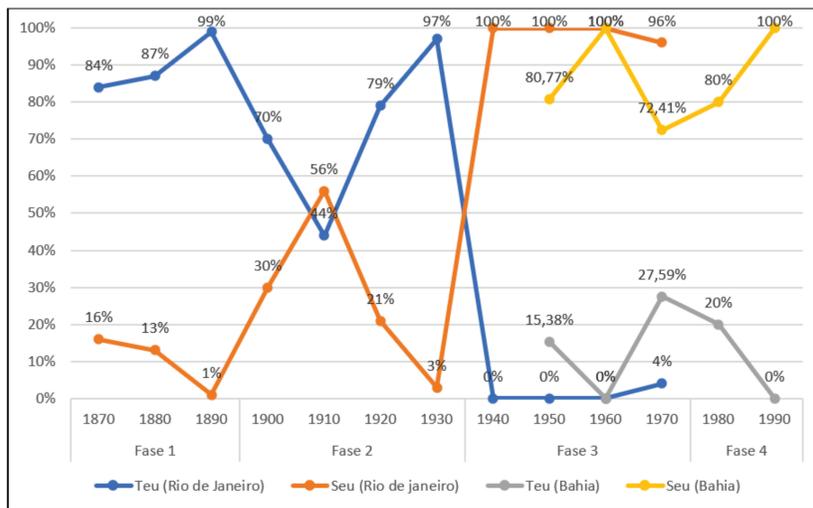
O pronome *seu* mostrou-se mais produtivo, sendo contabilizadas 168 ocorrências, correspondentes a 90.8% dos dados, apresentando-se mais frequentes na posição anteposta ao nome, sendo 152 dados (82.2%) frente a apenas 16 (8.6%), em posição posposta ao nome.

Para o estudo proposto, assumimos a hipótese de que as formas *teu* e *seu* podem acompanhar o comportamento das formas de tratamento na posição de sujeito (cf. LUCENA, 2016, p. 73). Baseamo-nos na metodologia apresentada em Lucena (2016) que propõe a análise do processo de variação de *teu* e *seu* baseando-se nas fases temporais postuladas por Souza (2012), a saber: Fase 1 – referente às décadas de 1870 a 1899; Fase 2 – décadas de 1900 a 1939; Fase 3 – décadas de 1940 a 1979.

Nesse sentido, estipularam-se tipos de posse que poderiam ocorrer nas missivas, tais como inalienável e alienável. A posse inalienável compreende partes do corpo e relações de parentesco, ou seja, tudo aquilo que não pode ser “adquirido”, sendo uma posse intrínseca. Vale ressaltar que no livro *Gramática de usos do Português*, Neves (2006, p. 488), quando trata das relações semânticas expressas pelo possessivo, explica esse tipo de posse como aquela a que se refere a possuídos, que não podem, a princípio, ser separados do possuidor, como ocorre, por exemplo, com as partes do corpo: *teu* olho, *seu* espírito, *teu* lado machista. Por outro lado, as posses alienáveis são reservadas a bens adquiridos e transferíveis.

DADOS DE LUCENA (2016) VS. DADOS DA BAHIA (CARTAS SERTANEJAS)

Figura 1 – As formas possessivas produzidas no Rio de Janeiro (LUCENA, 2016) e na Bahia (OLDACK, 2018) distribuídas por fases



Fonte: elaboração própria.

Na Figura 01, observa-se que os resultados referentes aos dados de Lucena (2016), em relação ao uso dos possessivos, corroboram com os

resultados encontrados nas cartas sertanejas da Bahia. Ou seja, o uso de *teu* diminui bastante em função do aumento considerável do uso de *seu*, como paradigma de segunda pessoa.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa trilhou um caminho na tentativa de explicar como acontecia, no século XX, o uso dos pronomes possessivos na escrita de sertanejos semialfabetizados do interior da Bahia. As 185 ocorrências de pronomes possessivos *teu/seu* encontradas na amostra, mesmo não sendo uma grande quantidade, serviram para desenvolver as discussões feitas neste estudo sobre o uso dessas formas, nas 91 cartas escritas entre 1900 e 2000, totalizando um século, e a responder algumas indagações que foram feitas no início desta pesquisa.

A hipótese foi confirmada, a de que o pronome possessivo *seu* de terceira já era usado como possessivo de segunda pessoa na escrita sertaneja baiana da região, no período, apontando provavelmente o uso generalizado na fala. A mudança no paradigma pronominal de terceira para segunda pessoa indica, possivelmente, que esse uso era comum na época, seguindo uma tendência já observada em dados pronominais de sertanejos do século XIX, conforme Carneiro (2005), a exemplo do *lhe* de terceira que já era usado como sendo de segunda pessoa.

Para as questões formuladas para este estudo, seguem algumas respostas:

- i. as observações pela leitura de outros textos e a tabulação dos dados mostraram que o uso da forma *seu*, como sendo de segunda pessoa, já era uma variação no uso desde o século XIX, apontado nos estudos de Lucena (2016) e Carneiro (2005), o que também pode ser observado na escrita das cartas do *corpus* utilizado aqui;
- ii. os resultados mostrados, neste estudo, já apontam que não há mais variação no uso do pronome possessivo *seu* na escrita dos sertanejos do século

XX, pois os dados levam a crer em uma mudança já estabilizada, sendo que, das 168 ocorrências de uso do *seu*, apenas uma ocorrência usou a forma na terceira pessoa. Isso demonstra que a mudança em progresso, dita no estudo de Lucena (2016) sobre os séculos XIX/XX, já está estabilizada na escrita das cartas sertanejas baianas do século XX;

iii. das 185 ocorrências de pronomes possessivos encontradas, existem apenas 17 do uso da forma *teu*, e 168 de *seu*. Dos 43 escreventes, somente 9 usaram a forma *teu*, sendo que, na segunda fase (1941-1979), o uso é realizado por 7 escreventes; na terceira fase (1980- 2000), o uso é empregado por apenas um escrevente; e na fase “sem data”, o uso é de somente um, e repetido por outro que já tinha usado na terceira fase. Isso demonstra claramente que há preferência pelo uso do possessivo *seu* na escrita das cartas, seguindo uma tendência observada também em estudos com *corpora* orais do sertão baiano, a exemplo de Oliveira (2016), quando afirma que não há grandes diferenças de uso das estratégias de marcação de posse entre as comunidades do semiárido baiano, o que mostra que a reestruturação é bastante comum na fala vernacular do PB, e confirmado nos estudos de Lucchesi e Araújo (2009).

Sobre a comparação dos resultados encontrados neste estudo com as informações na pesquisa de Lucena (2016), é possível dizer que “as linhas” construídas por ela para mostrar a variação/mudança no uso dos pronomes possessivos, entre os séculos XIX e XX, são seguidas pelas “linhas” construídas a partir dos dados verificados nas cartas de sertanejos baianos no século XX. Essas “linhas” mostram, desde o estudo de Machado (2011) e Souza (2012), que foram a base de Lucena (2016) para construir sua tese, que a tendência da forma *seu* usada como paradigma de segunda pessoa vem inibindo o uso da forma *teu*, nos últimos dois séculos. Os dois estudos mostram que é na fase 2 (1940-1979), independentemente do tipo de posse, que o uso de *seu* começou a aparecer como sendo de segunda pessoa, tanto nas cartas do Rio de Janeiro como nas cartas da Bahia.

Apesar do *corpus* estudado nesta pesquisa ser relativamente pequeno, com apenas 185 dados, ao se agregar as 1.376 ocorrências da amostra

de Lucena (2016) às das cartas de sertanejos baianos, foi possível observar e diagnosticar que a “variação” na escrita das cartas do Rio de Janeiro, no século XIX, já era uma “mudança” estabelecida na escrita das cartas da Bahia, no século XX.

Dos 23 fatores criados (11 linguísticos e 12 sociais), para análise, observou-se os que foram mais relevantes para entendimento dos dados. Entre os linguísticos, apenas três fatores mostraram resultados relevantes:

i. Formas de uso

A forma *seu* mostrou-se mais produtiva com 90,8% das ocorrências, inibindo o *teu* que apareceu somente em 9,2%. Também foi possível perceber que, na maioria das ocorrências, 82,2%, observou-se uma tendência à posição anteposta ao nome, resultado esse também confirmado nos dados de Lucena (2016).

ii. Tipo de posse

As ocorrências trouxeram contextos de posses alienáveis e inalienáveis; no entanto, foi verificado que, como afirmou Barros (2006), tudo aquilo que pode ser adquirido e transferível, o alienável, favoreceu o uso das formas *teu/seu*, principalmente o uso de *seu*, que atingiu um percentual de 94%, face aos 6% de *teu*.

iii. Animacidade do sintagma possessivo

Lucena (2016) apontou, em sua pesquisa, que o uso de *teu* era favorecido quando se fazia referência a seres [+animados], e o uso de *seu* quando se fazia referência a seres [-animado]; no entanto, os resultados das cartas da Bahia mostraram que *seu* foi favorecido pelo traço [+animado +humano] e [inanimado].

Entre os grupos sociais, apenas quatro foram selecionados como relevantes:

iv Período de escrita das cartas

Quase um século de escrita de cartas foi dividido em sincronias menores para análise por décadas. Observou-se que, em apenas uma década (1980-1989), as formas *teu/seu* competiram em igualdade. Em todas as outras décadas, o *seu* foi favorecido. Vale salientar que a quantidade de ocorrências com *teu* e *seu*, na amostra, não é uniforme, além de a maioria das missivas estarem concentradas nas décadas de 50, 60 e 70. São exatamente essas as épocas em que os sertanejos saíam de suas cidades à procura de trabalho nos grandes centros do Brasil, o que fez aumentar consideravelmente a escrita das cartas.

v. Gênero dos redatores

A amostra apresentou resultados interessantes em relação a esse fator, pois verificou-se, em todas as fases, que mulheres e homens preteriram o uso de *teu* ao de *seu*. Acredita-se que, pelo número ínfimo de ocorrências da forma *teu*, não seja possível discordar da proposta laboviana quando sugere ser as mulheres a conservar a variante mais próxima da norma padrão, nos processos de variação, evitando, assim, os usos linguísticos socialmente estigmatizados.

vi. Vínculo com o destinatário e Tipos de relações

Estes dois grupos estão relacionados e foram de suma importância para observar como os dados se comportavam diante às relações simétricas e assimétricas, já que estudos, como o de Lucena (2016), mostram que o grau de intimidade entre os escreventes favorece o uso de uma forma em detrimento da outra. Acreditava-se que a forma *teu* denotaria maior intimidade entre os missivistas. Mas, ficou comprovado, com a amostra aqui estudada, que quanto maior for o grau de intimidade entre os missivistas, maior será o favorecimento para o uso da forma *seu*. Ficou claro que as relações simétricas [+solidárias] favoreceram um número considerável de ocorrências da forma *seu*.

vii. Subgênero das cartas

Neste grupo, as ocorrências são, em sua maioria, empregadas nas cartas de amigos, preterindo as cartas de amor e as familiares. Nesse caso, a relação dos menos íntimos favoreceu o uso da forma *seu*.

As possíveis perguntas que surgiram com esta investigação, e que não puderam ser respondidas, ficarão como indagações para um próximo estudo sobre *teu/seu*, com outros *corpora* de regiões outras da Bahia e do Brasil. Esta pesquisa será mais uma agregada ao CE-DOHS, visto que ainda há muitos questionamentos a serem feitos sobre o pronome possessivo *seu* e sua mudança de paradigma no Português Popular do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. **Nosso, da gente e de nós**: um estudo sociolinguístico da expressão de posse no português rural afro-brasileiro. 224 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 29.04. 2005.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Tratamento dos *corpora* de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. *In*: LOBO, Tânia *et al.* (org.). **Para a história do português brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 761-780.
- BROWN, Roger; GILMAN, Albert. The Pronouns of Power and Solidarity. *In*: SEBEEK, T. A. **Style in Language**. Massachusetts: Ed. MIT Press. 1960. p. 253-276.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. **Cartas brasileiras (1808-1904)**: um estudo linguístico-filológico. 2005. 4v. 2.329f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005. p.119-143.
- CASTRO, Ana. **On possessives in portuguese**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Lisboa/Univiersité Paris 8 – Vincennes Saint-Denis, 2006.
- CERQUEIRA, Vicente C.. A forma genitiva *dele* e a categoria deconcordância (AGR) no português brasileiro. *In*: KATO, Mary A.; ROBERTS, Ian. (org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 129-160.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- HUERTA FLORES, Norohella. Los Posesivos. *In*: HUERTA FLORES, Norohella. **Company, Concepción**. Sintaxis Histórica de la Lengua Española. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2009.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LABOV, William. **Principles of Linguistic Change: Internal Factors**. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1994.

LABOV, William. Building on Empirical Foundations. *In*: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (org.). **Perspectives on Historical Linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982.

LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972.

LASS, Roger **Historical Linguistics and Language Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. *In*: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.

LUCCHESI, Dante; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. O sistema de expressão de posse. *In*: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 489-511.

LUCENA, Raquel de Oliveira Pereira. **Pronomes possessivos de segunda pessoa: a variação *teu/seu* em uma perspectiva histórica**. 220 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MACHADO, Ana Carolina Morito. **As formas de tratamento no teatro brasileiro e português dos séculos XIX e XX**. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

MARQUILHAS, Rita. **A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. **Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENDES, Fernanda. **Estruturas possessivas: aquisição de posse funcional e posse alienável no português brasileiro**. 224 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MONTEIRO, José Lemos. **Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de. Estertores da forma *seu* na língua oral. *In*: OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de; SHERRE, Maria Marta. (org.). **Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português da cidade do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Editora da UFRJ, 1996. p. 171-182.

OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de. Um caso de definitude. **Oragon**, Porto Alegre, n. 18, p. 90-108, 1991.

OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de. **Estudo da regularidade na variação dos possessivos no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

OLIVEIRA, Josane Moreira de. A sociolinguística laboviana: festejando o cinquentenário e planejando o futuro. *In: Cadernos de estudos linguísticos*. Campinas, p. 481-501 - set./dez. 2016.

OLIVEIRA, Matheus Santos. **O efeito do contato entre línguas na reestruturação do sistema de expressão de posse no Português do semiárido baiano**. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2016.

PERINI, Mário. O surgimento do sistema possessivo do português coloquial: uma abordagem funcional. **DELTA**, São Paulo, v. 1, n. 1/2, p. 1-16, 1985.

PETRUCCI, Armando. **La ciencia de la escritura**. Primera lección de paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

PROJETO *Corpus* ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO SERTÃO. 2011. Disponível em www.uefs.br/cedohs. Acesso em: 05 fev. 2018.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, SALI A.; SMITH, Eric. **Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows**. Toronto: Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SANTANA, Noemi Pereira de. **Seu e dele em correspondências de professores na Bahia do século XIX**. Tese de Doutorado, UFBA, 2014. 198 f.

SANTIAGO, Huda da Silva. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UEFS, 2012. 2v. 256f.

SOARES, A. S. F. **Segunda e Terceira pessoa – O pronome possessivo em questão: uma análise variacionista**. Dissertação (Mestrado em Linguística da Língua Portuguesa) – UFPR, Curitiba, 1999.

SOUZA, Janaina Pedreira Fernandes. **Mapeando a entrada do *você* no quadro pronominal: análise de cartas familiares dos séculos XIX-XX**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

A SINTAXE DAS RELATIVAS¹

Janaina de Oliveira Costa Mascarenhas
(UEFS/CE-DOHS)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Dentre os vários estudos que se debruçam sobre a descrição das sentenças relativas do português brasileiro (doravante PB), destaca-se o estudo precursor e sincrônico de Lemle, em 1978, e o diacrônico, de Tarallo, em 1983. A partir desses trabalhos investigativos, as estratégias de relativização passaram a ser alvo de ampla discussão no PB. Observam-se também os estudos de Kato (1993) e Kato e Nunes (2009; 2014), os quais discutem essas estratégias, com base na perspectiva de Princípios e Parâmetros, do modelo gerativista. Foram ainda consultadas as pesquisas descritivas de Ribeiro (2009), Ribeiro e Figueiredo (2009) e os dados de aquisição apresentados em Corrêa (1998), Perroni (2001) e Lessa de Oliveira (2008).

Dentre esses, Tarallo (1983; 1993), a partir de *corpora* compostos por cartas, diários e peças teatrais, entre os séculos XVIII e XIX, concluiu que, no século XIX, a estratégia de relativização cortadora (não padrão) já havia ultrapassado quantitativamente outra estratégia não padrão, a

1 Trata-se este trabalho de uma síntese da dissertação *Sentenças relativas em cartas de inábeis*, realizada com bolsa de estudos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), defendida e aprovada em 2017, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

estratégia com pronome lembrete (copiadora²), e, assim, a cortadora passou a competir com a *pied piping* (padrão), uma estratégia que só ocorre com constituintes preposicionados e não possui lacuna.

O objetivo desta pesquisa consistiu em levantar, exaustivamente, sentenças relativas (doravante SRel) de cartas pessoais baianas e identificar quais as estratégias mais usadas pelos remetentes envolvidos; se estariam mais próximas às variantes populares do PB (TARALLO, 1983; 1993), ou se tais estratégias apontariam para processos comuns de indivíduos adultos em fase de aquisição de escrita, com construções próximas às encontradas em estudos sobre aquisição, a exemplo do que ocorre com crianças (LESSA DE OLIVEIRA, 2008), ou, ainda, se se identificam ambas as situações.

Assim, a partir da descrição dos dados obtidos de *corpus* específico, este estudo pretende responder a questões referentes ao PB popular e à aquisição de relativas:

- i. Quais tipos de SRel e marcadores relativos são atestados no *corpus*?
- ii. Quais estratégias de relativização são realizadas pelos escreventes inábeis?
- iii. A maneira como se comporta as relativas cortadoras e de pronome lembrete, no *corpus*, evidencia uma mudança linguística do PB contemporâneo, tendo em vista a preferência pelo uso das cortadoras? (Cf. TARALLO, 1983; 1993).
- iv. Como se dá a relativização, no *corpus*, em relação às estratégias e às funções sintáticas do constituinte relativizado?
- v. No que se refere à formação das SRel, de que forma analisar esses dados em relação às restrições universais (KEENAN; COMRIE, 1977)?
- vi. Os inábeis realizaram as mesmas estratégias de relativização de uma criança que está em fase de aquisição de relativas (LESSA DE OLIVEIRA, 2008)?
- vii. Sendo o processo de aquisição de escrita dos inábeis igual ao de uma criança na mesma fase, é possível justificar a rea-

2 Nos termos de Tarallo (1993).

lização maior de algumas relativas por meio do *input*, como fez Lessa de Oliveira (2008), em seu estudo com dados de relativas de crianças?

viii. Como os inábeis não tiveram acesso à escolarização prolongada, esse fator influenciaria a não realização da estratégia de relativização *pied piping* (CORRÊA, 1998)?

A fim de responder às questões aqui postas, o presente texto está organizado deste modo: na primeira seção, apresentam-se os princípios teórico-metodológicos. Na segunda seção, apresentam-se os tipos de relativas. Na terceira seção, apresentam-se as relativas a partir das restrições universais. Na quarta seção, apresenta-se a descrição dos dados das cartas de inábeis selecionadas como *corpus*. Na quinta, faz-se um estudo comparativo, confrontando alguns estudos antecedentes, no âmbito da sintaxe do PB popular e da aquisição de relativas. São apresentadas algumas conclusões nas Considerações finais.

PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Tendo em vista as características do *corpus*, bem como a importância de trabalhar com dados do passado para entrever o presente, este trabalho segue a orientação da Linguística Histórica numa perspectiva sócio-histórica, em que se consideram os fatores extralinguísticos ou sociais e os intralinguísticos (MATTOS E SILVA, 2008, p. 10). Apóia-se também nos pressupostos da teoria Sociolinguística variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG³, 1968), tendo em consideração o que é defendido por Labov (1972), para quem a mudança deve ser explicada não somente por argumentos internos ao sistema, mas também pelos externos. Ou seja, o social é concebido como um contexto importante na constituição linguística, de modo que a língua é vista como um conjunto de regras mutáveis que possui uma estrutura ordenada na comunidade de fala e as relações sociolinguísticas são fatores condicionantes.

3 Doravante WLH.

A diferença aqui se faz tendo em vista que se buscou estudar os aspectos linguísticos e sociais voltados ao passado e com base em um *corpus* escrito. Nesse sentido, cabem bem as respectivas metáforas de Roger Lass (1997, p. 45) e de William Labov (1982, p. 20) sobre “o tipo de dados de que dispõem os que trabalham no campo da linguística histórica”: “hearing the inaudible” e “the art of making the best use of bad data”, as quais foram traduzidas por Mattos e Silva (2008, p. 7) assim: “ouvir o inaudível” e “a arte de fazer o melhor uso de maus dados”.

As cartas são datadas, localizadas e com os remetentes identificados com todos os aspectos sociolinguísticos, com um perfil completo, com um levantamento também exaustivo de aspectos socioculturais (SANTIA-GO, 2012). Nesse sentido, este artigo busca contribuir com as pesquisas voltadas ao campo gramatical do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), do qual o NELP (UEFS) é parceiro, com um estudo das relativas, em que os dados são metodologicamente tratados pela Teoria da Variação e Mudança Linguística Laboviana (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006).

TIPOS DE RELATIVAS

No processo de formação de uma relativa, tem-se um núcleo nominal, o qual é transformado por uma sentença. Ou seja, trata-se de uma sentença composta por subordinação, a qual é capaz de modificar um sintagma nominal ou um nome na sentença matriz em que está inserida, como se observa no exemplo (2). Assim, percebe-se que o sintagma de determinante (DP, do inglês *determiner phrase*), o qual é sujeito da sentença, é formado por um determinante (*O*) de um núcleo nominal (*computador*) e de uma sentença que modifica o núcleo nominal (*que eu comprei*__); essa sentença é introduzida por um relativizador (*que*), usando, aqui, os termos de Ribeiro (2009, p. 187).

- (1)
 [[O computador]_{DP1} [que eu comprei ___]_{SRel}]_{DP2}
 (Adaptado de RIBEIRO, 2009, p. 187)

Observa-se também que, no exemplo (1), a lacuna presente na SRel consiste na não realização do objeto do verbo *comprar*, o que caracteriza esse tipo de sentença como *relativa com lacuna* ou *relativa padrão*.

Neste trabalho, as SRel localizadas na *corpus* aqui estudado foram referidas quanto aos tipos (relativas restritiva, apositivas, livres), às funções sintáticas dos marcadores relativos (Sujeito – SU, Objeto direto – OD, Objeto indireto – OI e de Adjunto adverbial - ADJ) e às estratégias de relativização (lacuna, com pronome lembrete, cortadora e *pied piping*).

RELATIVAS RESTRITIVAS E APOSITIVAS

Denomina-se oração relativa restritiva ou apositiva quando o antecedente está explícito na própria SRel, por isso é caracterizada de relativa com cabeça, conforme o exemplo (2), em que o DP *a senhora* possui valor restritivo, uma vez que a SRel restringe a classe de senhora que ficou feliz, bem como limita o significado do antecedente.

- (2)
 Ficou feliz a senhora_{SRel} **que** o padre deu a benção].

A relativa apositiva é separada do núcleo nominal e marcada, na escrita, por vírgula. Na sentença (3), o núcleo nominal *Angélica* já é conhecido, logo a relativa apositiva “apresenta informação adicional sobre o núcleo nominal” (RIBEIRO; FIGUEIREDO, 2009, p. 212).

- (3)
 Ficou feliz Angélica, [_{SRel} **que** o padre deu a benção].

Apesar de o uso da vírgula diferenciar a relativa restritiva da apositiva na escrita sintática, é importante analisar a semântica da sentença também, sobretudo quando se tem um *corpus* escrito que apresenta inabilidade no uso da pontuação (SANTIAGO, 2012). Para caracterizar as relativas deste artigo, uma vez que se trabalha com *corpus de mãos inábeis*, foi observada a extensão dos termos, e, caso estivesse definida, seria impossível haver restrição na sentença, logo a sentença era classificada em relativa apositiva⁴.

No *corpus*, foram atestadas 186 relativas, sendo 57 relativas restritivas e 46 apositivas, somando-se ambas, contabilizam-se 103 ocorrências do total de dados do *corpus*, conforme são mostradas na Tabela 1⁵.

Tabela 1 – Sentenças relativas restritivas e apositivas

Tipos de sentenças relativas	Nº
Restritivas	57
Apositivas	46
Total	103

Fonte: elaboração própria.

Alguns exemplos de relativas restritivas e apositivas são apresentados em (4) e em (5), respectivamente:

(4)

a. mando salber da nouticia di meu 2 filho sim A menina [**que** ficou doenti] eu quero salber da notisa di loudo da qui lenbança. (AFS-2)

b. Salber di tudo dar qui Sin u senhor recebeu a importansa[**que** eu mandei] pur metodi Deis mil corzeiro. (AFS-4)

c. As horas [**que** passo Sozinha] desejo esta ao Seu lado. Mas como não é Possivel realizar meus Sonhos resolvi redijir-lhe algumas linhas (AHC-57)

4 Macedo (1991) analisa algumas circunstâncias que são típicas de relativas apositivas, ou seja, quando a relativa estiver após substantivos próprios, pronomes de primeira e de segunda pessoa, substantivos antepostos a pronome demonstrativos e as que têm predicativo do sujeito. Para mais informações sobre semântica de relativa apositiva, cf. Macedo (1991).

5 As 83 ocorrências restantes foram de relativas livres, as quais serão apresentadas na seção 2.2.

(5)

a. Sim compadi nada mais Du seu p Depezado [**que** er o ur Amigor Antonio Fortunato da Silva]. (AFS-6)

b. mãe receba esta <□ão> grandi lembrança do ceu filho Antonio [**que** feis esti bilheti] com uma magua nu peito com vontadi di ir embora i nada mais. (ACO-44)

c. [...] razão *que* apois eu | conheico as minhas mal occa[.] **que** | eu tinha feito com *vosmece* [?] | [...] ((sem local) Domingo 19 de Marco de 1906, JMS-66)

Após o levantamento dos dados, foram encontrados casos de relativas restritivas de OD, com dequeísmo. Isto é, a inserção da preposição *de*, acompanhada do marcador relativo *que*, de maneira incoerente, tratando-se, pois, de uma hipercorreção feita pelo escrevente, o que é comumente encontrado no português e no espanhol (cf. MOLLICA, 1995; MORAES DE CASTILHO, 2006). Esse fenômeno pode ser observado no exemplo (6):

(6)

[estou bem satisfeita com os incombodo [**de que** deus tem mi dado] *comadre*. (JMS-67)

No que se refere ao encadeamento de relativas, Ribeiro e Figueiredo (2009, p. 213) apresentaram relativas encadeadas das atas de africanos, cuja ordem de realização é observada tanto no PB, quanto nas línguas em geral. Em (7), a primeira é relativa restritiva e a segunda é relativa apositiva:

(7)

e tratemos a Rever o debito [*que Se devia a Caza*] [*ó qual mandou o Vis Provedor Cartiar-sé aos ditos*] para Virem Remirem na primeira Reunião (José Fernandes do Ó em 05 de junho de 1836).

(RIBEIRO; FIGUEIREDO, 2009, p. 213).

No *corpus* em estudo, também foram observadas algumas relativas encaixadas, sendo que não houve nenhum caso entre relativas apositivas. Cooper (1983) discute que, quando há encaixamento entre apositivas, esse só acontece entre duas, no máximo; já com as restritivas pode haver entre várias. Quanto à ordem das relativas apositivas encaixadas, Cooper (1983) afirma, também, que toda apositiva virá após uma restritiva. Observa-se, em (8), que há um encaixamento entre uma restritiva e uma apositiva num mesmo período.

(8)

esto enpais graca a u bom Jeus e vor lhi dizer que as galinha que eu tem aí e [a que **q**<↑?> foi de brenadete] [**que** esta com us Pintos] e a otra e uma preta e um frangro branco é iu [.].i uma a elhe foi uma pequena e você pitanga tomi comta de minhas galinhas i minha. (MC-37)

RELATIVAS LIVRES

Dá-se o nome de relativa livre ou *relativa sem cabeça* a toda SRel que possui o antecedente implícito. Ou seja, trata-se de uma relativa que não tem nem pode ter um núcleo nominal antecedente (MARCHESAN, 2012). Além disso, sempre é introduzida por um pronome relativo e, de modo algum, por um complementador nulo e por um relativizador do tipo *that* do inglês ou *que* do francês (RIBEIRO, 2009, p. 189). Observam-se exemplos de relativas livres em (9a) e (10a), bem como uma reestruturação desses em (9b) e (10b). Trata-se de uma paráfrase das relativas livres por DPs ou PPs (Cf. CAPONIGRO, 2003; MARCHESAN, 2012) a fim de explicitar o SN que aparece nulo nas relativas livres.

(9)

- a. Ficou feliz [**quem** o padre deu a benção].
- b. Ficou feliz a pessoa[**que** o padre deu a benção].

(10)

- a. [**O que** vendi] foi este anel.
- b. O objeto[**que** vendi] foi este anel.

Do total de relativas do *corpus*, as livres perfizeram 82 ocorrências. Os exemplos a seguir são de relativas livres, sendo que, em (11a), a função é de SU; em (11b), OD; em (11c), OI; e, em (11d), ADJ.

(11)

- a. Compadre diga a João nasimento que brazilha e iluzão i so vem [**quem** não sabe] dei muita. (GOR-29)
- b. eu s sol mando vinti mil curzeiro porqui não porso mandar mais u sinhor paqi a Carias i u reto farsa [**u que** u sinhor quizer] i compadi min esqueva. (AFS-6)
- c. so mi aquexo da minha poça sorti não mi aquexo di ninguem poreu [**a quem** deus prometi vinte] não dar dirreis entritanto estou bem. (JMS-67)
- d. nesta firma Aqui ni São paulo er marhor firmar di são paulo er [**Aondi** farzi toudas marquina ir loudo carro]. (AFS-12)

No *corpus* em estudo, os inábeis não realizaram relativas com todos os tipos de marcadores relativos; houve um predomínio do “que”, e não ocorreu nenhum caso com “qual” e “cujo”. Como os dados são provenientes de pessoas com baixa escolarização, talvez esse fator tenha contribuído para o não aparecimento, uma vez que se trata de marcadores usados, comumente, em ambientes de pessoas com alta escolarização.

RELATIVAS: RESTRIÇÕES UNIVERSAIS

Após minuciosa análise dos processos de relativização nas línguas, Keenan e Comrie (1977; 1979) observam que a variação é sistemática em relação à função sintática do elemento relativizado na oração relativa, obedecendo a uma hierarquia, a Hierarquia da Acessibilidade/*Accessibility Hierarchy* (doravante HA), demonstrada, a seguir, com base em uma amostra de, aproximadamente, 50 línguas:

- (i) Hierarquia da Acessibilidade (Accessibility Hierarchy)
 SU (sujeito) > OD (objeto direto) > OI (Objeto indireto) > OBL (Oblíquo) >
 GEN (genitivo) > Objeto de Comparação
 (KEENAN; COMRIE, 1977, p. 66).

Assim, de acordo com Keenan e Comrie (1977), se uma língua relativiza a posição mais baixa da hierarquia – *objeto de comparação*⁶ –, relativiza qualquer posição anterior, tendo em vista que, sob condições normais, os pontos da HA são intransponíveis⁷. Logo, considera-se importante investigar se os dados de inábeis possuem esse mesmo comportamento ou se difere da HA quanto ao processo de relativização, lembrando que os autores não consideraram a função de adjunto das relativas restritivas e apositivas na HA e isentaram as relativas livres da análise da HA.

DADOS DAS CARTAS DE SISAL (BA)

A descrição dos dados das cartas de inábeis, no presente estudo, refere-se às funções sintáticas do marcador relativo a partir das restrições universais de Keenan e Comrie (1977), às estratégias de relativização, bem como aos marcadores relativos identificados nas relativas restritivas, apositivas e livres.

FUNÇÃO SINTÁTICA DO MARCADOR RELATIVO

Com base nas restrições universais de Keenan e Comrie (1977), os dados das cartas ratificaram a proposta dos autores: a função sintática de SU é a posição sintática mais relativizada⁸, seguida da posição de OD, como em (12):

(12)

SU (71,2%) > OD (28,7%) > OI (0%) > OBL (0%) > GEN (0%)

6 O *objeto de comparação* é uma posição menos relativizada se comparada a de SU na HA. Assim, Keenan e Comrie (1977, p. 66) exemplificam esse objeto por meio da seguinte relativa: “*The man who Mary is taller than*”.

7 Alguns estudiosos criticaram a HA, ao entender que não são apenas os critérios morfofossintáticos que influenciam a relativização, mas também os traços semânticos e pragmáticos, os quais não estão representados na HA (cf. GIVÓN, 1990 e DIK, 1997).

8 Para essa análise, não se considerou os dados das relativas restritivas com função de ADJ, nem os de nenhuma relativa livre, tendo em vista que, para este estudo, se propôs a fazer do modo em que Keenan e Comrie (1977) fizeram na HA.

Percebe-se, então, que, a partir da HA, 71,2% das construções são de SU, enquanto 28,7% são de OD, exemplificados em (13a) e (13b), respectivamente. No *corpus*, não foi encontrado nenhum tipo de relativa restritiva e apositiva nas posições mais baixas da HA de Keenan e Comrie (1977).

(13)

a. i aceiti as minha lenbraca l abraco i muita saudadi desta di minuta amiga [qui muito li estima] com todo o meu coração. (FPS-78)

b. e voce comdri ana var midescu[.] nado os ero [que tem] e resebra Lenbran que e a sua irman Mariazinha Carneiro de Oliveira. (MC-50)

Nas relativas livres, foi encontrada uma relativa na posição sintática mais baixa, cuja função sintática é de OI, como em (14), a saber:

(14)

so mi aquexo da minha poça sorti não mi aquexo di ninguem porem [a quem deus prometi vinte] não dar dirreis entritanto estou bem. (JMS-67)

Na Tabela 2, a seguir, onde estão apresentados os tipos de marcadores relativos e a sua função sintática, foram inseridos os de todas as SRel (restritivas, apositivas e livres).

Tabela 2 – Tipo marcador relativo versus função sintática do marcador relativo

Tipos de marcador relativo	Função sintática do marcador relativo ⁹				
	SU	OD	OI	ADJ	TOTAL
Quem	09	–	–	–	09
P+Quem	05	–	–	–	05
Que	67	27	01	01	96
P+Que	–	–	–	07	07
O Que	–	04	–	–	04
Quanto ¹⁰	–	03	–	–	03
Onde	–	–	–	01	01
Como	–	–	–	16	16
Quando	–	–	–	44	44
Total	81	34	01	69	185

Fonte: elaboração própria.

A partir dos dados da Tabela 2 e não da HA, já que a HA não considera as ADJ, pode-se inferir que a função de SU possui a maior ocorrência, com 81 dados, seguida da de ADJ, com 69. Houve 34 casos

9 Como não houve nenhum caso de marcador relativo com a função sintática de oblíquo e genitivo, optou-se em não mencionar essas funções na tabela.

10 Contabilizou-se o marcador relativo quanto junto aos de função de OD, pois, como se trata de uma RL, este equivale a um DP e, portanto, desempenha função “prototípica de DP”, ou seja, refere-se a um complemento do verbo (cf. MARCHESAN, 2012, p. 29). Parafraseando a sentença relativa (i), em (ii), cujo marcador relativo quanto está inserido, tem-se essa função “prototípica de DP”, a qual é complemento do verbo à esquerda:
 conpadi mndi min dizer [contor eu firquei lir devenno] par eu puder lir pargar nada mas du céu. (AFS-12)
 conpadi mndi min dizer a quantia [que eu firquei lir devenno] par eu puder lir pargar nada mas du céu. (AFS-12)

de OD e apenas 01 caso de OI. Lembrando que todas as relativas foram contabilizadas nessa tabela. Dentre os casos com função de ADJ, puderam-se observar relativas com marcador relativo *quanto*, *quando*, *onde* e *como*, sendo que esses dois últimos só ocorreram em relativas livres.

ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO

Tarallo (1983; 1993) afirmou, com base na HA, que as relativas com lacuna ocorrem em posições mais altas, as de SU e de OD; já a cortadora e a *pied piping* ocorrem em posições mais baixas, as de OI, OBL e GEN. Com relação aos dados de inábeis, as relativas com lacuna corroboraram o que Tarallo (1983; 1993) postulou. Quanto à estratégia cortadora ou padrão (*pied piping*), os escreventes de inábeis só produziram em SRel restritivas com função de ADJ e em SRel livre; por conta disso, não foi possível saber a preferência dos escreventes de inábeis, no que se refere às posições baixas da HA, uma vez que os escreventes não realizaram os mesmos dados de relativas restritivas e apositivas analisados por Keenan e Comrie (1977), na HA.

Os dados analisados foram poucos, e, dentre as estratégias de relativização, houve 04 casos de estratégias cortadoras e 01 de *pied piping*, em relativas restritivas de ADJ; já em relativa livre, houve 01 de cortadora e 01 de *pied piping*, ambos com função de OI, como apresentado na Tabela 3:

Tabela 3 – Estratégias de relativização: cortadora e *pied piping* nas SRel

SRel	Estratégias de relativização	Nº
Restritivas (ADJ)	Cortadora	06
Restritiva (ADJ)	<i>Pied piping</i>	01
Livre(OI)	<i>Pied piping</i>	01
	Total	08

Fonte: elaboração própria.

Na Tabela 3, observa-se que não foi contabilizado nenhum caso de estratégia de relativização com pronome lembrete no *corpus* de *inábeis*; esse dado só aproxima ainda mais este estudo do estudo de Tarallo (1983; 1993), o qual foi o primeiro a evidenciar o crescimento de estratégia cortadora em relação à estratégia com pronome lembrete. Observam-se, a seguir, exemplos de SRel restritiva de ADJ com estratégias cortadora, em (15a/b/c/d), *pied piping*, em (16); além de um exemplo de relativa livre com *pied piping*, em (17).

(15)

a. Sim compadi condo u senhor min esquever eu tenho esti indereço Bom da firma [**Ø que** eu tarbalho] Rua Camacan nº 2/0 Vila. Anastacio São Paulo So funji. (AFS-13)

b. comadre eu hojim digo quem quizer Si cazar si cazi que eu não quero mas já tevi vontadi [?]hoji não tenho *mais* vou viver da milho<□r> forma [**Ø que** deus me a judar] *que* quem não cazar tambem vivi. (JMS-67)

c. espero que ao resseber destas esteje com saude. Comadre e Compadre envio as minhas treste nutisia por imfilisidade da minha vida me acho na trite separação. fis o pusive para viver [.]jonto ate o dia [**Ø que** Deus vimhese buscar eu ou ele]. mas foi nada. (MDC-84)

d. deixa falta Nada para mi eu tombem esto trabalhado com miranda Nudia [**Ø que** Não esta chuedo] Nois vai atrab- alha. (VAN-86)

(16)

querida didinha Neis no momento [**em que** escrevo]quero lhi dizer que ficamos bem graças a Deus. (LM-75)

(17)

so mi aquexo da minha poça sorti não mi aquexo di ninguem porem [**a quem** deus prometi vinte] não dar dirreis entritanto estou bem. (JMS-67)

MARCADORES RELATIVOS

No *corpus* em estudo, a soma do marcador relativo *que* bem como (p + *que*) resulta em 102 ocorrências em relativas restritivas e apositivas, sendo que não foi observado nenhum caso em relativa livre, episódio

bastante comum no PB e nas línguas em geral. Já a soma do marcador relativo *quem* mais (*p + quem*) foi de 14 marcações, sendo todas realizadas em relativas livres, 04 com o marcador *o que*, 03 com o *quanto*; *onde* teve 01, *como* 17, e o *quando* 44, sendo 43 casos em relativas livres e 01 em restritiva (cf. Tabela 4):

Tabela 4 – Tipo de sentença relativa versus tipo de marcador relativo

Tipos de marcador relativo	Tipos de sentença relativa			
	Restritiva	Apositiva	Livre	Total
Quem	–	–	09	09
P+Quem ¹¹	–	–	05	05
Que	49	46	–	95
P+Que	07	–	–	07
O Que	–	–	04	04
Quanto	–	–	03	03
Onde	–	–	01	01
Como	–	–	17	17
Quando	01 ¹²	–	43	44
Total	57	46	82	185

Fonte: elaboração própria.

11 Apenas numa sentença o escrevente ocultou a preposição “para” e usou o marcador relativo “que” ao invés de “quem”, contrariando a tradição gramatical. Por isso, contabilizou-se esse marcador no segmento (*p + quem*), e não no (*p + que*).

12 Houve um caso de sentença relativa restritiva, a qual possui função de adjunto e tem como marcador relativo “quando”, este equivale a “em que”. Segundo Marchesan (2012), quando os marcadores relativos dos tipos quando, como e onde estão adjacentes a um núcleo nominal, a relativa não é livre, mas, sim, relativa com núcleo, ou seja, relativa restritiva ou apositiva, por isso também há dificuldade em classificar quanto ao tipo de relativa que a sentença se refere. Segue, abaixo, o exemplo extraído do *corpus* em estudo, o qual possui, como núcleo adjacente à relativa, os termos “esta dauta” :
para mim| serar os maior prazerris que eu averas| di ter que eu com os meus estamos| com saudi a tê esta dauta [**quando**] fiz esta) (JMS-66).

Em (18), são apresentados exemplos de alguns marcadores relativos (*o que, quando, quanto, onde, quem, que e como*) construídos nas SRel:

(18)

a. nós e di viver touda nossa vida tendo amizadi com fe endeus pur que si e uma das pescoas [**que** eu estimo]a Senhora e uma dellas. (JMS-66)

b. [**Quem** ama] nunca esquece. (AHC-55)

c. eu s sol mando vinti mil curzeiro porqui não porso mandar mais u sinhor paqi a Carias i u reto farsa [**u que** u sinhor quizer] i compadi min esqueva. (AFS-6)

d. compadi mndi min dizer [**contor** eu firquei lir devenno] par eu puder lir pargar nada mas du céu. (AFS-12)

e. nesta firma Aqui ni São paulo er marhor firmar di são paulo er [**Aondi** farzi toudas marquina ir loudo carro]. (AFS-12)

f. Amigos Compadi. pitanga es estas duas linha solmenti par li dar a mihas nouticia eu v [**commo** D Deus quizer].(AFS-23)

g. eu não mando Dinhei purquei estou com merdo di manda mais pordi perga ir farzer ir mandi min Dizer [**condo** tiver feirta] eu vou embora. (AFS-11)

Segundo Marchesan (2012), nas relativas livres, os marcadores relativos possuem traços semânticos de um núcleo nominal, são parafraseados por DPs quando tiverem natureza nominal (**quem**: a pessoa que; **o que**: a coisa que; **quanto**: a quantia que) e por PPs quando tiverem a natureza oblíqua (**onde**: no lugar em que; **como**: do modo que; **quando**: no momento em que, ou seja, retoma um intervalo de tempo). Já marcadores relativos **que, qual e cujo** só introduzem relativas com núcleo, pois não incorporam traço semântico de um núcleo nominal, uma vez que “são semanticamente subespecificados” (MARCHESAN, 2012, p. 24).

No *corpus* em estudo, os inábeis não realizaram relativas com todos os tipos de marcadores relativos; houve um predomínio do “que” e não ocorreu nenhum caso com “qual” e “cujo”, sendo esses comuns em escritas cultas. Como o perfil dos escreventes se enquadra no de baixa escolarização, julga-se que esse fator foi predominante no não aparecimento de tais marcadores.

ANÁLISE COMPARATIVA

Esta análise foi realizada a partir de estudos antecedentes sobre as estratégias de relativização, cujos *corpora* possuem alguma característica comum às do *corpus* em estudo. A análise contrastiva foi realizada, primeiro, com dados orais de analfabetos e/ou semialfabetizados (RIBEIRO, 2009), tendo em vista que os inábeis possuem uma escrita próxima da oralidade. Segundo, com atas de inábeis do século XIX (RIBEIRO; FIGUEIREDO, 2009), tendo em vista observar como está a curva das relativas, já que esse *corpus* pertence a um século anterior ao do de inábeis. E, terceiro, com dados de crianças e adultos, no âmbito da aquisição de relativas, uma vez que os inábeis estão estacionados numa fase de aquisição da linguagem. Então, buscou-se saber se, no *corpus* de inábeis, há mais pontos convergentes ou divergentes com relação a esses estudos anteriores.

DADOS DAS CARTAS DE INÁBEIS X DADOS ORAIS DE COMUNIDADES AFRO-BRASILEIRAS

Ribeiro (2009) apresenta uma análise da sintaxe das relativas em comunidades afro-brasileiras isoladas e tem como objetivo fazer uma comparação entre estudos sobre a aquisição de L1 em fala do PE e de crioulos de base lexical portuguesa. Trata-se da fala de oito informantes que são ou semialfabetizados ou analfabetos, pertencentes às localidades de: Cinzento, Helvécia, Rio de Contas e Sapé. Considerando as relativas restritivas e apositivas, no que se refere à estratégia cortadora, os dados das cartas de inábeis não são muito diferentes do que apresentam os dados orais das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas. Ou seja, nos dois *corpora*, foi realizada estratégia de relativização cortadora, porém, no que se refere à *pied piping*, as cartas apresentaram apenas um caso, enquanto os dados orais nenhum. Ribeiro (2009, p. 194) justifica esse resultado a partir de Kroch (2001) e afirma

que “a estratégia *pied piping* é um recurso adquirido via escolarização, evidenciando uma situação de bilinguismo”; ou seja, aprender formas linguísticas consideradas ‘certas’, quando se possui outra forma linguística considerada ‘errada’.

Como os inábeis realizaram somente um dado de *pied piping* (em relativas restritivas de ADJ), justifica-se isso, possivelmente, pelo fato de as cartas não possuírem uma linguagem formal, apesar de serem textos escritos. Assim, pode-se dizer que os dois *corpora* são mais convergentes do que divergentes, quanto às análises feitas sobre essas estratégias de relativização. No *corpus* de inábeis, não houve nenhum caso de estratégia com pronome lembrete, diferentemente do que foi encontrado em dados orais dos informantes das comunidades isoladas.

O que se tem observado é que a estratégia de relativização com pronome lembrete é menos frequente no PB, tanto no oral, como no escrito, ou na fala/escrita dos adultos (TARALLO, 1983; 1993; CORRÊA, 1998). Apesar de poucos dados encontrados no *corpus* de inábeis e no *corpus* oral, esses resultados são comuns nas línguas em geral (cf. TARALLO, 1983; 1993; CORRÊA, 1998).

Ribeiro (2009, p. 207) afirma, também, que “usos gramaticais de tipos de relativas no PE são agramaticais no PB rural”, ou seja, “relativas *pied piping* estão presentes na fala rural portuguesa, mas totalmente ausentes na fala rural de afrodescendentes”. Com base nessa afirmação e a partir dos dados de inábeis, pode-se dizer que os usos de *pied piping* não são totalmente ausentes no PB, porém há uma diferença quantitativa bastante relevante, se fossem comparados com o uso no PE, conforme Ribeiro (2009).

Por causa dessa disparidade, Ribeiro (2009) justificou o resultado dos inquéritos dos informantes por meio da hipótese da TLI – *transmissão linguística irregular* (LUCCHESI, 2003), no que se refere ao uso das estratégias de relativização. Ou seja, a língua portuguesa no Brasil foi aprendida mediante condições inapropriadas, o que justifica esse distanciamento linguístico entre o PB e o PE.

A partir dessa análise, observou-se que os inábeis possuem, realmente, uma escrita próxima da oralidade, pois possuem as mesmas estratégias de relativização que os informantes realizaram nos dados dos inqueritos.

DADOS DAS CARTAS DE INÁBEIS X DADOS DAS ATAS DE AFRICANOS

Os dados das cartas dos inábeis foram comparados aos dados das atas de africanos¹³ analisados por Ribeiro e Figueiredo (2009). Foram encontradas as estratégias de relativização dos tipos cortadora e *pied piping* nos dois *corpora*. Enquanto os inábeis realizaram 05 ocorrências de cortadora, os africanos realizaram apenas 01. Quanto às estratégias *pied piping*, os inábeis realizaram apenas 02 ocorrências, e os africanos, 16, conforme mostra a Tabela 5:

Tabela 5 – Estratégia de relativização: inábeis x africanos

Estratégias de relativização	Inábeis	Africanos (RIBEIRO; FIGUEIREDO, 2009)
	Nº	Nº
Cortadora	06	01
<i>Pied piping</i>	02	16
Total	08	17

Fonte: elaboração própria.

13 Seguindo a perspectiva de Tarallo (1983), histórica, e tendo por base um conjunto de 53 atas escritas por seis africanos, entre 1832-1842, Ribeiro e Figueiredo (2009) trazem novos dados sobre a estratégia de relativização em PB. As autoras (2009, p. 224) mostram que, apesar de os africanos terem aprendido o PB como L2, se comparado com a aquisição de estruturas relativas em L1, quase não há diferença, pois “o processo de aquisição de relativas em L2 passa pelos mesmos estágios de aquisição em L1”. Assim, “as estratégias de aquisição de relativas são muito semelhantes, quer em relação a L1, quer em relação a L2” (RIBEIRO; FIGUEIREDO, 2009, p. 238). Embora os africanos produzissem mais *pied piping* do que cortadora, a variante inovadora do PB (1983; 1993, p. 88), as autoras acreditam que os dados de fala, em relação aos de escrita, estariam mais próximos do uso real dessa estratégia no PB.

Ribeiro e Figueiredo (2009) não esperavam esse resultado nos dados das atas, tendo em vista que são escritas produzidas entre os dois últimos períodos da pesquisa de Tarallo (1983; 1993)¹⁴, na qual se observam um decréscimo de *pied piping* e um crescimento de cortadora. Já o resultado dos dados dos inábeis aconteceu como esperado, ou seja, a realização de cortadora foi maior do que a de *pied piping*. Isso ocorre, possivelmente, porque a realização de *pied piping* depende de uma escolarização prolongada (CORRÊA, 1998), a qual os inábeis não possuíam. Assim, o resultado dos dados de inábeis, diferentemente dos dados das atas de africanos (RIBEIRO; FIGUEIREDO 2009), assemelha-se com a pesquisa de Tarallo (1983; 1993), uma vez que a realização de cortadora foi maior do que a de *pied piping*.

Ribeiro e Figueiredo (2009) concluíram que as estratégias de relativização cortadora e *pied piping* podem estar ausentes ou presentes em qualquer língua, independente do contexto social e histórico em que a língua foi adquirida, isso pode ser comprovado também nos dados de inábeis. Apesar de os africanos produzirem mais *pied piping*, Ribeiro e Figueiredo (2009) discutem que o uso das estratégias relativas não padrão (cortadora, por exemplo) pode ser mais real na oralidade do que na escrita, em virtude de a fala ser mais espontânea.

Então, nessa análise diacrônica, comparando dados do século XIX com os do século XX, pode-se dizer que a estratégia de relativização *pied piping* está sendo praticada cada vez menos, implicando cenário linguístico com variações no PB, o qual insiste na maior realização da estratégia não padrão, sobretudo da cortadora, conforme apontou Tarallo (1983; 1993), embora não se possa afirmar, neste estudo, que há algum

14 Do ponto de vista diacrônico, Tarallo (1983; 1993), a partir de *corpora* compostos por cartas, diários e peças teatrais, entre os séculos XVIII e XIX, analisou as SRel, destacando o problema das estratégias de relativização e observou que, no século XIX, a estratégia cortadora já havia ultrapassado a estratégia do pronome lembrete (ou copiadora, nos termos de Tarallo (1983; 1993), quantitativamente, de modo que a estratégia cortadora passou a competir com a *pied piping*. Ou seja, a estratégia com pronome lembrete se estabiliza e a estratégia cortadora começa a florescer em 1880. Segundo Ribeiro e Figueiredo (2009), a época de escrita das atas (1832-1842) é posterior ao terceiro período considerado por Tarallo (1993).

tipo de mudança, uma vez que os dados foram pouco significativos numericamente.

DADOS DAS CARTAS DE INÁBEIS X DADOS DE CRIANÇAS E ADULTOS

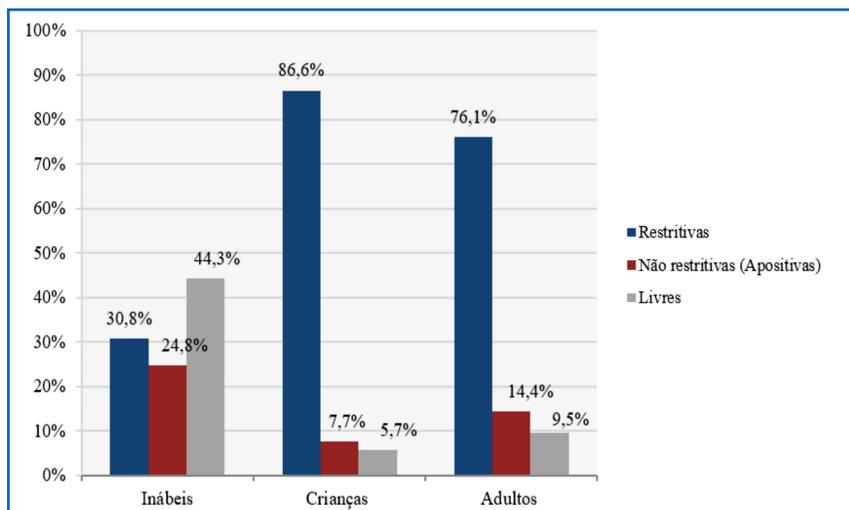
Os dados de aquisição L1 são importantes para explicar os resultados dos inábeis, uma vez que esses escreventes, apesar de adultos, estão ‘estacionados’ em uma fase de aquisição de escrita (MARQUILHAS, 2000), cujos textos são muito próximos à oralidade. Também pode esclarecer se determinadas estratégias são provenientes do *input* ou da escolarização, por exemplo.

Nos dados dos inábeis, foram constatadas as mesmas SRel que Lessa de Oliveira (2008) constatou em *corpora* oral de crianças e adultos – as relativas restritivas, apositivas e livres. As relativas livres do *corpus* de inábeis superaram as restritivas e as apositivas¹⁵, como pode ser observado, no Gráfico 1¹⁶:

15 Este resultado só foi possível porque os inábeis produziram bastante relativa livre de adjunto. Caso não fosse contabilizada essa função, as relativas restritivas e apositivas seriam superiores, e conseqüentemente, estariam mais próximas às relativas dos corpora de crianças e adultos (LESSA DE OLIVEIRA, 2008).

16 Os dados de Lessa de Oliveira (2008) são os mesmos, porém a ordem de apresentação foi alterada, a fim de adequar a ordem dos tipos que está nos dados de inábeis.

Gráfico 1– Sentenças relativas restritivas, apositivas e livres em escrita de inâbeis e na fala de crianças e adultos (LESSA DE OLIVEIRA, 2008, p. 146)



Fonte: elaboração própria.

Nos dados de inâbeis, percebe-se que o uso de relativas restritivas é próximo do de relativas apositivas, sendo que a soma de ambas supera a de relativas livres. Já nos dados de Lessa de Oliveira (2008), tanto nos de crianças como nos de adultos, o tipo mais produtivo é a relativa restritiva, os outros dois tipos apresentaram baixíssima produtividade. No entanto, a autora afirma, diante do resultado dos dados de crianças e adultos, que “não pode ser atribuída a alguma dificuldade na aquisição desses dois tipos de relativas; pelo contrário, isto demonstra que a gramática da criança está apenas refletindo o que ocorre na gramática do adulto, desde o início do processo de aquisição de relativas” (LESSA DE OLIVEIRA, 2008, p. 145)¹⁷.

No que se refere à função sintática das SRel, nos dados de inâbeis, a função de SU é de maior ocorrência, seguida de ADJ e de OD. Já nos dados de crianças e adultos analisados por Lessa de Oliveira (2008), as

¹⁷ Cf. a discussão desses dados sobre a questão da ausência/ presença da estratégia de movimento na gramática infantil, no capítulo IV, seção 2, de Lessa de Oliveira, 2008, p.142-146.

SRel com função de SU e OD são as mais realizadas. E, enquanto as crianças estudadas pela autora não realizaram nenhuma relativa com função de OI e GEN, os adultos realizaram, sendo que os inábeis, assim como as crianças, não realizaram nenhuma relativa de GEN. De modo geral, percebe-se que os inábeis, apesar de adultos, realizaram relativas mais próximas às realizadas pelas crianças do que pelos adultos estudados por Lessa de Oliveira (2008). E, apesar de poucos dados, isso pode ser justificado pelo fato de esses escreventes estarem numa fase inicial de aquisição de escrita, além de não serem expostos à escolarização prolongada, uma vez que as relativas *pied piping* só são realizadas pelos usuários da língua a partir dessa imersão escolar (CORRÊA, 1998). Observa-se essa proximidade na Tabela 6, a seguir:

Tabela 6 – Sentenças relativas restritivas preposicionais: inábeis x crianças e adultos

Relativas preposicionais restritivas	Inábeis	Crianças (LESSA DE OLIVEIRA, 2008)	Adultos (LESSA DE OLIVEIRA, 2008)
	Nº	Nº	Nº
Resumptivo nulo (cortadora)	6	10	27
Resumptivo realizado (com pronome lembrete)	0	0	06
Locativa (com onde)	0	3	10
Total	6	13	43

Fonte: elaboração própria.

Então, quanto às estratégias de relativização, Lessa de Oliveira (2008) discute que a criança encontra, de forma generalizada, na fala do adulto, relativas com resumptivo¹⁸ nulo (cortadora). Sendo que essas se alternam de forma bem pouco frequente com resumptivo realizado

18 Nos termos de Lessa de Oliveira (2008).

(com pronome lembrete). Conforme discutiu Lessa de Oliveira (2008), a frequência dos dados das crianças e dos adultos é semelhante, com predominância da relativa com resumptivo nulo (cf. Tabela 6).

Nos três *corpora* (de inábeis, crianças e adultos), foram observados resumptivos nulos, porém os inábeis não usaram resumptivo realizado, nem locativa com morfema *onde*, em relativa restritiva. Os inábeis usaram o marcador *que* em lugar de *onde* em todos os casos de relativas posicionais restritivas, isso é observado comumente nos estudos em geral, demonstrando, assim, uma preferência pela estratégia não padrão, conforme o exemplo (19):

(19)

eu tenho esti indereço Bom da firma [Ø **que** eu tarbalho] Rua Camacan nº
2/0 Vila. Anastacio São Paulo So funji. (AFS-13)¹⁹

Quanto às relativas apositivas, os inábeis só as realizaram na forma padrão, conforme ocorreu também nos dados de crianças e adultos de Lessa de Oliveira (2008).

Como os fatores sociais não foram muito significativos para a análise, optou-se em não os discutir, isso porque os dados são poucos e homogêneos, uma vez que os escreventes residem na mesma região e possuem, praticamente, o mesmo nível de escolaridade. Apesar de não ter sido feita a discussão dos fatores sociais, pode-se dizer que a escolarização é muito importante para a realização de SRel com estratégia *pied piping*, conforme discutiu Corrêa (1998).

Por outro lado, independente do grau de escolaridade, as SRel com função de SU e OD são comuns a todos os escreventes das cartas, e isso ocorre porque são SRel que “não precisam ser aprendidas na escola porque têm sempre o mesmo *output* em qualquer nível de escolaridade” (CORRÊA, 1998, p. 80).

19 O exemplo foi repetido, pois foi feita uma análise diferente.

De modo geral, os inábeis produziram SRel no corpo do texto e em fórmulas de cartas, como saudação, despedida e citação, sendo que todas as SRel foram contabilizadas neste estudo, exceto as que estavam mal estruturadas²⁰. Após o levantamento dos dados do *corpus* deste estudo, observou-se que a função de SU foi predominante na fórmula de despedida, conforme o exemplo (20):

(20)

aseiteu adeus di seu qumnhado [**que e** Gildasio di Oliveira Rios]. (GOR-27)

Ainda que muitos casos de SRel com função de SU tenham sido encontrados em fórmulas prontas, acredita-se que os inábeis não tiveram dificuldades para adquirir esses tipos de SRel. Justifica-se isso por meio do princípio discutido por Corrêa (1998), segundo o qual todos os escreventes possuem o mesmo *output* em qualquer nível de escolaridade, razão pela qual as SRel de SU não precisam de escolarização para serem adquiridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi uma tentativa de contribuir com a descrição da variação linguística das SRel, por meio da análise de dados obtidos de um *corpus* de escreventes inábeis. As conclusões são ainda relativamente superficiais e representam também uma tentativa de responder às questões apresentadas inicialmente.

20 Devido à pouca escolarização dos escreventes do *corpus*, algumas sentenças tiveram uma má construção linguística, como carência de elementos mórficos ligados a essas sentenças, a qual impossibilitou caracterizar o conceito dessas, independentemente de serem construções próximas de algumas relativas apositivas deste *corpus*. Portanto, não foram contabilizadas, é o caso dos exemplos, abaixo:
por fim Adeuzinho de longi que deperto não posso trazer [qui e Mariazinha Carneiro di Oliveira]. (MC-37)
e resebra Lenbran [que e a sua irman Mariazinha Carneiro de Oliveira].(MC-50)

Após análise, percebeu-se que os dados não apontaram para nenhuma mudança no sistema linguístico do PB, tendo em vista o comportamento das estratégias cortadoras. Além disso, os dados foram pouco significativos numericamente para afirmar se há uma mudança no sistema linguístico do PB.

Os inábeis não realizaram estratégias de relativização dos tipos padrão (*pied piping*) e não padrão (cortadora) em um número elevado; no entanto, constatou-se que a cortadora foi mais realizada que as *pied piping* . O dado em si, apesar de pouco relevante numericamente, deve ser valorizado por possivelmente representar um indício de uma realidade na oralidade. Em todo o *corpus* , observou-se a homogeneidade linguística do fenômeno em questão em todo o século XX, mais especificamente, nas décadas de 50, 60 e 70, uma vez que as cartas pertencem, majoritariamente, a essas décadas.

Quanto aos tipos de SRel, observou uma predominância das relativas restritivas, no que se refere à relativa com núcleo, um fato comum nos estudos sintáticos e nos de aquisição do PB e das línguas em geral. Segundo Lessa de Oliveira (2008), esse resultado pode ser observado na infância, mas também possui a mesma configuração na fala do adulto. Nesse sentido, não se pode dizer que há algum tipo de dificuldade de aquisição em relação às apositivas e livres, pois “a gramática da criança está apenas refletindo o que ocorre na gramática do adulto, desde o início do processo de aquisição de relativas” (LESSA DE OLIVEIRA, 2008, p.145), ou seja, essa gramática do adulto é o *input* da criança. Deve lembrar-se que, como os inábeis estão limitados em uma fase de aquisição de escrita (MARQUILHAS, 2000), a linguagem é próxima a de uma criança que vivencia tal fase.

No campo das estratégias de relativização, as estratégias cortadoras e *pied piping* não apareceram nas posições mais baixas (OI, OBL e GEN), como discutido por Tarallo (1983, 1993). Os inábeis realizaram estratégias cortadoras apenas em SRel restritivas de ADJ; houve também

um caso de *pied piping* nesse tipo de SRel. Já em relativas livres, foi contabilizado um caso de *pied piping* com função de OI.

Quanto às funções sintáticas, as funções de SU e OD são predominantes no *corpus* e, portanto, corroboraram-se a HA de Kennan e Comrie (1977). As sentenças de ADJ ultrapassaram as de OD, sendo que a maioria pertence à relativa livre. Nas funções de OI, OBL e GEN, não foram contabilizadas SRel restritivas e apositivas. Apenas houve uma ocorrência na função de OI em relativa livre. Os inábeis não produziram SRel restritivas padrão e não padrão nas funções de OI, OBL e GEN, porém produziram SRel restritivas de ADJ dos dois tipos (padrão e não padrão). Segundo Corrêa (1998), é comum as funções de ADJ serem realizadas com maior frequência que as de Complemento (OI, OBL e GEN).

No que se refere aos marcadores relativos, o *que* é quase categórico em relativas restritivas e apositivas. Houve apenas um caso com *em que*, e o marcador relativo *o que* apareceu apenas em relativas livres com função de OD. Observou-se um predomínio categórico do marcador relativo *quem* e *como*, *quando* em relativas livres. Houve apenas uma ocorrência com o marcador *quanto*, característico de relativa livre, e não houve nenhum caso de SRel com o marcador *cujo*, *qual* e flexões.

Com relação ao paralelo entre o *corpus* de inábeis com o de aquisição (LESSA DE OLIVEIRA, 2008), no quesito ‘estratégias de relativização em SRel restritivas preposicionais’ de crianças estudadas por Lessa de Oliveira (2008), os inábeis só realizaram cortadora, não realizaram oração com pronome lembrete. Lessa de Oliveira (2008) observou também casos de relativa restritiva preposicional com função locativa não padrão com o marcador *onde*, no caso da ausência da preposição que acompanha o morfema, como *por onde*. Mas, nos dados de inábeis, só apareceram estratégias desse tipo com o marcador *que*, seja na forma não padrão, seja na padrão (com a presença da forma *em + que*).

De modo geral, tanto os dados das crianças estudados por Lessa de Oliveira (2008) quanto os dados de inábeis mostraram que as estratégias cortadoras aparecem mais do que as *pied piping* . Isso porque as estratégias *pied piping* precisam de um ambiente formal para acontecer, já que, até nos dados de adultos analisados por Lessa de Oliveira (2008), ocorreram também pouquíssimos casos. Para essa autora, a baixa ocorrência de *pied piping* está relacionada à dificuldade de operação desse tipo de SRel; já no *corpus* de inábeis analisado, como os dados foram pouco significativos, possivelmente a baixa ocorrência pode estar relacionada à falta de escolarização prolongada (CORRÊA, 1998).

REFERÊNCIAS

- COOPER, R. **Quantification and Syntactic Theory**. Dordrecht/Boston/London: D. Reidel Publishing Company, 1983.
- CORRÊA, V. R. **Oração Relativa: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil**. 1998. Tese (Doutorado em Linguística) – UNICAMP, Campinas, São Paulo, 1998.
- DIK, S. **The theory of Functional Grammar**. Editado por K. Hengeveld, Berlin, 1997.
- GIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological introduction**. Amsterdam: John Benjamins, 1990.
- KATO, M. A. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. *In*: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. Homenagem a Fernando Tarallo. 2. ed. Campinas-SP: Unicamp, 1993. 223-261 p.
- KATO, M. A.; NUNES, J. A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian Portuguese. *In*: NUNES, J. (org.). **Minimalist essays on Brazilian Portuguese syntax**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2009. 93-120p.
- KATO, M. A.; NUNES, J. Uma análise unificada dos três tipos de relativas restritivas do português brasileiro. **Web-Revista SOCIODIALETO: Bach., Linc., Mestrado Letras UEMS/Campo Grande**, v. 4, n. 12, p. 575-590, mai. 2014.
- KEENAN, E. L.; COMRIE, B. Noun Phrase Accessibility and Universal Grammar. **Language**, Cambridge, v. 8, n.1, p. 63-99, 1977.

- KROCH, A. Syntactic change. *In*: BALTIN, M; COLLINS, C. (ed.). **The handbook of contemporary syntactic theory**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001, p. 699-729.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008. [1972].
- LEMLE, M. **Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- LESSA DE OLIVEIRA, A. S. C. **As sentenças relativas em português brasileiro: aspectos sintáticos e fatos de aquisição**. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, São Paulo.
- LUCCHESI, D. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. *In*: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. (org.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 272-284.
- MACEDO W. **Gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença edições, 1991.
- MARQUILHAS, R. **A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- MASCARENHAS, J. de O. C. **Sentenças relativas em cartas de inábeis**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – UEFS, Feira de Santana, 2016.
- MATTOS E SILVA, R. V. **Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MOLLICA, M. C. **(De) que Falamos?** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- MORAES DE CASTILHO, C. M. Primeiras histórias sobre a diacronia do dequeísmo: o clítico locativo en e o dequeísmo em orações relativas no PM. *In*: LOBO, T. *et al.* (org.). **Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises**. Salvador: EDUFBA, 2006.
- PERRONI, M. C. As relativas que são fáceis na aquisição do português brasileiro. **DELTA**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 59-79, 2001.
- RIBEIRO, I. As sentenças relativas. *In*: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, I. (org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. 185-208p.
- RIBEIRO, I.; FIGUEIREDO, M. C. As sentenças relativas em atas escritas por africanos no Brasil oitocentista. *In*: LOBO, T; OLIVEIRA, K. (org.). **África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 208-240p.
- ROBERTS, I. **Verbs and Diachronic Syntax**. Dordrecht: Kluwer, 1993.

SANTIAGO, H da S. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de mãos “cândidas” do sertão baiano.** Dissertação (Mestrado em Linguística) – UEFS, Feira de Santana, 2012.

TARALLO, F. **Relativization Strategies in Brazilian Portuguese.** 1983. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade da Pensilvânia, Pensilvânia, 1983.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém e d’além mar ao final do século XIX. *In*: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO: ANÁLISE MÓRFICA¹

Lorena Enéas Rosa Santos
(UEFS)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste trabalho, analisamos a concordância gramatical de número plural entre os elementos flexionáveis do sintagma nominal, em cartas pessoais produzidas por sertanejos baianos, no século XX. São 91 cartas, editadas por Santiago (2012), escritas entre 1906 e 2000, por redatores oriundos da zona rural do semiárido baiano, pouco escolarizados, definidos como “inábéis”, a partir de Marquilhas (2000, p. 235), para se referir a escreventes adultos “estacionados em fase incipiente de aquisição da escrita”.

Dentre os fenômenos linguísticos variáveis no PB, talvez a concordância nominal seja um dos traços mais estigmatizados socialmente, representando, na maioria das vezes, um indicador de falta de escolarização ou de desprestígio social. Diante disso, a realização de pesquisas que contribuem para um maior esclarecimento acerca do fenômeno da

¹ Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado da autora, intitulada *A variação da concordância nominal de número em cartas de inábéis do sertão baiano (1906-2000)*, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UEFS (PPGEL/UEFS), com auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e defendida em 2017.

concordância, destacando os condicionamentos estruturais que interferem na presença/ausência de marca de plural, converge para uma visão menos preconceituosa do fenômeno.

Em verdade, no âmbito da morfossintaxe, este tema é um dos aspectos mais estudados no conjunto de fenômenos linguísticos variáveis em terras brasileiras, em diferentes abordagens teóricas, como no âmbito da sociolinguística (SCHERRE, 1988; 1991; LOPES, 2001; NARO; SCHERRE, 1997; BAXTER, 2009; LUCCHESI, 2008; ANDRADE, 2003; OLIVEIRA; SOUZA; COELHO, 2009; entre outros), para opor as variantes populares e não populares do PB, e na gerativa (FERRARI NETO, 2003; LOPES, 2004; 2006; SCHMITT; MUNN, 1999; SIMIONI, 2007; entre outros). Essas abordagens têm apresentado bons resultados, uma vez que colaboram para a caracterização do PB em oposição ao português europeu (doravante PE) e trazem contribuições significativas sobre o processo do contato linguístico que caracterizou a formação do PB.

Embora a variação de número dentro do SN seja um dos aspectos mais “bem-resolvidos”, porquanto vem sendo exaustivamente estudado, no conjunto de fenômenos linguísticos variáveis do PB, o estudo aqui proposto em torno dessa temática apresenta um diferencial, já que desenvolve uma análise desse fenômeno linguístico em um *corpus* bastante raro, escrito por indivíduos que não possuem maior domínio das habilidades de escrita, sendo, por isso, representativo da variedade popular do PB. Nesta perspectiva, temos como objetivos principais neste trabalho:

- a. analisar, sob uma perspectiva mórfica, a concordância de número nos sintagmas nominais, em cartas pessoais, escritas por inábeis, redatores em níveis incipientes de aquisição de escrita, oriundos da zona rural da região semiárida da Bahia, ao longo do século XX, identificando os fatores linguísticos e sociais que mais condicionam a sua variação;

b. fazer comparações entre os resultados encontrados na análise com outras pesquisas sobre a realização da concordância no sintagma nominal em regiões diferentes do país, tanto em *corpus* oral como em *corpus* escrito;

c. verificar se as estratégias mais usadas por esses escreventes estariam mais próximas às variantes populares do PB ou apontariam para processos comuns de indivíduos adultos em processo de aquisição de escrita, com construções próximas às encontradas em estudos sobre aquisição, a exemplo do que ocorre com crianças, ou ainda, se são encontradas ambas as situações.

De uma forma geral, pretendemos trazer contribuições a nível descritivo/explicativo em torno das variáveis linguísticas e sociais que regem a concordância nominal variável em *corpus* escrito numa sincronia passada. Assim, ao estudar os aspectos linguísticos e sociais voltados ao passado, com base em um *corpus* escrito, valemo-nos das respectivas metáforas² feitas por Roger Lass (1997, p. 45) e William Labov (1982, p. 20), a respeito do tipo de dados de que dispõem os que trabalham no campo da linguística histórica, no sentido de que é como “ouvir o inaudível” e praticar “a arte de fazer o melhor uso de maus dados”.

A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

De modo geral, a concordância nominal é frequentemente definida em termos da reiteração de certas informações – de gênero, número – de um elemento a outro inter-relacionado sintática ou semanticamente. Essa reiteração de informações pode ser vista, como bem elucidada Brandão (2009), como uma marca explícita da dependência sintática ou semântica que existe entre tais elementos. Diante disso, é possível lançar mão da seguinte afirmação: concordar está diretamente relacionado ao ato

2 Essas metáforas, cujas expressões originais são “hearing the inaudible” (ROGER LASS, 1997, p. 45) e “the art of making the best use of bad data” (LABOV, 1982, p. 20) foram traduzidas por Mattos e Silva (2008, p. 7).

de reiterar, já que se tem a repetição de um conteúdo morfológico nos constituintes do SN.

Entretanto, no PB, é possível identificarmos padrões variáveis de concordância. De um lado, temos a regra geral que corresponde à variedade tida como padrão – em virtude dos padrões apresentados nas gramáticas tradicionais e normativas³ – que se caracteriza pela reiteração das marcas morfológicas de número. Segundo essa regra, no âmbito do SN, colocam-se marcas explícitas de plural em todos os seus elementos flexionáveis quando o núcleo do sintagma for formalmente plural. Não obstante, do outro lado temos a regra de concordância não-redundante, podendo ou não ser reiterada nos demais itens do SN.

Isso implica dizer que a concordância de número dentro do SN não é uma regra categórica, mas resulta na presença da forma binária: presença de marca formal de número plural em todos os elementos do SN X ausência de marca formal de número plural em algum(uns) elemento(s) do SN. Destarte, resultados de pesquisas variadas, tanto na perspectiva sincrônica contemporânea em *corpus* de língua falada (SCHERRE, 1988; LOPES, 2001; ANDRADE, 2003; BAXTER, 2009, entre outros) como em sincronias passadas em documentos escritos (OLIVEIRA; SOUZA; COELHO, 2009) acerca desse fenômeno, evidenciam que a marcação de plural pode-se exibir em várias posições do SN, conforme os exemplos⁴ a seguir:

(i) na inserção da marca de plural em todos os elementos do SN

(1) O_s meus_s tios_s queridos_s ou todos_s aqueles_s estudantes_s.

ii. na inserção da marcação de plural em alguns elementos

(2) O_s meus_s tio_Ø querido_Ø ou todos_s aqueles_s estudante_Ø.

3 Ali (1927); Rocha Lima (1983); Cunha; Cintra (1985); Xavier; Mira Mateus (1990); Almeida (1992); Bechara (1999), entre outros.

4 Exemplos extraídos de Oliveira, Souza e Coelho (2009).

- iii. Na inserção da marcação de plural num único elemento do SN, geralmente o que reside na primeira posição (ou em outras posições)
- (3) a. Os meuØ tioØ queridoØ ou todos aqueleØ estudanteØ.
 b. O meusØ tioØ queridoØ.

É possível, portanto, prever que o português vernacular do Brasil apresenta variação sistemática nos processos de concordância de número. Essas construções são aceitas e avaliadas pelos falantes da língua portuguesa como variáveis em sua língua.

Apesar de a não realização da concordância prevista ter um forte cunho estigmatizante e representar um indicador de falta de escolarização ou de desprestígio social, muitos são os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a sua variação. Nesse sentido, alguns dos principais fatores internos e externos apontados na literatura como sendo favorecedores ou desfavorecedores da presença redundante da marca morfológica de plural são: a saliência fônica, o paralelismo formal e discursivo, a posição linear do constituinte, o gênero (masculino/feminino), a faixa etária, o nível de escolarização, entre outros.

Diante do que já foi exposto, podemos perceber que a variação nos processos de concordância de número do português vernacular do Brasil não ocorre de forma aleatória, mas sistemática, regida por condicionamentos linguísticos e extralinguísticos.

O MÉTODO DE ANÁLISE

Este estudo apoia-se no que postula a teoria da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968), para a qual a mudança deve ser explicada não somente por argumentos internos ao sistema, mas também pelos externos. Fizemos uma análise em torno da concordância gramatical de número plural entre os elementos flexionáveis do sintagma nominal em português, em documentos escritos por sertanejos baianos, ao longo do século XX. Tal análise foi feita através

da perspectiva mórfica, a qual considera cada elemento do SN como um dado de análise, buscando observar como algumas variáveis atuam especificamente sobre cada elemento do SN.

Fixou-se como variável dependente a realização ou não da marca de concordância nominal de número. Quanto às variáveis independentes, foram eleitas as seguintes variáveis, linguísticas e sociais, descritas no quadro 1:

Quadro 1 – Variáveis independentes linguísticas e sociais

VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS	VARIÁVEIS SOCIAIS
ANÁLISE MÓRFICA	
Posição do constituinte em relação ao núcleo	Data de escrita das cartas
Saliência Fônica e Tonicidade	Data de nascimento dos redatores
Marcas Precedentes ao item analisado	Faixa etária dos redatores quando da escrita das cartas
-	Código dos redatores
-	Gênero
-	Situação de aprendizagem
-	Naturalidade dos remetentes
-	Presença/ausência em fórmulas

Fonte: elaboração própria.

Encontram-se no escopo de nossa análise todo e qualquer SN que tenha pelo menos uma marca formal ou semântica de plural. Desta maneira, pretendemos analisar aqui os dados envolvidos no processo gramatical de concordância nominal de número plural que esta mesma tradição prevê como existente, explícita ou implicitamente, e que, diante de sua ausência, rotula-os como desvios da norma gramatical ou simplesmente como erros.

Então, todo e qualquer sintagma que apresentasse pelo menos uma marca formal ou semântica de plural que implicasse necessariamente outra ou outras marcas formais de plural nos elementos flexionáveis do SN foi nosso objeto de estudo. Nesta perspectiva, estabelecemos que o valor positivo foi atribuído aos SNs cujos constituintes são todos marcados, como em (4), e àqueles SNs em que nem todos os elementos recebem marcação de plural foi atribuído o valor negativo, como em (5), (6) e (7), conforme descritos abaixo:

(i) SNs com todas as marcas formais de plural

(4) [...] a vijem santizima derramais la du| alto seu **as maiores felicidades** sobre a ti i todos| que ti sercam [...]. (SFS- 40)

(ii) SNs com algumas marcas formais de plural

(5) Irmão us João pitanga e **todos us meus irmaoØ** eu pego na minha| di minu ta pena para mandar as| minha notisia | [...]. (MC- 36)

(iii) SNs com apenas uma marca formal de plural ou até sem nenhuma marca formal explícita, quando ocorre um SN contendo um numeral como primeiro elemento seguido de outros elementos não marcados

(6) Commadi u destas| duas linha ir solmenti par dar| as **as minha notiça** ir nu memo| tenpos eu salb salber da suas| [...]. (AFS-45)

(7) Conpade pitanga eu jar li| mandei **2 cartaØ** i do Senhora| eu So Resibil uma | [...]. (LFO- 32)

Os dados foram submetidos ao programa VARBRUL, na versão GOLDVARB-X (SANKOFF; TAGLIAMONT; SMITH, 2005), que forneceu os resultados quantitativos das variáveis em contextos de variação linguística e extralinguística, como veremos na seção a seguir.

RESULTADOS

Nesta perspectiva atomística, consideramos como dado de análise cada um dos constituintes flexionáveis dos SNs plurais, de modo que se o constituinte estivesse formalmente marcado, consideramos presença de concordância; caso contrário, consideramos ausência. Dito isto, cumpre destacar que, nesta análise, também foram considerados os casos de SNs precedidos por numerais. Vejamos:

(i) **constituente marcado**

(8) [...] Deiti **ummas bensas** unu mus| f filhos sim p onpadi| [...]. (AFS- 2)

(ii) **constituente não marcado**

(9) [...] envio li estas duas linhas dando **as minhas nutisia** e u mesmo tempo saber das suas e de| todos [...]. (JCO-31)

Consideramos, nas cartas dos inábeis, 710 constituintes passíveis de receber a concordância de número dentro do SN. Destes, 420 (59%) obtiveram a marcação de plural, ao passo que 290 (41%) não receberam a marca, conforme podemos observar na tabela 1:

Tabela 1 – Taxas da variação da concordância entre os itens do SN

SINTAGMA NOMINAL	Frequência	%
Com concordância	420/710	59
Sem concordância	290/710	41

Fonte: elaboração própria.

Estamos diante, portanto, de um favorecimento maior da marcação de pluralidade nos constituintes flexionáveis do SN. Apesar disso, os índices sem marcação de pluralidade não são desprezíveis, uma vez que o percentual tido para a não marcação, de 41%, indica que, embora tenha desfavorecido a presença de concordância, não foi significativamente baixo, representando, assim, uma ideia de variação.

Diante da variação da concordância de número entre os elementos dos SNs nas cartas dos inábeis, partiremos para análise quantitativa em torno das variáveis linguísticas e sociais selecionadas pelo *GoldVarb X*. Desse modo, começaremos analisando as variáveis linguísticas e, posteriormente, faremos as análises das variáveis sociais.

VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

No intuito de observar como ocorre a variação da concordância de número nos constituintes do SN, analisamos os seguintes grupos de fatores linguísticos, a citar: (i) a posição do constituinte em relação ao núcleo; (ii) a saliência fônica envolvendo a tonicidade; e (iii) as marcas precedentes ao elemento analisado. Todas as três variáveis linguísticas foram consideradas pelo *GoldVarb X* como sendo fatores relevantes para a análise da marcação ou não de plural nas cartas de inábeis.

Pesquisas anteriores⁵ que tratam da variação da concordância no sintagma nominal afirmam que essas variáveis são importantes para o entendimento desse fenômeno. Portanto, a partir de então, analisaremos as três variáveis que se tomam como possíveis fatores a interferir na variação de número na aplicação das regras de concordância entre os elementos do SN.

A POSIÇÃO DO CONSTITUINTE EM RELAÇÃO AO NÚCLEO

A análise da variável posição do constituinte em relação ao núcleo permite a observação do condicionamento da presença de marcas de plural no sintagma sobre a realização de plural no elemento analisado, considerando a sua posição em relação ao núcleo: se anterior ao núcleo, localizando-se à esquerda, mas não adjacente a ele; se imediatamente anterior ao núcleo, adjacente a ele; se elemento nuclear ou posterior ao núcleo.

5 Scherre (1988); Lopes (2001); Baxter (2006), entre outros.

Em seus trabalhos, Scherre (1988; 1998) concluiu que as classes antepostas ao núcleo tendem a ser mais marcadas do que as pospostas a ele. De maneira semelhante, apenas distinguindo as posições pré-nucleares em termos de adjacência ao núcleo, ou seja, as classes imediatamente anteriores ao núcleo das não imediatamente anteriores ao núcleo, Lopes (2001) verificou que, além da posição à esquerda do núcleo, a adjacência ao núcleo é um dado favorecedor da marcação de pluralidade nos constituintes do SN. Logo, assumimos aqui também essa hipótese.

Posto isso, para a análise em questão, desmembramos essa variável em seis fatores: à esquerda adjacente ao núcleo, à esquerda não-adjacente ao núcleo, núcleo em 1ª posição, núcleo em 2ª posição, núcleo em 3ª posição em diante e itens à direita do núcleo⁶. Essas ocorrências puderam ser verificadas nas cartas dos inábeis, conforme esboçam as seguintes construções:

(i) à esquerda adjacente ao núcleo

(10)

a. [...] Deiti **ummas** bensas unu mus| f filhos sim p onpadi| [...]. (AFS- 2)

b. [...] eu vou passando como que Jeus e sintindo| e numeros as saudades das **nossa** paslestar.. formidavel| [...]. (SFS- 40)

(ii) à esquerda não adjacente ao núcleo

(11)

a. [...] Comadre e Compadre envio as| **minhas** treste nutisia [...]. (MDC-84)

b. Venho por meio **desta** atrevidas.| linhas. pedir-lhi á mão de vossa.| Filha Maria Inez: á cazamento.| [...]. (APC- 83)

(iii) núcleo em 1ª posição

(12)

a. [...] eu tenho gosto i prazer quando| tenho **notisias** sua| [...]. (JMS- 68)

b. [...] lenbarncas| menina da|qui **menina** bonitas|.7 (ASF- 10)

6 Como se pode observar, apenas foi considerada a linearidade do constituinte com relação ao núcleo.

7 Foi encontrada apenas essa ocorrência para a não-marcação do constituinte nuclear em 1ª posição.

(iv) núcleo em 2ª posição

(13)

a. [...] eu| estou com muita votadi di| cormer aquela **furtas**| b boa i gostoza| [...]. (AFS- 25)

b. [...] Lembrança a meus **tioØ** todos| [...]. (JCO- 31)

(v) núcleo em 3ª posição em diante

(14)

a. [...] a vjiem santiszima derramais la du| alto seu as maiores **felicidades**
sobre a ti i todos| que ti sercam [...]. (SFS- 40)

b. [...] hojin chegou a occazião di eu lhe| comta os meus **pascadoØ** [...]. (JMS- 66)

(vi) itens à direita do núcleo

(15)

a. [...] Lembrança a meus tio **todos**| [...]. (JCO- 31)

b. [...] recebi duas cartas **cuaØ** i 2 di conpadi [...]. (AFS- 7)

Ao analisar a tabela 2, podemos verificar os números coligidos para a variável posição com relação ao núcleo, representando todos os índices a que se fizeram referências nos exemplos anteriores.

Tabela 2 – Efeito da posição do constituinte em relação ao núcleo sobre a realização da concordância de número

POSIÇÃO DO ITEM COM RELAÇÃO AO NÚCLEO	Frequência	%	Peso Relativo
À esquerda adjacente ao núcleo	173/231	74,9	0.530
À esquerda não adjacente ao núcleo	78/125	62,4	0.358
Núcleo em 1ª posição	10/11	90,9	0.776
Núcleo em 2ª posição	96/190	50,5	0.487
Núcleo em 3ª posição em diante	48/118	40,7	0.592
Itens à direita do núcleo	15/35	42,9	0.477

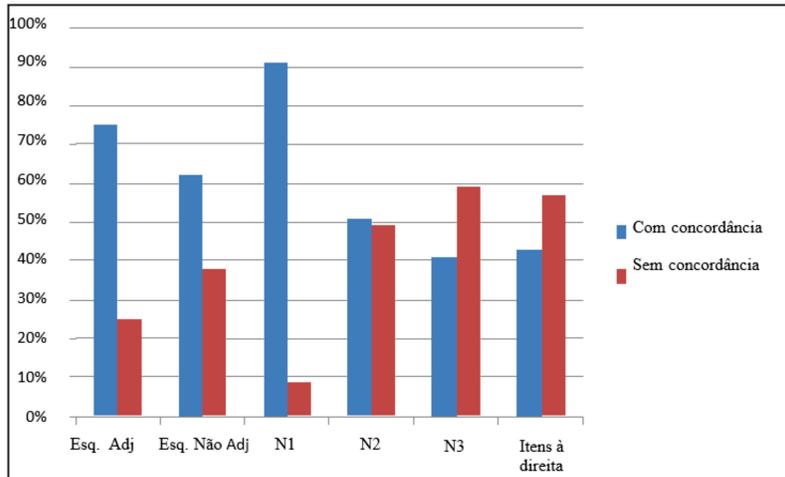
Fonte: elaboração própria.

A análise, através dos dados da Tabela 2, revela que a posição do item localizado à esquerda do núcleo, adjacente a ele, é que favorece a presença da marca de pluralidade, com um peso relativo (PR) de 0.530; a posição à esquerda não adjacente ao núcleo apresenta um peso relativo de 0.358, indicando desfavorecimento. Logo, em termos de adjacência, há uma tendência maior à retenção da marca de pluralidade nos constituintes localizados à esquerda adjacente ao núcleo.

Quando comparamos os itens localizados à esquerda adjacente ao núcleo com os itens situados à direita, percebemos que há um desfavorecimento à marcação de pluralidade nos constituintes situados à direita do núcleo, posição que apresenta um peso relativo de 0.477 para a retenção da marca.

Com relação aos constituintes nucleares, percebemos que há uma forte marcação de pluralidade do núcleo em primeira posição, com um peso relativo de 0.776, apesar de serem poucas as aparições desses itens nesta posição do sintagma nominal; já nas 2ª e 3ª posições, o que se pode colocar em relevo é que a variação na concordância é maior, indicando que há um desfavorecimento da marcação de pluralidade nos constituintes nucleares em 2ª posição, com um peso relativo de 0.487, e um aumento de concordância nos núcleos em 3ª posição, com um peso relativo de 0.592. Vejamos no gráfico os resultados através das porcentagens:

Figura 1 – Efeito da variável posição do constituinte em relação ao núcleo na variação na concordância de número nas cartas dos inábeis



Fonte: elaboração própria.

Em termos percentuais, a figura 1 aponta para um fato recorrente nos estudos sobre variação de concordância: os constituintes pré-nucleares parecem exibir mais tendências a reterem a marca de plural do que os constituintes pós-nucleares. Dessa forma, enquanto os itens localizados à esquerda adjacente e não-adjacente apresentam um percentual de 75% e 62%, respectivamente, para a marcação de pluralidade, os constituintes situados à direita do núcleo apresentam um desfavorecimento à retenção da marca, com apenas 43% de marcação de PL.

SALIÊNCIA FÔNICA E TONICIDADE

A saliência fônica tem sido considerada uma variável linguística importante para o estudo da concordância. Acredita-se que a quantidade de material existente na oposição entre singular e plural interfere na possibilidade de se fazer a concordância no sintagma nominal, de maneira que as formas mais salientes, e por isso mais perceptíveis, são mais prováveis de serem marcadas com o morfema de plural do que as menos salientes.

Na presente pesquisa, consideramos, conjuntamente, os processos de formação de plural e a tonicidade, juntos, como a variável Saliência. Para isso, desmembramos essa variável em oito fatores, a saber:

- a. os de plural regular, levando-se em consideração a tonicidade: regular oxítono ou monossílabo tônico; regular paroxítono e regular proparoxítono;
- b. os outros processos de formação de plural: itens de plural metafônico ou duplo, itens em terminação em /R/, itens terminados em /S/ ou /Z/, itens terminados em -ão irregular e itens terminados em -ão regular.

Vale destacar ainda que os itens terminados em /L/ também não foram considerados, em virtude da baixa ocorrência de dados, com apenas três vocábulos, todos eles sem marcação de pluralidade. São eles:

(16)

- a. [...] já acertei com os **oficialØ** para| fazer as porta [...]. (MCO- 33)
- b. [...] eu vou passando como que Jeus e sîntindo| e numeros as saudades das nossa paslestar.. **formidavelØ**| [...]. (SFS- 40)
- c. [...] eu vou passando como que Jeus| sintindo enumeras as saudades das nossa| palestar formidavelØ ! [...]. (FPS- 47)

Vejamos, agora, alguns exemplos de itens que possuem plural regular e outros processos de formação de plural, retirados do *corpus* em questão.

(i) palavras com plural regular oxítono ou monossílabos tônicos

(17)

- a. [...] como| vais **vosseis** todos| [...]. (MC- 36)
- b. [...] farsa 3 quarto na minha caza| i us combios **bomØ** pordir farzêr| [...]. (AFS-17)

(ii) palavra com plural regular paroxítono

(18)

- a. [...] Não Sou batom mais| Só queria andanos teus| **labios**| [...]. (AHC- 55)
- b. [...] se for di 1000 para| cá me traga duas **duziaØ** que quando| chegar nos acerta [...]. (MCO- 33)

(iii) palavra com plural regular proparoxítono

(19)

- a. [...] lhi pesco as minhas desculpa que| são as minhas poucas **praticas**| [...]. (JMS- 66)
- b. [...] Conpadi Pitanga eu larbalho nesta firmar Aqui ni São paulo er marhor| firmar di são paulo er Aondi farzi| toudas **marquinaØ** ir loudo carro| [...]. (AFS- 12)

(iv) palavras de plural metafônico⁸

(20)

- a. [...] meus **olhos** triste nunca para| de chorar.| [...].(AHC- 60)
- b. [...] Quero Ser teus **olhoØ**| [...]. (AHC- 57)

(v) itens terminados em /R/

(21)

- a. [...] Sir eu viraci um cannarinho| D Dar queri| bem cantador par| carnta nu seu tereiro| par carbar aminha **dores**| [...]. (AFS- 8)
- b. [...] us **porotadroØ** não| podia espera [...]. (MC- 36)

(vi) itens terminados em /s/ ou /z/

(22)

- a. [...] pitanga farsa a mia **vesis**| por mia farmiria| [...]. (AFS- 2)
- b. [...] São as horas mais **filizØ** quando pego| Nesta caneta para da minha noticias| [...]. (AHC- 59)

8 Foram encontradas apenas três ocorrências de palavras com plural metafônico.

(vii) itens terminados em -ão irregular⁹

(23)

- a. Quridinha Amiguinha Amerinda| As minha **saudações**| [...]. (APS- 43)
 b. [...] Zezito você deichando|pra vir depois das **eleção**Ø você mi mastrata de| mias [...]. (AHC- 55)

(viii) itens terminados em -ão regular

(24)

- a. [...] Linbranca e abarco a todos us| Meus **ermãos** [...]. (MC- 37)
 b. [...] conpadi| deiti ummas **BESA** | **BENSA**Ø nu menino| [...]. (AFS- 21)

A tabela 3 intenta compactar, no quesito Saliência Fônica, observando-se as variáveis Processos de Formação de Plural e Tonicidade, todos os índices que acima foram descritos:

Tabela 3 – Efeito da saliência fônica e tonicidade sobre a realização da concordância de número nos itens do SN

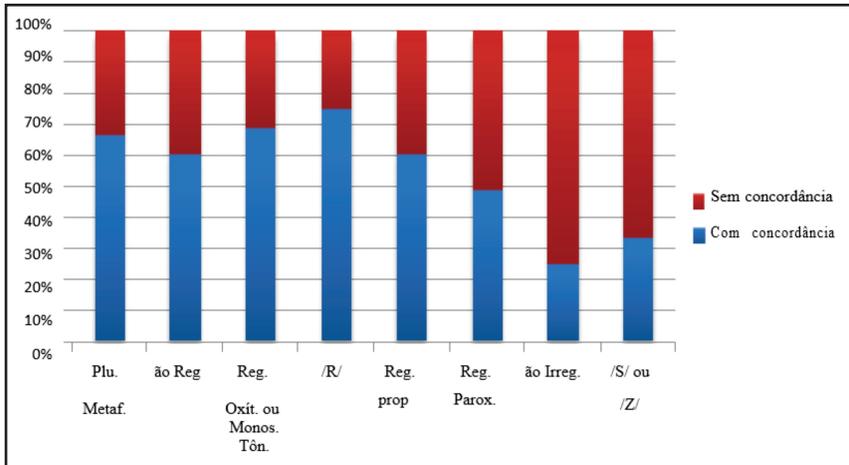
SALIÊNCIA FÔNICA	Frequência	%	Peso relativo
Regular oxítono ou monossílabo tônico	48/70	68,6%	0.645
Regular paroxítono	214/440	48,6%	0.477
Regular proparoxítono	3/5	60%	0.549
Plural metafônico	2/3	66,7%	0.690
Itens terminados em /R/	6/8	75%	0.613
Itens terminados em /S/ ou /Z/	3/9	33,3%	0.264
Itens terminados em -ão irregular	1/4	25%	0.329
Itens terminados em -ão regular	3/5	60%	0.665

Fonte: elaboração própria.

9 No total, foram encontrados apenas três itens terminados em -ão irregular. Desses, há apenas uma ocorrência para a marcação de pluralidade. Embora a aplicação da regra de concordância não tenha sido feita de acordo com o que preconiza a tradição gramatical, foi levada em consideração a tentativa de pluralidade neste caso.

A partir dos dados da tabela 3, verificamos que os vocábulos que têm maior peso relativo de concordância são as palavras de plural metafônico (PR 0.690), as palavras terminadas em -ão regular (PR 0.665), os regulares oxítonos ou monossílabos tônicos (PR 0.645), seguida das palavras terminadas em /R/ (PR 0.613) e os regulares proparoxítonos (PR 0.549). A situação se inverte com os demais vocábulos de plural regular paroxítono, os itens terminados em -ão irregular e os terminados em /S/ ou /Z/, com um desfavorecimento da marcação de pluralidade nestes contextos, apresentando um peso relativo de 0.477, 0.329 e 0.264, respectivamente. Tais resultados também podem ser mais bem visualizados no gráfico que segue.

Figura 2 – Efeito da Saliência fônica na concordância nominal



Fonte: elaboração própria.

Sendo assim, a julgar pelas percentagens, e também pelos pesos relativos expostos na tabela 3, podemos observar que a escala de saliência fônica, na dimensão maior ou menor oposição de substância fônica entre singular e plural, parece não se aplicar, de modo geral, aos dados em questão. Quanto a processos e tonicidade, entretanto, verificamos que as formas mais salientes, formadas pelos oxítonos regulares e monossílabos

tônicos têm realmente maior peso na probabilidade de marca que os menos salientes (os regulares proparoxítonos e os regulares paroxítonos).

SOBRE AS MARCAS PRECEDENTES AO ELEMENTO NOMINAL

A variável marcas precedentes vem sendo tradicionalmente analisada nos estudos sobre a variação PL no SN no PB. Tal variável consiste na análise do efeito da presença de outras marcas de PL no SN, anteriores ao item em análise, a fim de verificar se exerce alguma influência no que diz respeito à marcação de plural. Dito de outra forma, tem como objetivo verificar se a presença de marcas anteriores inibe ou favorece a ocorrência de outros elementos marcados. Dessa maneira, a fim de verificar as taxas de uso da concordância em função das marcas precedentes ao item analisado, no *corpus* em questão, desmembramos essa variável em seis fatores: ausência de marca formal na 1ª posição, presença de marca formal na 1ª posição, numeral, mistura de marcas precedentes com marca formal, mistura de marcas precedentes com zero e ausência de marcas precedentes. Essas ocorrências puderam ser verificadas nas cartas dos inábeis, conforme esboçam as seguintes construções:

(i) Ausência de marca formal na 1ª posição (item analisado na 2ª posição)
(25)

- a. [...] compadi sir uØ **tenpos**| tirver bom min.| mandi Dizêr [...]. (AFS- 14)
- b. [...] sim comade deu Lembraca| a [.] compadi Nerado e| a dona maria e tio agusti| e a nide mais u espozo| e aØ **criançar**Ø todás [...]. (AOL- 72)

(ii) Presença de marca formal na 1ª posição (item analisado na 2ª posição)
(26)

- a. [...] Amerinda a**s horas**...|siliçioza da minha vida que pêgo| nu meu radio lapes para ti.| ênvial-l as minha noticias i di todos| mêus [...]. (APS- 43)
- b. [...] commadi u destas| duas linha ir solmenti par dar| as **minha**Ø notiaça ir nu memo| tenpos eu salb salber da suas| [...]. (AFS- 45)

(iii) Numeral

(27)

- a. [...] eu levei uma| Estrepada que pasei 45 dias| Parado [...]. (GOR-28)
 b. [...] farsa 3 **quarto** na minha caza| i us combios bom pordir farzêr| [...]
 (AFS- 17)

(iv) Mistura de marcas precedentes com marca formal (item analisado na 3ª posição em diante)

(28)

- a. [...] Não Sou batom mais| Só queria andanos teus **labios**| [...]. (AHC- 55)
 b. [...] meus olhos **triste** nunca para| de chorar.| [...]. (AHC- 60)

(v) Mistura de marcas precedentes com zero (item analisado na 3ª posição em diante):

(29)

- a. [...] para mim| serar os maior **prazerris** que eu averas| di ter [...]. (JMS- 66)
 b. [...] aceiti lembranca qui maria i garcina i nenen| li manda i l abarco i aceiti a **minha** **lenbraca**| [...]. (FP- 78)

(vi) Ausência de marcas precedentes (item analisado na 3ª posição em diante):

(30)

- a. [...] u senhor | tiri u **ceu** **retartos** ir| min mandi par min| [...]. (AFS- 10)
 b. [...] pesso desculpa nesta **mal** feita **Lenhas** [...]. (JCO- 31)

Conforme podemos observar, nas cartas dos inábeis, foram encontradas construções sintagmáticas nestas seis situações. Ao analisar a tabela 4, podemos verificar os números coligidos para a variável marcas precedentes:

Tabela 4 – Efeito das marcas precedentes sobre a realização da concordância de número nos itens do SN

MARCAS PRECEDENTES	Frequência	%	Peso relativo
Ausência de marca formal na 1ª posição	29/40	72,5	0.874
Presença de marca formal na 1ª posição	110/202	54,5	0.517
Numeral	11/39	28,2	0.406
Mistura de marcas precedentes com marca formal; item analisado na 3ª posição	31/60	51,7	0.421
Mistura de marcas precedentes com zero; item analisado na 3ª posição	16/74	21,6	0.223
Ausência de marcas precedentes; item analisado na 3ª posição	11/14	78,6	0.916

Fonte: elaboração própria.

A partir dos resultados da tabela 4, podemos observar que o fator que favorece a marcação na segunda posição do SN é a ausência de marca formal na 1ª posição, com um peso relativo de 0.874. Esse dado parece confirmar a hipótese funcionalista de Kiparsky (1972) de que só o dado relevante é mantido, sendo descartado o redundante ou o desnecessário. Dessa forma, evidencia-se aqui uma tendência de inserir o -S, quando ele é fundamental para indicar a ideia de pluralidade, de modo que a presença de marca de concordância no elemento em segunda posição, em sintagmas com zero em primeira posição, recupera e garante, assim, a informação de pluralidade.

Quando há presença de marca formal na 1ª posição, contudo, o peso relativo de concordância é muito próximo do ponto neutro, com 0.517, não indicando favorecimento ou desfavorecimento. A presença do numeral em primeira posição, ao contrário, não favorece a marcação

do segundo item, apresentando um peso relativo de 0.406, o que nos permite observar que entre a presença de marca na 1ª posição ou os numerais, é a presença de marca antecedente o elemento mais favorecedor da concordância no item em segunda posição.

Por outro lado, a marcação do item em terceira posição é desfavorecida, tanto pela presença de uma mistura de marcas com marca formal precedente (PR 0.421), como pela presença da mistura de marcas com zero formal precedente (PR 0.223). Contudo, é evidente que o maior favorecimento de PL no primeiro desses dois fatores e o menor favorecimento no segundo poderiam ser interpretados como indícios de um leve efeito de processamento paralelo. Entretanto, ainda com relação aos elementos situados na 3ª posição, os dados indicam que as maiores chances de aplicação da regra canônica da concordância ocorrem com mais frequência quando há ausência de marcas precedentes, na 1ª e 2ª posição, apresentando um peso relativo de 0.916.

Logo, o que se depreende desses resultados é que o processamento paralelo, resumido no princípio marcas levam a marcas e zeros levam a zeros não é relevante, de maneira geral, para as cartas escritas por inábeis das zonas rurais do sertão baiano, quando se trata de marcas flexionais precedentes, uma vez que ficou demonstrado, através da tabela 4, que zero em posições precedentes favorece a marcação do elemento nas posições subsequentes e zero na primeira posição favorece a marcação do elemento na segunda posição.

Uma vez feitas as análises em torno das variáveis linguísticas, discutiremos agora os resultados das variáveis sociais.

VARIÁVEIS SOCIAIS

A análise das variáveis sociais também tem trazido grandes contribuições nos estudos dos fenômenos linguísticos variáveis, principalmente nos casos em que uma das variantes é estigmatizada. Deste modo, pode-

-se afirmar que, por meio da abordagem externa e interna da língua, é possível observar a heterogeneidade linguística.

Considerando, então, essas proposições, em que se coloca para a investigação da variação e da mudança da língua a necessidade de se correlacionar fatores linguísticos e extralinguísticos, consideramos oito variáveis sociais. Porém, dessas, o programa estatístico *Gold-Varb X* selecionou como fatores relevantes ao uso da marca de plural no PB apenas as variáveis data de escrita das cartas e a situação de aprendizagem.

A variável social data de escrita das cartas, no entanto, não será tratada neste estudo em virtude de um possível enviesamento dos dados, já que, embora as cartas tenham sido escritas ao longo do século XX, há uma grande lacuna devido à ausência de cartas escritas entre o ano de 1910 a 1950. Logo, tendo em vista a pouca quantidade de cartas escritas na primeira metade do século XX e a ausência de datas declaradas em algumas cartas, essa variável não será levada em consideração, a fim de garantir a transparência do estudo aqui realizado.

Vale dizer ainda que, embora não tenha sido selecionada pelo Goldvarb, discutiremos também, por meio apenas dos resultados percentuais, a variável presença/ausência do constituinte em fórmulas, haja vista a grande ocorrência de expressões cristalizadas no *corpus*. Com isso, objetiva-se analisar se as fórmulas cristalizadas representam ou não espaços de resistência à variação da concordância de número que se faz no SN.

A SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A variável social situação de aprendizagem, assim definida neste trabalho, possui uma relação direta com outra variável bastante estudada nos trabalhos em torno da variação da concordância de número no SN: o nível de escolaridade. Essa variável tem sido muito focalizada pelos

estudos sociolinguísticos, já que, do ponto de vista social, as pessoas com diferentes graus de escolaridade, ou que se encontram em diferentes contextos de aprendizagem, estão expostas a situações diversas, o que pode influenciar a escolha de uma ou outra forma linguística.

Nesta perspectiva, cumpre esclarecer que, neste trabalho, optou-se por utilizar o termo situação de aprendizagem, tendo em vista o nível de escolaridade em que todos os remetentes se encontravam: todos os remetentes possuem pouca escolaridade. Logo, para que pudéssemos observar o efeito da variável situação de aprendizagem¹⁰ sobre a presença de marcas de plural nos SNs, dividimos essa variável em cinco dimensões: os que estudaram pouco em casa, os que estudaram apenas os primeiros anos, os que estudaram até a 4ª série, os que aprenderam através da convivência com os amigos e leitura da bíblia e aqueles sem identificação quanto a situação de aprendizagem. Posto isso, vale dizer que, para essa análise, apenas os contextos declarados quanto a situação de aprendizagem foram levados em consideração.

Feitas essas considerações, a análise dessa variável tem como objetivo verificar se a situação de aprendizagem a qual os redatores foram expostos influencia na realização ou não da marcação de pluralidade nos constituintes dos SNs presentes nesse *corpus*. O efeito da variável situação de aprendizagem sobre a presença da concordância de número plural, neste *corpus*, pode ser observado, inicialmente, a partir da tabela 5.

10 As informações acerca das situações de aprendizagem dos remetentes foram coletadas de Santiago (2012), que fez essa identificação a partir de conversas com alguns remetentes e destinatários, já que muitos ainda estão vivos.

Tabela 5 – Efeito da situação de aprendizagem sobre a realização da concordância de número nos itens do SN

SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM	Frequência	%	Peso relativo
Estudou pouco em casa	180/280	64,3	0.508
Estudou apenas os primeiros anos	14/29	48,3	0.511
Estudou até a 4ª série	53/85	62,4	0.723
Aprendeu através da convivência com os amigos e leitura da Bíblia	68/181	37,6	0.376

Fonte: elaboração própria.

Com base nesses resultados, podemos verificar que os reme-
tentes que realizaram maior marcação de PL nos elementos do SN
foram aqueles que estudaram até a quarta série (PR 0.723), aqueles
que estudaram os primeiros anos (PR 0.511) e aqueles que estudaram
em casa com o auxílio de uma professora que esporadicamente ia às
fazendas (PR 0.508).

Logo, através da interpretação desses resultados, percebemos que
os indivíduos que tiveram uma maior exposição à educação formal,
tanto aqueles que conseguiram chegar até a 4ª série, antigo primário,
como aqueles que tiveram acesso apenas aos primeiros anos, ou ainda
aqueles que puderam contar com a ajuda das professoras itinerantes,
tendem a realizar mais a marca de número plural entre os elementos do
SN do que aqueles que não tiveram acesso à escolaridade, aprendendo
apenas através da leitura da Bíblia (PR 0.376). Nesse sentido, o que
se depreende desses resultados, de maneira geral, é que o acesso à
educação formal ainda exerce muita influência na aplicação das regras
de concordância nominal.

A PRESENÇA/AUSÊNCIA DO CONSTITUINTE EM FÓRMULAS

Neste *corpus*, foram encontradas expressões cristalizadas que se fazem presentes em, praticamente, todas as cartas escritas ao longo do século XX. Diante disso, cabe-nos observar como se dá a marcação de número na aplicação das regras de concordância nos elementos dos SNs nos constituintes presentes nestas fórmulas, a fim de verificar se também há variação nas construções cristalizadas.

Os nossos resultados demonstraram que, dos 710 constituintes analisados, 221 (31,1%) residem em fórmulas e 489 (68,9 %) encontram-se fora das expressões cristalizadas. Dos 221 itens instalados nas fórmulas, 113 (51,1%) receberam a marca de plural, ao passo que 108 (48,9%) dos constituintes não atenderam à aplicação da regra da concordância de número, conforme podemos verificar na tabela 6:

Tabela 6 – Efeito da presença/ausência em fórmulas sobre a realização da concordância de número nos itens do SN

FÓRMULAS	COM CONC.		SEM CONC.	
	Frequência	%	Frequência	%
Presença	113/221	51,1	108/221	48,9%
Ausência	304/489	62,2%	185/489	37,8%

Fonte: elaboração própria.

A partir dos exemplos seguintes podemos visualizar com mais precisão o que, em termos percentuais, é informado pela tabela 6:

(i) constituintes marcados presentes nas fórmulas

(31)

a. [...] João eu faco **estas** duas **lihas** comen| te Para da as mihs notica| [...].

(SFS- 42)

b. [...] O inicio desta duas linhas e pra dar minha **noti-|cias** e quero saber das Suas [...]. (AHC- 55)

(ii) constituintes não marcados presentes nas fórmulas

(32)

a. [...] **Esta** duas **linha** somente| par li di zer que eu vou bem di.| xergada [...]. (AFS- 2)

b. [...] João eu faco estas duas lihas comen| te Para da as mihs **notica**| [...].

(SFS- 42)

Tomando como base a análise da concordância de número nos constituintes presentes nos SNs das fórmulas, percebemos que a cristalização morfofossintática destes termos é apenas aparente, já que ocorre a variação na aplicação das regras de concordância também entre os itens presentes nas expressões cristalizadas nas cartas produzidas por inábeis. Com isso, constatamos que as fórmulas não constituem lugares de resistência à variação linguística, sendo perceptíveis itens em variação também nessas construções.

ANÁLISE CONTRASTIVA DE DADOS

Tendo feito o levantamento das variáveis linguísticas e sociais para a análise da marcação de pluralidade em sentenças retiradas das cartas de inábeis, sob a perspectiva que considera cada elemento do SN como um dado de análise (análise mórfica), partiremos para um estudo comparativo¹¹ com os resultados de pesquisas anteriores realizadas em torno dessa temática, tanto em *corpus* oral como em *corpus* escrito e em dados

11 O estudo comparativo aqui realizado se baseará apenas nos resultados da análise atomística, em virtude de ser esta a perspectiva de análise adotada pela maioria das pesquisas antecedentes com que esta análise dialogará. Dos estudos anteriores em torno do fenômeno, apenas Scherre (1988) analisou as duas perspectivas, a atomística e a sintagmática.

de crianças no processo de aquisição da linguagem, a fim de discorrer um pouco mais sobre esse fenômeno.

DADOS ESCRITOS VERSUS DADOS ORAIS

Considerando os resultados obtidos para a variação da concordância de número no SN nas cartas dos inábeis, verificamos uma semelhança parcial com o que se observa nos estudos da concordância em dados urbanos, tomando como referência os padrões observados por Scherre (1988), com base em dados de fala do Rio de Janeiro, e Lopes (2001), a partir de uma amostra de dados de fala em Salvador, e com os resultados dos dados orais das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, como o estudo feito por Baxter (2009).

Ao comparar os nossos resultados, obtidos para as variáveis saliência fônica, posição do item com relação ao núcleo e as marcas precedentes ao elemento analisado, com os resultados dessas pesquisas, temos o seguinte resultado:

Quadro 2 – Comparação entre os dados escritos e os dados orais

	Scherre (1988)	Lopes (2001)	Baxter (2009)	Inábeis
Posição do item com relação ao núcleo	- Os Elementos determinantes à esquerda do núcleo recebem mais marcas explícitas de plural	- A posição à esquerda do núcleo, adjacente a ele é que favorece bem mais a presença de marca	- Mais marcação de PL na área pré-nuclear - forte papel da posição adjacente ao núcleo	- É o item situado à esquerda adjacente ao elemento nuclear quem mais favorece a marcação de pluralidade
Saliência Fônica e Tonicidade	- Favorecem mais os itens lexicais que apresentam mais diferença material fônica; - e se o item lexical for oxítono ou um monossílabo tônico	-Processos ou Processos e Tonicidade: Os itens mais salientes, têm realmente maior peso na marca que os menos salientes	—	-Processos: a escala de saliência fônica, não se aplica. -Proc. e Tonic: os oxítonos regulares e monossílabos tônicos favorecem.
Marcas Precedentes ao elemento analisado	Favorecem: -Zero na 1ªP -Marca na 1ªP -Marcas levam a marcas -Zeros levam a zeros	Favorecem: -Zero na 1ªP -Numerais -Marcas levam a marcas -Zeros levam a zeros	Favorecem: -Zero na 1ªP -Numerais	Favorecem: -Zero na 1ª P -Marca na 1ªP -Ausência de marcas precedentes (elemento na 3ªP)

Fonte: elaboração própria.

O que se depreende da análise comparativa entre os dados das cartas e os dados extraídos de *corpus* oral é que, apesar de terem sido verificadas algumas especificidades nos dados dos inábeis, percebemos que há, de maneira geral, algumas semelhanças próximas às variantes populares do PB. Feita essa análise, no subitem a seguir, faremos comparação entre os dados dos inábeis e os dados das atas, a fim de verificar se há semelhanças ou diferenças entre esses resultados.

DADOS DAS CARTAS VERSUS DADOS DAS ATAS

Os dados das cartas dos inábeis foram comparados com os dados das atas escritas por africanos e negros brasileiros forros da Sociedade Protetora dos Desvalidos (irmandade negra originada em 1832), escritos

na Salvador oitocentista, analisada por Oliveira, Souza e Coelho (2009). Foram considerados os dados da variação da concordância de número no SN diante da saliência fônica, das marcas precedentes e da posição do item com relação ao núcleo. Tal comparação nos levou a observar os seguintes dados:

Quadro 3 – Comparação entre os dados das cartas e os dados das atas

	Oliveira, Souza e Coelho (2009)	Inábeis
Posição do item com relação ao núcleo	<ul style="list-style-type: none"> - Não analisou a adjacência ao núcleo; - Os constituintes pré-nucleares favorecem a concordância 	- Além da posição à esquerda, a adjacência ao núcleo é um dado favorecedor.
Saliência Fônica e Tonicidade	<ul style="list-style-type: none"> -Considerou Processos e Tonicidade separadamente. - Processos: a escala de saliência fônica não se aplica; -Tonicidade: todos os fatores favorecem a marcação 	<ul style="list-style-type: none"> - Analisou conjuntamente Processos e Tonicidade; -Processos: a escala de saliência fônica não se aplica; -Proc. e Tonic: as formas mais salientes favorecem a marcação.
Marcas Precedentes ao elemento analisado	<ul style="list-style-type: none"> - Não houve associação entre Marcas Precedentes e Posição nos elementos na 2ªP e 3ªP. - Todos os fatores favoreceram a marcação de pluralidade; -a ausência de qualquer marca fora do SN provoca um alto percentual de marcas no item em 1ªP; 	<ul style="list-style-type: none"> -Associação entre Marcas Precedentes e Posição - Zero na 1ª P -Marca na 1ªP -Ausência de marcas precedentes (elemento na 3ªP)

Fonte: elaboração própria.

Com base no exposto acima, vemos que Oliveira, Souza e Coelho (2009) adotaram critérios de análise diferentes dos que são frequentemente utilizados no estudo das variáveis linguísticas que podem estar relacionadas à variação da concordância no SN, o que pode, de certa forma, ter contribuído para um possível enviesamento dos dados em certas circunstâncias. De fato, a adoção de critérios de análise distintos e um possível enviesamento dos dados, em decorrência disso, dificultou maiores comparações com esse estudo.

Entretanto, de modo geral, notamos uma leve semelhança entre os resultados das atas dos africanos e dos inábeis, em virtude da não aplicação da escala da saliência fônica em ambas as análises. Além disso, com relação à variável Posição do item com relação ao núcleo, apesar de não ter sido observada a adjacência dos elementos não nucleares localizados à esquerda do núcleo, na análise das atas, os resultados apresentados para essa variável nos dois *corpora*, o *corpus* das atas e dos inábeis, foram parecidos. De maneira geral, o que se tem observado nos estudos sobre a variação de concordância, com relação à variável posição do item com relação ao núcleo, é que, de fato, os itens localizados à esquerda do núcleo tendem a receber mais marcas explícitas de plural do que aqueles situados à direita do núcleo.

DADOS DAS CARTAS VERSUS DADOS DE CRIANÇAS

Os dados de aquisição são importantes para explicar os resultados dos inábeis, uma vez que, conforme elucidada Marquilhas (2000), esses escreventes, apesar de adultos, estão ‘parados’ em uma fase de aquisição de escrita. Por isso, comparamos os dados da escrita de inábeis com dados de aquisição do número gramatical por crianças falantes do PB, apresentados por Ferrari-Neto (2008). O estudo desenvolvido por Ferrari-Neto (2008) visa investigar o processo de aquisição do sistema de número gramatical no PB, e, para isso, o autor realizou 4 testes experimentais com crianças que tinham entre 1 e 5 anos, no total. Cada experimento atingiu uma determinada faixa etária. Contudo, vale ressaltar que, dos experimentos feitos por Ferrari-Neto (2008), interessa-nos comparar apenas os experimentos 1 e 2, descritos abaixo:

- a. No Experimento 1, explorou-se a capacidade de a criança reconhecer variação morfofonológica no âmbito do DP, tomando esta variação como indicativa da manifestação do número no PB, e relacioná-la ao nome por meio da concordância. Para tanto, participaram do experimento 18 crianças com idade média de 2 anos. O presente experimento lida com duas variantes

do português como realizações gramaticais – a Padrão, em que D e N são flexionados em número e a Não-Padrão, em que apenas D apresenta essa flexão.

b. O Experimento 2, por sua vez, teve como objetivo verificar se crianças da faixa etária de 23 e 30 meses identificam a informação relativa ao número gramatical quando codificada morfologicamente apenas no N, como em construções existenciais, e o quanto a alomorfia de número afetaria o reconhecimento desta informação.

Dessa forma, a partir desses dois experimentos específicos, comparamos os seus resultados com determinadas construções realizadas pelos inábeis, e obtivemos os seguintes resultados:

Quadro 4 – Comparação entre os dados dos inábeis e os dados das crianças

Ferrari-Neto (2008)		Inábeis
Experimento 1 (crianças com +/-2 anos)	Experimento 2 (crianças com +/-2 anos e meio)	
Realizam a pluralidade gramatical padrão e não-padrão de modo semelhante;	São capazes de perceber a informação relativa a número, mesmo quando aparece exclusivamente em N;	São realizadas construções nas quais a informação relativa a número aparece expressa exclusivamente em N
Há uma predisposição maior para a realização de sentenças não-padrão;	O número pode ser interpretado nos elementos que estaria em concordância com o D.	Não se constituiu um problema para o reconhecimento da informação relativa a número, mesmo quando essa aparece exclusivamente em N.
Identificam o número plural de DPs com base na flexão de número do D, independente da marcação morfológica de número em N.		Maiores tendências à realização da forma gramatical não-padrão, com retenção da marca de número no Determinante

Fonte: elaboração própria.

Assim, ao observar a comparação entre os dados dos inábeis e os dados das crianças, percebemos que, de modo semelhante às crianças, os resultados dos inábeis sugerem que a extração de informação de número de D pode ser tomada como evidência de concordância de número no âmbito do DP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o fato de este tema ser bastante analisado, sobretudo em *corpora* esteados na linguagem oral, numa sincronia contemporânea, este trabalho procurou contribuir a partir de uma nova perspectiva: uma análise da variação da concordância de número no sintagma nominal, em documentos escritos numa sincronia passada. Logo, este estudo caminhou no sentido de tentar contribuir com as pesquisas anteriores em torno do assunto, trazendo dados inéditos, extraídos de um *corpus* representativo do PB popular.

Esta análise variacionista da marcação do plural no SN, em sua abordagem mórfica, revelou que o fenômeno linguístico aqui analisado relaciona-se a, principalmente, três grupos de fatores linguísticos ou estruturais: a posição do item com relação ao núcleo, a saliência fônica e tonicidade e as marcas precedentes ao elemento nominal.

A análise das variáveis sociais demonstrou, com relação à situação de aprendizagem, que aqueles que estudaram até a 4ª série realizaram maior marcação de PL nos itens do SN, ratificando a influência da educação formal na realização das marcas explícitas de PL nas regras de concordância. Já com relação à presença/ausência do constituinte em fórmulas foi evidenciado que a cristalização morfofossintática destes termos é apenas aparente, já que ocorre a variação na aplicação das regras de concordância também entre os itens presentes nas expressões formulaicas das cartas produzidas por inábeis.

Por fim, a partir da análise aqui realizada, percebemos que as estratégias mais usadas pelos escreventes inábeis, no que diz respeito à realização das marcas de pluralidade no SN, estão próximas às variantes populares do PB, como também às construções encontradas em estudos sobre aquisição.

REFERÊNCIAS

- ALI, M. S. **Gramática secundária da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1927.
- ALMEIDA, N. M. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 1992. 658p.
- ANDRADE, P. R. de. **Um fragmento da constituição sócio-histórica do português do Brasil**: variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro. 2003. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – UFBA, Salvador, 2003.
- BAXTER, A. A concordância de número. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A. N.; RIBEIRO, I. (org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 269-293.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.
- BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. (org.). **Ensino de gramática-descrição e uso**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.
- CUNHA, C; CINTRA, L. F. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FERRARI-NETO, J. **Aquisição de Número Gramatical no Português Brasileiro**: Processamento de Informação de Interface e Concordância. 2008. Tese (Doutorado em Letras – Estudos da Linguagem) – PUC, Rio de Janeiro, 2008.
- FERRARI-NETO, J. **Reconhecimento do número gramatical e processamento da concordância de número no sintagma determinante na aquisição do português brasileiro**. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) – PUC, Rio de Janeiro, 2003.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LABOV, W. Building on Empirical Foundations. *In*: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. **Perspectives on Historical Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p. 17-92.
- LASS, R. **Historical Linguistics and Language Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LOPES, N. S. **Concordância nominal, contexto lingüístico e sociedade**. 2001. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

LOPES, R. E. V. **Bare Nouns and DP Number Agreement in The Acquisition of Brazilian Portuguese**. Somerville: Cascadilla Proceedings Project, 2006.

LOPES, R. E. V. Estágios no processo de aquisição de número no DP do português brasileiro. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 157-171, 2004.

LUCCHESI, D. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. do. (org.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 148-168.

MARQUILHAS, R. **A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MATTOS E SILVA, R. V. **Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008.

NARO, A. J; SCHERRE, M. M. A concordância de número no português do Brasil um caso típico de variação inerente. In: HORA, D. da. (org.). **Diversidade Linguística no Brasil**. João Pessoa: Ideia, 1997. p. 93-114.

OLIVEIRA, K; SOUZA, V.; COELHO, J. S. B. Concordância nominal (cenas da variação em palcos do século XIX). In: LOBO, T. C. F. (org.). **África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 255-316.

PEREIRA, C. E. **Gramática Expositiva: curso superior**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

SANKOFF, D. *et al.* **Goldvarb X: a multivariate analysis application**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. 2005. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Acesso em: 01 mai. 2016.

SANTIAGO, H. S. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de mãos “cândidas” do sertão baiano**. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UEFS, Feira de Santana, 2012.

SCHERRE, M. M. A concordância de número nos predicativos e nos participios passivos. **Organon – A variação no português do Brasil**, Porto Alegre, UFRGS-Instituto de Letras, v. 5, n. 18, p. 52-70, 1991.

SCHERRE, M. M. **Reanálise da concordância nominal em português**. 1988. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.

SCHMITT, C.; MUNN, A. Against the nominal mapping parameter: bare nouns in Brazilian Portuguese. **Proceedings of NELS**, n. 29, p. 339-353, 1999.

SIMIONI, L. **A aquisição da concordância nominal de número no português brasileiro**: um parâmetro para a concordância nominal. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, Florianópolis, 2007.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

XAVIER, M. F.; MIRA MATEUS, M. H. (org.). **Dicionário de termos linguísticos**. v. II. Lisboa: Edições Cosmos, 1990.



A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO: ANÁLISE SINTAGMÁTICA¹

Lorena Enéas Rosa Santos
 (UEFS)

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada neste artigo aborda – sob uma perspectiva sintagmática – a concordância gramatical de número plural entre os elementos flexionáveis do sintagma nominal em 91 cartas pessoais, editadas por Santiago (2012), produzidas por sertanejos baianos, considerados “inábeis”², no século XX. Para tanto, segue a orientação da Linguística Histórica em uma perspectiva sócio-histórica, em que se consideram os fatores extralinguísticos ou sociais e os intralinguísticos (MATTOS E SILVA, 2008), e apoia-se também nos pressupostos da teoria Sociolinguística variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]), na direção do que é defendido por Labov (2008 [1972]), para a qual a mudança deve ser explicada não somente por argumentos internos ao sistema, mas também pelos externos.

1 Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado da autora, intitulada *A variação da concordância nominal de número em cartas de inábeis do sertão baiano (1906-2000)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em 2017, com bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 Esses redatores foram definidos como “inábeis”, a partir de Marquilhas (2000, p. 235), para se referir a escreventes adultos “estacionados em fase incipiente de aquisição da escrita”.

De fato, os materiais escritos por aqueles que não possuem maior habilidade com a escrita são de fundamental importância, considerando-se a dificuldade de encontrar textos que reflitam a escrita cotidiana, produzidos pelos segmentos sociais mais estigmatizados. Por esta razão, o estudo linguístico aqui desenvolvido poderá contribuir para a caracterização da língua falada nessa região refletida nos textos escritos, bem como para a valorização das diferenças intrínsecas e extrínsecas à língua, colaborando, de um modo geral, para o estudo do português popular do Brasil e, mais especificamente, do português rural baiano.

Embora este tema seja um dos aspectos mais estudados no conjunto de fenômenos linguísticos variáveis em terras brasileiras, sobretudo em *corpora* esteados na linguagem oral, numa sincronia contemporânea, este trabalho procurou contribuir a partir de uma nova perspectiva: uma análise da variação da concordância de número no sintagma nominal em documentos escritos numa sincronia passada, sob uma perspectiva sintagmática. Diante disso, temos como objetivo o entendimento da variação da concordância de número nos SNs em cartas pessoais, escritas por adultos estacionados em fase incipiente de aquisição de escrita, com a identificação dos condicionamentos estruturais que interferem na presença/ausência de marca de plural.

O PORTUGUÊS BRASILEIRO E A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO

De acordo com o que reza a normatividade da tradição gramatical, o PB falado marca o plural do sintagma nominal através do acréscimo do -S no final de cada elemento linguístico que faz parte do SN. Dentre os gramáticos tradicionais da atualidade, Bechara é o que mais se detém na questão da concordância nominal, abordando-o nas diferentes edições de suas gramáticas, como, por exemplo, na *Gramática Escolar da Língua Portuguesa* (edição de 2001).

Para Bechara (2001, p. 416), a concordância consiste em se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada. Dessa forma, o referido autor afirma que a concordância nominal “[...] se verifica em gênero e número entre o adjetivo e o pronome (adjetivo), o artigo, o numeral ou o particípio (palavras determinantes) e o substantivo ou pronome (palavras determinadas) a que se referem” (BECHARA, 2001, p. 416).

Nessa perspectiva, a concordância nominal é frequentemente definida em termos da reiteração de certas informações – de gênero, número – de um elemento a outro, inter-relacionado sintática ou semanticamente.

Entretanto, sabe-se que, no português brasileiro (PB), é possível identificar padrões variáveis de concordância, o que leva à afirmação de que a marcação do plural não é uma regra categórica, mas um fenômeno variável no PB, resultando na presença da forma binária: presença de marca formal de número plural em todos os elementos do SN versus ausência de marca formal de número plural em algum(uns) elemento(s) do SN.

Resultados de pesquisas variadas sobre o fenômeno referido, tanto na perspectiva sincrônica contemporânea, em *corpus* de língua falada (SCHERRE, 1988; LOPES, 2001; ANDRADE, 2003; BAXTER, 2009, entre outros) como em sincronias passadas, em corpora escritos (OLIVEIRA; SOUZA; COELHO, 2009), evidenciam que a marcação de plural pode-se exibir em várias posições do SN, conforme os exemplos³ a seguir:

- (i) Na inserção da marca de plural em todos os elementos do SN
 - (1) Os meus tios queridos ou todos aqueles estudantes.
- (ii) Na inserção da marcação de plural em alguns elementos
 - (2) Os meus tioØ queridoØ ou todos aqueles estudanteØ.

3 Exemplos extraídos de Oliveira, Souza e Coelho (2009).

- (iii) Na inserção da marcação de plural num único elemento do SN, geralmente o que reside na primeira posição (ou em outras posições)
- (3) a. Os meuØ tioØ queridoØ ou todos_ aqueleØ estudanteØ.
 b. O meus_ tioØ queridoØ.

A partir do exposto, é possível prever que o português vernacular do Brasil apresenta variação sistemática nos processos de concordância de número, e muitos são os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a sua variação. Diante disso, alguns dos principais fatores internos e externos apontados na literatura como sendo favorecedores ou desfavorecedores da presença redundante da marca morfológica de plural são: a saliência fônica, o paralelismo formal e discursivo, a posição linear do constituinte, o gênero (masculino/feminino), a faixa etária, o nível de escolarização, entre outros.

PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Na linha de investigação sócio-histórica do PB, será levada em consideração a localização espacial e temporal das cartas que compõem o *corpus*, assim como a identificação de dados relevantes acerca dos remetentes e destinatários. Para o controle da amostra e quantificação dos dados, irá fornecer subsídios o quadro teórico da Sociolinguística Quantitativa, o qual apresenta condições para realizar um estudo de fatores extralinguísticos, buscando, sobretudo, estabelecer correlações estatísticas entre as variantes analisadas: variáveis dependentes (linguísticas) e variáveis independentes linguísticas e sociais.

Desse modo, descreve-se, na sequência, o conjunto de variáveis linguísticas que atuam sobre a concordância de número entre os elementos do sintagma nominal, numa perspectiva denominada sintagmática (não atomística), considerando o SN inteiro como unidade de análise. Essa análise se faz necessária para que possamos observar como algumas variáveis atuam sobre o SN como um todo.

Fixou-se como variável dependente a realização ou não da marca de concordância nominal de número. Quanto às variáveis independentes, foram eleitas as seguintes variáveis, linguísticas e sociais:

Quadro 1 – Variáveis independentes linguísticas e sociais

VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS	VARIÁVEIS SOCIAIS
Análise sintagmática	
Configuração sintagmática do SN	Data de escrita das cartas
Função sintática do SN	Data de nascimento dos redatores
Posição do SN com relação ao verbo	Faixa etária dos redatores quando da escrita das cartas
Número absoluto de constituintes do SN	Código dos redatores
Número de constituintes flexionáveis do SN	Gênero
-	Situação de aprendizagem
-	Naturalidade dos remetentes
-	Presença/ausência em fórmulas

Fonte: elaborado pela autora.

Todo e qualquer sintagma que apresentasse pelo menos uma marca formal ou semântica de plural que implicasse necessariamente outra ou outras marcas formais de plural nos elementos flexionáveis do SN foi nosso objeto de estudo. Assim, uma vez definido o universo de observação desta pesquisa, foi feito o levantamento das ocorrências, que serviram de base para a análise quantitativa da variação na concordância nominal de número. Os dados foram submetidos ao programa VARBRUL, na versão GOLDVARB-X (SANKOFF; TAGLIAMONT; SMITH, 2005), que forneceu os resultados quantitativos das variáveis

em contextos de variação linguística e extralinguística, como veremos a seguir.

RESULTADOS DA ANÁLISE QUANTITATIVA

Na perspectiva sintagmática – também denominada não atomística – assumimos o SN inteiro como unidade de análise. Assim, consideramos a presença de marca em todos os elementos flexionáveis do SN versus ausência de marca em pelo menos um dos elementos flexionáveis do SN, avaliando, como aplicação da regra, a presença de plural formal em todos os elementos flexionáveis que constituem o SN, como em (4), e como não aplicação a falta de pelo menos uma marca formal de plural, como em (5).

(4) a. Aves *ç*ej_a deus com-tigo em *todos*_o | *os*_o *momentos*_o da tua vida | [...].

(FPS- 47)

b. [...] Zezito Hejé fez um | *mêis* e *8 dias*_o que te vi de longe | [...]. (AHC- 54)

(5) a. São *as horas mais feliz*_o quando pego | Nesta caneta para da minha notícias | [...]. (AHC- 59)

b. [...] Zezito mande | me dizer quando e que | você pode aparece

por | Jominha pelo o amôr de Deus que *3 meis*_o não | e 3 dias | [...]. (AHC- 61)

Das cartas produzidas por “mãos inábeis”, consideramos 318 sintagmas nominais passíveis de receber a concordância de número plural. Destes, apenas 99 (31%) obtiveram a marcação de pluralidade, ao passo que 219 (69%) não receberam a marca, conforme podemos observar na Tabela 1.

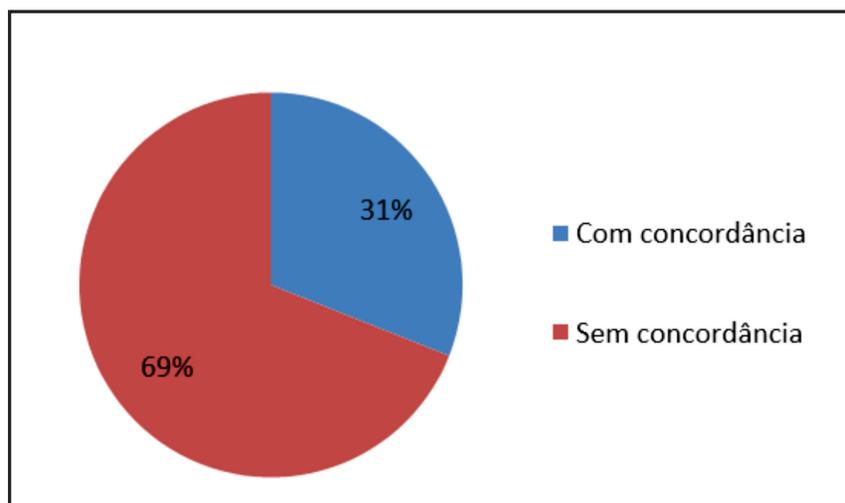
Tabela 1 – Taxas da variação da concordância no SN

SINTAGMA NOMINAL	Frequência	%
Com concordância	99/318	31
Sem concordância	219/318	69

Fonte: elaborada pela autora.

Estamos diante, portanto, de altos índices da não marcação de pluralidade, o que, à primeira vista, deve-se ao fato de serem cartas informais, escritas por remetentes que possuem pouca escolarização e que se encontravam em níveis incipientes de aquisição da escrita. Para termos uma melhor visualização destes dados percentuais, observemos o gráfico a seguir:

Figura 1 – Frequência da variação na concordância nos SNs em cartas de inábeis do século XX



Fonte: elaborado pela autora.

Como podemos notar, são pouquíssimos os SNs em que a marca de concordância aparece em todos os constituintes; desse modo, verificamos que os inábeis tendem a não realizar as marcas de concordância na maioria das sentenças por eles produzidas, já que 69% dos sintagmas não obedecem à aplicação de número nas regras de concordância. O que vemos é um uso preferencial da regra variável de marcação de plural.

VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

A fim de observar de que forma a variação da concordância de número no SN ocorre nas cartas dos inábeis, analisamos cinco grupos de fatores linguísticos, conforme descrito no Quadro 1. Porém, entre esses, o programa selecionou, como fatores relevantes ao uso da marca de plural no PB, apenas a posição do SN em relação ao verbo e o número absoluto de constituintes do SN.

Serão, portanto, focalizadas, a partir de então, as variáveis linguísticas que se definem como possíveis grupos de fatores a interferir na variação da concordância no sintagma nominal.

A POSIÇÃO DO SN EM RELAÇÃO AO VERBO

A variável posição do SN com relação ao verbo foi anteriormente estudada por Scherre (1988) com a denominação de localização do SN, tendo como referência a sua linearidade em relação à oração ou simplesmente em relação ao verbo.

Assim como Scherre (1988), assumimos a hipótese inicial de que a posição à esquerda da oração ou do verbo, por colocar o SN em evidência, numa posição mais saliente, tende a vir mais marcada do que os SNs que se situam à sua direita. A partir disso, decidimos observar a atuação dessa variável nas cartas dos inábeis.

É válido ressaltar, contudo, que, como alguns casos não evidenciaram posição nítida, decidimos codificá-los como posição isolada. Dessa forma, a variável localização do SN ficou constituída de três fatores, abaixo exemplificados:

- (i) Posição à esquerda
- (6) a. [...] *as couzas* vevi toudo contrario| prisipamentis para mim [...]. (JMS- 66)
 b. [...] *meus olhos* tristeØ nunca para| de chorar.| [...]. (AHC- 60)
- (ii) Posição à direita
- (7) a. [...] Não Sou batom mais| Só queria anda *nos teus* lábios| [...]. (AHC-55)
 b. [...] Deus der *us bom*Ø *tempo*s para nois| todos [...]. (MC- 50)
- (iii) Posição isolada
- (8) a. *Meus estimados* comadre e compadre| saudação.| [...]. (MDC- 84)
 b. Quridinha Amiguinha Amerinda| *as minha saudações*| [...]. (APS- 43)

Os resultados de marcas de plurais com relação a esta variável encontram-se na Tabela 2.

Tabela 2 – Efeito da posição do SN com relação ao verbo sobre a realização da concordância de número

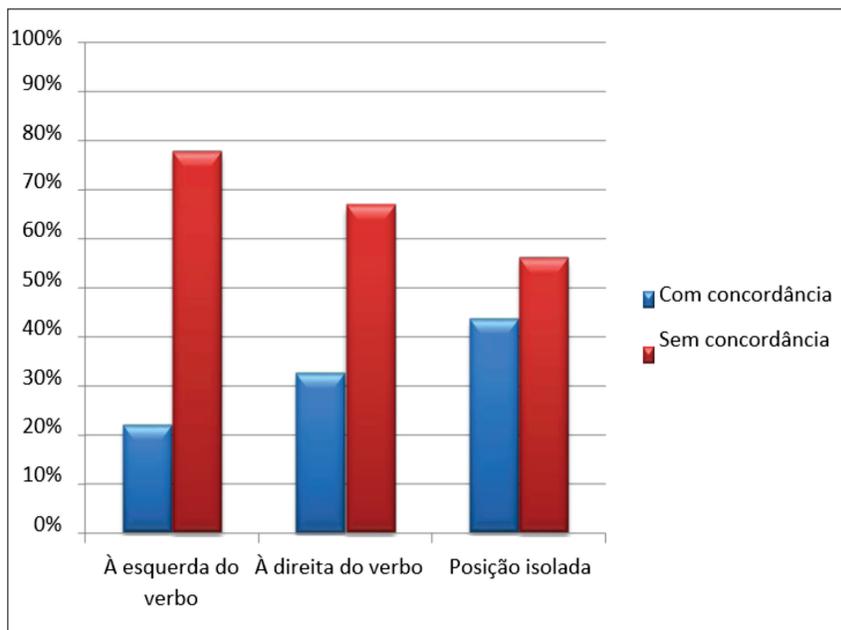
POSIÇÃO DO SN	Frequência	%	Peso relativo
À esquerda do verbo	15/68	22,1	0.341
À direita do verbo	77/234	32,9	0.531
Posição isolada	7/9	43,8	0.727

Fonte: elaborado pela autora.

Conforme podemos observar na descrição dos dados, os SNs localizados em posição isolada com relação ao verbo favorecem o uso da concordância nominal de número entre os elementos flexionáveis do SN, apresentando um peso relativo de 0.727. Fato semelhante ocorreu com

os SNs localizados à direita do verbo, com um favorecimento maior à marcação de pluralidade nos SNs nesta posição (PR 0.531) do que naqueles SNs localizados à esquerda do verbo (PR 0.341). Esses resultados podem ser melhor visualizados no Gráfico abaixo:

Figura 2 – Efeito da Posição do SN em relação ao verbo na variação da concordância



Fonte: elaboração própria.

Embora haja, de modo geral, uma tendência à não marcação de pluralidade, são os SNs localizados em posições isoladas ao verbo que apresentam um maior favorecimento à aplicação da regra canônica da concordância, apresentando um percentual de 44%, seguidos dos sintagmas localizados à direita do verbo, com 33% para a aplicação da regra.

Deste modo, tomando como base a análise destes resultados, a hipótese aqui levantada, de que os SNs localizados à esquerda do verbo, por se encontrarem numa posição mais saliente, propiciam uma maior marcação do que aqueles localizados à sua direita, não se verifica neste

corpus, uma vez que ficou evidenciado que, nas cartas produzidas por “mãos inábeis”, são os SNs localizados à direita do verbo e em posição isolada que tendem a vir mais marcados.

O NÚMERO ABSOLUTO DE CONSTITUINTES DO SN

A abordagem dessa variável tem como objetivo verificar se a extensão sintagmática, composta pelo número total de constituintes no SN, favorece ou não a aplicação de número na regra da concordância nominal. Para tanto, foram observados os sintagmas compostos por dois itens, como em (9), os sintagmas compostos por três itens, como em (10), e aqueles compostos por quatro itens ou mais, como em (11).

- (9) a. [...] Quero ser *teus labios*. [...]. (AHC- 57)
 b. [...] conpadi| eu jar li esquivi *ter veizi*∅| par u senhor ir nunca ricibi| nen umma carta sua [...]. (AFS- 11)
- (10) a. Ave seja Deus com-tigo em *todos os momentos* da| tua vida [...]. (SFS- 40)
 b. [...] Não pocu mais ficarca| cozinho eu Sinto falta *dos teus*| *carinho* [...]. (JMA- 65)
- (11) a. [...] lhi pesco as minhas desculpa que| são *as minhas poucas praticas*[...]. (JMS- 66)
 b. [...] Comadre e Compadre envio *as*| *minhas treste*∅ *nutisia*∅ [...]. (MDC- 84)

Os resultados das marcas de plural com relação a essa variável encontram-se na Tabela 3, a seguir:

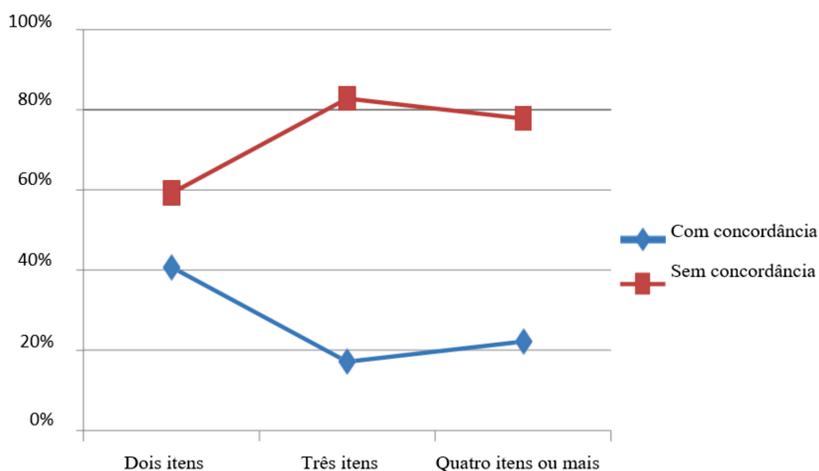
Tabela 3 – Efeito do número absoluto de constituintes do SN sobre a realização da concordância de número

NÚMERO ABSOLUTO DE CONSTITUÍNTES DO SN	Frequência	%	Peso relativo
Dois itens	75/184	40,8	0.627
Três itens	20/116	17,2	0.339
Quatro ou mais itens	4/18	22,2	0.266

Fonte: elaboração própria.

Conforme podemos observar, a partir desses resultados, os sintagmas compostos por dois itens tendem a realizar, com maior incidência, as marcas de concordância, apresentando um peso relativo de 0.627. Em contrapartida, os sintagmas compostos por três itens ou aqueles formados por quatro ou mais tendem a não favorecer a aplicação das regras de concordância, apresentando um peso relativo de 0.339 e 0.266, respectivamente. Tais resultados também podem ser visualizados no gráfico que segue.

Figura 3 – Efeito do Número absoluto de constituintes do SN na variação da concordância



Fonte: elaboração própria.

Deste modo, é interessante observar que os resultados da taxa do uso de concordância em função do número de constituintes do SN, neste *corpus*, apontam para uma ordem inversamente proporcional: quanto maior for a extensão sintagmática, menor será a realização das marcas de concordância, e, ao contrário, quanto menor for a extensão do sintagma, maior será o favorecimento da aplicação das regras de concordância.

Uma vez apresentados os resultados das variáveis linguísticas mais relevantes para a análise da marcação de plural nas cartas de inábeis, demonstraremos, no item a seguir, os resultados das variáveis sociais na análise deste fenômeno.

AS VARIÁVEIS SOCIAIS

Como bem coloca WLH (2006 [1968]), o problema da mudança linguística deve ser avaliado não só na sua estrutura interna, mas também no seu encaixamento social (estrutura externa). Logo,

[...] na explicação da mudança lingüística, é possível alegar que os fatores sociais pesam sobre o sistema lingüístico como um todo [...]. Assim, a tarefa do lingüista não é tanto demonstrar a motivação social de uma mudança quanto determinar o grau de correlação social que existe e mostrar como ela pesa sobre o sistema lingüístico abstrato. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 123).

Neste sentido, não é possível concluir uma análise das relações estruturais dentro de um sistema lingüístico, sem considerar as relações externas.

Considerando, então, essas proposições, em que se coloca para a investigação da variação e da mudança da língua a necessidade de se correlacionarem fatores lingüísticos e extralingüísticos, trabalhamos com oito variáveis sociais. Porém, dessas, o programa estatístico *GoldVarb X* selecionou como fatores relevantes ao uso da marca de

plural no PB apenas as variáveis data de escrita das cartas e situação de aprendizagem.

Entretanto, a variável social data de escrita das cartas não será tratada neste estudo, em virtude de um possível enviesamento dos dados, já que, embora as cartas tenham sido escritas ao longo do século XX, há uma grande lacuna devido à ausência de cartas escritas no período de 1910 a 1950. Além disso, algumas cartas não tiveram a data de escrita declarada.

Contudo, embora não tenha sido selecionada pelo Goldvarb, discutiremos também, por meio apenas dos resultados percentuais, a variável presença/ausência do constituinte em fórmulas, haja vista a grande ocorrência de expressões cristalizadas no *corpus*. A discussão em torno dessa variável pretende deve-se à importância de avaliar se as fórmulas cristalizadas representam ou não espaços de resistência à variação da concordância número que se faz no SN.

A SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A variável social situação de aprendizagem, assim definida neste trabalho, possui uma relação direta com outra variável bastante estudada nos trabalhos em torno da variação da concordância de número no SN: o nível de escolaridade. Cumpre esclarecer, de antemão, que, neste trabalho, optou-se por utilizar o termo situação de aprendizagem, tendo em vista o nível de escolaridade em que todos os remetentes se encontravam: todos os remetentes possuem pouca escolaridade.

Do ponto de vista social, as pessoas com diferentes graus de escolaridade, ou que se encontram em diferentes contextos de aprendizagem, estão expostas a situações diversas, o que pode influenciar a escolha de uma ou outra forma linguística. Justamente por essa razão, esta variável tem sido muito focalizada pelos estudos sociolinguísticos.

A fim de que pudéssemos observar o efeito da variável situação de aprendizagem⁴ sobre a presença de marcas de plural nos SNs, dividimos essa variável em cinco dimensões: os que estudaram pouco em casa, os que estudaram apenas os primeiros anos, os que estudaram até a 4ª série, os que aprenderam através da convivência com os amigos e leitura da bíblia e aqueles sem identificação quanto a situação de aprendizagem. Posto isso, vale dizer que, para essa análise, apenas os contextos declarados quanto à situação de aprendizagem foram levados em consideração.

Feitas essas considerações, a análise dessa variável tem como objetivo verificar se a situação de aprendizagem à qual os redatores foram expostos influencia na realização ou não da marcação de pluralidade nesse *corpus*. O efeito da variável situação de aprendizagem sobre a presença da concordância de número plural, neste *corpus*, pode ser observado, inicialmente, a partir da Tabela 4.

Tabela 4 – Efeito da situação de aprendizagem sobre a realização da concordância de número no SN

SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM	Frequência	%	Peso relativo
Estudou pouco em casa	45/126	35,7	0.640
Estudou apenas os primeiros anos	2/13	15,4	0.459
Estudou até a 4ª série	15/38	39,5	0.762
Aprendeu através da convivência com os amigos e leitura da Bíblia	4/82	4,9	0.198

Fonte: elaboração própria.

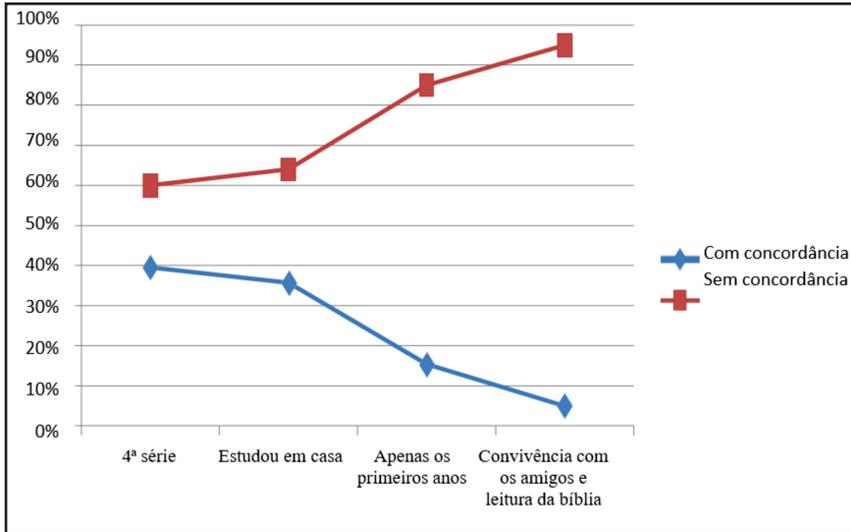
4 As informações acerca das situações de aprendizagem dos remetentes foram coletadas de Santiago (2012), que fez essa identificação a partir de conversas com alguns remetentes e destinatários, já que muitos ainda estão vivos.

A partir da Tabela 4, percebemos que os remetentes que estudaram até a 4ª série realizam mais a marcação de PL, com peso relativo de 0.762, do que aqueles que estudaram apenas os primeiros anos (PR 0.459). Da mesma forma, os remetentes que estudaram um pouco em casa também apresentaram um resultado favorecedor à marcação de pluralidade, com um PR 0.640. Na direção inversa, aqueles remetentes que nunca frequentaram a escola, aprendendo apenas por meio da convivência com os amigos escolarizados e com a leitura da bíblia, apresentaram um grande desfavorecimento à aplicação da regra canônica para a marcação de PL, com peso relativo de .198.

É possível notar ainda que a taxa de uso da concordância daqueles que estudaram um pouco em casa, com o auxílio de uma professora, sobrepõe-se à taxa de uso da regra por aqueles que estudaram apenas os primeiros anos, o que pode ser justificado, como já dito anteriormente, pela função da escola da zona rural, que era, sobretudo, apenas ensinar a assinar o nome, não havendo prática de leitura e escrita nos primeiros anos escolares.

No gráfico, poderemos observar a variação na concordância de número entre os nomes diante da variável situação de aprendizagem.

Figura 4 – Efeito da situação de aprendizagem na variação da concordância de número nos SNs



Fonte: elaboração própria.

Em linhas gerais, esses resultados apontam que o espaço escolar ainda exerce muita influência com relação à aplicação das regras de concordância nominal, de modo que foram os indivíduos que tiveram uma maior exposição à educação formal – sobretudo aqueles que conseguiram chegar até a 4ª série – os que realizaram mais a marca de número plural.

O apagamento da marca de plural nos constituintes dos SNs relacionado à variável situação de aprendizagem, neste trabalho, pode justificar-se pelo baixo nível de escolaridade por parte dos remetentes. O acesso à escola era difícil, devido à condição social e financeira em que se encontravam os remetentes das cartas, oriundos da zona rural. Por esta razão, situações como essas favorecem o cancelamento da marca de pluralidade nos constituintes presentes nos SNs do *corpus*, revelando produções que se distanciam das convenções da escrita, aproximando-se, em muitos aspectos, da fala.

A PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS SNs NAS FÓRMULAS

As cartas destinadas à correspondência pessoal, como as constitutivas deste *corpus*, são marcadas pela relação emotiva entre familiares e amigos. Dessa forma, nas cartas produzidas por “mãos inábeis”, percebemos várias ocorrências de um polimento inicial, demonstrando os remetentes interesse por notícias da vida e saúde do interlocutor, constituindo, assim, uma expressão formulaica registrada em, praticamente, todas as 91 cartas, ao longo do século XX.

A partir deste aspecto, cumpre-nos observar como se dá a variação da concordância nominal de número nos SNs presentes nas fórmulas, a fim de verificar se há variação mesmo nas construções cristalizadas.

Dos 318 SNs analisados, verificamos que 91 (28,6%) residem em fórmulas, e 227 (71,4%) encontram-se fora das expressões cristalizadas. Dos sintagmas presentes nas fórmulas, foram observadas as construções sintagmáticas com marcação de pluralidade para todos os elementos flexionáveis do SN, como em (12), e as construções sintagmáticas em que há ausência de pluralidade em pelo menos um dos elementos flexionáveis do SN, como em (13).

(i) Sintagmas presentes nas fórmulas com a marcação de pluralidade

(12) a. [...] envio li *estas duas linhas* dando as minhas| nutisia e u mesmo tempo saber das suas e de| todos [...]. (JCO- 31)

(ii) Sintagmas presentes nas fórmulas sem a marcação de pluralidade:

(13) a. [...] João eu faco estas duas lihas comen| te Para da *as mihs notica*Ø| [...]. (SFS- 42)

Os resultados da marcação de pluralidade para esta variável encontram-se dispostos na Tabela 5:

Tabela 5 – Efeito da presença/ausência dos SNs nas fórmulas sobre a realização da concordância de número

FÓRMULAS	COM CONC.		SEM CONC.	
	Frequência	%	Frequência	%
Presença	22/91	77/227	69/91	75,8%
Ausência	77/227	33,9%	150/227	66,1%

Fonte: elaboração própria.

Conforme podemos observar na Tabela 5, dos 91 sintagmas que residem nas fórmulas, apenas 24,2% estabelecem a marcação de pluralidade, ao passo que 75,8% dos SNs não realizam a concordância de acordo com o cânone.

Em linhas gerais, no que diz respeito aos SNs presentes nas fórmulas, notamos que a grande maioria deles (75,8%) não realizam a marcação de pluralidade, assim como uma grande parte dos SNs presentes nas cartas (66,1%). Concluímos que, de fato, as expressões cristalizadas não constituem espaços de resistência às variações, já que, também nessas construções, observamos a variação em torno da concordância nominal de número.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da abordagem sintagmática em torno da variação da concordância de número no SN, ficou evidenciada a ausência de concordância nos sintagmas nominais extraídos das cartas dos inábeis. Foram pouquíssimos os SNs em que a marca de concordância aparece em todos os constituintes, demonstrando, com isso, que há uma tendência para o uso preferencial da regra variável de marcação de plural.

Dos 318 sintagmas considerados, apenas 99 (31%) apresentaram a marcação de pluralidade, ao passo que 219 (69%) não receberam a marca,

havendo, assim, uma predominância de não marcação de pluralidade nos SNs passíveis de receber a concordância de número plural.

O apagamento da marca de plural nos constituintes dos SNs, neste trabalho, justifica-se, de um lado, pelo baixo nível de escolaridade dos remetentes e, de outro, pela informalidade, característica marcante do *corpus* em questão, que se aproxima, em muitos aspectos, da fala, deixando de respeitar diversas convenções de escrita.

Em suma, as cartas dos sertanejos do semiárido baiano se mostram uma preciosa fonte a servir de base empírica para demonstrar que, desde o início do século XX, a variação da concordância nominal de número já ocorria nos textos escritos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, P. R. de. **Um fragmento da constituição sócio-histórica do português do Brasil**: variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro. 2003. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – UFBA, Salvador, 2003.
- BAXTER, A. A concordância de número. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A. N.; RIBEIRO, I. (org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 269-293.
- BECHARA, E. **Gramática escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2001.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LOPES, N. S. **Concordância nominal, contexto lingüístico e sociedade**. 2001. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- MARQUILHAS, R. **A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- MATTOS E SILVA, R. V. **Caminhos da Linguística Histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola, 2008.
- OLIVEIRA, K; SOUZA, V.; COELHO, J. S. B. Concordância nominal (cenas da variação em palcos do século XIX). *In*: LOBO, T. C. F. (org.). **África à vista**: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 255-316.

SANKOFF, D. *et al.* **Goldvarb X**: a multivariate analysis application. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. 2005. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Acesso em: 01 out. 2018.

SANTIAGO, H. S. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de mãos “cândidas” do sertão baiano**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – UEFS, Feira de Santana, 2012. Disponível em: http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/monografias/SANTIAGO_H-Mestrado-2012.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

SCHERRE, M. M. **Reanálise da concordância nominal em português**. 1988. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].



A COLOCAÇÃO DOS CLÍTICOS EM SENTENÇAS FINITAS¹

Maiara da Silva Lemos
(UEFS/PPGEL)

INTRODUÇÃO

A colocação dos clíticos é um assunto que atrai bastante a atenção de pesquisadores da área da linguística, devido ao fato de que, “na história do português e na formulação de teorias gramaticais, os clíticos pronominais ocupam lugar de destaque, em função de seu estatuto híbrido” (PAGOTTO; DUARTE, 2005, p. 67). Isso ocorre porque, como aponta Martins (2013), os clíticos se tratam de itens lexicais que estão entre a categoria de afixo, já que são fonologicamente dependentes de outro elemento, e a de palavra, pois possuem certa independência morfofossintática, sendo a sua colocação nas sentenças um fator de destaque na caracterização de mudanças estruturais ocorridas no português.

Segundo pesquisas sobre a sintaxe dos clíticos, esse fenômeno linguístico é importante por apontar distinções estruturais que revelam mudanças ocorridas no português, ao longo do tempo, definindo variedades dessa língua em tempos remotos e atuais. Assim, em contexto

1 Recorte da dissertação de mestrado da autora, intitulada *A Colocação dos Clíticos em Sentenças Finitas: Um Estudo Sócio-Histórico das Vertentes do PB em Cartas do Sertão Baiano (Século XX)*, desenvolvida, com auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e defendida em 2019.

de construções com único verbo, o posicionamento dos clíticos nas sentenças finitas com verbo em posição inicial (V1), verbo em posição não inicial (V2), precedido por um sujeito neutro, um sintagma preposicional e advérbios não modais, torna evidentes as peculiaridades do português europeu (PE), em que a preferência é pela colocação pós-verbal, contrapondo características típicas do português brasileiro (PB), que possui tendência ao posicionamento generalizado da próclise (PAGOTTO, 1992; ABAURRE; GALVES, 1996; GALVES, 2001; CARNEIRO, 2016).

A colocação dos clíticos em sentenças formadas por grupos verbais também evidencia aspectos que caracterizam estruturas distintas do português, no decorrer do tempo, visto que, de acordo com Pagotto (1992), uma das mudanças que ocasionam o surgimento do PB é a perda da capacidade do movimento longo do clítico, o que acarretou uma queda no uso da subida clítica. Deve-se destacar, dentre os contextos de sentenças com grupos verbais, a colocação em próclise ao segundo verbo, tendência típica da vertente brasileira do português, também conhecida como “inovação brasileira”, por não terem sido encontrados registros desse posicionamento nas variedades do português da Europa.

Dessa maneira, este estudo consiste na análise da colocação dos clíticos nas orações finitas com verbo único e grupos verbais em *corpus* de língua escrita, datado do século XX, composto por um total de 91 cartas pessoais, manuscritas por remetentes adultos oriundos da zona rural do sertão baiano, que se encontram em fases iniciais da aquisição de escrita, classificados como inábeis por Santiago (2012), com base em Marquilhas (2000). Por se tratarem de escreventes da zona rural que tiveram pouco ou nenhum acesso ao ensino institucionalizado, este conjunto de cartas pode ser considerado, de acordo com os critérios apontados por Lucchesi (2015), amostras representativas de um PB popular.

De modo geral, o presente estudo contribui para a reconstrução da história linguística do PB (, que se dá não apenas através de estudos de documentos oriundos da vertente urbana, mas também das variedades rurais com passado não necessariamente marcado pela presença africana (MATTOS E SILVA, 2008b). Assim, através dos fundamentos da Linguística História, em perspectiva sócio-histórica (MATTOS E SILVA, 2008), este estudo segue as agendas de pesquisa propostas pelo *Projeto Para História do Português Brasileiro (PHPB)*, estruturado de acordo com Lobo (2009) em três campos interligados: a) o campo histórico-filológico, que visa à constituição de *corpora* diacrônicos de documentos escritos no Brasil. ; b) o campo de estudos das mudanças linguísticas através da análise dos *corpora* constituídos; e c) o campo que se detém na reconstrução da história social linguística do Brasil. .

Além disso, este trabalho observa se as amostras representativas da vertente popular do PB contêm influências dos padrões de colocação dos clíticos em consonância com o PE, configurando algum nível de *Competição de Gramáticas* (KROCH, 1994; 2001), ou se a generalização da próclise, característica típica do PB, é marcada no *corpus*. Essa verificação se justifica pelo fato de que a documentação epistolar em questão é oriunda de escreventes adultos em fases iniciais de aquisição da escrita, pouco ou não escolarizados, inferindo-se haver uma menor influência da língua padronizada na escrita, visto que, segundo Duarte (1989), alguns tipos de clíticos, como os acusativos de 3ª pessoa, e posicionamentos nas sentenças não são adquiridos via língua espontânea falada no Brasil, mas, sim, por meio de escolarização institucionalizada. Dessa maneira, os questionamentos que direcionam essa pesquisa são:

- 1) É verificada a generalização da próclise, caracterizando presença marcante do PB no *corpus*?
- 2) O contexto de aprendizagem da escrita pelos escreventes, bem como a formalidade/informalidade das cartas constituem fatores relevantes no posicionamento dos clíticos?

3) Ao observar os resultados referentes aos padrões de colocação dos clíticos nos contextos de construção com verbo único (sentença com verbo em posição inicial V1, contextos considerados de variação por Galves, Britto e Paixão de Souza (2005), e ambientes de próclise categórica na história do português) e grupos verbais, é possível encontrar algum nível de competição de gramáticas (KROCH, 1994; 2001) no *corpus* analisado?

Supõe-se, considerando os aspectos sociais que envolvem as amostras do PB popular, que a generalização da próclise pode ocorrer em todos os contextos sintáticos de colocação dos clíticos, devido ao fato de caracterizar o PB e, principalmente, a vertente popular do PB. Além disso, apesar dos fatores escolaridade dos escreventes e formalidade/informalidade dos documentos se mostrarem bastante relevantes em pesquisas acerca da colocação dos clíticos, infere-se, com base na caracterização do *corpus* utilizado neste estudo, que tais fatores podem não se apresentar como relevantes, pois, ainda que os contextos de aprendizagem da escrita e o caráter formal ou não dos documentos apresentem algumas distinções entre as cartas, os escreventes e a linguagem dos documentos, de modo geral, são semelhantes.

Por fim, supõe-se que a competição de gramáticas (KROCH, 1994; 2001) pode não ser encontrada nas cartas pessoais aqui analisadas, por possuírem características que revelam traços marcantes de indivíduos falantes da variante popular do PB.

OS CLÍTICOS: PESQUISAS ANTECEDENTES DAS VARIEDADES DA EUROPA

Martins (1994) observa a sintaxe dos clíticos pronominais, em perspectiva diacrônica, no período que abrange os séculos XIII ao XVI, em documentos notariais, e os séculos XVI ao XX, em textos literários, a fim de controlar variáveis com diferenciação dialetal e estilística. Na descrição que corresponde aos séculos XIII ao XVI, em sentenças com verbo único, a autora verifica que, em ambiente de sentença V1, os

resultados refletem um contexto categórico na história do português da Europa, visto que tal ambiente condiciona a ênclise desde o português medieval. Martins (1994) observa também, no século XIII, a variação ênclise/próclise, com ênclise dominante, nos ambientes de construção V2 afirmativas não dependentes, em que o verbo aparece precedido do sujeito, de um advérbio, de sintagma preposicional, sintagma nominal deslocado, de conjunção coordenativa ou de uma oração dependente. Entretanto, seus dados apontam que, no decorrer do tempo, o uso pós-verbal nesses contextos diminui, havendo, no século XIV, um período de ampla variação entre as duas colocações e, posteriormente, em meados do século XVI, a próclise passa a ser o uso quase exclusivo em contexto de orações não dependentes neutras, chegando a 0% de colocação pós-verbal entre 1500 e 1550.

No entanto, a análise realizada por Martins (1994) nos documentos dos séculos XVI ao XX mostra uma evolução no sentido inverso, visto que o uso da ênclise volta a ser dominante nesses contextos, tendência ainda hoje evidenciada no PE. Desse modo, de acordo com o trabalho de Martins (1994), as variedades de épocas anteriores se diferenciam do PE contemporâneo, principalmente nos contextos de orações com verbo em forma finita, haja vista que, nas orações não dependentes afirmativas e sem a presença de proclisadores, os clíticos podiam antepor-se ou pospor-se ao verbo no português medieval e clássico, enquanto, no PE contemporâneo, existe apenas a posposição ao verbo.

Torres Morais (1995) realiza um estudo deste fenômeno, enfatizando os contextos de sentença V2, em textos teatrais e cartas dos séculos XVIII e XIX, e, como esperado, nas sentenças V1, a autora encontra uso categórico de ênclise, posição que caracteriza a colocação dos clíticos na história do português na Europa, nesse contexto, devido ao fato de apresentar restrição do pronome átono no início da sentença. Em relação aos contextos variáveis, a autora ressalta as sentenças V2 com presença de diferentes tipos de advérbios, sintagmas preposicionais, complementos e conectivos, em que a alternância ênclise/próclise é observada no século

XVIII, com prevalência de próclise, enquanto, no século XIX, observa-se a ascensão da ênclise, resultados semelhantes aos encontrados por Martins (1994).

Com isso, a fim de localizar em que momento do tempo ocorreu a mudança que deu origem ao PE, Galves, Britto e Paixão de Souza (2005) realizam um estudo dos contextos apresentados como variáveis por Martins (1994), em 20 textos de autores nascidos entre 1542 e 1836, incluídos no *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*. As autoras separam esses contextos em dois grupos, denominando, como *Contexto de Variação I*, os dados de sentenças V2, com verbo antecedido por um sujeito referencial não focalizado, advérbio VP ou sintagma preposicional que não seja argumento, contexto que mais interessa neste trabalho, por demarcar as principais diferenças de padrões entre o PB e PE, e, como *Contexto de Variação II*, os ambientes de sentenças segundas coordenadas V1 e sentenças V2 com verbo precedido de oração dependente.

Assim, nos resultados do *Contexto de Variação I*, as autoras observam, no máximo, 10% de ênclise em textos de autores até o último quarto do século XVII, sendo as exceções os textos de M. da Costa (*A Arte de Furtar*), que apresentam 21% de ênclise, e os *Sermões* de Antônio Vieira, em que foram registrados 45% de ênclise. A partir de 1700, percebe-se a elevação da ênclise, que aumenta em 27% no texto *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, de M. Aires, nascida em 1705, e em 85% nas cartas de R. Ortigão, nascido em 1836. Com base nisso, as autoras discordam da ideia, apresentada por Martins (1994), de que as mudanças que geraram o PE se iniciaram no século XVII, argumentando, a partir da teoria gerativa, que o alto índice de ênclise nos *Sermões* de Vieira seria um fator estilístico proveniente da inversão sujeito-verbo comum na oratória barroca, já que, em cartas do mesmo autor, os resultados se distanciam muito dos encontrados nos *Sermões*.

Em relação às construções com grupos verbais, formadas por um verbo finito e outro não finito, Martins (1994) afirma que, nos dados dos séculos XIII ao XVI, tanto construções com verbo volitivo ou perceptivos “ouvir” e “ver” quanto construções com verbo causativo admitem a elevação dos clíticos. A pesquisadora acrescenta ainda que, nas orações em que o verbo tem como complemento a infinitiva, sendo ela uma oração não-dependente, a colocação pré-verbal ao primeiro verbo é majoritária, e observa a existência de alguns dados em que o clítico aparece entre o primeiro e o segundo verbos, em contexto de ambiguidade; porém, Martins (1994) os interpreta como casos de elevação com colocação enclítica ao primeiro verbo, mantendo, como ambíguo, apenas um dado em que há presença de operador negativo.

Andrade (2010) debruça-se, especificamente, sobre a colocação dos clíticos em predicados complexos na história do português da Europa, abrangendo o chamado português clássico, de acordo com a periodização tradicional, e o PE. Para estudo do PE, Andrade faz uso de *corpora* oral e escrito: o primeiro composto por entrevistas de jornais ou de pesquisa sociolinguística do *Corpus do Português*; o segundo trata-se de quatro romances escritos por autores portugueses nascidos no século XX. Os resultados obtidos pelo pesquisador, concernentes aos fatores estruturais, evidenciam a relevância da *função do clítico* (em que o conjunto dos clíticos reflexivos e o clítico *se* possuem menores ocorrências de subida (18,9%); os clíticos acusativos apresentam subida em 32,6% dos dados; os dativos, em 50,7%; os éticos, em 51,6%, e os grupos clíticos sobem em 88,9% dos dados); do *contexto sintático*, que é definido pela presença de elementos atratores de próclise; dos *elementos intervenientes*, em que os advérbios mais desfavorecem a subida do clítico; e da *frequência verbal*, em que os verbos de alçamento exibem maior percentagem de subida de clíticos do que os de controle do sujeito, e aponta que os verbos frequentes (querer, poder, dever, ter de, ir, vir a, começar a, estar a) constituem 40% da subida de clíticos, contra 20% nos verbos infrequentes (tentar, desejar, esperar, pretender, procurar, conseguir, saber, haver de, tornar

a, voltar a, costumar a, chegar a, acabar de, deixar de, ficar a, continuar a, andar a, precisar).

OS CLÍTICOS: PESQUISAS ANTECEDENTES DA VARIEDADE BRASILEIRA

Sobre o estudo do fenômeno no PB, Pagotto (1992) percebe, em um conjunto de documentos de natureza diversa, como cartas, processos contra escravos, documentos históricos, entre outros, datados entre os séculos XVI e XX, que o contexto de sentença V1 é marcado pela ênclise, ao passo que, nas sentenças V2, sem a presença de atratores, o autor observa 436 casos, dos quais, em 75%, a colocação é proclítica e, em 25%, enclítica. Pagotto (1992) afirma que, apesar de a porcentagem geral, com o favorecimento de próclise, ser coerente com a realidade do PB, os resultados mais detalhados revelam certa surpresa, visto que, até o século XVIII, a próclise representa cerca de 85% do uso, sendo o percentual mais baixo na primeira metade do século XVI e o mais alto na segunda metade do século XVII. Depois, a partir da primeira metade do século XIX, há um percentual diverso, com 55% de próclise na segunda metade do século XIX, 71% na primeira metade do século XX e 54% na segunda metade do século XX, evidenciando uma queda da próclise no século XX.

O autor ressalta ainda que, dos 107 casos de ênclise, 59% foram encontrados em documentos datados a partir da segunda metade do século XIX, enquanto os demais estavam distribuídos entre os outros períodos, revelando uma quebra da relativa estabilidade na posição dos clíticos, a partir do século XIX. Assim, para verificar, com maior rigor, os resultados, o pesquisador faz uma análise dos condicionantes linguísticos, considerando a natureza do sujeito, o posicionamento do verbo na sentença, a posição dos clíticos pronominais em sentenças raízes, a natureza fonológica dos clíticos presentes no *corpus* e suas propriedades sintáticas, além do tipo de sentença. Com isso, Pagotto (1992) levanta

a possibilidade de ter havido uma mudança na colocação dos clíticos no século XIX e supõe a possibilidade de essa mudança ser decorrente de alterações das regras de movimento da língua, havendo, no PB, a perda do movimento do verbo.

O fenômeno no PB também foi estudado por Carneiro (2005), que observa 500 cartas de brasileiros cultos, semicultos e não cultos, entre os fins do século XVIII e o século XIX. Os resultados da pesquisadora revelam que, no contexto de sentença V1, a prevalência é da ênclise, havendo apenas 13 casos de próclise em sentenças finitas. Carneiro (2005) afirma que, apesar da pequena variação, esse resultado é importante, devido a esse ambiente de colocação ser fundamental nas distinções entre o PB e o PE, além do fato de que, na modalidade escrita, a próclise em sentenças V1 é difícil de ser encontrada, decorrente da competição de gramáticas do PB e do PE. No *Contexto de Variação I*, Carneiro (2005) também encontra um alto número de colocação de ênclise. Ao separar cultos (costa) e semicultos (interior), Carneiro (2005) observa uma maior proximidade da gramática do PB nos dados de cultos e ressalta que, apesar de os remetentes do interior utilizarem uma quantidade significativa de ênclise nesse contexto, isso pode ser apenas uma aparente influência da norma portuguesa moderna nos dados, visto que esses mesmos escreventes utilizam a ênclise em contextos de próclise categórica na história do português, o que retrata casos de hipercorreção.

Além disso, Carneiro (2005) aponta que os resultados observados nesse trabalho enfatizam uma distância em relação aos padrões de colocação do PE, do português clássico, de acordo com a periodização tradicional, no qual a variação de colocação pós-verbal/pré-verbal só ocorre em alguns contextos, e também uma distância em relação ao PB, já que, neste, é possível encontrar a generalização da próclise em todos os contextos. Com isso, Carneiro (2005) afirma que há, no *corpus* em questão, uma competição entre as gramáticas do português clássico, PE e PB.

Os resultados desses mesmos contextos, trazidos por Martins (2009), a partir de amostras extraídas de 24 peças teatrais escritas por catarinenses e peças escritas por lisboetas, no período que corresponde aos séculos XIX e XX, apontam o aumento crescente da próclise nos contextos de sentença V1, chegando a 65% em textos de um autor, nascido em 1939, e a 81% nos textos de um outro autor, nascido em 1950. Nos ambientes de verbo em posição não inicial, Martins (2009) observa que, entre escritores nascidos no século XX, a próclise é padrão, o que difere do padrão enclítico dos catarinenses do século XIX. Além disso, ao avaliar esse contexto, Martins (2009) mostra uma evolução da próclise em textos catarinenses, visto que, entre os autores da primeira metade do século XIX, essas taxas não ultrapassam 40%, e, entre os da segunda metade desse mesmo século, a próclise chega a 60%, ao passo que, no século XX, o percentual chega a uma margem de 96%. O autor salienta ainda que esses mesmos contextos apresentam ênclise categórica ou majoritária nos dados dos escritores lisboetas.

Nas construções com grupos verbais, Pagotto (1992) verifica que a variante mais frequente é aquela na qual o clítico aparece em próclise ao verbo auxiliar, seja ele precedido de elementos atratores ou não. Tal variante apareceu com maior recorrência, entre os séculos XVI e XVIII, tendo ocorrência de 100%, em três períodos. Nos dados do século XX, todavia, a colocação de próclise ao auxiliar ocorre apenas com a presença de atratores, passando a haver maior ocorrência da colocação de ênclise ao verbo principal, nos contextos em que não se tem atratores precedendo o complexo verbal. Com base nesse resultado, o pesquisador sugere que exista, no *corpus*, a presença de diferentes gramáticas em competição, ressaltando que, na segunda metade do século XX, a colocação mais recorrente deixa de ser a ênclise ao verbo principal e passa a ser a próclise a esse mesmo verbo, posição que caracteriza o PB contemporâneo.

Além disso, Pagotto (1992) sugere que tenha havido, no PB, uma mudança referente à perda do movimento longo do clítico na sentença,

ocasionando, nessa variedade, uma queda da elevação do clítico. Para o pesquisador isso se teria iniciado nos grupos com verbos no infinitivo, passando para o gerúndio e, por fim, chegando ao particípio. Além disso, ele ressalta que as construções passivas com grupos verbais, no português clássico, de acordo com a periodização tradicional, apresentam uma tendência a cliticizarem-se mais ao segundo verbo, ao qual estão tematicamente ligados.

Sobre esse tipo de sentença Carneiro (2005) aponta que, em seus dados, houve um percentual maior de elevação do clítico quando o primeiro verbo é classificado como causativo, perceptivo ou, ainda, quando se trata de construção passiva. A pesquisadora afirma que as construções com o verbo finito auxiliar e com o volitivo *querer*, considerado um favorecedor da elevação, tiveram menor percentual de elevação do clítico; a pesquisadora, no entanto, encontra também 38 dados da colocação inovadora brasileira, o que evidencia grande variação na colocação dos clíticos, abrangendo todos os contextos sintáticos.

Os dados de Martins (2009), em relação às construções com grupos verbais, demonstram que é mais comum o alçamento do clítico em textos de autores do século XIX do que naqueles de autores do século XX. O autor acrescenta ainda uma análise da colocação ênclise/próclise, separadamente, nas construções em que houve ou não o alçamento do clítico, observando que, nas construções com alçamento, há uma porcentagem total de 82% de colocação de próclise ao primeiro verbo e 18% de ênclise a esse verbo finito, o que evidencia uma queda no uso da ênclise em construções com elevação do clítico. Nas construções sem alçamento, os resultados gerais são de 60% de ênclise ao verbo não finito, 16% de próclise adjacente a esse verbo e 24% de colocação ambígua do clítico. Ao verificar, entretanto, a data correspondente ao nascimento dos autores, esses resultados demonstram um aumento significativo da inovação brasileira e da colocação ambígua no século XX.

A REALIDADE SÓCIO-HISTÓRICA DO PB: AS NORMAS CULTAS E POPULARES

De acordo com Lucchesi (2001), a realidade sociolinguística brasileira é caracterizada pela polarização decorrente da formação histórica, política, econômica e social do Brasil. A ideia de língua polarizada advém do fato de haver, no PB, variedades cultas, concentradas nos centros urbanos e entre falantes com maior grau de escolaridade, e variedades populares, comumente encontradas nas áreas rurais, nas periferias dos grandes centros e entre falantes de menor grau de escolaridade.

Essa polarização é consequência da realidade sócio-histórica do Brasil, que foi marcada, segundo Mattos e Silva (2004), pelo multilinguismo/multialetalismo generalizado decorrente do intenso contato entre línguas no período da colonização brasileira. Lucchesi (2015) aponta que o período caracterizado por esse multilinguismo “[...] se estende do efetivo início da colonização portuguesa, ocorrido em São Paulo, com a fundação da Vila de São Vicente, em 1532, até meados de 1695 [...]” (p. 85) e acrescenta que, nessa época, a polarização sociolinguística era muito radical, já que, de um lado, havia uma minoria de falantes do português, língua de prestígio e, de outro, estavam as segregadas línguas africanas, indígenas e as variedades com intensas modificações estruturais do português falado por descendentes de negros escravizados e índios.

Segundo Mattos e Silva (2004), havia no Brasil a presença concomitante de variedades como

- a. O português europeu na sua dialeção diatópica, diastrática e diacrônica, que teria ao longo do período colonial um contingente médio de 30% da população brasileira [...];
- b. As línguas gerais indígenas, que, plurais e dialetalizadas, poderiam até confundir-se com o português geral brasileiro nas áreas geográficas delimitáveis em que se difundiram;

c. O português geral brasileiro, antecedente histórico do português popular brasileiro que, adquirido na oralidade e em situações de aquisição imperfeita, é difundido pelo geral do Brasil, sobretudo pela presença maciça da população africana e dos afro-descendentes que perfizeram uma média de mais de 60% da população por todo o período colonial. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 90).

Dessa maneira, é possível perceber o intenso contato entre línguas e a grande propensão ao surgimento de variedades linguísticas diversas. Lucchesi (2015) afirma ainda que, nesse período, o português era restrito apenas à administração da colônia e às escolas dos jesuítas; acrescenta o autor que, em São Paulo, os descendentes de indígenas com colonizadores falavam a língua geral paulista, de base tupi. No Maranhão e no Pará, antiga província do Grão-Pará, era falada outra língua geral de base tupinambá; na Bahia, devido ao grande contingente de negros escravizados, as línguas banto eram faladas por metade dos habitantes, sendo o quimbundo a mais falada. Além disso, o contexto favorecia a existência de línguas *pidgins* ou *crioulas* nos quilombos.

Lucchesi (2015) afirma também que a língua portuguesa começou a ser disseminada pelo país devido a dois momentos históricos que atraíram grande quantidade de portugueses para a colônia. O primeiro ocorreu em fins do século XVII, motivado pelas descobertas das minas de ouro e diamantes, quando muitos portugueses vieram para o Brasil, acreditando estar, na colônia e nessas minas, a promessa de riqueza. Esse fato levou grande quantidade de pessoas para o interior do país e, conseqüentemente, expandiu os horizontes da língua portuguesa. O segundo momento aconteceu em 1808, com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, atraindo, além dos membros da corte, os comerciantes e população de diversas classes de Portugal. Esse acontecimento contribuiu para a alteração de aspectos sociais, culturais e econômicos do país, além de induzir ao aumento da urbanização do Rio de Janeiro. Vale ressaltar, ainda, que o fim do tráfico negreiro e o constante extermínio de grande parte da população indígena foram fatores que impulsionaram uma di-

minuição do multilinguismo no Brasil, colocando a língua portuguesa em um lugar de destaque em relação às demais.

Como aponta Lucchesi (2015), é importante ressaltar que a variedade do português mais intensamente difundida no Brasil foi a aprendida, de forma assistemática, pelos descendentes dos escravos africanos e pela população de imigrantes e índios. Sobre isso, Lucchesi (2015) chama a atenção para o fato de que esse português disseminado pelo país “[...] não era o português ‘castiço’ da elite colonial, mas o português ‘estropiado’ por sua aquisição precária e pela nativização mestiça” (p. 92). Tal fato contribuiu para compor a polarização sociolinguística existente ainda hoje no Brasil, e, sobre isso, o autor acrescenta que

Nesse processo, a polarização sociolinguística do Brasil logo passou a opor a língua dos colonizadores portugueses e de seus filhos brasileiros às variedades mais ou menos defectivas de português faladas como segunda língua por índios aculturados e africanos escravizados, juntamente com uma versão nativizada desse português defectivo, que se foi tornando a língua materna dos filhos mestiços e endógamos desses índios e africanos. Define-se, assim, em suas grandes linhas, o processo histórico que deu origem à polarização sociolinguística do Brasil (LUCCHESI, 2015, p. 92).

Assim, foi a partir do cenário da Revolução Industrial, em 1930, com o aumento da urbanização através do grande contingente migratório da população rural para as cidades e a posterior democratização da escolarização, com a criação de escolas públicas em todo o território nacional, que, no Brasil, iniciou-se um processo que Lucchesi (2015) chama de *nivelamento linguístico*.

Entretanto, Lucchesi (2015) acrescenta que, ainda que, por meio desse nivelamento, o abismo que caracteriza a polarização linguística no Brasil se tenha estreitado, é ainda bastante significativo, devido ao desenvolvimento tardio do país, às condições, muitas vezes, precárias

das instituições públicas de ensino, além da concentração de renda nas mãos de uma elite minoritária da população, conservando, assim, um cenário de polarização social que ainda se reflete na língua.

Desse modo, Lucchesi (2015) aponta que o modelo da polarização sociolinguística do Brasil é orientado nos contrastes entre os padrões linguísticos das classes altas e os padrões das classes marginalizadas. Com isso, baseando-se na ideia de *continuum* de Bortoni-Ricardo (2005), o autor propõe a aplicação de um modelo de três *continua*, em que, em um ponto extremo, tem-se a norma popular dos falantes imersos na oralidade e das comunidades rurais mais isoladas, que possuem uma variação estilística bastante reduzida, enquanto, no outro extremo, tem-se a norma culta, representada por falantes com altos graus de escolaridade, dos grandes centros urbanos, com extenso repertório de variação estilística, situando, entre esses dois extremos, um *continuum* de níveis intermediários.

Então, Lucchesi (2015) afirma que “à medida que se passa do polo extremo da norma popular para o ápice da norma culta, cresce progressivamente o grau de urbanização e letramento, bem como o espectro da variação estilística” (p. 153), e, com base nisso, revela três cenários sociolinguísticos, discriminados pelo autor em uma escala *rural* > *rurbano* > *urbano*. Assim, são considerados do *cenário rural* os indivíduos analfabetos ou semianalfabetos de comunidades rurais menos/mais isoladas; no *cenário rurbano*, estão os habitantes de baixa ou pouca escolaridade das pequenas cidades do interior e emigrados do campo para a periferia das grandes cidades; por fim, o *cenário urbano* é formado por membros de baixa ou pouca escolaridade da periferia das grandes cidades e bairros populares mais centrais e tradicionais, trabalhadores e operários qualificados das cidades e centros industriais, comerciantes e trabalhadores técnicos administrativos das pequenas, médias e grandes cidades e altos funcionários do executivo e do judiciário, profissionais liberais e intelectuais das pequenas, médias e grandes cidades.

Além disso, tomando como ponto de partida o critério restritivo do Projeto da Norma Linguística Urbana Culta do Brasil (NURC), Lucchesi (2015) afirma que se pode considerar que os falantes com Ensino Médio representam uma norma semiculta, os falantes com Ensino Fundamental fazem parte de uma norma média, aqueles que cursaram entre a 4^a e a 7^a série estão em uma norma média baixa; o restante pode ser considerado representante da norma popular.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para realizar este trabalho, os dados foram coletados exaustivamente, de forma manual, e classificados sintaticamente. Nas construções com verbo único, a classificação seguiu as tendências de colocação dos clíticos no decorrer da história do português, em contextos considerados mais relevantes, por distinguir o PB e o PE, a saber: a) contexto de ênclise categórica na história do português (sentenças com verbo em posição inicial) e b) ambientes considerados variáveis no Português Médio, segundo periodização proposta por Galves, Namiuti e Paixão de Souza (2006), categórico de próclise no PB e categórico de ênclise no PE (sentenças não dependentes com verbos não iniciais precedidos de sujeitos neutros, advérbios não modais e sintagmas preposicionais, além das segundas coordenadas e sentenças principais precedidas de oração dependente). Nos grupos verbais, foram consideradas a elevação e não elevação dos clíticos no *corpus* e a frequência da colocação de *inovação brasileira* em contraste com as demais colocações, que são mais comuns ao PE.

No que tange aos fatores externos, foram considerados, nesta pesquisa, o contexto de aprendizagem da escrita, abrangendo escreventes que estudaram pouco em casa, que estudaram apenas os primeiros anos, que estudaram até a 4^a série, que aprenderam através da convivência com amigos e leitura da bíblia e escreventes de cujo contexto de aprendizagem da escrita não se tem informação precisa. Além disso, considera-se também o caráter formal/informal dos documentos.

Assim, os dados foram codificados e submetidos ao programa *Goldvarb-X* (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), a fim de obter resultados quantitativos em valor percentual nos diferentes contextos de colocação sintática. Vale ressaltar que, por esta não se tratar de uma pesquisa de cunho variacionista, não foram calculados os pesos relativos dos fatores, haja vista que o interesse principal é saber como se dá a colocação dos clíticos em contextos sintáticos já marcados na história do português, em amostras representativas do PB popular.

ANÁLISE DOS RESULTADOS EM CONSTRUÇÕES COM VERBO ÚNICO

Nas 91 cartas que compõem os *corpora* desta pesquisa, foram encontrados 142 dados de clíticos em construções formadas por verbos únicos em sentenças finitas. Desse total, 17 dados, ou 12% das ocorrências, são de colocação pós-verbal, enquanto os outros 125 dados, que correspondem a 88% das ocorrências, são de próclise. Serão apresentados nesta seção os resultados, separados por contextos que revelam certos padrões de colocação verificados ao longo da história do português (MARTINS, 1994; CARNEIRO, 2005; GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUZA, 2005), bem como a colocação por fatores extralinguísticos considerados.

Sobre os tipos de clítico encontrados nas cartas, verifica-se, nos dados, a total ausência de clíticos acusativos de 3ª pessoa, o que confirma a defesa de Duarte (1989) de que os indivíduos falantes do PB não adquirem este clítico através da língua falada espontaneamente, mas sim por meio do processo de escolarização institucionalizado. São observados também 53 dados com o clítico *me*, 45 com o clítico *lhe* na 2ª pessoa e 33 com o *te*, o que resulta do tipo de gênero textual do *corpus* estudado, já que estes são comumente encontrados em cartas pessoais. Além disso, há 10 dados do clítico *se* e apenas 1 caso com *nos*.

Partindo para os contextos de colocação, é importante ressaltar que o contexto de sentença V1 revela ser um importante aspecto que diferencia

o PB das demais variedades do português (MARTINS, 1994; PAGOTTO, 1992; CARNEIRO, 2005; MARTINS, 2009; e outros), visto que, não havendo um elemento precedente ao verbo que possa atrair o clítico à posição pré-verbal, algumas línguas românicas e o PE apresentam um impedimento de que o clítico apareça em primeira posição nas sentenças, enquanto que, em outras e no PB, esse impedimento inexistente. Assim, separando os dados correspondentes à posição inicial absoluta daqueles em que vocativos e/ou saudações antecedem o verbo, tem-se a tabela que segue, evidenciando os resultados desse contexto.

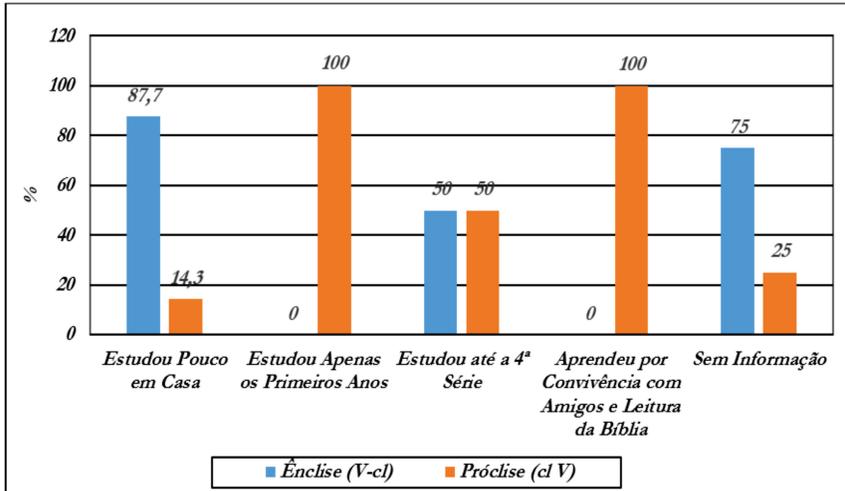
Tabela 1 – Colocação ênclise/próclise em sentenças V1 no Acervo Cartas em Sisal

SENTENÇAS V1 e #V	ÊNCLISE (V-cl) Dados / Percentual	PRÓCLISE (cl V) Dados / Percentual	TOTAL Dados / Percentual
Posição inicial absoluta	9 / 75%	3 / 25%	12 / 57.1%
Com vocativos ou saudações	4 / 44.4%	5 / 55.6%	9 / 42.9%
TOTAL	13 / 61.9%	8 / 38.1%	21

Fonte: elaborada pela autora.

Percebe-se, portanto, uma maior frequência da posição pós-verbal do clítico nas amostras. É importante ressaltar que, no PB, a variação entre a ênclise e a próclise nesse contexto, com uma maior prevalência para a ênclise, é comum em ambientes de linguagem escrita ou fala formal, porquanto, como aponta Carneiro (2016), a generalização da próclise nesse contexto, mesmo entre escreventes cultos, dá-se na fala espontânea. Para uma análise mais detalhada desses resultados, os gráficos 1 e 2 revelam a distribuição de tais ocorrências, por contexto de aprendizagem do escrevente e por formalidade/informalidade dos documentos, respectivamente.

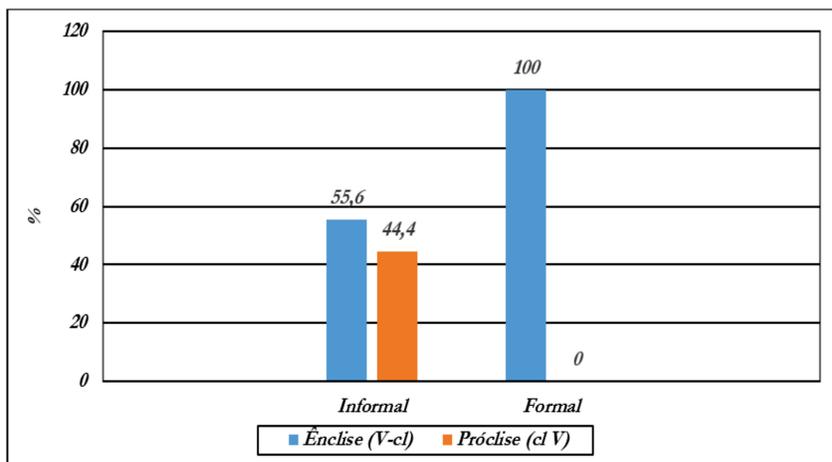
Gráfico 1 – Colocação ênclise/próclise em sentenças V1, por contexto de aprendizagem do escrevente



Fonte: elaborado pela autora.

Do total de dados entre escreventes que estudaram pouco em casa, tem-se 6 casos (87,7%) de ênclise e 1 caso (14,3%) de próclise; entre os que estudaram apenas os primeiros anos e que aprenderam por convivência com amigos e leitura da bíblia, nota-se apenas 1 dado de cada fator, sendo os dois de próclise, resultando no percentual de 100%; nas cartas escritas por indivíduos que estudaram até a 4ª série, foram encontrados 4 dados (50%) de próclise e 4 (50%) de ênclise, enquanto, nos documentos de redatores de cujo processo de aprendizagem da escrita não se tem informação precisa, 3 ocorrências (75%) são de ênclise, e 1 (25%), de próclise.

Gráfico 2 – Colocação ênclise/próclise em sentenças V1, por formalidade/informalidade das cartas



Fonte: elaborado pela autora.

Ao observar os aspectos formalidade/informalidade dos documentos, percebe-se que 3 dados são oriundos de documentos formais, enquanto 18 são de cartas de cunho mais informal. Os 3 dados formais se apresentam todos em posição pós-verbal, enquanto, entre os 18 casos extraídos de documentos mais informais, tem-se 10 ocorrências (55,6%) de ênclise e 8 (44,4%) de próclise.

Nota-se uma baixa quantidade de dados no *corpus* nesse contexto, porém se pode observar a forte presença do PB nos resultados, devido aos 8 dados de próclise, já que, neste contexto, o PE não admite a colocação pré-verbal. Deve-se também considerar que a presença prevalente da ênclise nesse ambiente permite afirmar que, mesmo entre escreventes com baixo nível de escolaridade e representantes do PB popular, é possível perceber algum nível de influência da norma padronizadora. Santiago (2012) chama a atenção para o fato de que grande parte desses escreventes buscavam familiarizar-se com a leitura e escrita motivados a entender textos religiosos, o que pode ter influenciado nas marcas de padrões de colocação comuns ao PE nesse

contexto, possibilitando, nas colocações em sentença V1, algum nível de competição de gramáticas.

No que se refere aos resultados do *Contexto de variação I*, foram encontrados 22 dados, dos quais 95,5% deles (21 dados) possuem o clítico posicionado em próclise e apenas 1 (4,5%) está em posição pós-verbal. No *Contexto de variação II*, têm-se 12 ocorrências, sendo 10 de próclise (83,3%) e 2 de ênclise (16,7%). Dentre os casos de próclise categórica na história do português, como orações negativas, orações principais com verbo antecedido de atratores, orações com sintagma-Q e orações interrogativas, o *corpus* apresentou 75 dados, sendo 100% de posicionamento pré-verbal. Além desses, entre as expressões fixas, 2 dados, e entre as orações coordenadas ou subordinadas com “porque”, 4 dados, o resultado também foi categórico de próclise. Apenas nas imperativas, observa-se 1 único dado de ênclise (16,7%) e 5 dados de próclise (83,3%).

Ao verificar os fatores extralinguísticos, nota-se que, no *Contexto de variação I* e nas orações imperativas, os casos de ênclise são oriundos de documentos de cunho informal em que não há informação do contexto de aprendizagem do escrevente. Os 2 dados de ênclise encontrados no *Contexto de variação II* são de cartas informais, sendo um deles verificado em documento de um escrevente que estudou pouco em casa e o outro observado em escrevente que estudou apenas os primeiros anos.

Desse modo, tais resultados expressam claramente as características típicas do PB, devido à colocação majoritária de próclise em todos esses contextos. Além disso, pode-se afirmar que, na documentação epistolar considerada, os fatores de cunho extralinguísticos não apresentaram, em seus resultados, uma relevância devido à grande aproximação dos aspectos sociais que abarcam os documentos e os escreventes. Vale ressaltar, ainda, que, apesar do fator formalidade/informalidade apresentar 100% dos dados em ênclise, entre documentos formais, deve-se levar em consideração que apenas 3 dados se encaixam nesse contexto, não revelando uma quantidade expressiva para uma interpretação segura.

ANÁLISE DOS RESULTADOS EM CONSTRUÇÕES COM GRUPOS VERBAIS

Nas sentenças com grupos verbais, foram encontrados um total de 74 dados, em que 68 ocorrências (91,8%) constituem casos de não elevação do clítico, e 6 ocorrências (8,2%) são com elevação. É importante ressaltar que os dados em contexto considerado ambíguo, ambiente de oração não dependente em que o clítico aparece entre o primeiro e o segundo verbo, sem marca gráfica que evidencie adjacência desse clítico a um dos verbos e sem a presença de atratores de próclise na sentença, foram considerados, nesta pesquisa, como casos de próclise ao segundo verbo, também conhecido como colocação de *inovação brasileira*.

Quadro 1 – Distribuição dos dados do Acervo *Cartas em Sisal*, por elevação e não elevação do clítico

ESTRUTURAS	QUANTIDADE DE DADOS
ELEVAÇÃO DE CLÍTICO	
V-cl V	2
cl-V V	4
TOTAL COM ELEVAÇÃO:	6 8,2%
SEM ELEVAÇÃO DE CLÍTICO	
V V-cl	1
VXV-cl	1
VXXV-cl	2
V cl-V (Inovação Brasileira)	59
VXclV (Inovação Brasileira)	5
TOTAL SEM ELEVAÇÃO:	68 91,8%
TOTAL GERAL:	74

Fonte: elaborado pela autora.

É possível perceber, nos resultados gerais de elevação/não elevação do clítico, uma preferência pela não elevação. Pagotto (1992), ao encontrar colocação do clítico em próclise ao verbo não-finito, colocação não atestada no PE, sugere ter ocorrido, no PB, uma mudança linguística que está relacionada à perda do movimento longo do clítico na sentença e, conseqüentemente, à queda na elevação do clítico.

Nas ocorrências com elevação do clítico, na presente pesquisa, nota-se maior quantidade da colocação pré-verbal. De acordo com Andrade (2010), a ênclise ao primeiro verbo trata-se de uma colocação marginal, mesmo em dados das variedades europeias do português, sendo comum a variação entre os posicionamentos de próclise ao primeiro verbo e ênclise ao segundo verbo. Sobre a próclise ao verbo finito, esta se tratava de uma colocação categórica no português clássico. Posteriormente, esse posicionamento passa a ser mais comum apenas com presença de atratores. No PB, com a queda da subida do clítico, essa colocação passa a ser menos usada, como evidencia Pagotto (1992), desde o século XVIII.

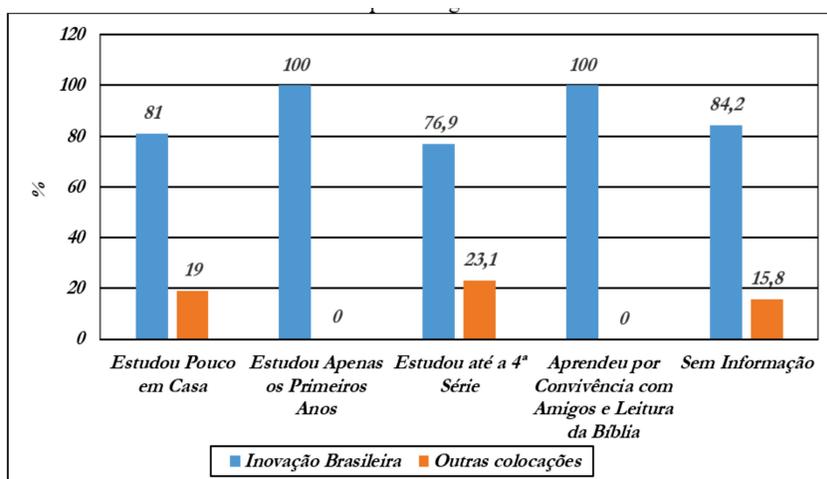
Ao observar o tipo de verbo finito da sentença, nota-se que, dentre os verbos auxiliares e aspectuais, há 3 ocorrências de elevação do clítico, sendo 2 delas de próclise e 1 de ênclise, enquanto 33 dados são de não elevação, em que 32 deles estão em posição de *inovação brasileira* e apenas 1 em posição pós-verbal. Nos resultados de modais e volitivos, há apenas dados sem elevação do clítico, em que 8 ocorrências são da *inovação brasileira* e 1, com verbo volitivo, em ênclise. Nas construções formadas com verbos causativos, os dados apresentam 3 casos de elevação do clítico, sendo 2 em próclise e 1 em ênclise, e 19 dados sem elevação, todos em posição de *inovação brasileira*.

Em relação aos verbos seguidos de preposição, Carneiro (2005) aponta que há uma tendência à ênclise com a preposição “a”, posicionada ao segundo verbo, e que, com as demais preposições, há possibilidade de variação. Nas *Cartas em Sisal*, encontram-se 2 dados com preposição,

sendo um deles com a preposição “a” e o outro com “por”; em ambos os dados, não há elevação do clítico e, nos dois, a posição é em ênclise.

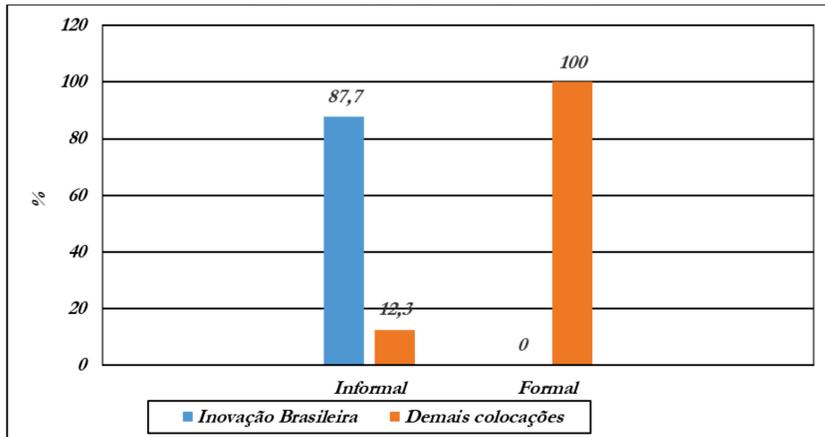
Ao observar os dados das construções com grupos verbais, separando-os entre a colocação de inovação do PB, próclise ao segundo verbo, e as colocações comuns ao PE, demais posicionamentos, por contexto de aprendizagem da escrita e por formalidade/informalidade dos documentos, é possível obter os seguintes percentuais.

Gráfico 3 – Frequência de Inovação do PB *versus* demais colocações, por contexto de aprendizagem



Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 4 – Frequência de Inovação do PB *versus* demais colocações por formalidade/informalidade das cartas



Fonte: elaborado pela autora.

Ao comparar os dados de colocação de *inovação brasileira* com demais posicionamentos, comuns no PE, percebe-se uma forte prevalência da colocação característica do PB. Considerando o fator contexto de aprendizagem, nota-se a presença de posicionamentos comuns no PE entre os escreventes que estudaram pouco em casa, entre os que estudaram até a 4ª série e entre aqueles sem informação sobre processo de aprendizagem da escrita; esses dados, todavia, aparecem em uma quantidade bastante inferior, quando comparados ao percentual de *inovação brasileira*, presente, de modo marcante, em todos os contextos de aprendizagem, sendo o menor percentual o de 76,9%, entre indivíduos que estudaram até a 4ª série.

Nos resultados referentes à formalidade/informalidade das cartas, o percentual de 100% dos dados de outras colocações, comuns ao PE em cartas formais, equivale a um único dado encontrado no *corpus*. Entre documentos informais, têm-se 87,7% dos dados, que representam 64 dados, da posição inovadora do PB, e 12,3%, ou 9 dados, de outros posicionamentos.

CONCLUSÕES

Como já dito, este estudo objetivou realizar a descrição da colocação dos clíticos em *corpus* do sertão baiano, representativo do PB popular, partindo dos seguintes questionamentos:

- 1) É verificada a generalização da próclise, caracterizando presença marcante do PB, no *corpus*?
- 2) O contexto de aprendizagem da escrita pelos escreventes, bem como a formalidade/informalidade das cartas constituem fatores relevantes no posicionamento dos clíticos?
- 3) Ao observar os resultados referentes aos padrões de colocação dos clíticos nos contextos de construções com verbo único (sentença com verbo em posição inicial V1, contextos considerados de variação por Galves, Britto e Paixão de Souza (2005) e ambientes de próclise categórica na história do português) e grupos verbais, é possível encontrar algum nível de competição de gramáticas no *corpus* em questão (KROCH, 1994; 2001)?

As hipóteses elaboradas apontam que, considerando os aspectos sociais que envolvem as amostras do PB popular, a generalização da próclise pode ocorrer em todos os contextos sintáticos de colocação dos clíticos, devido ao fato de caracterizar o PB e, principalmente, a vertente popular do PB. Além disso, apesar de os fatores escolaridade dos escreventes e formalidade/informalidade dos documentos se mostrarem bastante relevantes em pesquisas acerca da colocação dos clíticos, infere-se, com base na caracterização do *corpus* utilizado neste estudo, que tais fatores podem não se apresentar como relevantes, pois, ainda que os contextos de aprendizagem da escrita e o caráter formal ou não dos documentos guardem algumas distinções entre as cartas e os escreventes, a linguagem dos documentos, de modo geral, é semelhante. Supõe-se, ainda, que a competição de gramáticas (KROCH, 1994; 2001) pode não ser encontrada no *corpus*, em razão de os documentos pessoais possu-

írem características que revelam traços marcantes do indivíduo falante da variante popular do PB.

Os resultados gerais da colocação dos clíticos nas *Cartas em Sisal*, em construções com verbo único, apontam para próclise majoritária, evidenciando a forte presença do PB, visto que, dos 142 dados, apenas 17 ocorrências são de colocação pós-verbal. Esse resultado não aponta pra uma generalização completa da próclise em todos os contextos; deve-se considerar, porém, o número bastante significativo: 125 dados, do total, em posição pré-verbal.

Em relação à colocação dos clíticos por contexto, tem-se que, em sentenças com verbo único, em que o verbo aparece em primeira posição inicial (V1), nota-se uma variação com ênclise majoritária. Isso revela que, mesmo escreventes em fases iniciais de aquisição da escrita, pouco ou não escolarizados, podem sofrer influências de uma língua padronizadora, que, nesse caso, pode estar ligada ao contato dos remetentes com textos de cunho religioso, que costumam ter a forte presença dos padrões de colocação do PE, sendo comum encontrar neles, até mesmo, a mesóclise. Nos *Contexto de variação I*, *Contexto de variação II* e orações imperativas, a ênclise foi encontrada, totalizando apenas 4 dados, e, nos demais contextos, a próclise foi categórica, o que permite afirmar que o *corpus* desta pesquisa são notavelmente amostras do PB, havendo alguma possibilidade de competição de gramáticas apenas nos ambientes de sentença V1, que, por ser um contexto de maior pressão da colocação da ênclise, devido ao histórico de restrição da próclise em início de sentença, acaba por revelar uma variação em textos de brasileiros.

Sobre os fatores extralinguísticos, confirma-se a hipótese de que o contexto de aprendizagem dos escreventes, bem como o caráter formal/informal das cartas não evidenciam relevância na análise dos dados, em razão de o contexto social dos escreventes e o contexto de produção dos documentos serem muito semelhantes.

As construções com grupos verbais salientam ainda mais as características do PB, haja vista que, dos 74 dados encontrados, 64 são da posição de *inovação brasileira*, próclise ao segundo verbo, enquanto apenas 10 dados marcam outros posicionamentos. Além disso, destes 10 dados, apenas 6 contêm a elevação do clítico, colocação que, segundo Pagotto (1992), não é comum no PB, devido à perda da capacidade do movimento longo do clítico na sentença.

Portanto, tais resultados revelam a indiscutível presença dos padrões de colocação do PB nas amostras analisadas, devido à presença da próclise em todos os contextos, de forma majoritária. A única exceção se dá nos contextos de sentença V1, o que possibilita afirmar algum nível de competição de gramáticas nesse ambiente, bem como questionar como os padrões de colocação do PE podem interferir na escrita de indivíduos com tão pouco acesso à escolarização e à escrita.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Aroldo Leal de. **A subida de clíticos em português**: um estudo sobre a variedade europeia dos séculos XVI a XX. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas, 2010.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós cheguem na escola e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.
- CARNEIRO, Zenaide. **Cartas Brasileiras**: um estudo linguístico-filológico. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas, 2005.
- CARNEIRO, Zenaide. Colocação de clíticos em orações finitas em duas vertentes do português oral feirense: um contexto não variável. In: ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; TEIXEIRA, Eliana Pitombo; CARNEIRO, Zenaide. (org.). **Variação linguística em Feira de Santana - Bahia**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.
- CARNEIRO, Zenaide; OLIVEIRA, Mariana Fagundes; ALMEIDA, Norma Lúcia. (org.). **Cartas brasileiras (1809 – 2000)**: coletânea de fontes para o estudo do português. v. 2 (1902 – 1993). Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.
- GALVES, C., BRITTO H.; PAIXAO DE SOUZA, M. C. **The change in clitic placement from classical to modern european portuguese**: results from the Tycho Brahe *Corpus*. Campinas: UNICAMP, 2005 [2002; 2003].

GALVES, Charlotte; CARNEIRO, Zenaide. Variação e Gramática: colocação de clíticos na história do português brasileiro. **Revista de Estudos da Linguagem**, UFMG, v.18-2, p.7-38, 2010.

GALVES, Charlotte; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara; NAMIUTI, Cristiane. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. *In*: ENDRUSCHAT, A.; KEMMLER, R.; SCHAFFER-PRIEB, B. (org.) **Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch**. Tübingen: Calepinus Verlag, 2006.

KROCH, Anthony. **Morphosyntactic Variation Proceedings of the 30th annual meeting of the Chicago Linguistics Society**, vol 2, p. 180-201, 1994.

KROCH, Anthony. Syntactic Change. *In*: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris. (org.). **Handbook of Syntax**. Nova York: Blackwell, 2001.

LOBO, T. C. F. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. *In*: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H. F.; SOLEDADE, J. (org.). **Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LOBO, Tania. **A colocação dos clíticos em português: duas sincronias em confronto**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

LUCCHESI, Dante. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. *In*: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (org.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012. p.249-274.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 1, n. 17, p. 97-130, 2001.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. *In*: RONCARATI, C; ABRAÇADO, J. (org.). **Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 272-284.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, n. 12, p. 17-28, 1994.

MARQUILHAS, Rita. **A faculdade das letras: Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MARTINS, Ana Maria. **Clíticos na História do Português**. 1994. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.

MARTINS, Ana Maria. A posição dos pronomes pessoais clíticos. *In*: RAPOSO, Eduardo Paiva; BACELAR, Maria Fernanda; MOTA, Maria Antónia; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália. (org.). **Gramática do Português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 2231-2302.

MARTINS, Marco Antônio. **Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20**. Tese (Doutorado em Linguística) –Programa de pós-graduação em Linguística, UFSC, Florianópolis, 2009.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. **Caderno de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p.11-30, 2008b.

PAGOTTO, Emílio. **A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Unicamp, Campinas, 1992.

PAGOTTO, Emílio; DUARTE, Maria Eugênia. Gênero e norma: avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX. *In*: Lopes, Célia Regina dos Santos. (org.). **A Norma Brasileira em Construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19**. 1. ed. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2005. p. 67-82.

SANKOFF, D. *et al.* **Goldvarb X: a multivariate analysis application**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. 2005. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Acesso em: 24 nov. 2017.

SANTIAGO, Huda da Silva. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de mãos “cândidas” do sertão baiano**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) –UEFS, Feira de Santana, 2012.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida. Mudança na colocação dos clíticos na história do português. **Boletim da ABRALIN**, n. 17, p. 32-40, 1995.

A COMBINAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO COM PRONOME POSSESSIVO¹

Rosana Carvalho Brito
(UEFS/PPGEL)

CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA

Neste capítulo, trata-se da combinação do artigo definido com pronome possessivo. Da amostra reunida e editada por Santiago (2019), analisou-se, para realização deste trabalho, apenas a parte I do acervo, composta por 91 cartas, a versão disponível em Santiago (2012).

Amadeu Amaral (1920) parece ter sido um dos primeiros a refletir, ainda que de forma não sistemática, acerca da ausência do artigo definido diante do sintagma nominal no português brasileiro (PB). No capítulo IV do seu trabalho desbravador, *O dialecto caipira* (1920), ao comentar alguns “Factos relativos ao sujeito”, o autor, sem apresentar maiores explicações, informa que “[...] a supressão do art. def. antes do sujeito, mesmo determinado, não é rara: *Patrão não trabalha hoje - Pai qué que eu vá - Chuva tá caino*” (AMARAL, 1920, p. 58).

¹ Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado da autora, intitulada *Uso variável dos artigos definidos antes de possessivos em cartas pessoais do sertão baiano (século XX)*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), e defendida em 2019.

Casos como o referido por Amaral são, *a priori*, raros no PB, podendo ser observados em variedades que tiveram o passado mais diretamente marcado pelo contato com línguas africanas, como ocorreu no dialeto da comunidade afrodescendente de Helvécia (cf. BAXTER; LOPES, 2009). De maneira geral, o que os estudos sobre esse tema têm demonstrado é que a variação no uso do artigo definido no PB ocorre em contextos específicos, destacando-se, nesse caso, duas situações: as ocorrências em que o artigo definido antecede pronomes possessivos e antropônimos, conforme ilustrado nos exemplos seguintes:

1. Ø Maria não trouxe os meus livros.
2. A Maria não trouxe os meus livros.
3. Ø Maria não trouxe Ø meus livros.
4. A Maria não trouxe Ø meus livros.

Como na amostra analisada não há variação no uso do artigo antes de antropônimo – a ausência do artigo é categórica nesse contexto –, este estudo apresenta somente dados da variação no uso do artigo antes de possessivo.

Em perspectiva sociolinguística, os estudos sobre a combinação do artigo definido com pronome possessivo com dados do PB ainda são raros. Por conta disso, ainda não está definido quais fatores linguísticos e sociais são relevantes para a realização desse fenômeno. Tendo isso em vista, fez-se um amplo levantamento de variáveis que pudessem influenciar o uso do artigo definido diante de possessivos no *corpus* examinado. Para observar o comportamento desses contextos, este trabalho foi desenvolvido a partir das seguintes questões:

- i. Quais componentes semânticos são relevantes para o uso do artigo nos dados analisados?
- ii. O contexto sintático exerce alguma influência sobre a realização do artigo no *corpus*?
- iii. A realização do artigo nos dados analisados tem um componente morfológico?

- iv. A combinação do artigo com possessivo tem relação com a estrutura do constituinte em que o pronome possessivo é realizado?
- v. O uso variável do artigo definido diante de possessivos tem uma base extralinguística?

Na próxima seção, apresentam-se o referencial teórico do trabalho e os procedimentos de análise dos dados.

REFERENCIAL TEÓRICO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa adota os pressupostos da Sociolinguística Histórica (HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE SILVESTRE, 2012), tendo sido desenvolvida no intercurso entre a Linguística Histórica Sócio-Histórica (MATTOS E SILVA, 2008) e Sociolinguística Quantitativa (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]).

Tendo levantado, no *corpus* analisado, os sintagmas em que fosse possível a alternância da presença dos artigos definidos diante de pronomes possessivos, elencaram-se os contextos que seriam controlados, apresentados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Variáveis independentes linguísticas e sociais controladas no estudo

VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS	VARIÁVEIS SOCIAIS
Status informacional	Data de escrita das cartas
Função sintática do SN	Naturalidade dos remetentes
Presença de preposição	Localização quando da escrita
Tipo de possuído	Relação entre os missivistas
Número do SN	-
Tipo de substantivo	-
Animacidade do substantivo	-
Contabilidade do substantivo	-
Estrutura do constituinte	-

Fonte: elaboração própria.

A observação desse conjunto de variáveis e a posterior realização de tabulações cruzadas apontou a existência de identificação entre fatores de cinco grupos linguísticos: *função sintática*, *presença de preposição*, *tipo de possuído*, *tipo de substantivo* e *animacidade do substantivo*. As tabulações cruzadas das variáveis sociais revelaram má distribuição dos dados e identificação quase total entre fatores de alguns grupos. Por isso, quando os contextos sociais eram testados na mesma rodada, apenas *naturalidade* era selecionado. Ficou nítido, dessa forma, que muitos grupos não poderiam ser testados na mesma rodada. Diante disso, optou-se por realizar mais de uma rodada com diferentes agrupamentos de variáveis linguísticas e sociais, conforme exposto no quadro 2:

Quadro 2 – As rodadas realizadas e os grupos selecionados

Rodada	Variáveis controladas	Variáveis selecionadas por ordem de relevância
1	Função sintática, tipo de substantivo, naturalidade	Tipo de substantivo, naturalidade, função sintática
2	Preposição, animacidade, data	Animacidade, preposição, data
3	Tipo de possuído, número, localização quando da escrita da carta	Tipo de possuído, localização quando da escrita da carta, número
4	Estrutura do constituinte, gênero	Estrutura do constituinte, gênero

Fonte: elaboração própria.

Para processamento estatístico dos dados, utilizou-se o programa VARBRUL, na versão GOLDBARB-X (SANKOFF; TAGLIAMONT; SMITH, 2005). O programa forneceu os resultados quantitativos das variáveis em contextos de variação linguística e extralinguística e os respectivos pesos relativos, que foram interpretados na análise apresentada a seguir.

DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Foram analisados 334 sintagmas possessivos, dos quais 189 foram precedidos pelo artigo definido. Há, portanto, 56,60% de realização do artigo definido diante de possessivo na amostra examinada. No conjunto das 13 variáveis consideradas na análise, foram selecionadas como relevantes sete variáveis linguísticas e quatro variáveis sociais.

CONTEXTOS LINGUÍSTICOS RELEVANTES

Buscando uma compreensão maior acerca do comportamento dos contextos linguísticos significativos, estes foram separados, de acordo com a natureza do seu condicionamento, em semânticos, sintáticos, morfológico e estrutural.

CONTEXTOS SEMÂNTICAS

Três variáveis linguísticas semânticas exibiram relevância estatística: *animacidade do substantivo*, *tipo de possuído* e *tipo de substantivo*.

O grupo *animacidade do substantivo* controlou dois fatores²:

Animado humano:

1. [...] Conpadi pitanga eu fiqei Comtemti [.] du senho ter min a virzado **que A minha Conmadi** teivi Cirança empais gaça a nosa senhora du| bom parto [...] (AFS- 7);

Inanimado:

2. [...] u sinhor| farsa **A miha caza**. (AFS- 14).

Os resultados desse grupo foram os seguintes:

2 Nomes com referentes animados não humanos ocorreram apenas três vezes no *corpus*. Por isso, não foram contabilizados na rodada dessa variável.

Tabela 1 – Realização do artigo e animacidade do substantivo

Animacidade	Oc./Total	%	Peso Relativo
Inanimado	160/222	72,1%	0.66
Animado humano	26/101	25,7%	0.18

Fonte: elaboração própria.

Nos dados analisados, a marcação do artigo foi bastante inibida nos casos em que o núcleo do sintagma nominal (SN) é caracterizado pelo traço animado humano (0.18). Por outro lado, quando o referente do nome é um elemento inanimado, a realização do artigo é bem superior, ocorrendo em 72,1% dos casos, com peso relativo de 0.66. Confirma-se, pois, a hipótese inicial de que elementos animados humanos, sendo mais proeminentes na percepção humana e, conseqüentemente, mais acessíveis no discurso (LYONS, 1999), dispensam mais livremente a presença do artigo definido.

A comparação entre a realização do artigo com elementos animados humanos e não-humanos ainda está por ser feita, em estudos com amostras maiores, que possibilitem a discriminação de fatores animados humanos, animados não humanos e inanimados. De todo modo, a polarização entre os resultados da tabela 1, tanto em termos percentuais quanto em relação aos pesos relativos, permite que se afirme, com certa segurança, que os nomes com referentes humanos tendem a bloquear a presença do artigo diante de possessivo, enquanto os elementos inanimados estimulam a marcação do artigo nesse contexto.

Para o grupo *tipo de possuído*, os fatores foram os que seguem:

Nomes de parentesco:

1. [...] subi| que **Ø** **minha** avo e Falcida [...] (JCO- 31);

Relações humanas:

2. [...] Compadi commo vai u simhor| ir **Ø mihas commadi** [...] (AFS- 13);

Elementos de posse não-inerente:

3. [...] esceva para queri eu posa leri **a cua| carta** [...] (JMA- 65);

Elementos de posse inerente:

4. [...] Ave ceja Deus com-tigo em todos os momentos da| **tua vida** [...] (SFS-40);

Partes do corpo:

5. [...] **as minho pena** não| quebro [...] (VAN- 86).

A observação da tipologia do elemento possuído forneceu estes resultados:

Tabela 2 – Realização do artigo e tipo de possuído

Tipo de posse	Oc./Total	%	Peso relativo
Possuído não-inerente	118/161	73,3%	0.65
Possuído inerente	33/52	63,5%	0.53
Partes do corpo	11/20	55%	0.46
Nomes de parentesco	10/30	33,3%	0.27
Relações humanas	15/53	28,3%	0.21

Fonte: elaboração própria.

Nos dados analisados, diferentemente do esperado, os elementos de posse não-inerente superam os elementos inerentemente possuídos na realização do artigo. A marcação do artigo é mais favorecida com os primeiros (0.65) do que com os últimos (0.53). Desses dois fatores,

interessa perceber que ambos compreendem entidades que podem efetivamente ser possuídas. Esse parece ser o aspecto mais relevante para a presença do artigo antes de possessivo quando se considera a variável *tipo de possuído* no *corpus* deste estudo, e não o fato de a posse ser ou não inerente.

Quando o elemento possuído é uma parte do corpo, observa-se que o uso do artigo é rapidamente desfavorecido (0.46). Os resultados mostram ainda que a realização do determinante é inibida com nomes de parentesco e de relações humanas, sendo mais bloqueada com os últimos. Constata-se, assim, que, nos dados analisados, a diferença mais significativa se dá entre os elementos que efetivamente podem ser possuídos (inerente e não-inerente) e os fatores que têm referentes humanos (nomes de parentesco e relações humanas), que não constituem uma categoria propriamente possuída.

Acerca do grupo *tipo de possuído* é necessário fazer uma ressalva adicional. Entende-se que é necessário especializar as investigações acerca dessa variável, a fim de observar se o que é relevante para a realização ou omissão do artigo é unicamente a saliência dos referentes animados humanos ou se as distinções entre os vários elementos passíveis ou não de serem possuídos, de fato, interessam. A má distribuição dos dados entre os fatores do grupo *tipo de possuído* não permite que isso seja examinado com segurança neste trabalho.

O terceiro contexto semântico relevante foi o *tipo de substantivo*, que discrimina dois fatores:

Substantivos abstratos:

1. [...] or beijos que já trocamos selaram para sempre o **nosso** afeto. (RAC- 90);

Substantivos concretos:

2. [...] você já fez **Ø meus** tapeti e o cento [...] (DCS- 69).

A tipologia do substantivo núcleo do sintagma possessivo demonstrou a seguinte influência sobre a marcação do artigo definido:

Tabela 3 – Realização do artigo e tipo de substantivo

Substantivo	Oc./Total	%	Peso relativo
Abstrato	115/153	75,2%	0.70
Concreto	72/173	41,6%	0.32

Fonte: elaboração própria.

A realização do artigo é maior em SN cujo núcleo é um substantivo abstrato, de modo que esse contexto favorece significativamente a marcação do determinante antes de possessivo (0.70). Por outro lado, a presença do artigo é bastante inibida quando o núcleo do SN é um nome com referente concreto (0.32). Esses resultados refutam a hipótese inicial para a variável *tipo de substantivo*. Inicialmente, considerando os apontamentos de Callou e Silva (1997) de que “Parecem-nos menos ‘possuídas’ essas abstrações sobre as quais dificilmente se tem controle: pode-se comprar ou vender um objeto concreto, mesmo que não-inerente, um lápis, por exemplo, mas não se pode comprar vida ou inteligência que são atributos e não posses” (CALLOU; SILVA, 1997, p. 20), acreditava-se que, quando o item possuído é um elemento concreto, há maior realização do artigo diante de possessivo.

O que explica, então, o artigo ser favorecido apenas com substantivos abstratos? Até o momento, tendo observado o comportamento do grupo *animacidade do substantivo*, uma hipótese pareceu pertinente: a de que, nos dados consultados, justamente pelo elemento referido não ter uma realização material, ele demandaria maior realização do artigo para garantir a leitura definida do SN (entendo definição a partir do conceito de identificabilidade (LYONS, 1999)). Na direção oposta, a

existência concreta do item possuído poderia conferir-lhe maior saliência na percepção humana, à semelhança do que foi observado em relação aos nomes relacionais, o que tornaria os substantivos concretos mais livres para dispensar a marcação do artigo. Ressalta-se, no entanto, que, se, para os nomes relacionais, outros trabalhos já ratificaram a hipótese da maior proeminência e acessibilidade dos referentes humanos no discurso, em relação aos nomes concretos ainda se carece de investigações para que afirmações conclusivas possam ser alcançadas. Nessa direção, a realização de testes de produção e processamento, nos moldes dos que foram realizados por Morgado, Luegi e Lobo (2018) e MacDonald, Bock e Kelly (1993), mas considerando a concretude do nome, seria de grande relevância.

CONTEXTO MORFOLÓGICO

O contexto morfológico foi observado através do controle da variável *presença de preposição*, que discrimina esses fatores:

Ausência de preposição:

1. Companhia sideruca| paulista Cosipa| piassaguera Esta di| São |paulo| u meu endereso e este [...] (AFS- 12);

Presença da preposição “de”:

2. [...] Sem mais peço| Vossa desculpa-mi **do meu** atrivimento [...] (RCO- 39);

Presença da preposição “a”:

3. [...] As horas que passo Sozinha desejo| esta **ao Seu** lado.[...] (AHC- 57);

Presença da preposição “em”:

4. [...] farsa 3 quarto **na minha** caza [...] (AFS- 17);

Presença da preposição “por”:

5. [...] cando eu cega aqui Acarbo di armança| ~~por min conta~~ **porØ minnha** Contas [...] (AFS-7);

Presença da preposição “com”:

6. [...] Olhe Elena Eguiberto manda| lhe dizer que o casamento dele e| no dia 19 deste meis| e a voce **com Ø sua** família [...] (ASC- 63);

Presença da preposição “para”:

7. [...] tudo| ficara **para Ø nossa** vista [...] (AML- 81).

O controle da variável *presença de preposição* apontou tendências distintas de uso do artigo diante de possessivo no *corpus* quando se consideram os diferentes tipos de preposição ou sua ausência, conforme os dados apresentados na tabela 4:

Tabela 4 – Realização do artigo e presença de preposição

Preposição	Oc./Total	%	Peso Relativo
De	48/63	76,2%	0.71
Em	23/29	79,3%	0.65
A	10/23	43,5%	0.47
Ausência de preposição	104/201	51,7%	0.43
Com e para	4/15	26,7%	0.24

Fonte: elaboração própria.

Nos dados analisados, a marcação do artigo é favorecida, sobretudo, com a preposição *de* (0.71). A preposição *em* também favorece a presença desse determinante, com peso relativo de 0.65. A preposição *a* inibe ligeiramente a presença do artigo. E as preposições *com* e *para* bloqueiam significativamente a realização desse determinante, embora a produtividade dessas preposições antes de possessivo tenha sido baixa nos dados analisados. A ausência de preposição também constitui um

contexto desfavorável à marcação do artigo (0.43). Vê-se, dessa forma, que a omissão do determinante é maior quando o possessivo é precedido por uma preposição com a qual o artigo não se pode contrair (*com e para*), do que em contextos em que a preposição não está presente.

Visualizam-se, pelos resultados da tabela 4, duas tendências para a realização do artigo no *corpus*, quando se considera a presença de preposição: as preposições com as quais o artigo pode contrair-se favorecem a realização desse determinante diante de possessivo, ao passo que a ausência de preposição e as preposições que não permitem a contração reduzem o uso do artigo. A fim de observar melhor essa tendência, realizou-se uma nova rodada dos dados, amalgamando os fatores da variável *presença de preposição* em apenas três: *ausência de preposição*, *preposição que se contrai com o artigo* e *preposição que não permite a contração*. Os resultados desse agrupamento são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 5 – Realização do artigo e comportamento da preposição

Comportamento da preposição	Oc./Total	%	Peso relativo
Contraí com o artigo	81/118	68,6%	0.62
Ausência de preposição	104/201	51,7%	0.45
Não se contraí com o artigo	4/15	26,7%	0.26

Fonte: elaboração própria.

De fato, a presença do artigo é favorecida quando o possessivo é precedido por preposição com a qual o artigo pode contrair-se. O fator *ausência de preposição* é interpretado pelo programa de processamento estatístico dos dados como um contexto desfavorável à realização do artigo (0.45). E a presença de uma preposição que não se contrai com o artigo foi o fator mais desfavorável à realização desse determinante.

Esses resultados confirmam a hipótese inicial para a variável *presença de preposição* e corroboram o que vem sendo apontado em muitos estudos sobre a combinação do artigo com possessivo: a presença de uma preposição com a qual o artigo pode contrair-se favorece a realização desse determinante antes de possessivo. Nesse contexto, preposição e artigo contraídos parecem ser interpretados como um único elemento.

CONTEXTOS SINTÁTICOS

Os dois contextos sintáticos controlados no estudo, *número do sintagma* e *função sintática*, foram selecionados como relevantes. O *número do sintagma* abrange dois fatores:

Singular:

1. [...] conno| foi di Ar ceito du meu negocio [...] (AFS- 12);

Plural:

3. [...] tomi| comta [de minhas galinhas] i minha| Porqua [...] (MC- 37).

Os resultados encontrados para a variável *número* são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 6 – Realização do artigo e número do sintagma

Número	Oc./Total	%	Peso Relativo
Plural	58/95	61,1%	0.53
Singular	131/239	54,8%	0.49

Fonte: elaboração própria.

Os dados da tabela demonstram um favorecimento discreto da realização do artigo com possessivo plural, enquanto SN singular apresenta comportamento praticamente neutro. Esse resultado confirma a hipótese

inicial para a variável *número*. Os SN plurais realizam mais o artigo nos dados examinados, o que pode estar relacionado à atuação desse determinante como marcador de pluralidade em variedades do PB que não realizam a concordância formal de número. Esse efeito aponta para um componente sintático da variação de uso do artigo diante de possessivo, uma vez que essa variação parece estar ligada, dentre outros aspectos, à relação entre os elementos do sintagma para indicação do número plural.

Estando o artigo ligado à noção de especificidade, Silva (1982) observa que esse determinante é mais realizado em sintagma singular. No entanto, é necessário considerar que o *corpus* aqui analisado é representativo da variedade popular do PB, que, dentre outras características, exibe ampla variação na concordância nominal de número, geralmente não apresentando a flexão em todos os elementos do SN. Nesse caso, a marca de plural parece ser mais realizada nos elementos que antecedem o núcleo do sintagma, o que inclui o artigo³. Santos (2017), que analisou a concordância nominal de número no mesmo *corpus* consultado neste estudo, observou que, em termos percentuais, de fato, a marca de número é mais realizada nos elementos que antecedem o núcleo do SN: à esquerda adjacente ao núcleo 74,9% (173/231); à esquerda não adjacente ao núcleo 62,4% (78/125); à direita do núcleo 42,9% (15/35). Esse fato pode explicar por que, nos dados analisados, o artigo ocorre mais em SN plural. Essa hipótese poderá ser confirmada ou refutada com a realização de novos estudos sobre a combinação do artigo com possessivo em outros *corpora* representativos do português popular brasileiro.

A variável *função sintática* abrange esses fatores:

Adjunto adnominal:

1. Aceitei vizita i um abraço| [.]e um aperto di mão di Ø sua| Comadre [...]
(JMS- 66);

3 Sobre a maior incidência da marca de plural nos elementos pré-nucleares do SN, ver Scherre (1988; 1998).

Adjunto adverbial:

2. [...] As horas que passo Sozinha desejo| esta **ao Seu** lado. (AHC- 57);

Complemento nominal:

3. [...] tomi| comta **de Ominhas** galinhas i minha| Porqua [...] (MC- 37);

Objeto direto:

4. [...] or beijos que já trocamos selaram para sempre **o nosso** afeto. (RAC- 90);

Objeto indireto:

5. [...] Alenbra **du noso** [?] pasado [...] (AFS- 1);

Predicativo:

6. [...] Ficarei comadre **O sua** amiga hi obrigadíssimo [?]| (FP- 80);

Sujeito:

7. [...] Vol trabalha para| porde compra **a minha** casa [...] (VAN- 86).

Os resultados do controle desse conjunto de fatores foram os seguintes:

Tabela 7 – Realização do artigo e função sintática

Função sintática	Oc./Total	%	Peso relativo
Predicativo	7/11	63,6%	0.76
Adjunto adverbial	32/48	66,7%	0.64
Objeto direto	70/100	70,0%	0.63
Adjunto adnominal	9/24	37,5%	0.44
Objeto indireto	28/51	54,9%	0.41
Complemento nominal	20/36	55,6%	0.40
Sujeito	16/54	29,6%	0.27

Fonte: elaboração própria.

Observando os resultados da variável *presença de preposição* (neste e em outros estudos), o esperado era que as funções preposicionadas (objeto indireto e complemento nominal, adjuntos adverbiais e adnominais, em alguns casos) favorecessem o uso do artigo. Pelos resultados da tabela 7, alguns dos contextos sintáticos controlados não confirmam essa hipótese. É preciso considerar, porém, que o grupo *presença de preposição* apresentou comportamentos distintos quando se consideram a possibilidade de contração da preposição com o artigo e a ausência de preposição. Procurou-se, dessa forma, observar os contextos sintáticos, atentando para o tipo de preposição, conforme a tabela 8:

Tabela 8 – Realização do artigo, função sintática e comportamento da preposição

Preposição	Ausente		Contraí		Não contraí		Total	
	Oc./ Total	%	Oc./ Total	%	Oc./ Total	%	Oc./ Total	%
Predicativo	7/11	64%	-	-	-	-	7/11	64%
Adjunto adverbial	3/7	43%	27/36	75%	2/5	40%	32/48	67%
Objeto direto	70/100	70%	-	-	-	-	70/100	70%
Objeto indireto	0/6	0	27/38	71%	1/7	14%	28/51	55%
Adjunto adnominal	1/7	14%	8/17	47%	-	-	9/24	38%
Complemento nominal	2/10	20%	18/25	72%	0/1	0	20/36	56%
Sujeito	16/54	30%	-	-	-	-	16/54	30%
Total	99/195	51%	80/116	69%	3/13	23%	182/324	56%

Fonte: elaboração própria.

A tabela 8 permite uma visualização mais ampla da possível relação entre os grupos *função sintática* e *presença de preposição*. Iniciando com a observação dos contextos sintáticos apontados como favorecedores da presença do artigo, em relação ao fator *predicativo*, em que pese o número reduzido de ocorrências, sobressai-se o percentual significativo de marcação do artigo, mesmo com a totalidade das ocorrências concentradas em sintagmas não preposicionados. Parte expressiva dos *adjuntos adverbiais* (36/48) ocorreu em presença de preposição com a qual o artigo pode contrair-se e apresentou, nesse contexto, a maior frequência de uso do artigo (75%). Conclui-se, assim, que, com o fator *adjunto adverbial*, a taxa elevada de uso do artigo é devida à presença de uma preposição com a qual o artigo pode se contrair.

Quanto aos fatores que bloqueiam a realização do artigo, boa parte dos *objetos indiretos*, *adjuntos adnominais* e *complementos nominais* ocorreu com preposição que pode contrair-se com o artigo. Em tais contextos, essas funções realizaram o determinante em, respectivamente, 71%, 47% e 72% dos casos. Por outro lado, em ausência de preposição, esses fatores sustaram a presença do artigo⁴. Em decorrência, no cômputo geral dos dados, o percentual de marcação do artigo foi reduzido. Isso conduziu à interpretação dessas funções sintáticas como contextos inibidores da realização do determinante. O *sujeito*, que, como esperado, ocorreu em sintagmas não preposicionados, realiza menos o artigo, ratificando os resultados da variável *presença de preposição*⁵. Por outro lado, o *objeto direto*, que, em nenhuma ocorrência, foi acompanhado

4 Pode chamar a atenção aqui a ocorrência de complemento nominal em ausência de preposição. Isso ocorre porque, no *corpus* analisado, há casos de omissão da preposição em alguns contextos em que sua presença é obrigatória. É esse o caso de alguns complementos nominais, como nos exemplos seguintes:

1. [...] eu vou com saudij| garsa Ønoso bom Deus [...] (AFS- 2);

2. [...] eu chegei bem garsa| u noso bom Deus [...] (AFS-9).

5 Observando esses resultados, evidencia-se que uma reclassificação da variável *função sintática*, separando os contextos sintáticos a partir dos tipos de preposição ou da ausência desse elemento, poderia fornecer informações mais amplas sobre a relação entre os grupos *função sintática* e *presença de preposição*. Todavia, a quantidade de dados analisados neste estudo impossibilita essa nova codificação. A análise conteria muitas células com números extremamente reduzidos de dados, o que pouco contribuiria para compreensão do fenômeno e dos contextos estudados.

por preposição, realizou o artigo em 70% dos casos, configurando um contexto favorável à marcação desse determinante (.63). Com isso, dos fatores controlados, o objeto direto é o que mais se distancia da hipótese inicial para a variável *função sintática*. Examinando as realizações de possessivo com função de objeto direto, constatou-se o seguinte:

- Boa parte dos sintagmas possessivos com função de objeto direto (66/100) ocorreu com nomes abstratos, que, como visto anteriormente, são favorecedores da presença do artigo. Dessas 66 ocorrências, o artigo foi realizado em 52, o que corresponde a um percentual de 79%;
- 96 dos 100 sintagmas possessivos com função de objeto direto ocorreram com nomes inanimados, que também são favorecedores da presença do artigo. Nesse contexto, o artigo foi realizado em 72% dos dados (69/96).

Esses números explicam por que os objetos diretos favorecem a realização do artigo nos dados analisados. Algo semelhante parece ocorrer com os SN em função de predicativo. Dos 11 dados de predicativo, sete têm como núcleo nomes inanimados, e o artigo é realizado em 71% desses dados (5/7). Com nomes com referentes humanos, os predicativos realizam o artigo em metade dos casos (2/4). No cômputo geral, predicativos realizaram o artigo em 64% dos dados, sendo interpretado com um contexto favorecedor da presença desse determinante.

De tudo isso, conclui-se que há, nos dados analisados, uma relação entre os grupos *função sintática* e *presença de preposição*, mas que só se revela quando se leva em conta a possibilidade de contração do artigo com a preposição ou a ausência deste último elemento⁶.

6 Callou e Silva (1997), que também controlaram a *função sintática* e a *presença de preposição* no condicionamento da realização do artigo antes de possessivo, mencionam uma independência entre esses grupos, uma vez que as funções preposicionadas não foram as que mais favoreceram a marcação do determinante. Porém, as autoras não examinaram os contextos sintáticos por tipo de preposição (a possibilidade ou não de contração com o artigo ou a ausência de preposição), embora reconheçam que “[...] as preposições que aceitam contrair-se com o artigo [...] tendem a duplicar seu peso relativo ficando num patamar acima de ,70 [...]” (CALLOU; SILVA, 1997, p. 17). Desse modo, não é possível observar se, na análise das

CONTEXTO ESTRUTURAL

Para observar a influência da organização do sintagma em que ocorre o pronome possessivo sobre a realização do artigo, controlou-se a variável *estrutura do constituinte*. Essa variável ratificou aspectos já observados através da análise de outros grupos de fatores (*animacidade e presença de preposição*), mas também trouxe informações adicionais acerca do uso variável do artigo no *corpus*. Optou-se por analisar os constituintes com nomes relacionais separadamente dos constituintes com nomes comuns, tendo em vista o comportamento do grupo *animacidade* no presente estudo. De fato, os resultados alcançados com a variável *estrutura do constituinte* demonstram que, mesmo nos casos em que o sintagma tem a mesma estrutura, o tipo de nome núcleo do SN (se relacional ou não) representa diferentes taxas de realização do artigo diante de possessivo. Alguns tipos de estrutura do constituinte não puderam ser controlados nesta análise, em virtude de nocautes ou de quantidade insuficiente de dados. Desse modo, dos 334 sintagmas que compuseram a análise inicial, somente 260 foram computados para controle do grupo *estrutura do constituinte*. Desse total, 61,2% foram precedidos por artigo. Os 260 sintagmas considerados foram agrupados em oito fatores:

[PREP. + POSSE. + NR]:

1. [...] Deiti ummas bensas u [nu mus] f filhos] [...] (AFS- 2);

[PREP. + POSSE. + NR + ANTR.]

2. [...] eu mando] muita lenbarnsa [a Ø minha] Conmadi Armerinda] [...] (AFS- 6);

[POSSE. + NR]

3. [O ceu pai] viaja no di 18 [...] (RAC- 85);

autoras, os grupos *função sintática e presença de preposição* são mesmo independentes ou o que ocorre é o mesmo comportamento observado no presente estudo.

[PREP. + INDEF. + POSSE. + NR]

4. [...] eu mando lenbansas A commadi| Almerinda i [a tou **Ø seu** persoal]
(AFS- 23);

[POSSE. + N]:

5. [...] commo vai [**u nosso** inverno] [...] (AFS- 1);

[POSSE. + ADJ. + N]:

6. [...] eu a recibi [**u. ceu** a marvi Biletinho] [...] (AFS- 19);

[PREP. + POSSE. + N]

7. [...] sin compadi eu Dejeijo| [**da cua** notisça] i di compadi Augusto [...]
(AFS- 19);

[PREP. + POSSE. + ADJ. + N]

8. [...] eu tenho tristeza [por| **minha** trite sina] de ter me| confiado a ele e ele
não foi| responsave. (MDC- 84).

O desempenho desses fatores é sugerido pelos resultados da tabela 9:

Tabela 9 – Realização do artigo e estrutura do constituinte⁷

Estrutura do constituinte	Oc./Total	%	Peso relativo
[PREP. + POSSE. + ADJ. + N]	14/17	82,4%	0.77
[PREP. + POSSE. + N]	48/66	72,7%	0.62
[POSSE. + ADJ. + N]	11/16	68,8%	0.60
[POSSE. + N]	72/109	66,1%	0.56
[PREP. + POSSE. + NR]	4/10	40%	0.27
[POSSE. + NR]	5/15	33,3%	0.24
[PREP. + POSSE. + NR + ANTR.]	4/17	23,5%	0.13
[PREP. + INDEF. + POSSE. + NR]	1/10	10%	0.06

Fonte: elaboração própria.

⁷ Legenda: PREP.= preposição; POSSE.= possessivo; NR= nomes relacionais; N= nome comum; ADJ.= adjetivo; ANTR.= antropônimo; INDEF.= pronome indefinido (que, nos dados analisados, são apenas realizações de todo e flexões).

Constata-se, de início, que a presença do artigo é favorecida somente em constituintes cujo núcleo é um nome comum. Por outro lado, todas as estruturas contendo nomes relacionais bloqueiam a realização do artigo. Desse modo, a análise deverá pautar-se na observação de cada tipo de constituinte para identificar, entre os constituintes com nomes comuns, os fatores que mais estimulam a realização do artigo; e entre as estruturas com nomes relacionais, as que mais bloqueiam a presença do determinante.

(1) PREP. + POSSE. + ADJ. + N

A presença da preposição antes do possessivo é um dos aspectos a se destacar nesse tipo de constituinte, por fomentar a realização do artigo. Além da presença da preposição, a ocorrência do adjetivo nessa estrutura parece exercer alguma influência. Isso é sugerido pela comparação com a estrutura a seguir.

(2) PREP. + POSSE. + N

Também em estruturas como a representada em (2) a presença da preposição desempenha papel significativo. O que parece diferenciar as estruturas (1) e (2) é a presença do adjetivo na primeira e sua ausência na segunda. No constituinte em que o adjetivo é realizado, a marcação do artigo é superior. Tal resultado é sugestivo de que a presença do adjetivo parece conferir ao sintagma maior especificação semântica, fomentando mais a marcação do artigo. A comparação entre as estruturas (3) e (4), descritas a seguir, é um indício disso⁸.

(3) POSSE. + ADJ. + N

8 A posição do adjetivo em relação ao núcleo do SN (se posposto ou anteposto) não pareceu determinante para a realização do artigo. Por isso, na rodada dos dados, essas ocorrências foram amalgamadas em um único fator.

Como na estrutura (1), em (3), a presença do adjetivo confere ao constituinte maior especificação semântica, fomentando mais a realização do artigo. A comparação entre (1) e (3) evidencia ainda e mais uma vez a atuação do fator preposição.

(4) POSSE. + N

Estruturas como as representadas em (4) foram as mais abundantes na análise e realizaram o artigo em 66,1% dos dados, favorecendo rapidamente a realização desse determinante (0.56).

(5) PREP. + POSS.+ NR

Das estruturas que contêm nomes relacionais, a representada em (5) foi a que menos inibiu a realização do artigo, provavelmente em virtude da presença da preposição.

(6) POSS.+ NR

Estruturas como a representada em (6) realizaram o artigo em apenas 33,3% dos dados, bloqueando acentuadamente a combinação desse determinante com o pronome possessivo (0.24). Esse resultado era, em verdade, o esperado, tendo em vista que os nomes relacionais, em todos os constituintes, reduzem a presença do artigo, e que o artigo é menos realizado também em sintagmas não preposicionados.

(7) PREP. + POSSE. + NR + ANTR.

Estruturas como a representada em (7), mesmo contando com a presença da preposição, realizam menos o artigo do que estruturas do tipo (5), sendo, na verdade, o segundo tipo de constituinte que mais bloqueia a combinação do artigo com o pronome possessivo no *corpus*.

O que parece diferenciar a taxa de realização do artigo na estrutura em (7) do que ocorre em sintagmas como (5) é a realização do antropônimo em (7). Como já comentado, os antropônimos não constituem contexto de variação do artigo definido no *corpus* analisado, sendo a ausência do artigo categórica com nomes de pessoa. Provavelmente por isso, quando o antropônimo é realizado em sintagmas possessivos, mesmo quando não é o núcleo do sintagma, a presença do artigo é ainda mais restrita.

(8) PREP. + INDEF. + POSSE. + NR

Das estruturas controladas na análise, a representada em (8) foi a que mais inibiu a marcação do artigo (0.06), realizando esse determinante em apenas 10% dos casos. Para observá-la, considere-se o exemplo (9):

(9) [...] fiquei com todos | **Ø meus** filhos (MDC- 84)⁹.

O tipo preposição que introduz esse constituinte não parece ter relação com a marcação do artigo antes do possessivo. Se, em lugar de *com*, fosse empregada uma preposição com a qual o artigo pudesse contrair-se, o determinante não estaria presente, visto que a anteposição do artigo ao pronome indefinido¹⁰ tornaria a sentença agramatical nesse caso. O elemento relevante para a presença restrita do artigo nesse tipo de estrutura, além do nome relacional, parece ser o indefinido *todo* (e flexões).

Estando a presença do artigo definido, *a priori*, ligada à possibilidade de leitura definida do sintagma (entendendo a definitude aqui a partir da noção de *identificabilidade*, como a concebe Lyons (1999)), a anteposição de uma forma considerada indefinida poderia implicar a redução da pre-

9 Em tais casos, não se descarta a hipótese de o artigo definido ter sido interpretado pelo redator a partir de sua contração com o indefinido. Apesar disso, até a etapa atual da pesquisa, tais dados ainda são mantidos na análise.

10 As formas *todo* (e flexões) e *tudo* são aqui chamadas de pronomes indefinidos. Reconhece-se, todavia, que outras designações são possíveis. Para uma síntese de diferentes nomeações/concepções das formas *todo* (e flexões), ver Legroski (2015, p. 20-33), que considera também as formas *qualquer* e *cada*; e Oliveira (2006, p. 17-19), que trata da forma *tudo*, mas traz apontamentos que lançam alguma luz para compreensão de *todo* (e flexões).

sença do artigo¹¹. Outra hipótese é que *todo*, por denotar totalidade (seja de um conjunto ou das partes de um elemento), dispensaria a presença do artigo definido para destacar a especificidade do elemento referido. Como se vê, ainda não foi possível alcançar uma explicação conclusiva para o comportamento da variação do artigo em presença do pronome *todo* (e flexão). A relação entre a noção de definitude e *todo* (e flexão) permanece como pauta para investigação futura.

A partir dos apontamentos feitos acerca das estruturas observadas no *corpus*, sumarizam-se os seguintes aspectos:

- O fator preposição é atuante em estruturas com nomes comuns e relacionais, sendo seu estímulo à presença do artigo mais perceptível com os primeiros;
- A presença de um pronome indefinido no SN tende a bloquear a realização do artigo;
- A presença de outro modificador no SN – nos dados analisados, esse modificador foi o adjetivo – não inibe a presença do artigo, antes a estimula, provavelmente por conferir ao sintagma maior especificação semântica¹².

Por fim, ressalva-se que a descrição aqui esboçada deve ser aprimorada em desdobramentos futuros do trabalho. O estudo ainda carece de uma análise refinada da estrutura do constituinte.

11 O trabalho de Oliveira (2006), no entanto, demonstra que a presença do indefinido não implica necessariamente a leitura indefinida do sintagma. Uma análise nos moldes da que foi realizada por Oliveira (2006), com o *corpus* do presente trabalho, poderia contribuir para compreensão do comportamento do indefinido nos sintagmas possessivos aqui analisados. Tal estudo, obviamente, foge ao escopo deste capítulo, configurando, na verdade, tema para outra pesquisa, dada sua complexidade.

12 Não foi possível observar o comportamento de outros modificadores (como sintagmas preposicionadas e orações relativas, por exemplo) em virtude da quantidade reduzida de dados no *corpus*.

CONTEXTOS SOCIAIS RELEVANTES

As quatro variáveis sociais controladas no estudo (*naturalidade*, *localização quando da escrita da carta*, *data* e *gênero do redator*) foram apontadas como significativas para a combinação do artigo com possessivo no *corpus*.

Em relação à *naturalidade*, os redatores das missivas examinadas são oriundos de áreas rurais de três municípios limítrofes, localizados no interior do estado da Bahia: Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu. Os resultados do controle dessa variável mostram que, apesar da proximidade geográfica entre as regiões de origem dos remetentes, eles diferem na frequência de realização do artigo diante de possessivo:

Tabela 10 – Realização do artigo e naturalidade dos remetentes

Naturalidade	Oc./Total	%	Peso relativo
Jacuipeense	130/207	62,8%	0.61
Coiteense	47/92	51,1%	0.40
Ichuense	12/35	34,3%	0.17

Fonte: elaboração própria.

A realização do artigo é favorecida apenas nas cartas dos sertanejos de Riachão do Jacuípe (0.61) e é inibida principalmente nas missivas dos redatores naturais de Ichu (0.17). Nas missivas dos sertanejos de Conceição do Coité, o uso do artigo também foi desfavorecido. A diferença, porém, na quantidade de dados analisados por naturalidade é bem nítida, dificultando que se façam afirmações conclusivas acerca da atuação dessa variável.

Segundo Santiago (2011), os redatores dos três municípios pertenciam a contextos sociais semelhantes e mantinham estreitas relações entre

si. O que poderia, então, explicar as diferenças nos padrões de realização do artigo com possessivo? A primeira tentativa para compreender essa questão foi considerar a influência de fatores externos às comunidades consideradas. Para tanto, não dispondo de informações sobre a estadia de todos os remetentes em outras localidades, controlou-se a variável *localização do remetente quando da escrita da carta*, a fim de verificar se a estadia dos redatores em outras localidades pode estar influenciando a marcação do artigo no *corpus*. Os resultados desse grupo são apresentados na tabela 11:

Tabela 11– Realização do artigo e localização quando da escrita

Localização da escrita	Oc./Total	%	Peso relativo
Escritas de fora da Bahia	89/141	63,1%	0.58
Cartas escritas da Bahia	100/193	51,8%	0.44

Fonte: elaboração própria.

Observa-se que a marcação do artigo é levemente favorecida nas cartas escritas de outros estados, enquanto, nas cartas escritas na Bahia, o uso desse determinante é sutilmente inibido. Tais resultados confirmam a hipótese inicial de que a estadia dos remetentes em outras localidades exerce alguma influência sobre a realização do artigo no *corpus*. Nesse caso, elevando a taxa de uso do artigo antes de possessivo.

Para verificar se os resultados da variável *localização quando da escrita da carta* têm relação com o comportamento do grupo *naturalidade dos remetentes*, cruzaram-se esses dois contextos, do que se têm os seguintes percentuais de realização do artigo:

Tabela 12 – Uso do artigo, naturalidade do remetente e localização quando da escrita da carta

Localização da escrita	Bahia		Outro estado		Total	
	Oc./ Total	%	Oc./ Total	%	Oc./ Total	%
Naturalidade						
Jacuiense	53/86	62%	77/121	64%	130/207	63%
Coiteense	38/76	50%	9/16	56%	47/92	51%
Ichuense	9/31	29%	3/4	75%	12/35	34%
Total	100/193	52%	89/141	63%	189/334	56,6%

Fonte: elaboração própria.

Como se vê, o maior número de dados é o do fator *redatores de Riachão que escreveram de fora da Bahia* (121/334), o que pode ser um indicativo de que a influência de comunidades externas pode fazer-se sentir principalmente com essa naturalidade. Constata-se, no entanto, que, para todas as naturalidades, a realização do determinante foi maior em cartas escritas de outro estado. Por esses resultados, percebe-se que a *localização do remetente quando da escrita da carta* pode ter refletido nas diferenças observadas entre os redatores dos três municípios, no que concerne à combinação do artigo com possessivo.

Os resultados da *data de escrita da carta* são apresentados na tabela 13, a seguir:

Tabela 13 – Realização do artigo e data de escrita da carta

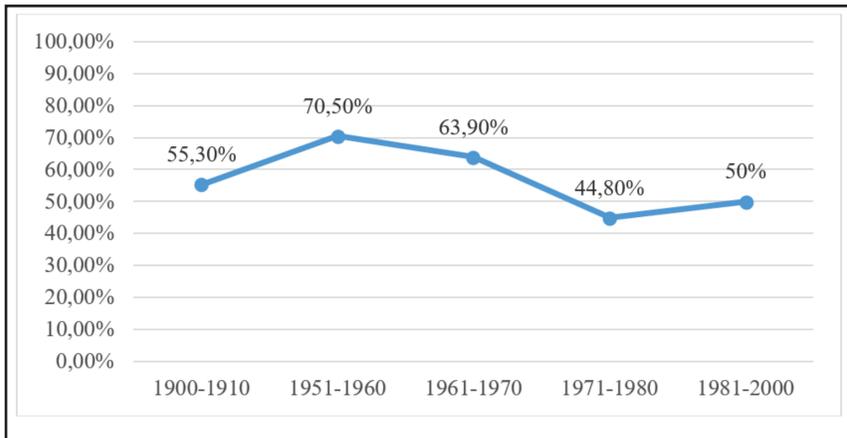
Fator	Oc./Total	%	Peso relativo
1951-1960	31/44	70,5%	0.71
1961-1970	76/119	63,9%	0.53
1981-2000	10/20	50%	0.48
1900-1910	21/38	55,3%	0.47
1971-1980	26/58	44,8%	0.30

Fonte: elaboração própria.

A distribuição dos dados por década não está equilibrada, o que dificulta o alcance de explicações satisfatórias acerca da disposição dos pesos relativos. Em relação à primeira metade do século XX, os dados recobrem apenas a primeira década e não são robustos. As ocorrências do final do século (1981-2000) também são reduzidas. Pelos resultados da tabela, observa-se que a realização do artigo é favorecida apenas nas cartas das décadas de 1950 e 1960. A década de 1970 é a que mais desfavorece a realização do artigo. E as décadas finais do século XX exibem comportamento praticamente neutro.

No gráfico abaixo, observam-se melhor as frequências de realização do artigo nos intervalos de tempo considerados nesta pesquisa:

Figura 1 – Realização do artigo por décadas em cartas do sertão baiano



Fonte: elaboração própria.

Apesar de existir uma lacuna nos dados entre as décadas de 1910 e 1950, para as quais não há cartas no acervo utilizado, identifica-se, no gráfico, uma elevação na frequência geral de uso do artigo, se comparadas as décadas de 1900 e 1950. Ainda considerando a frequência, entre 1950 e 1980, há um decréscimo no uso do artigo, mas a diferença só é notável entre o período de 1961-1970 e 1971-1980. Entre 1980 e 2000, há um aumento discreto do emprego do artigo diante de possessivo, em relação ao período anterior, com uma taxa que se assemelha à que foi observada no início do século.

Para alcançar resultados conclusivos acerca do perfil diacrônico da combinação do artigo com possessivo no PB, fazem-se necessárias análises de *corpora* maiores, com amostras mais equilibradas por período considerado, para que se possa observar se o uso do artigo diante de possessivo caminha para uma marcação categórica no PB, à semelhança do que ocorreu no PE moderno, ou se a tendência é a ausência do artigo nesse contexto ou ainda uma estabilidade na variação. Os dados analisados apenas sugerem que o uso do artigo com possessivo, ao longo do século XX, parece exibir um quadro estável de variação.

O controle da variável *gênero* revelou que homens e mulheres diferem nos padrões de realização do artigo em suas missivas:

Tabela 14 – Realização do artigo e gênero do redator

Gênero	Oc./Total	%	Peso relativo
Masculino	117/192	60,9%	0.57
Feminino	72/142	50,7%	0.41

Fonte: elaboração própria.

A presença do artigo é favorecida apenas nas missivas redigidas por homens, enquanto as mulheres tendem a desfavorecer a combinação do artigo com possessivo nas cartas.

Pelos apontamentos de Silva (1998) e Callou e Silva (1997), o uso variável do artigo definido é um fenômeno imune às pressões da gramática normativa. Considerando isso e apesar da inexistência de trabalhos sobre a avaliação social desse fenômeno, acredita-se que os resultados da tabela não estão relacionados a diferenciações de prestígio entre as variantes analisadas. Buscou-se, então, interpretá-los a partir de sua relação com outros contextos sociais controlados na pesquisa. Constatou-se, de início, que o grupo *gênero* só foi selecionado quando era a única variável extralinguística controlada na rodada, o que parece indicativo da existência de sobreposição entre os fatores sociais.

A tabulação cruzada entre os grupos *gênero* e *localização quando da escrita da carta* forneceu os seguintes números:

Tabela 15 – Uso do artigo, gênero e localização do remetente

Gênero	Masculino		Feminino		Total	
	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%
Bahia	36/65	55%	64/128	50%	100/193	52%
Outro estado	81/127	64%	8/14	57%	89/141	63%
Total	117/192	61%	72/142	51%	189/334	56,6%

Fonte: elaboração própria.

Nota-se que a maior taxa de realização do artigo é a dos homens que escreveram de outras localidades. Na verdade, os homens superam as mulheres na frequência de realização do artigo, tanto nas cartas enviadas do próprio estado quanto nas cartas remetidas de outros lugares. Entre as mulheres, a realização do artigo também é maior em cartas escritas de fora da Bahia, mas esse fator conta com apenas 14 dados. Conclui-se, portanto, que as diferentes tendências de uso do artigo por homens e mulheres podem não estar ligadas a questões de prestígio das variantes, mas a fatores como a estadia do redator em outra localidade. Ao que parece, a marcação do artigo é maior entre os homens, porque sobretudo esse grupo escreveu de fora da Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas breves observações, tece-se a contribuição deste trabalho para a compreensão desse aspecto morfossintático ainda “misterioso” do PB: a combinação do artigo definido com pronome possessivo. Como já ressaltado em outras oportunidades, trata-se de um tema complexo, por abranger os diferentes domínios da gramática e, ainda, a ligação entre eles. A descrição aqui esboçada é bem sugestiva disso.

Considerando as questões de pesquisa propostas na primeira seção, foi possível observar que a variação presença/ausência do artigo definido diante de possessivos nos dados analisados é influenciada por:

- **Fatores de ordem semântica**, relacionados à *animacidade*, ao *tipo de elemento possuído* e ao *tipo de substantivo*;

- **Componentes sintático e morfológico**, ligando-se à realização ou não de uma *preposição* antes do pronome possessivo e, em decorrência disso, à *função sintática* dos sintagmas possessivos, além de ser influenciada pela relação entre os elementos do sintagma nominal para marcação do *número plural*;

- **Estrutura do constituinte em que o pronome possessivo é realizado**, tendo relação com a presença de preposição ou de algum modificador no SN;

- **Elementos do contexto extralinguístico**, estando ligada à *naturalidade dos remetentes*, à *data de escrita das cartas*, à *localização do remetente ao escrever a missiva* e, ainda, ao *gênero do redator*.

Por fim, pontua-se que, como é natural do fazer científico, alguns aspectos levantados nesta análise demandam mais esclarecimentos. Dentre esses aspectos, destacam-se:

- A relação entre o uso variável do artigo definido diante de possessivos e o tipo de substantivo núcleo do sintagma;

- A análise detalhada da estrutura do constituinte em que ocorre o pronome possessivo;

- A base social do fenômeno analisado, sobretudo para observar se se estabelecem diferenças de prestígio entre as formas com e sem artigo.

São muitos também os pontos que ainda devem ser investigados para que se esboce um panorama do uso variável do artigo definido diante de possessivos e antropônimos no PB. Para citar alguns:

- Mapeamento da combinação do artigo com possessivos e antropônimos nas diferentes regiões do país;
- Análises comparativas do uso variável do artigo em dados de variedades do PB culto e popular;
- Investigação do percurso diacrônico da combinação do artigo com possessivos e antropônimos.

Essas, é claro, são agendas de trabalho que demandam o esforço conjunto de muitos pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Amadeu. **O dialecto caipira**. São Paulo: “O Livro”, 1920.
- BAXTER, Alan; LOPES, Norma. O artigo definido. *In*: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 319-330. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/209/4/O%20Portugues%20Afro-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2017.
- CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. O uso do artigo definido em contextos específicos. *In*: HORA, Dermeval da. (org.). **Diversidade Lingüística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 11-27.
- Corpus* CE-DOHS. **Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (FAPESB 5566/2010 - Consepe UEFS 202/2010)**. Coordenado por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda (UEFS). [Projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro (CNPq. 401433/2009-9 - Consepe UEFS 102/2009). (CNPq. Processo 401433/2009-9/ Consepe: 102/2009) Disponível em: www.uefs.br/cedohs. Acesso em: 04 dez. 2018.
- HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan Manuel; CONDE SILVESTRE, Juan Camilo. (org.). **The handbook of historical sociolinguistics**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LEGROSKI, Marina Chiara. **Todo, qualquer, cada**: uma proposta de análise semântica. 2015. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LYONS, Christopher. **Definiteness**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MCDONALD, J. L.; BOCK, K.; KELLY, M. H. Word and World Order: Semantic, Phonological, and Metrical Determinants of Serial Position. **Cognitive Psychology**, v. 25, n. 2, p. 188-230, 1993. <https://doi.org/10.1006/cogp.1993.1005>.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da Linguística Histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MORGADO, Sara; LUEGI, Paula; LOBO, Maria. Efeitos da animacidade do antecedente na resolução de pronomes sujeito. **Revista da Associação Portuguesa de Linguística**, n. 4, p. 190-205, set. 2018. Disponível em: <https://ojs.apl.pt/index.php/rapl/article/view/40>. Acesso em: 04 dez. 2018.

OLIVEIRA, Daiane Martins de. **Tudo**: multifuncionalidade e definitude. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. **Goldvarb X**: a variable rule application for Macintosh nad Windows. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Acesso em: 3 jun. 2017.

SANTIAGO, Huda da Silva. Cartas em Sisal. In: CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novaes; SANTIAGO, Huda da Silva; OLIVEIRA, Klebson. **Cartas Brasileiras (1809-2000)**: coletâneas de fontes para o estudo do português: 3 (1906-2000). Feira de Santana: UEFS Editora, 2011. p. 19-59.

SANTIAGO, Huda da Silva. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano**. 2012. 2v. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTIAGO, Huda da Silva. **A escrita por “mãos inábeis”**: uma proposta de caracterização. 2019. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SANTOS, Lorena Enéas Rosa. **A variação da concordância nominal de número em cartas de inábeis do sertão baiano**: (1906-2000). 2017. 239f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Reanálise da concordância nominal em português**. 1988. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre a Influência de três Variáveis Relacionadas na Concordância Nominal em Português. *In*: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (org.). **Padrões sociolinguísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. **Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro**. 1982. 457f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Emprego do artigo diante de possessivo e de patronímico: resultados sociais. *In*: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (org.). **Padrões sociolinguísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998. p. 265-281.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].



A CONCORDÂNCIA VERBAL COM A TERCEIRA PESSOA DO PLURAL

Rosana Carvalho Brito
(UEFS)

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
(UEFS)

Silvana Silva de Farias de Araujo
(UEFS)

DUAS PALAVRINHAS PARA COMEÇAR

Há tempos, discute-se a realidade polarizada do português brasileiro (PB). Lucchesi (2001), no entanto, comenta alguns aspectos que, ao longo do século XX, colaboram para a aproximação entre o polo das variedades socialmente prestigiadas e o polo das variedades não prestigiadas socialmente. Apesar da aproximação discutida pelo autor, as diferenças entre as variedades de um e de outro lado dos polos ainda são notáveis, sendo perceptíveis, sobretudo, na realização variável das concordâncias verbal e nominal (LUCCHESI, 2012; 2015). Consequentemente, os estudos sobre esses fenômenos se destacam na tentativa de caracterização da realidade linguística brasileira. Neste capítulo, atenção especial será dada ao comportamento da concordância verbal com a terceira pessoa do plural (P6) em textos escritos (o acervo *Cartas em Sisal*), uma vez

que a maioria dos trabalhos sobre o tema tem se concentrado na análise de dados de fala¹.

O texto está estruturado da seguinte forma: a primeira seção traz uma breve revisão de literatura a partir de pesquisas com a concordância verbal com P6 em *corpora* ilustrativos do PB popular. A segunda seção apresenta o aporte teórico metodológico da pesquisa e alguns procedimentos de recolha e classificação dos dados. Na terceira seção, descrevem-se os resultados da pesquisa e, na última seção, sintetiza-se a discussão feita no capítulo.

CONCORDÂNCIA VERBAL DE TERCEIRA PESSOA EM NORMAS POPULARES DO PB: O QUE JÁ SE SABE?

No Brasil, têm sido frequentes as pesquisas centradas no tema da concordância verbal, principalmente com sujeitos de P6. É possível afirmar, inclusive, que a Sociolinguística Variacionista se implementou no Brasil com os estudos sobre a concordância verbal. O grupo de pesquisa sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e liderado por Anthony Naro foi precursor dessa linha investigativa no Brasil, analisando dados de adultos analfabetos ou em processo de alfabetização (NARO; LEMLE, 1977). Assinala-se que o tema foi escolhido para o presente estudo por ser um fenômeno variável pertinente para o debate acerca das origens e da caracterização atual do português brasileiro popular; sendo assim, tomou-se como *corpus* amostras do vernáculo popular rural.

Pesquisas comprovam que há variação na regra de concordância verbal no PB também na fala culta. Graciosa (1991), em sua pesquisa com dados do Projeto Norma Urbana Culta (NURC-RJ), e Araújo (2014), com dados da cidade de Feira de Santana-BA, ambas analisando a fala de informantes cultos, encontraram frequência de 6%, na falta de marcas de concordância em formas verbais com P6. Assim, mesmo em pequena

¹ Uma primeira versão dos resultados apresentados neste capítulo está publicada em Brito, Lacerda e Araújo (2022).

proporção, encontram-se na fala culta usos como “*chegou os livro-0*”; “*os menino-0 nasce*”, especialmente em contextos pouco salientes no nível fônico e com verbos ergativos e inacusativos. Apesar disso, assinala-se que, na fala popular, quer seja urbana quer seja rural, o nível de variação é muito maior tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, ocorrendo formas sem marcas explícitas de plural em todos os contextos de uso e não apenas em contextos pontuais, além de serem mais frequentes as formas sem marcação de plural explícita.

Sobre essa questão, diversos estudos realizados com dados do português popular têm demonstrado empiricamente que há uma forte motivação entre a faixa etária mais jovem e a aplicação da regra de concordância com morfema de plural, algo que sugere um processo de aquisição da regra. Os resultados referentes ao controle da variável faixa etária, no que concerne ao fenômeno da concordância verbal, reúnem, pois, evidências que apontam para um passado sociolinguístico do PB em que os usuários das variedades populares não exibiam marcas de concordância verbal de número em suas falas.

Vieira (1995), ao considerar três faixas etárias em sua investigação sobre a concordância verbal com P6 em variedades populares do norte fluminense, encontrou os seguintes resultados, tendo como regra de referência a da variante zero:

Tabela 1 – Variante sem marcas de plural em dialetos populares do norte fluminense segundo a variável faixa etária do informante

Faixa Etária	Ocorrências	Frequência	P.R. Nível sel.	P.R. Nível 1
A (18 a 35 anos)	315/565	56%	.37	.43
B (36 a 55 anos)	463/781	59%	.48	.47
C (56 anos em diante)	628/906	69%	.60	.57

Fonte: Vieira (1995, p. 105).

Observa-se que os informantes da faixa etária mais alta são os que mais usam a variante sem a presença de morfemas de plural, 69% dos dados investigados (628/906), sendo a única faixa a favorecer a aplicação da regra de cancelamento das marcas de plural, com um valor de peso relativo de .60.

Os percentuais relativos a não concordância, expostos na tabela acima, contrariaram a hipótese inicial da autora, que pressupunha que os informantes mais velhos se serviriam da variante considerada mais conservadora – a concordância –, enquanto os mais novos adotariam a variante mais inovadora – a não concordância. Assim, Vieira (1995, p. 106) afirma:

Tal tendência contraria os resultados obtidos em estudos que atestam que, na fala das classes sócio-econômicas mais baixas, a regra de concordância verbal está passando por um processo de mudança lingüística em direção a um novo sistema gramatical, sem concordância (NARO; LEMLE, 1977, p. 259; NARO, 1981, p. 63).

Bortoni-Ricardo (2011[1985]), ao estudar a integração de falantes provenientes do campo em Brazlândia, região administrativa de Brasília, encontrou, tal como Vieira (1995), resultados que indicam um processo de aquisição ou de recuperação de morfemas flexionais nos verbos, conforme revela o seguinte trecho:

Diferenças geracionais desempenham um importante papel na aplicação da regra de concordância: os jovens mostram um índice mais alto de concordância que os adultos. Esses resultados argumentam a favor da hipótese de que falantes jovens do português dialetal têm mais probabilidade de recuperar os sufixos flexionais sob a influência da língua padrão, principalmente por meio da educação formal. O parâmetro de exposição à mídia e sexo têm relativamente efeito pequeno, mas deve-se observar que as mulheres estão mais afastadas do padrão que os homens (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 230).

Também os resultados obtidos por Lucchesi, Baxter e Silva (2009) levam à interpretação de que historicamente havia nas variedades populares do PB um amplo uso da variante zero de plural nas formas verbais. Ao investigar a variação com a primeira pessoa do singular (P1), os autores encontraram, no dialeto de Helvécia – com forte história de contato entre línguas –, ocorrências, inclusive, de ausência da marca de concordância de pessoa, P1, a exemplo de “Eu *trabalha* na roça” e “Eu *trabalhou* na roça” (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009, p. 336), com uma frequência de uso de 18% desse cancelamento da regra padrão. Isso demonstra que, para P1, a implementação da regra de concordância padrão está bem avançada na comunidade. Ao ampliarem o universo pesquisado para outras comunidades rurais afro-brasileiras do estado da Bahia, incluindo dados com primeira pessoa plural (P4) e com P6, os autores identificaram que, ao contrário do que se verifica para P1, predomina o uso da variante não padrão, respectivamente, 82% e 84% de cancelamento da regra de plural, sendo estas favorecidas pelos falantes das faixas etárias mais altas.

Desse modo, há evidências empíricas que indicam que, nas variedades populares do PB, houve uma erosão da morfologia flexional e que, modernamente, a mesma está sendo adquirida. Nesse sentido, o baixo número de ocorrências, com dados do português popular brasileiro, de usos como “*a gente vamos*”, ao contrário do que se verifica no português europeu (PE), comprova a existência dessa erosão na morfologia flexional. No dialeto rural-urbano investigado por Bortoni-Ricardo (1985 [2011]), por exemplo, a frequência de ocorrência de *a gente* com verbo flexionado na forma *-mos/mo/emo* foi tão baixa que a autora decidiu não incluir esses dados na análise. A propósito dessa realidade de amplo uso da forma *a gente* com verbos de terceira pessoa do singular e não com de primeira pessoa do plural, acredita-se que isso é típico de uma comunidade que majoritariamente não faz uso da flexão de número.

Diante dos resultados apresentados, é interessante sublinhar que, quando se investiga a concordância verbal em comunidades populares

– no sentido de representarem a parcela da população brasileira historicamente marginalizada –, os resultados da variável *faixa etária* são diferentes daqueles que se obtêm quando se consideram amostras de fala de informantes cultos e cidadãos, comprovando-se a realidade linguística bipolarizada brasileira (LUCCHESI, 1994; 2001, entre outros).

EM RESUMO

Resumindo o que foi apresentado até aqui, vê-se que, quando analisada a variação na concordância verbal de número no PB, no plano da mudança, há posicionamentos diversos quando se trata da variável *faixa etária*. Se for considerado, por exemplo, o trabalho de Naro (1981), um dos primeiros estudos em que se discutiu sistematicamente a influência da variável *idade* na concordância verbal de número no PB, observa-se que é sugerido que o uso da concordância padrão estaria a caminho de perda na comunidade de fala carioca, embora alguns fatores, como a influência da mídia, seriam responsáveis para que houvesse contrafluxos nessa tendência. Já Guy (1981), por sua vez, foi menos enfático em suas conclusões, afirmando que o fenômeno da marcação de plural nos verbos no PB é um típico caso de variação estável; posição que pode ser considerada pertinente, especialmente ao se procurar encaixar o fenômeno na estrutura social, quando se leva em consideração que a falta das marcas de concordância verbal é um fenômeno estigmatizado nas variedades urbanas do PB, algo que pode funcionar como inibidor da implementação da regra não padrão.

Sobre a relação variação e mudança, é importante observar que, se entre informantes cultos, está havendo certo distanciamento da norma padrão, a força da avaliação e do encaixamento social, não licenciam a implementação de um sistema sem marcas de concordância de número nos verbos. Por outro lado, ainda que, nos dias atuais, tenha aumentado o uso de marcas de plural nos verbos, mesmo entre informantes das classes populares (por interferência de fatores como aumento de escolaridade

e de maior mobilidade nas redes sociais), há fatores linguísticos que levam ao apagamento das marcas, a exemplo de *posposição do sujeito*, *distância do núcleo do sujeito e o verbo*, *baixa saliência fônica*, entre outros, fazendo com que a mudança não seja implementada nem para a perda nem para a marcação explícita de plural.

Assim, é mais apropriado postular que, nas variedades populares do PB, houve uma erosão da morfologia flexional devido a fatores sócio-históricos, a exemplo do contato entre línguas, levando a significativas consequências sociolinguísticas para a realidade atual do PB, sendo a principal delas a bipolarização de normas linguísticas e a estigmatização de usos linguísticos associados a um contingente populacional marginalizado na história sociolinguística brasileira. Desse modo, explicações estruturais, como a da força da introdução das formas nominais (a introdução das formas “a gente” e você”) no quadro de referência pessoal não se aplicam às variedades populares do PB.

O complexo cenário linguístico do período de formação do PB gerou uma heterogeneidade que trouxe significativas consequências linguísticas para a realidade linguística brasileira. Igualmente, trabalha-se com a hipótese de há padrões de variação e diferenças quantitativas entre as comunidades estudadas, por conta: i) da formação étnica; ii) do isolamento da comunidade e iii) da distância espaço geográfico da capital, centro de urbanização.

OS CAMINHOS DA ANÁLISE: ESCOLHA TEÓRICA

Desde suas origens, a Sociolinguística pressupõe a dissolução da rígida separação entre Sincronia e Diacronia, para um estudo integrado da variação e mudança linguística. Por essa ótica, os *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística* (2006 [1968]), de Weinreich, Labov e Herzog, pode ser considerado como uma das publicações fundadoras da Sociolinguística Histórica (SH). Aceitando-se o trabalho seminal de Weinreich, Labov e Herzog como fundador da SH, entende-

-se que essa disciplina, em suas origens, interessa-se pelos processos de mudança linguística, buscando desvelar os fatores histórico-sociais que conduzem à alternância entre os sistemas na comunidade de fala e, ainda, os elementos linguísticos e sociais que condicionam a variação.

A publicação de *Socio-Historical Linguistics. Its Status and Methodology* (1982), de Suzanne Romaine, é pioneira no estabelecimento dos métodos e práticas da SH, ao propor uma definição para a disciplina. Consoante Conde-Silvestre (2007, p. 33), a proposta de Romaine é

[...] la imbricación de ambas disciplinas [a Lingüística Histórica e Sociolingüística] en una *lingüística sócio-histórica* que investigue y explique las diversas manifestaciones de la variación lingüística en una comunidad a lo largo del tiempo y también el modo en que esa variación – sus distintos usos, funciones y tipos – se desarrolla en lenguas y comunidades específicas, en el seno de ciertos grupos y rede sociales o en individuos concretos [...]. Se trata, por consiguiente, de una importante aplicación de los objetivos de una sociolingüística que era histórica en tanto que se aplicaba al estudio de los fundamentos de los cambios lingüísticos – tal como había sido implícitamente concebida por Weinreich, Labov y Herzog – hacia la reconstrucción efectiva de las relaciones de covariación entre determinadas variables lingüísticas y ciertos factores sociales en estadios pasados de evolución de los idiomas.

A aplicação dos métodos que a Sociolingüística desenvolveu para estudos de processos de variação e mudança em línguas contemporâneas a dados do passado busca, por aproximação, a reconstrução histórica da língua em sua relação com o contexto social. Mas isso não é tarefa simples.

O trabalho com textos do passado lança para o pesquisador uma série de desafios (HERNÁNDEZ-CAMPOY; SCHILLING, 2012). Nem sempre é possível relacionar os textos do passado a seu contexto de produção e circulação, o que acaba por comprometer sua autenticidade.

Os textos históricos, dado que, em muitos casos, sobrevivem ao acaso, podem representar apenas uma parte diminuta de uma produção escrita que foi bem maior, daí o caráter, por vezes, fragmentário da amostra. Ademais, apenas uma parcela reduzida dos estilos, registros ou variedades do passado é recuperada nos textos, o que se agrava ao se considerar que a escrita não foi praticada por todos os grupos sociais do passado. E, por tudo isso, o controle de variáveis de natureza social também impõe um desafio à SH. Sobre essa questão, conferir, entre outros, Santiago *et al.* (2021).

Santiago (2012; 2019), além de editar criteriosamente o material, reuniu informações que possibilitaram uma caracterização sócio-histórica do material e dos escreventes. Em decorrência, muitos dos problemas enfrentados pela SH podem ser contornados em análises a partir desse material. Como é possível situar temporal e especialmente os textos e os escreventes do acervo *Cartas em Sisal*, também foi possível relacionar o fenômeno estudado a fatores extralinguísticos, como se verá na seção de descrição dos dados.

CRITÉRIOS DE ANÁLISE: OS PINGOS NOS “IS”

Examina-se a marcação da concordância verbal com P6 em orações finitas. A análise considera uma variável dependente binária: presença de marca de plural (variante padrão ou variante explícita) e ausência de marca de plural (variante não padrão ou variante zero), exemplificada, respectivamente, em (1) e(2):

1. Sim compadre como vai ideblandoitoiu i| Madalena ja**estão** bem sabido não e (GOR-28)²

2. Zacarias u simhorDirgaAu| meus compadisqui não| **esqueçadi** que não esqueso| Delis (AFS-19)

2 Todos os exemplos apresentados foram extraídos do *corpus* do estudo e são indicados com as iniciais do nome do escrevente e o número da carta de onde foram retirados.

Quanto ao levantamento de dados para análise, foram estabelecidos os seguintes critérios: consideraram-se apenas ocorrências com referência definida e não foram computados os dados em que apenas a presença do acento gráfico indica a marcação da concordância, como ilustram os exemplos (3) e (4):

3. Excelentíssima famelha| estas **tem** por fim dezerli| que a chei um [.]lugar que| U Dono vemdi uma posse| de terra com uma Pequenna| Cazaprimcipiada (AML-81)

4. aqui todos **tem** saudade| de apareserair[?]| eu pesor que estaduas linha| lhi encontra gozando saude|(LMS-75)

Tendo em vista se tratar de um contexto relevante para estudo do uso variável da concordância verbal, as realizações de sujeito composto posposto ao verbo foram computadas na análise, embora a tradição gramatical considere a concordância verbal facultativa nesse tipo de construção:

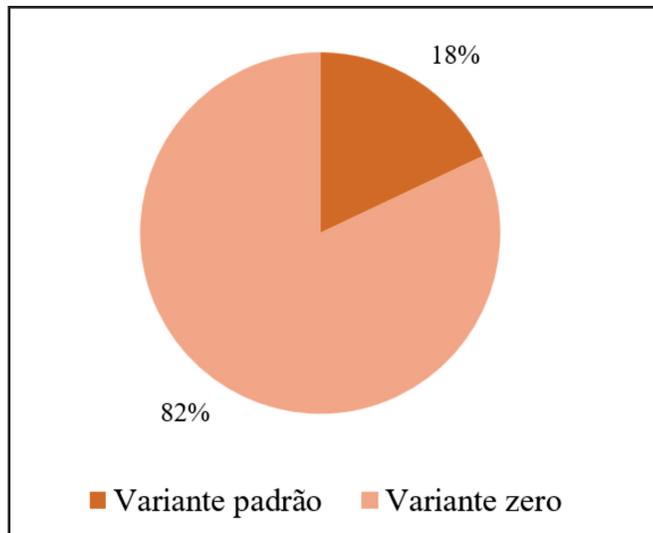
5. Sim compadre comovaiideblandoetoiu e| Madalena [...]. (GOR-28)

Para classificação dos dados, são considerados cinco contextos estruturais (*realização e posição do sujeito, concordância nominal no sujeito, caracterização semântica do sujeito, presença de marcas de plural adjacente ao verbo e saliência fônica*) e quatro sociais (*sexo, faixa etária, escolaridade e data de escrita da carta*). Como a distribuição dos dados inviabiliza a obtenção de pesos relativos para os grupos de fatores controlados, a quantificação dos resultados é feita em valores percentuais que foram calculados com o auxílio do GOLDVARB-X (SANKOFF; TAGLIAMONT; SMITH, 2005).

OLHANDO PARA OS DADOS: A HORA DA ANÁLISE SOCIOLINGÜÍSTICA

Levantaram-se 90 ocorrências de verbos referentes à P6 com sujeito definido. A marcação formal da concordância foi baixa no *corpus*, o que confirma a hipótese prevista inicialmente, tendo em vista que o material analisado foi produzido por indivíduos com baixa escolaridade. Em apenas 16 dados, o verbo apresentou marcas de plural. O gráfico seguinte deixa nítida a diferença entre as taxas de marcação e não marcação da concordância verbal com P6 no *corpus*:

Figura 1 – Marcação padrão da concordância verbal com P6 no *corpus*



Fonte: elaboração própria.

OLHANDO PARA DENTRO: OS FATORES ESTRUTURAIS

Começando pela descrição dos contextos estruturais, o grupo *realização e posição do sujeito* apresentou a seguinte distribuição:

Tabela 2 – Marcação padrão da concordância com P6 e posição do sujeito

POSIÇÃO DO SUJEITO	PADRÃO	ZERO
Imediatamente posposto ao verbo	4/17 (23,5%)	13/15 (76,5%)
Sujeito retomado por pronome relativo	4/20 (20%)	16/20 (80%)
Imediatamente anteposto ao verbo	8/44 (18,2%)	36/44 (81,8%)
Anteposto ao verbo com constituinte(s) interveniente(s)	-	3/3 (100%)
Não-realizado com referência determinada	-	6/6 (100%)

Fonte: elaboração própria.

Considerando que a posição canônica do sujeito em português brasileiro é de antecessor do verbo, subtende-se que, principalmente nessa posição, um constituinte tende a ser interpretado como sujeito. O esperado era, então, que a marca de concordância formal no verbo fosse mais frequente quando o sujeito ocorresse antes do verbo. Os dados vão em outra direção e são justamente as ocorrências de sujeito posposto que marcam mais a concordância padrão (23,5%). A segunda maior taxa de concordância foi a dos *sujeitos retomados por pronome relativo* (20%). E o fator *sujeito imediatamente anteposto ao verbo* figura em terceiro lugar, com uma taxa de 18,2% de marcação da concordância. As ocorrências de *sujeito anteposto ao verbo com constituinte(s) interveniente(s)* (a partir de mais de duas sílabas) e *sujeito não-realizado com referência determinada* foram reduzidas e ocorreram em todos os casos sem marcas formais de concordância. Sobre os resultados concernentes a este fator, vale destacar que este é o contexto, consensualmente, apontado na literatura como o mais favorecedor da variante padrão, mas, nos dados analisados nesta pesquisa, verifica-se um percentual bastante alto da variante não padrão mesmo neste contexto, algo que ratifica que o vernáculo popular se

caracteriza por não apresentar marcas formais de número na morfologia verbal. Já as ocorrências de *sujeito anteposto ao verbo com constituinte(s) interveniente(s)* (a partir de mais de duas sílabas) e *sujeito não-realizado com referência determinada* foram reduzidas e ocorreram em todos os casos sem marcas formais de concordância.

O controle do grupo *concordância nominal no sujeito* revelou que a marcação da concordância é menos bloqueada quando há marcação formal da concordância nominal no sujeito:

Tabela 3 – Marcação padrão da concordância com P6 e concordância nominal no sujeito

SUJEITO COM CONCORDÂNCIA	PADRÃO	ZERO
SIM	5/17 (29,4%)	12/17 (70,6%)
NÃO	6/34 (17,6%)	28/34 (82,4%)

Fonte: elaboração própria.

Acreditando que o *Princípio da Coesão Estrutural* (LUCCHESI, 2000; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009) atua no uso variável da concordância verbal, controlou-se esta variável, partindo-se da ideia de que nas orações em que existem marcas de concordância no SN sujeito devem existir também marcas de concordância no sintagma verbal. No processo de codificação, foram considerados os determinantes, os núcleos e modificadores, observando se esses estavam em concordância de número. Nas palavras de Lucchesi e Ribeiro (2009, p. 151-152),

[...] o princípio da coesão estrutural pode ser formulado com base na propensão de coocorrência de estrutura de uma mesma gramática numa determinada porção da sentença, nas situações de alternância de código, e não numa coocorrência categórica, estritamente restringida pelos princípios abstratos da gramática.

Essa propensão seria condicionada, em primeiro lugar, pelo grau de coesão da estrutura delimitada. Assim, como já foi dito, haveria uma maior propensão de coocorrência de estruturas de uma mesma gramática em seus nódulos mais coesos do que nos nódulos mais periféricos (LUCCHESI; RIBEIRO, 2009, p. 151-152).

Em face dos resultados apresentados na Tabela 3, confirma-se a hipótese subjacente a essa variável, postulada com base no *Princípio da Coesão Estrutural* (LUCCHESI, 2000; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009). A aquisição das marcas de concordância verbal, em situações de convivência de variedades linguísticas distintas – como o que se vê na realidade linguística brasileira atual –, coocorre com a aquisição das marcas de concordância entre os elementos que compõem o SN sujeito. Se esse resultado não pode ser tomado de forma absoluta como confirmação do *Princípio da Coesão Estrutural*, ele é, pelo menos, sugestivo disso. Os dados sugerem que a chance de marcação da concordância é maior quando há marcação formal da concordância no sintagma nominal sujeito.

Para analisar a relação entre a marcação da concordância verbal com a terceira pessoal do plural e a presença de marca de plural adjacente ao verbo, consideraram-se os fatores especificados na tabela 4:

Tabela 4 – Marcação padrão da concordância com P6 e presença de marca de plural adjacente ao verbo

ELEMENTO ADJACENTE AO VERBO	PADRÃO	ZERO
Núcleo com marca de plural	6/17 (35,3%)	11/17 (64,7%)
Numeral	1/3 (33,3%)	2/3 (66,7%)
Quantificador todas e todas	4/24 (16,7%)	20/24 (83,3%)
Núcleo sem marca de plural	4/27 (14,8%)	23/27 (85,2%)
Determinante ou modificador com marca de plural	1/9 (11,1%)	8/9 (88,9%)
Determinante ou modificador sem marca de plural	0/2 (0%)	2/2 (100%)

Fonte: elaboração própria.

Apesar da quantidade pequena de dados, algumas comparações podem ser esboçadas. Quando o núcleo do sujeito é o elemento que está adjacente ao verbo, a concordância formal é mais frequente nos dados em que o núcleo está no plural. A concordância padrão também é menos bloqueada quando o elemento adjacente ao verbo é núcleo do sintagma nominal sujeito do que quando é um determinante ou modificador. Em uma escala decrescente, o *numeral* é o segundo fator que menos inibe a presença de marcas de número no verbo. Importa destacar que esse fator conta com três dados apenas.

Com o grupo *caracterização semântica do sujeito*, o esperado era que os sujeitos animados humanos realizassem mais a concordância formal. Os dados, todavia, mostraram o contrário:

Tabela 5 – Marcação padrão da concordância com P6 e caracterização semântica do sujeito

CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO	PADRÃO	ZERO
Não humano	8/41 (19,5%)	33/41 (80,5%)
Humano	8/49 (16,3%)	41/49 (83,7%)

Fonte: elaboração própria.

Como se vê, a presença de marcas formais de concordância verbal com P6 é menos inibida com sujeitos não humanos, embora os percentuais sejam muito próximos.

Para classificação dos dados em relação à *saliência fônica*, partiu-se do estudo de Naro (1981), mas considerando as ressalvas feitas por Oliveira (2005). Ademais, o número de dados analisados demandou uma simplificação maior nos fatores a serem observados com a *saliência fônica* no *corpus* deste estudo. A relação final dos fatores do grupo *saliência fônica* foi a seguinte:

- Nível baixo de saliência fônica: envolve oposições do tipo ame/amem, planta/plantam, com contraste entre vogal oral e vogal nasal e ditongação;
- Nível intermediário de saliência fônica: abrange pares como chegar/chegarem, em que há acréscimo de segmentos para formação do plural, e está/estão, com ditongação e/ou mudança na qualidade vocálica;
- Nível alto de saliência: compreende oposições como bebeu/beberam e falou/falaram, que envolvem acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular com modificação da vogal temática, nos casos de verbos da 1ª conjugação, e pares como é/são e fez/fizeram, nos quais há acréscimo de segmento e mudança na raiz.

Os resultados do controle do grupo *saliência fônica* foram os seguintes:

Tabela 6 – Marcação padrão da concordância com P6 e saliência fônica

NÍVEL DE SALIÊNCIA	PADRÃO	ZERO
Nível baixo	4/38 (10,5%)	34/38 (89,5%)
Nível intermediário	5/31 (16,1%)	26/31 (83,9%)
Nível alto	7/21 (33,3%)	14/21 (66,7%)

Fonte: elaboração própria.

Tendo em vista que a taxa de marcação formal da concordância é muito baixa no *corpus*, não era de se esperar tanta distinção na realização da concordância quando se considera a *saliência fônica*. O que os estudos sobre concordância verbal têm mostrado é que a marcação da concordância é maior com os níveis em que a diferença entre as formas singular e plural do verbo é mais acentuada (nível alto de saliência). De fato, apesar dos poucos dados, os resultados da tabela apontam um

crescimento na frequência de marcação formal da concordância à medida que o nível de saliência se eleva.

OLHANDO PARA FORA: OS FATORES EXTRALINGUÍSTICOS

Para observar a relação entre a marcação padrão da concordância verbal com a terceira pessoa do plural no *corpus* e fatores de natureza extralinguística, os dados foram classificados em relação a quatro variáveis: *sexo*, *faixa etária*, *escolaridade* e *data de escrita da carta*. A variável *sexo* exibiu o seguinte comportamento:

Tabela 7 – Marcação padrão da concordância com P6 e sexo do remetente

SEXO	PADRÃO	ZERO
Homem	6/31 (19,4%)	25/31 (80,6%)
Mulher	10/59 (16,9%)	49/59 (83,1%)

Fonte: elaboração própria.

Nota-se, de início, que não existem grandes diferenças entre a realização da concordância verbal nas cartas de homens e mulheres. Há, ainda, um desequilíbrio notório na distribuição dos dados quando se considera o sexo do missivista. De todo modo, os homens superam discretamente as mulheres na marcação da concordância padrão. Não é possível fazer generalizações a partir desses dados, mas parece relevante informar que essa distribuição corrobora a tendência seguida por outras amostras com informantes de áreas rurais. Como são principalmente os homens que saem da comunidade para trabalhar em áreas urbanas ou desenvolver outras atividades nesses espaços, esse processo pode estar interferindo na distribuição dos dados neste estudo também.

Como comentado na seção de apresentação do *corpus*, os remetentes são pouco escolarizados e, em sua maioria, tiveram o contato com as primeiras letras em espaços extraescolares de aprendizagem, conforme a distribuição na tabela 8:

Tabela 8– Distribuição dos remetentes por escolaridade

ESCOLARIDADE	Nº DE REDATORES	%
Estudou pouco em casa	23/53	43%
Estudou até a quarta série	9/53	17%
Estudou os primeiros anos	6/53	11%
Aprendeu com a bíblia	1/53	2%
Sem informação	14/52	27%

Fonte: elaboração própria.

Como todos os remetentes são pouco escolarizados, ao se considerar a escolaridade do escrevente, não se esperou encontrar diferenças acentuadas nas taxas de marcação formal da concordância para o *corpus* analisado. De todo modo, considerando a relevância da variável *escolaridade* nos estudos de concordância verbal, optou-se por descrever os resultados desse grupo, conforme a tabela 9:

Tabela 9 – Marcação padrão da concordância com P6 e escolaridade

ESCOLARIDADE	PADRÃO	ZERO
Estudou pouco em casa	6/28 (21,4%)	22/28 (78,6%)
Aprendeu com a bíblia	1/6 (16,7%)	5/6 (83,3%)
Estudou os primeiros anos	1/12 (8,3%)	11/12 (91,7%)
Estudou até a quarta série	2/25 (8%)	23/25 (92%)

Fonte: elaboração própria.

Em que pese a má distribuição dos dados, nota-se que há algumas diferenças na realização da concordância a partir da escolaridade do missivista, sobretudo entre os remetentes que estudaram em casa e os que estudaram até a quarta série. Os anos de estudo não parecem estimular a realização da concordância padrão tendo em vista que são os escreventes que estudaram com o auxílio de um professor os que menos realizam as marcas formais de concordância no verbo.

Um elemento do contexto extralinguístico que tem lugar de destaque nos estudos sociolinguísticos é a *faixa etária*. O controle de diferentes faixas de idade auxilia na constatação de mudança em progresso ou pode sinalizar também um quadro de variação estável. A variável *faixa etária* exibiu os seguintes resultados:

Tabela 10 – Marcação padrão da concordância com P6 e escolaridade

FAIXA ETÁRIA	PADRÃO	ZERO
14-20 anos	2/14 (14,3%)	12/14 (85,7%)
21-25 anos	3/14 (21,4%)	11/14 (78,6%)
26-30 anos	2/17 (11,8%)	15/17 (88,2%)
Mais de 31 anos	0/6 0%	6/6 (100%)

Fonte: elaboração própria.

Uma primeira observação importante é que os remetentes, no geral, tinham idades próximas quando escreveram as cartas, do que não foi possível organizar as faixas de idade com intervalos maiores e mais confiáveis. Inicialmente, constavam entre os fatores dessa variável outras três faixas etária – 31-40 anos, 50-60 anos e mais de 60 anos –, cada uma com dois dados, os quais não exibiram marcação formal da concordância verbal. Por isso, optou-se por reuni-los em um único fator (mais de 31 anos). Nota-se, pela disposição dos percentuais, que entre

a primeira e a segunda faixa etária houve uma elevação na taxa de marcação da concordância. Essa diferença é devida a um dado a mais com concordância na faixa de 21-15 anos. Como os dados são poucos, uma única ocorrência acarretou uma diferença percentual expressiva. Já entre a segunda e a terceira faixa etária, houve um decréscimo na marcação da concordância. O grupo dos missivistas com mais de 31 anos não realizou a concordância padrão com P6. No entanto, apenas seis dados estão em cartas desse grupo.

O *corpus* do presente trabalho apresenta uma peculiaridade que pode comprometer uma análise absoluta da faixa etária. Considerando que a amostra analisada é constituída por cartas escritas entre 1906 e 2000, é possível ter falantes com a mesma idade, mas que escreveram em períodos distintos do século XX. Pode-se, por exemplo, ter uma carta de um redator de vinte anos que escreveu na primeira década desse século e uma carta de um redator com a mesma idade que escreveu no ano 2000. Para que os resultados da variável *faixa etária* não fossem enviesados por essa característica do *corpus*, seria interessante cruzar os resultados dessa variável com o grupo *data de escrita das cartas*. Contudo, quando se trabalha com quantidades muito pequenas de dados, observá-los a partir da combinação de variáveis é mais problemático, visto que o número de ocorrências por fator torna-se ainda mais reduzido. O fato de não ter informações sobre a data de escrita de algumas cartas e a idade de alguns remetentes quando da escrita restringiu ainda mais a quantidade de ocorrências, de modo que apenas 43 dados compuseram o cruzamento e, das 24 células que poderiam resultar da combinação entre essas variáveis, 9 foram vazias (nas 15 células restantes, foram quatro com um dado apenas; quatro com dois dados; duas com três dados; duas com quatro dados; uma com cinco dados, e duas com seis dados). Dificilmente seria possível chegar a alguma interpretação confiável com essa distribuição dos fatores.

Não sendo produtivo o cruzamento com a variável *faixa etária*, a variável *data de escrita da carta* foi observada isoladamente, tendo estes resultados:

Tabela 11– Marcação padrão da concordância com P6 e data de escrita da carta

Década	PADRÃO	ZERO
1900	8/25 (32%)	17/25 (68%)
1950	2/12 (16,7%)	10/12 (83,3%)
1960	2/9 (22,2%)	7/9 (77,8%)
1970	2/9 (22,2%)	7/9 (77,8%)
1980	0/3 (0%)	3/3 (100%)
1990	0/8 (0%)	8/8 (100%)

Fonte: elaboração própria.

Há uma diferença perceptível entre as taxas de uso da concordância padrão no início e no final do século XX, que poderia indicar um processo de apagamento das marcas formais de concordância verbal ao longo desse século. No entanto, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, não há tanta variação na frequência de uso da concordância padrão nem uma indicação de que as marcas formais de concordância estariam se encaminhando para um apagamento maior.

SINTETIZANDO PARA TERMINAR

Os resultados do estudo corroboram a colocação de Lucchesi (2012) de que, apesar da aproximação entre as variedades prestigiadas e as estigmatizadas socialmente, ainda há diferenças e que essas são notadas, sobretudo, na variação nas concordâncias verbal e nominal. No acervo analisado, representativo das variedades estigmatizadas, há uma taxa muito reduzida de marcação formal da concordância, marcando uma

diferença acentuada em relação aos padrões de marcação observados em variedades valorizadas socialmente.

Dadas a quantidade reduzida dos dados analisados e a sua má distribuição entre os fatores das variáveis controladas, os resultados apresentados neste estudo não podem ser tomados de forma absoluta. A descrição apresentada pode, ainda assim, contribuir para as discussões sobre a caracterização do PB mais recente, sugerindo o comportamento da concordância verbal com P6 em textos escritos por pessoas poucos escolarizadas do interior da Bahia. Considerando que se trata de cartas de *mãos inábeis*, não parece equivocado supor que são escritos que se aproximam da oralidade. Nesse sentido, os dados consultados neste estudo trazem alguma notícia sobre a variedade linguística utilizada por esses remetentes. Avançando um pouco mais nessa suposição, é possível ainda dizer que as cartas refletem a variedade mais espontânea, menos monitorada, utilizada pelos sertanejos em situações informais do dia a dia. Isso porque foram trocadas entre pessoas próximas, em relações sociais simétricas e tratam de assuntos do cotidiano dos escreventes.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba**: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro. 2014. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Tratamento dos corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. In: LOBO, Tânia *et al.* (org.). **Para a história do português brasileiro**. v. 6, t. 2. Salvador: EDUFBA, 2006. p.761-780.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Do campo para a cidade**: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais. São Paulo: Parábola Editorial, 2011 [1985].
- BRITO, Rosana Carvalho; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. “dirga au meus cumpadis qui não esqueça”: A concordância verbal com a terceira pessoa do plural em uma documentação epistolar do sertão baiano. In: BARROS, Isis Juliana Figueiredo de *et al.* **Português baiano**: de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 131-148.

CONDE-SILVESTRE, Juan Camilo. Problemas y principios. *In*: CONDE-SILVESTRE, Juan Camilo. **Sociolingüística histórica**. Madrid: Gredos, 2007. p. 19-72.

GRACIOSA, Diva Maria Dias. **Concordância verbal na fala culta carioca**. 1991. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

GUY, Gregory. **Linguistic variation in Brazilian portuguese**: aspects of the phonology, syntax and language history. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Pennsylvania, Philadelphia, 1981.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan Manuel; SCHILLING, Natalie. The Application of the quantitative paradigm to historical sociolinguistics: Problems with the generalizability principle. **The hand book of historical sociolinguistics**, 2012. p. 63-94.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, n. 12, p. 17-28, 1994.

LUCCHESI, Dante. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira**: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. 2000. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000). **DELTA**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-130, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v17n1/a05v17n1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

LUCCHESI, Dante. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. *In*: LOBO, Tânia *et al* (org.). **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 249-274. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16749/1/Rosae.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolingüística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; SILVA, Jorge Augusto Alves da. A concordância verbal. *In*: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 331-371.

LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza. Teorias da estrutura e da mudança linguística e o contato entre línguas. *In*: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 125-153.

NARO, Anthony Julius. The social and structural dimensions of syntactic change. **Language**, v. 57, n. 1, p. 63-98, 1981.

NARO, Anthony Julius; LEMLE, Miriam. **Competências básicas do português**. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e Fundação Ford, 1977.

OLIVEIRA, Marian dos Santos. **A concordância verbal de 3ª pessoa do plural em Vitória da Conquista**: um caso de variação estável. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. **Goldvarb X**: a variable rule application for Macintosh and Windows. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/>. Acesso em: 3 jun. 2017.

SANTIAGO, Huda da Silva. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano**. 2012. 2v. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTIAGO, Huda da Silva. **A escrita por “mãos inábeis”**: uma proposta de caracterização. 2019. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SANTIAGO, Huda da Silva; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira; BRITO, Rosana Carvalho; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. CEDOHS: um banco de dados sociolinguísticos para a história do português brasileiro. **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, n. 7 (Especial), p. 311-329, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v7iespec.41640> 2021. Acesso em: 15 jan. 2022.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. **Concordância verbal**: variação em dialetos populares do norte fluminense. 1995. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

ELEMENTOS PARA UMA DESCRIÇÃO DA VOZ PASSIVA¹

Victória da Silva Santana Araújo
(UEFS)

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
(UEFS)

PARA COMEÇO DE CONVERSA

Renomada linguista brasileira, professora Rosa Virgínia Mattos e Silva defendia, nas suas aulas, o valor que tem uma boa descrição de dados; “Para a grande pesquisadora na área da Linguística Histórica, os dados nunca foram menos importantes do que os quadros teóricos, que podem mudar, enquanto aqueles permanecem, podendo ser analisados segundo diferentes teorias, em qualquer tempo.” (SANTIAGO *et al.*, 2021, p. 314)

Com o objetivo de colaborar com a descrição maior, de natureza morfossintática, das *Cartas em Sisal*, apresenta-se, nesta oportunidade, uma descrição preliminar – com cômputo tradicional de dados e considerando a classificação defendida por Castilho (2016) – da voz verbal passiva; não se trata, portanto, de uma análise pormenorizada, dentro

1 Este trabalho apresenta resultados da pesquisa intitulada *Cartas de mãos inábeis do sertão baiano (1906-2000): a voz verbal*, desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em 2018, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

de quadro teórico específico, mas são oferecidos aqui elementos para o estudo do tema.

O capítulo organiza-se dessa forma: na sequência desta introdução, aborda-se, em síntese, a classificação das vozes verbais, destacando a voz passiva, segundo a Gramática Tradicional (GT) e segundo a Gramática Descritiva (GD); na seção 2, são descritos os dados de passiva obtidos do *corpus*; seguem essa breve descrição as considerações finais e as referências.

O VERBO TEM VOZ: BREVE SÍNTESE

O verbo é a categoria gramatical mais rica em variações, exprimindo ideias de modo, tempo, número, pessoa, aspecto e voz ou diátese.

Rocha Lima (1998, p. 123) diz que “Chama-se VOZ ao acidente que expressa a relação entre o processo verbal e o comportamento do sujeito”.

Costumam-se indicar, nas gramáticas normativas da língua portuguesa, três modalidades de voz verbal: ativa, passiva e reflexiva. Quando o sujeito da oração é o agente do processo denotado pelo verbo, tem-se a voz ativa. Se o sujeito estiver na qualidade de paciente do processo verbal, o que se tem é a voz passiva. Sendo o sujeito, ao mesmo tempo, agente e paciente nesse processo, dá-se a voz reflexiva. São estas as explicações sobre vozes verbais dadas pelos gramáticos de maneira geral.

Camacho (2002) defende a existência de cinco modalidades de voz verbal no português: ativa, passiva, impessoal, média e adjetival, a primeira consistindo na forma mais básica ou primária, o sujeito sendo o ator do evento e externo a ele (diátese externa).

O autor chama *construções de voz impessoal* àquelas que a tradição gramatical classifica como passivas sintéticas, pronominais ou passivas de *se*. São, assim, na sua análise, tidas como orações de voz passiva apenas as chamadas passivas analíticas, nominais, participiais, sintáticas, de ação ou passivas de *ser*.

A voz média — entendida como básica, o sujeito sendo o ator e o centro do evento (diátese interna) — a que ele se refere engloba construções médias reflexivas, médias recíprocas e médias dinâmicas. Num outro trabalho, o autor (2003, p. 93-94) postula uma distinção entre voz média e voz reflexivo-recíproca, sendo as construções médias dinâmicas as médias propriamente ditas.

Tanto na média reflexiva quanto na média recíproca, a construção não-pronominal com objeto autônomo, isto é, não correferencial ao sujeito, mantém inalterada a significação verbal, sempre numa forma ativa. Já na média dinâmica, a pessoa do sujeito, sob a forma do clítico, reaparece no predicado como o centro de um estado de coisas que dele parte, mas que não sai de seu âmbito, eliminando-se, assim, o objeto sobre o qual ela recairia num típico evento transitivo: (1) a. eu me levantei. Diferentemente das estruturas reflexivas e recíprocas, a construção com pronome autônomo altera a significação verbal; observe-se que em (1b) o predicado passa a ter um valor causativo e um significado compatível ao de “erguer”. (1) b. eu o levantei.

Construções de voz adjetival são para o autor as que sintaticamente são representadas pelo verbo *estar* e participio passado, tendo elas um caráter estativo-resultativo, construções tradicionalmente conhecidas como passivas adjetivais, lexicais, resultativas ou de estado.

Considerando o ponto de vista funcional, Camacho (2002, p. 227) afirma que “as construções de voz exercem uma diversidade de valores semântico-oracionais e pragmático-discursivos, codificados na sintaxe por diferentes tipos de configurações estruturais”.

A VOZ PASSIVA: ALGUNS PONTOS A CONSIDERAR

As construções passivas, construções derivadas de voz, isto é, obtidas na base de uma oração ativa de verbo transitivo, apresentando, em

relação às ativas, uma estrutura morfo-sintática completamente diferente, destacam o paciente do processo verbal, muitas vezes omitindo o seu agente, o que leva a considerar-se as passivas orações fundamentalmente impessoais.

Há diferentes descrições da voz passiva no português. De acordo com Almeida (1997, p. 210),

A voz passiva é em português indicada de duas maneiras: 1.^a — Mediante os verbos auxiliares *ser* e *estar* e o particípio de certos verbos ativos: *ser visto* (*sou visto, és visto, é visto...*); *estar preso* (*estou preso, estás preso, está preso...*). 2.^a — Mediante o pronome *se*, que então se diz pronome apassivador; este caso se dá sempre que o sujeito é ente inanimado, consequentemente incapaz de praticar a ação verbal, ou quando o sentido da oração mostra que o sujeito é apenas o paciente.

É basicamente nesses termos que tradicionalmente se descreve a voz passiva portuguesa: aponta-se uma modalidade de passiva com a perífrase de *ser* e particípio passado, passiva nominal; uma modalidade de passiva com a perífrase de *estar* (ou *ficar, ir, vir, viver* etc.) e particípio passado, passiva adjetival; uma modalidade de passiva com o pronome pessoal apassivador adverbial átono *se*, passiva pronominal.

Faz-se também referência, nas gramáticas normativas, ao agente da passiva, termo oracional lexicalmente realizado na forma de um sintagma preposicionado, ora encabeçado pela preposição *por*, ora pela preposição *de* — mais frequentemente por aquela do que por esta —, o qual termo representa a entidade que pratica a ação verbal, ou que é apenas responsável pelo processo verbal, ou que o experiencia, ou que dele se beneficia, enfim. Quando ausente — e isto acontece com grande frequência, chegando-se a afirmar que a sua não realização é um dos mecanismos mais comuns de indeterminação do sujeito, do chamado sujeito lógico —, sua omissão pode dever-se, ou ao propósito de ocultá-lo, ou ao seu desconhecimento por parte do falante, ou à sua obvieda-

de. Considerando a frequente omissão do sujeito lógico nas passivas, Câmara Jr. (1954, p. 137) diz ser, em última análise, a voz passiva uma voz impessoal caracterizada na forma do verbo, contrastando com a voz impessoal de forma ativa.

A voz passiva nominal, conforme a descrição tradicional, expressa-se com o verbo auxiliar *ser* e o particípio passado de um verbo transitivo direto (ou transitivo direto e indireto), indicando a ocorrência de um evento. Segundo Cunha e Cintra (1985, p. 144), ela deriva da voz ativa.

Quando uma oração contém um verbo construído com objeto direto, ela pode assumir a forma passiva, mediante as seguintes transformações: a) o objeto direto passa a ser sujeito da passiva; b) o verbo passa à forma analítica do mesmo tempo e modo; c) o sujeito converte-se em agente da passiva.

Os autores exemplificam a transformação de oração ativa em passiva com a frase “A inflação corrói os salários”, para a qual apontam a versão passiva “Os salários são corroídos pela inflação”. Nesta perspectiva, orações ativas e passivas se correspondem semanticamente, podendo-se dizer que exprimem a mesma predicação básica.

Apesar da diferença na ordenação dos constituintes sujeito e objeto, ativas e passivas são, como se pode notar, comumente tidas como variantes, expressando o mesmo conteúdo semântico. Analisando o contexto discursivo, percebe-se, entretanto, que cada uma das formas, a ativa, de um lado, e a passiva, do outro, desempenha funções comunicativas distintas.

Quando se examina o contexto discursivo de ativas e passivas, observa-se que uma oração ativa não pode ser substituída por uma oração passiva, pois a ocorrência de cada uma delas é pragmaticamente motivada. No uso contextual, a diferença entre o significado extra-semântico de ativas e passivas reside na identificação da estrutura tópico-comentário de cada uma dessas formas. A escolha entre a codificação ativa e a codifica-

ção passiva de uma oração transitiva está relacionada ao grau de topicidade dos argumentos agente e paciente. Desse modo, ativas e passivas atendem a pressões discursivas diferentes, desempenhando funções comunicativas distintas. A função da passiva é promover o paciente a tópico da oração, contrariando a tendência estatística de o agente ocupar essa posição. Isso significa que a passiva é usada quando se transmite informação sob o ponto de vista do paciente, ou seja, quando o paciente é mais tópico do que o agente (PESSOA, 1989, p. 28).

A passiva é necessária, como afirma Maurer Jr. (1951, p. 57), quando se quer salientar antes o objeto que sofre a ação do que o agente que a realiza; nas construções passivas, o agente passa para lugar secundário, podendo ser realizado ou não.

A transformação passiva normalmente se dá em frases ativas com um verbo que reja complemento direto, o qual funciona como sujeito na frase passiva. Nas gramáticas tradicionais em geral, encontra-se a afirmação de que verbos que têm um objeto direto, e somente nesta condição, são passíveis de figurar na voz passiva. Não é possível, porém, como observam Negrão, Scher e Viotti (2002, p. 99-106), generalizar a aplicação da passiva a toda a classe de verbos transitivos diretos (nem a restringir apenas a esta classe): há os que não podem ser apassivados; quanto a isto, parece haver uma restrição de natureza semântica, referente ao significado do verbo e à relação semântica que ele estabelece com seus argumentos — “*A carona foi perdida por Carla”. É preciso ter claro que, “embora haja muitas ativas sem correlatas passivas, o oposto não é verdadeiro: a cada passiva corresponde sempre uma ativa” (PERINI, 1989, p. 211).

Manuais de gramática descrevem, ao lado das passivas nominais, que indicam a realização de um evento, passivas adjetivais, cujo particípio, acompanhado de verbos como *estar*, *ficar*, *ir*, *vir*, *viver*, entre outros, os quais, nesta situação, funcionam antes como cópula do que como auxiliar, é um adjetivo, um particípio predicativo, como em “A casa está enfeitada para o Natal”. Camacho (2002, p. 234), como já referido

anteriormente, classifica as construções tradicionalmente classificadas como passivas adjetivais como construções de voz adjetiva, e não de voz passiva, tendo em vista seu caráter estativo-resultativo, em oposição ao caráter não estativo-resultativo das passivas nominais. Castilho (2016, p. 436), por outro lado, classifica a construção de estar + particípio como construção de voz passiva: “No português, ser + particípio forma a passiva padrão; estar + particípio forma a passiva resultativa.”; essa é a classificação adotada neste trabalho.

Outra modalidade de voz passiva descrita pela tradição gramatical é a passiva sintética ou pronominal, formada “com o PRONOME APASSIVADOR *se* e uma terceira pessoa verbal, singular ou plural, em concordância com o sujeito: Não se vê [= é vista] uma rosa neste jardim. Não se vêem [= são vistas] rosas neste jardim.” (CUNHA, 1972, p. 257). Neste trabalho, usa-se a terminologia “passiva pronominal”, conforme Castilho (2016).

A tradição gramatical da língua portuguesa postula uma sinonímia entre a voz passiva nominal e a voz passiva pronominal; a funcionalidade de cada uma das estruturas é, porém, diferente.

Considerando-se sempre a ordem não-marcada de constituintes em cada estrutura, a VPA [voz passiva analítica] apresenta-se como um recurso léxico-gramatical para desvincular as funções de Sujeito e Tema, de um lado, da função de Agente, de outro. Representa desse modo, simultaneamente, um meio para tematizar o Objeto, que é o participante paciente de um processo verbal, e uma possibilidade de exprimir um Processo sem a especificação do Agente. Esses dois aspectos constituem dois traços do significado da VPA — relacionados, porém distintos. A VPS [voz passiva sintética], por outro lado, oferece a possibilidade de exprimir um Processo sem a especificação do Agente, mas não a possibilidade de tematizar o Objeto, uma vez que, na ordem não-marcada, é o Processo que ocupa a posição temática — a primeira posição oracional (HAWAD, 2004, p. 99-100).

As chamadas construções passivas pronominais, formadas com verbo transitivo direto (ou transitivo direto e indireto), raramente apresentam agente da passiva; são descritas pelos gramáticos, pois, como categoricamente impessoais.

Tem acontecido no português, como em outras línguas românicas, como o espanhol (conferir, a respeito do espanhol, Gili e Gaya, 1955, p. 70-71), de o *se* classificado pela gramática tradicional como passivo, pronomes apassivador ou partícula apassivante ser reinterpretado ou reanalisado como índice de indeterminação do sujeito numa construção de voz ativa, constatando-se variação na concordância. A esse respeito Scherre (1999, p. 13-14) afirma:

Hoje, a estrutura classificada como passiva sintética — *joga-se búzios ou jogam-se búzios; doa-se filhotes ou doam-se filhotes; cobre-se botões ou cobrem-se botões; analisa-se dados ou analisam-se dados* — não é passiva sintética; é, sim, uma estrutura ativa de sujeito indeterminado semelhante a outras estruturas irmãs do tipo: *No Brasil, precisa-se urgentemente de reforma agrária e vive-se bem nesta terra*. A concordância nas estruturas denominadas passivas sintéticas é variável e ocorre *por atração ou por falsa concordância* com o objeto direto, em função, especialmente, do conhecimento da norma codificada, ou seja, da gramática normativa da língua portuguesa.

O apagamento do *se* indeterminador, exemplificado em “Vende doce de todo tipo naquela loja”, é muito comum; como observa Nunes (1991, p. 48), depois de ter vencido as construções com *se* apassivador numa batalha de tantos séculos, as construções com *se* indeterminador lutam agora com construções cuja impessoalização oracional se dá por meio de sua supressão.

Considerando que a principal finalidade da passiva é a escamoteação do agente e que ela tem sido conseguida, com grande frequência, no português, por meio da forma ativa, Pontes (1986, p. 33) afirma que “A passiva está-se tornando rara”. Segundo Pessoa (1989, p. 220),

A ocorrência de orações passivas em textos reais do português é bem menos freqüente do que a ocorrência de orações ativas. [...] a freqüência de passivas varia de acordo com a modalidade — escrita ou falada do texto sob investigação. [...] há evidências de que os textos escritos apresentam mais passivas do que os textos falados.

Os dados obtidos na presente pesquisa corroboram as afirmações de Pontes (1986) e Pessoa (1989), como se pode conferir na próxima seção.

EIS OS DADOS: UMA DESCRIÇÃO PARA ESTUDOS POSTERIORES

Para quantificar e classificar as ocorrências de cada categoria de voz verbal, foram selecionados todos os sintagmas verbais do *corpus*, segundo a separação das sentenças, demarcando as fronteiras entre as orações, feita por Brito (2019), em sua dissertação de mestrado.

Nas 91 cartas pessoais que compõem o *corpus* em questão, constroem-se, predominantemente, sentenças na voz ativa. Das 1.634 sentenças analisadas, apenas 14 são de voz passiva (0,87%).

DADOS DE VOZ PASSIVA: O QUE JÁ É POSSÍVEL AFIRMAR?

A realização de construções de voz passiva obteve, em um levantamento preliminar de dados, baixa freqüência no *corpus*. Das 14 ocorrências encontradas, trata-se, segundo classificação de Castilho (2016), de 10 construções de passiva padrão (passiva de *ser*), 3 construções de passiva resultativa (passiva de *estar*) e apenas 1 ocorrência de passiva pronominal (passiva de *se*).

Quadro 1 – Ocorrências de voz passiva, por tipo.

Tipos de ocorrências	Quantificação dos usos	Percentual de usos
Passivas de <i>ser</i>	10	71,43%
Passivas de <i>estar</i>	03	21,43%
Passivas de <i>se</i>	01	7,14 %
Total	14	100%

Fonte: elaborado pela autora.

PASSIVA PADRÃO OU PASSIVA DE *SER*

No *corpus*, entre as 10 ocorrências de passiva de *ser*, apenas 1 apresenta o denominado agente da passiva:

(01) eu avizo a senhor|que não e **esquisido di mim** e alimbrado (JCO-31)

Conforme prescrevem as gramáticas normativas, o agente da passiva consiste em um sintagma preposicionado que pode ser introduzido pelas preposições *por* ou *de*, sendo menos comum o uso desta do que daquela preposição. Encontra-se, na sentença (01), o termo realizado e encabeçado pela preposição *de*, localizado à esquerda da perífrase verbal, obedecendo à ordem canônica dos constituintes oracionais. Ainda na estrutura acima, nota-se a obediência à regra, determinada pela gramática normativa, de que apenas uma oração cujo verbo admite complemento não preposicionado (verbo transitivo direto) pode assumir a forma passiva, como também nos exemplos listados a seguir:

(02) eu avizo a senhor| que não e esquisido di mim e **alimbrado** (JCO-31)

(03) Olha minha filha **foi emternada** 8 dia (ZLS-70)

(04) Ha tempos que estou com| confusão de ter pegado| uns pedaços de umbura-|na no pasto de vocês. | Parece que **foi robado** (MMO-76)

Assim como em (01), as sentenças (02), (03) e (04) também são formadas por verbos transitivos diretos. Entretanto, ao contrário do primeiro exemplo citado, nenhuma delas apresenta o agente do processo verbal em sua estrutura, configurando-se, assim, como sentenças impessoais, cujo foco recai exclusivamente sobre o paciente do processo verbal. Convém observar que nem sempre esse paciente, o sujeito oracional, foi realizado lexicalmente nas sentenças. Em (01), o sujeito é realizado pelo pronome relativo *que*, referindo-se ao termo imediatamente antecedente. Em (04), a posição do sujeito não é lexicalmente preenchida, sendo nulo, mas correlacionado ao sintagma que atua como complemento verbal direto da sentença “estou com| confusão de ter pegado| **uns pedaços de umbura-|na** no pasto de vocês”. O mesmo pode ser observado em (02) cujo sujeito nulo é referenciável. Em (3) apenas tem-se um sintagma nominal que ocupa a posição canônica do sujeito, à direita da perífrase verbal.

Há, também, construções cujo verbo aceita, ao mesmo tempo, complementos direto e indireto, a exemplo de:

(05) Para **ser| entregue** A| Zenilta| (ZBO-52)

(06) para **cer Entege** A| zezete| (AOL-72)

(07) para **ser| entregue** a| didinha Neis (LP-75)

As sentenças acima possuem estruturas idênticas, como é possível observar, com o mesmo predicador verbal. Nota-se que não há realização de sintagma que ocupe a posição de sujeito, podendo esse ser apenas inferido, considerando-se a tradição do gênero textual (carta); nas referidas sentenças de (5) a (7), a função é enfatizar o processo verbal expresso e o destinatário, representado por um sintagma preposicionado com função sintática de objeto indireto.

As perífrases verbais em (08) e (09) têm formas idênticas: ambas são compostas pelo verbo *ser* conjugado no tempo presente do indicativo, seguido do verbo *servir* na forma nominal participial; o sujeito é o mesmo nos dois casos.

(08) [...] estamos| como Deus **ê silvido** | (NIN-38)

(09) eu| vor indo como formi deus **e civido**| longi di vosses todos (MC-50)

Em (10), uma perífrase passiva, com verbo intransitivo, porém sem significação passiva:

(10) so não| estor melhor porque estor um pôco triste subi| que minha avo e **Falicida** mais me comformo| porque e ordens de Deus [...] (JCO-31)

Trata-se da perífrase formada pelo verbo *ser* mais participio passado de *falecer*, verbo intransitivo com valor semântico processual, que atribui ao sujeito sentencial o papel semântico de experienciador.

PASSIVA RESULTATIVA OU PASSIVA DE *ESTAR*

Foram depreendidas do *corpus* 3 sentenças, classificadas como passivas resultativas ou passivas de *estar*. São elas:

(11) [...] u fim destas| duas linha er| solmenti par li dizer| que eu **estou**| **rezo-**
vido embora| lar pur meis di| janeiro (AFS-14)

(12) João Deus quizer **está**| **civido** pesso a Deus que| vivá in paz com nois|
(FJO-26)

(13) Para da as mihs notica| **ta xegada** oczião do do di<n>hero (NIN-38)

Na tradição gramatical, essa classificação não é consensual; a maior parte dos gramáticos normativistas referem-se apenas à passiva de *ser* (analítica) e à passiva de *se* (sintética).

PASSIVA PRONOMINAL OU PASSIVA DE *SE*

Quanto à construção passiva pronominal, apenas o exemplo seguinte foi obtido no estudo preliminar do *corpus*:

(14) aqui fica a quelá de Sempre| que **Se chama.**| Ana Helena Cordeiro De Santana (AHC-55)

Nas gramáticas normativas, oração com o verbo *chamar* no sentido de ‘ter o nome de’, acompanhado pela partícula *se*, é classificada como oração passiva pronominal, como (14). Seguindo a análise da gramática normativa, a função de sujeito dessa sentença é desempenhada pelo pronome relativo *que*, o qual, por sua vez, se refere ao sintagma “aquela de sempre”.

POR FIM

Chegou-se aos seguintes resultados gerais, com base na breve descrição apresentada neste texto:

- a. As orações de voz passiva no *corpus*, em um total de 1.634 sentenças em questão, equivalem a 0,87% (14 ocorrências apenas). Os resultados obtidos na análise preliminar realizada corroboram o que afirmam Pontes (1986) e Pessoa (1989): a baixa frequência de passivas em textos reais do português ou a preferência pela perspectiva oracional agentiva.
- b. Das 14 ocorrências de voz passiva, a maior amostra é de passivas de *ser*, total de 10, com a lexicalização do agente da passiva em 1 delas somente; ou seja, a impessoalização é uma forte característica dessas orações no *corpus* em questão.

Em trabalhos posteriores, pretende-se considerar o papel semântico do sujeito das orações ativas, que são a grande maioria no *corpus*. Será mesmo agentiva a perspectiva nessas orações?

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. M. de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- BRITO, R. C. **Uso variável dos artigos definidos antes de possessivos em cartas pessoais do sertão baiano (século XX)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – UEFS, Feira de Santana, 2019.
- CAMACHO, R. G. Construções de voz. *In*: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (org.). **Gramática do português falado**. Campinas: UNICAMP, 2002. p. 227-316.
- CAMACHO, R. G. Em defesa da categoria de voz média no português. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, EDUC, v. 19, n. 1, p. 91-122, 2003.
- CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- CUNHA, C. **Gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Belo Horizonte: Bernardo Alves S. A., 1972.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- GILI Y GAYA, S. **Curso superior de sintaxis española**. 5. ed. Barcelona: Publicaciones y Ediciones SPES, 1955.
- HAWAD, H. F. A voz verbal e o fluxo informacional do texto. **D.E.L.T.A.**, n. 20, p. 97-121, 2004.
- NEGRÃO, E.; SCHER, A.; VIOTTI, E. A competência linguística. *In*: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à linguística: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 95-119.
- NUNES, J. *Se* apassivador e *se* indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 20, [s.n.], p. 33-58, 1991.
- PERINI, M. A. **Sintaxe portuguesa: metodologia e funções**. São Paulo: Ática, 1989.
- PESSOA, M. A. F. C. **A passiva no discurso**. Tese (Doutorado em Letras) – PPGLL/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989.

PONTES, E. S. L. **Sujeito**: da sintaxe ao discurso. São Paulo: Ática; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 36. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

SANTIAGO, H. S.; LACERDA, M. F. O.; BRITO, R. C.; CARNEIRO, Z. O. N. CEDOHS: um banco de dados sociolinguísticos para a história do português brasileiro. **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, n. 7 (Especial), p. 311-329, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v7iespec.41640> 2021. Acesso em: 15 jan. 2022.

SCHERRE, M. M. P. Preconceito linguístico: doa-se lindos filhotes de Poodle. *In*: HORA, D.; CHRISTIANO, E. (org.). **Estudos linguísticos**: realidade brasileira. João Pessoa: Ideia, 1999. p. 13-54.



ASPECTOS DE INABILIDADE NA REPRESENTAÇÃO ESCRITA
DE FATOS MORFOSSINTÁTICOS: A MARCAÇÃO DE PLURAL
NO SINTAGMA NOMINAL¹

Huda da Silva Santiago
(UEFS)

Afrânio Gonçalves Barbosa
(UFRJ)

INTRODUÇÃO

Ao tratar dos tipos textuais interessantes para o conhecimento da língua de sincronias anteriores, Ivo Castro (2013, p. 13) destaca os manuscritos autógrafos de *mãos inábeis*, originais de semiletrados que por alguma circunstância sobreviveram. O autor afirma que esses textos “contêm dados linguísticos não normalizados, interessantes por revelarem insuspeitadas dimensões da variação linguística”. São aqueles textos escritos por mãos pouco treinadas na técnica de escrita, indivíduos estacionados em níveis incipientes de aquisição da escrita (MARQUILHAS, 2000).

Apesar de terem sido considerados aspectos grafofonéticos nos trabalhos antecedentes (BARBOSA, 1999; OLIVEIRA, 2006; SANTIAGO, 2019), verifica-se que a representação escrita de alguns fatos

¹ Uma versão dos resultados apresentados neste capítulo está publicada em Santiago e Barbosa (2021).

morfofossintáticos, em textos desse tipo, pode ser índice de inabilidade em escrita alfabética e não simplesmente o reflexo de dados de fala. Barbosa (2017) alerta que a inabilidade na escrita alfabética não é, em si, questão histórica de língua, de oralidade, mas diz respeito a questões de *escriptualidade*, de estagnação do redator em uma etapa de aprendizagem de escrita, independente do estado da variação fonética na sincronia passada ou presente desse mesmo redator. Se por um lado esse autor destaca que uma das suposições errôneas que circulam entre usuários de *corpora* linguísticos é a tentadora ilusão de se supor uma sintaxe mais próxima da fala simplesmente por se encontrarem marcas de oralidade na escrita de um inábil, como se um plano implicasse o outro necessariamente, por outro lado, por hipótese, não se pode descartar que um redator inábil também possa apresentar estruturas morfofossintáticas que não reflitam sua fala, mas sim sua dificuldade de representar modelos de escrita dos quais ele se encontra afastado.

De certa forma, seja por não reproduzir bem fórmulas constantes em gêneros profissionais ou institucionais (como, por exemplo, atas de irmandades religiosas), seja por investir em estruturas artificializadas para, de forma “deslumbrada”, atribuir prestígio à própria escrita, os redatores inábeis podem deixar expressas estruturas morfofossintáticas ou sintáticas, advindas de sua projeção do que seria uma escrita especial, descolada de sua oralidade. É o que ocorre, mesmo na fala, com pessoas que, ao pregar suas convicções religiosas, por exemplo, usam estruturas como pronomes, conjugações verbais, entre outras, espelhadas nos textos canônicos com os quais convivem, lendo ou ouvindo, em suas comunidades. Quando pregam, por exemplo, sobre a fé, muitos fiéis, até analfabetos, usam “vós sois”, “olhai”, “nosso pai é conosco”, enfim, assumem uma série de modos de dizer que não fazem parte de seu vernáculo (BARBOSA, 2012). São fruto das projeções sociais de língua que lhes foram incorporadas em suas relações no plano de *escriptualidade*, e não no da realidade social de língua que os define como falantes.

A partir de um *corpus* constituído por 131 cartas pessoais², produzidas durante o século XX, principalmente entre as décadas de 1950, 1960 e 1970, por sertanejos baianos pouco escolarizados, e também através de alguns dados extraídos de atas escritas por africanos e afro-brasileiros, no século XIX, neste trabalho a questão motivadora seria: é possível encontrar fatos morfossintáticos que poderiam identificar um inábil em escrita alfabética, ou seja, fatos que, potencialmente, poderiam não ser vernaculares, de fala, mas do plano da *escriptualidade*?

No caso de uma resposta positiva, começamos os primeiros passos na discussão de como identificá-los. No caso de a resposta ser negativa, poderíamos começar a supor que os fatos morfossintáticos presentes na escrita de um inábil, de fato, refletiriam possíveis traços de oralidade, do vernáculo, na escrita dos que têm pouco contato com a leitura de textos modelos da época, pouca escolarização. Em outras palavras, a questão mais ampla, aqui, é metodológica, pois tenta dar conta da correspondência entre a presença de fatos no plano morfossintático e a maior ou menor inabilidade do redator, já identificada pelo cruzamento de outros aspectos, como os índices grafofonéticos e o desconhecimento de convencionalismos gráficos (como a dificuldade em grafar sílabas complexas) (cf. SANTIAGO, 2019).

Nesse sentido, através de uma abordagem descritivo-qualitativa, a ênfase recai na variação na marcação de plural no sintagma nominal (SN), na escrita, mas também serão comentados casos envolvendo a marcação de gênero. Apresentam-se aspectos da escrita inábil e comparam-se com alguns exemplos da fala, extraídos de algumas das entrevistas-narrativas gravadas com os sertanejos.

A seguir, a seção *A marcação de plural no SN, em corpora escritos* e, depois, são apresentados: os dados menos transparentes à oralidade,

2 Os manuscritos integram o acervo Cartas em Sisal, do projeto Documentos produzidos por mãos inábeis: estudos linguísticos e filológicos (CONSEPE 083/2020), vinculado ao projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS), coordenado pelas Profas. Dras. Zenaide Carneiro e Mariana Lacerda, do Departamento de Letras e Artes, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

em cartas dos sertanejos, do século XX; os dados de atas de africanos e afrodescendentes, do século XIX, e os dados mais transparentes à oralidade, na escrita inábil. Em seguida, comenta-se sobre *Exemplos de não marcação de plural no SN*, na *oralidade dos sertanejos*, e apresentam-se, adicionalmente, exemplos envolvendo a marcação de gênero no SN..

A MARCAÇÃO DE PLURAL NO SN, EM *CORPORA* ESCRITOS

Dentre os trabalhos que se dedicam à questão da marcação de plural no âmbito do SN em dados de escrita de sincronias passadas, alguns estão voltados para a variação na concordância de número, em abordagens próximas aos trabalhos com dados de fala³, atestando condicionamentos linguísticos e extralinguísticos semelhantes. É o caso da investigação de Santos (2017), que utilizou como *corpus* parte do conjunto de cartas dos sertanejos baianos, aqui estudado⁴, das pesquisas de Oliveira, Soledade e Santos (2009) e de Avelar e Carneiro (2019), a partir, respectivamente, de atas escritas por africanos e por afro-brasileiros, durante o século XIX, na Bahia. Referenciados nos procedimentos descritivos envolvidos nesses estudos, analisaremos, adiante, alguns exemplos de marcação de plural no SN, desses *corpora*.

3 Dentre vários estudos com corpora de linguagem oral, do português brasileiro, são exemplos o trabalho de Scherre (1988), a partir de dados do português falado do Rio de Janeiro, da década de 1980, e o de Lopes (2001), com amostras de fala da cidade de Salvador, ambos apresentados como teses de doutoramento; além do trabalho realizado por Baxter (2009), contrastando os dados da comunidade baiana afro-brasileira de Helvécia aos da comunidade africana dos tongas, na República de São Tomé e Príncipe.

4 Das investigações que tratam do processo de aquisição do número gramatical em dados produzidos por sujeitos em fase de aquisição da linguagem, mais especificamente, por crianças brasileiras, destacam-se os estudos apresentados por Capellari e Zilles (2002) e Ferrari-Neto (2003).

A MARCAÇÃO DE PLURAL NO SN EM CARTAS DO SÉCULO XX: DADOS MENOS TRANSPARENTES À ORALIDADE

Os trabalhos com *corpora* de fala, como os de Scherre (1988) e Lopes (2001, 2016), têm mostrado que a primeira posição do SN favorece a marca de concordância, independente da classe gramatical (adjetivos, possessivos, quantificadores, artigos, demonstrativos, identificadores e indefinidos). Naro e Scherre (2007, p. 40) indicam, por exemplo, a partir dos dados de Scherre (1988), a identificação de 98% de presença de marca formal de plural para a classe não nuclear na primeira posição do SN, na fala de adultos do Rio de Janeiro, da década de 1980. Se essa é a norma de uso da fala, o que dizer dos pouquíssimos exemplos de não concordância nessa posição do sintagma? Essas variantes tão raras significam o que se conseguirem ultrapassar o estado de vigília mais ativo no ato de escrever? E se passam em maior quantidade? Buscou-se aqui, portanto, identificar esses casos que possam ser mais raros na fala. Nas cartas pessoais de sertanejos baianos que constituem o *corpus* de inábeis em nosso estudo, foram registrados dados muito emblemáticos de não marcação do plural, como os listados de (01) a (14):⁵.

a) Estruturas com todos (um ou mais de um) os elementos à esquerda do núcleo do SN sem marcação de plural:

(01) [...] I la eu tenho tido anoticiaqui **no** duminhos esta muito bom| [...].
(FP-79)⁶

(02) [...] conpadi sir **u** tenpos| tirver bom min.| mandi Dizêr [...]. (AFS-14)

(03) [...] São as horas mais filiz quando pego| Nesta caneta para da **minha** noticias| [...]. (AHC-59)

5 Dentre os exemplos listados, muitos foram extraídos do trabalho de Santos (2017), que usou como *corpus* 91 das cartas pessoais dos sertanejos, para estudar a variação da concordância nominal de número.

6 A identificação dos exemplos é realizada com a indicação, nos parênteses, da sigla do redator e, em seguida, do número da carta, conforme Santiago (2019).

(04) [...] Vou finalizar minha carta porque **minha** horas São vazia [...].
(AHC-59)

(05) [...] pitanga farsa **A mia** vesis| por mia farmiria| [...]. (AFS-2)

(06) [...] Sin eu viraci um cannarinnho| D Dar queri| bem cantador par| carnta
nu seu tereiro| par carbar **aminha** Dores| [...]. (AFS-8)

(07) [...] u senhor | tiri **u ceu** retartos ir| min mandi par min| [...]. (AFS-10)

(08) [...] *Dona* Maria lenbrancas| para **sua** familias| (MNO-121)

(09) [...] pesso desculpa **nesta** mal| **feita** Lenhas| [...]. (JCO-31)

(10) [...] sin commadi Deus lommi| comta da s sinhora di **ceu**| filihos i di nois
toudos| [...]. (AFS-45)

(11) [...] eu| estou com muita vontadi di| cormer **aquela** furtas| b boa i gostoza
[...]. (AFS-25)

(12) [...] espero o neu amo com **or meu** braços| aberto [...]. (RAC-85)

(13) [...] sim comade deu Lembraca| a [.] compadi Nerado e| a dona maria e
tio agusti| e a nide mais u espozo| e **a criançar** todás| [...]. (AOL-72)

(14) [...] der Lenbranca atodos| da nobri caza e **a vrizinaca** todas| [...]. (MC-36)

Ainda que pareçam poucos casos, por se tratar de escrita a quantidade pode ser relativizada para cima. De qualquer modo, o ponto central é que parecem sistemáticos em coocorrência com os demais aspectos que indicam inabilidade e são ilustrativos da dificuldade dos redatores em manter o padrão ortográfico e gramatical predicado à escrita, quando se trata de textos do século XX. Diferente do que geralmente ocorre na oralidade, que tem a propensão de apresentar mais marcação de plural nos elementos flexionáveis que se encontram à esquerda do núcleo, ad-

jacentes a ele ou não⁷, a informação de plural, nos casos de (01) a (10), é registrada apenas no núcleo do sintagma. Nos exemplos (11) e (12), “**aquela**furtas| **b boa i gostoza**” e “**or meu** braços| **aberto**”, além da ausência de marca no elemento que precede o núcleo, os da direita também não são marcados. E, nos exemplos (13) e (14), a informação de plural está no elemento pós-nuclear, representado pelo quantificador *todas*.

Nos exemplos de (15) a (21), a seguir, há contextos menos raros na fala, em que a marca de plural está no núcleo e em apenas um dos elementos pré-nucleares, como de (15) a (19), ou somente em um ou dois dos elementos pré-nucleares, como em (20) e (21). Ainda que estejam presentes em dados de oralidade, esses contextos não são predominantes, principalmente, quando o elemento marcado não está adjacente ao núcleo. Segundo Lopes (2001, p. 264), “[...] além da posição à esquerda do núcleo, a de adjacência a ele é um importante condicionador para a realização da concordância; em itens à esquerda do núcleo mas não adjacentes a ele há maior probabilidade de ausência de concordância”. Na escrita dos sertanejos, a ausência da marca de plural é identificada também em elementos adjacentes ao núcleo, como mostram os exemplos de (15) a (18).

b) Estruturas com pelo menos um ou mais elementos à esquerda do núcleo do SN sem marcação de plural:

(15) Quiridinha Amiguinha Amerinda|**as minha** saudações| [...]. (APS-43)

(16) [...] abraco em **toda as minha** amigasque ainda selinbra de min. (MC-50)

(17) [...] pego| no lapis pra dà-te **as minha**| noticias [...]. (NIN-108)

(18) [...] Deus der **us bom** tempos para nois| todos [...]. (MC-50)

7 Cf. Scherre (1988), Lopes (2001) e Baxter (2009).

(19) [...] Venho por meio **desta atrevidas**.| linhas. pedir-lhi á mão de vossa.|
Filha Maria Inez: á cazamento.| [...]. (APC-83)

(20) [...] perzado| a amigor p. Compadi esta duas linha solmenti| par lidar a
mihas notissa [...]. (AFS-4)

(21) [...] si a senhora| mi vendi **algumas**| **da suas** maquina|[...] (TB-109)

Lopes (2001) comenta, a partir da teoria dos 4 M, proposta por Myers-Scotton e Jake (2000), que há uma ordem na aquisição dos morfemas numa língua⁸, e os morfemas funcionais, classificados como *gramaticais precoces* (*early system morphemes*) são adquiridos concomitantemente aos *morfemas de conteúdo* (*content morphemes*), proporcionando a eles a definitude necessária, por exemplo, para atender às intenções do falante. A observação da forma como a concordância no SN se realiza indica que, segundo Lopes (2001, p. 265), “[...] a marca de plural do elemento imediatamente anterior ao núcleo é um *early system morpheme*, ou seja, é gerado juntamente com os *content morphemes*, daí a sua probabilidade maior de concordância que as outras marcas de plural, que são introduzidas posteriormente [...]”. Nos sintagmas com possessivo ou outra classe na segunda posição antes do núcleo, a informação de definitude pode ser expressa por esse elemento pré-nuclear.

Essa é a pertinente explicação atribuída por Lopes (2001) para os casos identificados em sua pesquisa, principalmente, os que envolvem a presença do possessivo adjacente ao núcleo. No entanto, isso não se aplica aos exemplos de (15) a (17), como “**as minha** saudações”, e em muitos dos listados no item *a*, já que são sintagmas com possessivos adjacentes ao núcleo, que estariam expressando essa informação de definitude, mas que não receberam a marca de plural, assim como em sintagma com adjetivo, como em (18), “**us bom** tempos”.

8 Segundo essa teoria, todas as línguas possuem quatro tipos de morfemas: de conteúdo (substantivos, adjetivos e verbos, por exemplo), gramaticais precoces (como os artigos), gramaticais tardios pontes (como as preposições) e gramaticais tardios exteriores (como o morfema de terceira pessoa -mos, em estudávamos), de acordo com detalhamento realizado por Lopes (2001, 2016).

Há dados, também, nas cartas dos sertanejos, em que a informação de plural está concentrada apenas no numeral – elemento que contém marca semântica de concordância –, na segunda posição, antes do núcleo, como em “Conpadi pitanga| u senhor b boti| umma bença **nu| teis** menino| [...]”⁹ (AFS-24) e “[...] Detar .que mando| Dinheiro **nesti 60** dia [...]” (AFS-23).

E, ainda, os casos de acréscimos do grafema <s> em palavras dentro de sintagmas que, pelo contexto, não expressam ideia de plural, como ocorre nos exemplos de (22) a (30). Considerados como um aspecto no nível da *escriptualidade*, esses dados são possíveis hipercorreções.

c) Estruturas com acréscimo de <s> em um dos elementos do SN sem ideia de plural:

(22) [...] ficei muito contete de| **a cioras** te alebrado de| mi [...]. (AOL-72)

(23) [...] eu solu u memo **Aqueri minno Amigos** [...]. (AFS-4)

(24) [...] eu sou **a queri menmo amigos** seu| [...]. (AFS-4)

(25) [...] nada mas du **seu viri despesado amigos** [...]. (AFS-5)

(26) **perzado querido amigos**| Conpadi pitanga [...]. (AFS-6)

(27) [...] commo vai u senhor di saudi| com **Amihaş conmadi** Almerinda| [...]. (AFS-12)

(28) eu Arecibi| A coua Almavi| cartinnha i firquei| muito saltifeito du| têr mim Avizado| *que* u têmpo esta| muito rouis| conpadi foi A maor| Aligial que eu tivi. na.| miha vida condo eu| recibi **a suas cartinha** | 13 di julho [...]. (AFS-18)

(29) **Fazendas vasoura** [?]| saudacão felicidade.| (LA-120)

(30) [...] para um bom| emtendedor abasta **meia palavras**| (JMS-66)

9 Por “uma bença no três menino”.

O acréscimo do <s> ocorreu principalmente no núcleo dos sintagmas, mas também em elementos à esquerda, como em (28), “**a suas cartinha**”, e até mesmo em um numeral, elemento que já contém a ideia de plural, em “[...] João eu fasso tenção de aparicer| por tá lá **nos quinze dias** [...]” (MCO-34). Os textos com dados desse tipo são, principalmente, de redatores com maior dificuldade de escrita, como AFS, AOL e LA.

No quadro a seguir, cruzam-se os tipos de ocorrências mais raras em relação à marcação do plural, descritas até aqui, com o nível de inabilidade em escrita dos redatores, a partir do contínuo estabelecido em Santiago (2019)¹⁰:

Quadro 1 – Distribuição dos tipos de ocorrências mais raras de marcação do plural, por redator

Posição do constituinte em relação ao núcleo	Redatores (caracterização no contínuo de inabilidade em escrita (SANTIAGO (2019)))		
	Inabilidade máxima	Inabilidade parcial	Inabilidade mínima
a) todos os elementos (um ou mais de um) à esquerda sem marcação de plural	AFS, AOL, MC	FP, AHC, JCO, RAC	MNO
b) pelo menos um ou mais elementos à esquerda sem marcação de plural	AFS, MC	TB, APS, NIN	APC
c) estruturas com acréscimo de <s> em um dos elementos do SN sem ideia de plural	AFS, AOL, LA	JMS, MCO	-

Fonte: elaboração própria.

10 Nesse trabalho, concluiu-se que não há um único padrão de inabilidade em escrita, pois foi possível estabelecer uma gradiência de tipos, caracterizada em um contínuo, com os níveis *máximo*, *parcial* e *mínimo* de inabilidade, a partir do grau de desconhecimento das convenções gráficas e das características caligráficas manifestadas nos textos. (SANTIAGO, 2019).

Assim como os exemplos listados em *c*, as estruturas em *a* e *b* são extraídas, como se pode perceber no quadro 1, de cartas cujos redatores situam-se, a maior parte, no ponto do contínuo de inabilidade referente à *inabilidade máxima*, a exemplo de AFS, AOL e MC, ou à *inabilidade parcial*, como FP, AHC, JCO e RAC.

COMPARAÇÃO COM INÁBEIS DE OUTRA SINCRONIA HISTÓRICA: A MARCAÇÃO DE PLURAL NO SN EM ATAS DO SÉCULO XIX

Em *Concordância nominal (cenas da variação em palcos do século XIX)*, Oliveira, Soledade e Santos (2009) verificaram a variação das regras de concordância de número dentro do SN, a partir de atas escritas por seis africanos, que fazem parte do *corpus* constituído por documentos da Sociedade Protetora dos Desvalidos, na Bahia. Em uma abordagem descritivo-interpretativista, foram consideradas variáveis linguísticas e sociais através da análise atomística¹¹.

Dos 559 constituintes passíveis de receberem concordância, identificados pelos pesquisadores, 422 (75%) obtiveram a marcação de plural e 137 (25%) não receberam a marca. Os autores atribuem os altos índices de marcação do plural ao fato de serem textos escritos bastante formais, como são as atas, uma tradição discursiva de contornos bem definidos.

Diante disso, alguns dados sem marcação de plural merecem atenção, porque podem ser indicativos da dificuldade de alguns redatores com a escrita. É o caso de exemplos sem marcação de plural em elementos pré-nucleares, adjacentes ao núcleo ou não, em estruturas sintagmáticas de constituição variada, como se visualiza nas listas a seguir, organizadas a partir dos dados apresentados por Oliveira, Soledade e Santos (2009).

11 Nesse tipo de análise, cada elemento passível de receber a marca de concordância é analisado separadamente, ao contrário da análise sintagmática ou não-mórfica, em que o SN inteiro é considerado como unidade de análise.

– Exemplos das atas dos africanos:

a) Estruturas com todos (um ou mais de um) os elementos à esquerda do núcleo do SN sem marcação de plural:¹²

- a Leis (MVS, 02, 19.02.1834)¹³
- a Leis (MVS, 04, 05.04.1835)
- Actual** aDeministradores (JFO, 01, 18.10.1835)
- o** Senhores (MSR, 13, 06.06.1835)
- qualquer** Mezários (LTG, 08, 02.02.1833)
- meza** Mensaes (LTG, 08, 02.02.1833)
- seu** mensaes (MSR, 15, 11.10.1835)
- do** termos (JFO, 04, 05.06.1836)
- do** Mencaes (MC, 02, 02.05.1841)
- o novo** Estatutos (MSR, 08, 08.02.1834)
- o dito** Estatutos (MSR, 08, 08.02.1834)
- prunanamine**Vondades (MVS, 03, 29.03.1835)
- da** despozicoens Geral (JFO, 02, 01.11.1835)
- O** pogetos oferecidos (MC, 01, 21.10.1834)
- O** numeros de cinco (MSR, 15, 11.10.1835)

b) Estruturas com pelo menos um dos elementos à esquerda do núcleo do SN sem marcação de plural:

- o** seos trabalho (GMB, 02, 29.12.1834)
- a** suas Somas (MSR, 15, 11.10.1835)
- o** socios Adiminstradores (MSR, 06, 07.01.1835)
- do** Nossos estatutos (JFO, 02, 01.11.1835)
- do** nossos deveres (JFO, 08, 02.10.1836)
- do** Nossós Estatuto (JFO, 12, 02.10.1842)
- do** Novos Adremenetador (MVS, 08, 16.10.1835)
- as **nossa** irmãs (MSR, 12, 02.08.1835)
- dos **pertencente** Bilhetes (MSR, 15, 11.10.1835)
- do** Senhores Devedores (MSR, 15, 11.10.1835)

12 Optou-se, nesta subsecção e na secção três, pela não numeração dos exemplos, para facilitar a leitura.

13 A identificação dos exemplos das atas segue o formato usado por Oliveira, Soledade e Santos (2009), com a indicação da sigla do redator, número do documento e data de escrita.

Há, também, estruturas com elementos pré-nucleares sem marcação de plural, mas que integram sintagmas com numeral, categoria que contém marca semântica de concordância, como em: “Nossa Senhora do Ruzario **do** 15 Misterio” (MVS, 03, 29.03.1835), “**pela** 8 ora da Me-nha” (MC, 01, 21.10.1834), “**ao** dois dia do Mez de Fevereiro” (MVS, 01, 02.02.1834), “**ao** de Nove dia do Mez de Feverero” (MVS, 02, 19.02.1834), “**ao** Cinco dia do Mez de Abril” (MVS, 04, 05.04.1835), “os **primeiro** fundadores” (MSR, 02, 23.02.1834).

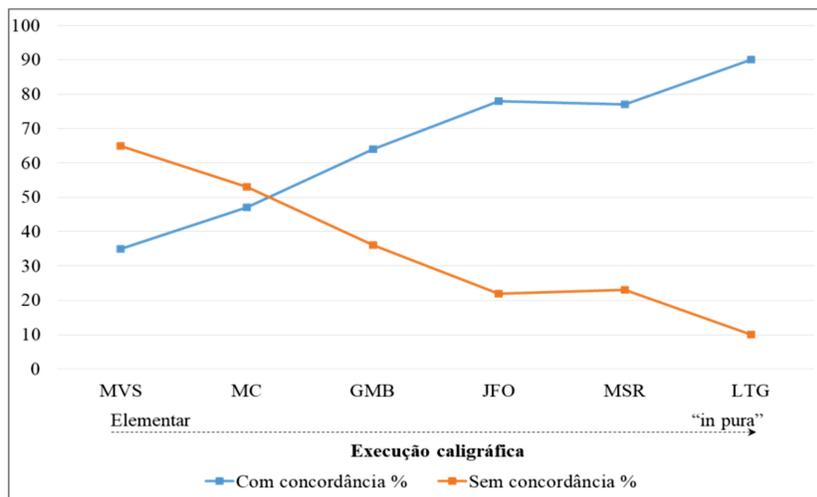
Ainda que, no geral dos dados, ao analisar a *posição do constituinte em relação ao núcleo* – uma das variáveis consideradas pelos pesquisadores –, tenha sido constatada a tendência de que os constituintes pré-nucleares parecem exibir mais a marca de plural que os constituintes pós-nucleares, os exemplos listados em *a* e *b*, que não seguem essa tendência, podem indicar, no caso de redatores com pouca habilidade com a escrita, uma maior dificuldade. Os exemplos saídos das mãos de Manuel da Conceição (MC) e de Manuel Vítor Serra (MVS), por exemplo, coincidem com a menor competência caligráfica exibida em seus textos.

A partir da classificação proposta pelo paleógrafo italiano Petrucci (1978), quanto às características físicas da execução caligráfica¹⁴, Oliveira, Soledade e Santos (2009) caracterizam esses dois redatores (MC e MVS) como representantes da competência gráfica *elementar ou de base*, por manifestarem, em seus produtos gráficos, traçado descuidado, incapacidade de alinear as letras num regramento ideal, aspecto desengradado das letras, uso de módulos grandes, falta de ligação entre os caracteres das palavras, rigidez e falta de leveza ao conjunto do texto. Ao controlar a variável não linguística *redator do documento*, os pesquisadores identificaram a correspondência que pode ser feita entre a execução caligráfica e a variação na concordância nominal.

14 Petrucci (1978) classifica a capacidade de execução gráfica dos redatores em três níveis: a escrita produzida sob níveis mais inábeis é classificada como *elementar de base*, contrastando, gradativamente, à competência caligráfica de nível *usual* e à de nível *puro*, em um ponto extremo.

No gráfico a seguir, nota-se a relação entre esses redatores estacionados em competência gráfica elementar e os índices mais altos de ausência de marca de concordância:

Figura 1 – Distribuição dos dados de concordância nominal por redator, em relação à competência caligráfica



Fonte: adaptado de Oliveira, Soledade e Santos (2009, p. 310).

Os índices mais altos de formas pluralizadas são dos textos de Luís Teixeira Gomes (LTG), cuja execução caligráfica é classificada como *in pura*, com características relacionadas a uma escrita tecnicamente bem executada, com presença do módulo pequeno, produzido com segurança e perícia. Seguido aos textos desse redator, estão os de Manuel do Sacramento e Conceição Rosa (MSR), José Fernandes do Ó (JFÓ) e Gregório Manuel Bahia (GMB). O gráfico se inverte quando chega ao ponto representado por Manuel da Conceição (MC) e Manuel Vítor Serra (MVS), com maior ausência de marca de concordância. Essa relação entre execução caligráfica e índices de concordância nominal é semelhante a que é identificada para os redatores sertanejos, como será demonstrado em gráfico apresentado na próxima subseção.

Avelar e Carneiro (2019), em *A Concordância nominal*, analisaram os dados das atas escritas por 23 brasileiros (de nacionalidade comprovada ou não), descendentes de africanos, que também fazem parte do *corpus* da Sociedade Protetora dos Desvalidos, do século XIX, e apresentam um panorama descritivo sobre o fenômeno. Dos 1.755 dados de constituintes nominais com expressão de plural, foi verificada uma taxa de concordância de 72%, contra 28% de não-concordância. Taxas muito semelhantes às encontradas por Oliveira, Soledade e Santos (2009), nas atas dos africanos (75% de concordância, contra 25% de não concordância).

Dos dados levantados nessas atas, destacam-se, aqui, as estruturas sem marcação de plural em elementos pré-nucleares, mais raras na oralidade e que podem refletir a dificuldade dos redatores com a escrita.

- Exemplos das atas dos afrodescendentes (brasileiros ou prováveis brasileiros):

a) Estruturas com todos (um ou mais de um) os elementos à esquerda do núcleo do SN sem marcação de plural:

- do** yurios(AJB, 1864)
- o** yurios (AJB, 1864)
- esta** medias (AJB, 21.02.1864)
- este** artigos (AJB, 06.03.1864)
- meu** Senhores (AJB, 06.03.1864)
- Seu** documentos (AJB, 06.03.1864)
- do** SoCios (AJB, 17.04.1864)
- algum** Socios (AJB, 17.04.1864)
- do** regi-mentos (AJB, 01.05.1864)
- na** Sei-coes (AJB, 22.05.1864)
- da** fintas (AJB, 16.10.1864)
- do** Socios (AJB, 06.10.1867); (AJB, 21.02.1864); (AJB, 21.01.1867); (MAC, 06.10.1867); (SRS, 29.11.1868)
- do** socios (AJB, 21.01.1867)
- a** explicaçoes (FB, 09.11.1887)

da representações(FPF, 17.05.1846)
o seu tratos (FPF, 05.07.1846)
o trabalhos (FPF, 13.09.1846)
esse aran-ranjos (FPF, 13.09.1846)
no Artigos (FJS, 13.03.1873)
do limites (FJS, 18.05.1873)
pello apartes(FJS, 15.06.1873)
ao Socios (FJS, 13.03.1873)
a actas (FJS, 03.08.1873)
deste conselhos (FJS, 03.08.1873)
da leituras (FJS, 03.08.1873)
o numeros (FSF, 16.11.1894)
omezes (MJR, 18.10.1840)
da dispezas extarordinarias (MJR, 02.05.1841)
usocios (SFR, 20.10.1873)
este papeis (SFR, 20.10.1873)
inuito pedidos (SFR, 20.10.1973)
da Dispezas (SRS, 29.11.1868)
da Cartas (SRS, 03.01.1869)
do Soçios (SRS, 03.01.1869)
do Sosios (SRS, 14.02.1869)

b) Estruturas com pelo menos um dos elementos à esquerda do núcleo do SN sem marcação de plural:

o *Senhores* Socios (AJB, 06.03.1860)
da *nossasescreturas* (AJB, 06.03.1864)
O*Senhores*Socios (AJB, 10.07.1864); (AJB, 10.07.1864)
do *siguintis senhores* (MLF, 04.05.1968)
eo *Irmãos* Secretarios(MJR, 25.02.1841)
 Todos **o** Sosios (SRS, 29.11.1868)
ho *SegintesSenhores* (SRS, 03.01.1869)

Além desses, há os casos de elementos pré-nucleares sem marcação de plural adjuntos ao numeral, categoria que expressa marca semântica de plural, como em: “**Ao** oitodias” (MCS, 08.11.1846) e “**do** dois me-

nores filhos” (AJB, 06.03.1860). De outro modo, há os acréscimos de <s> em palavras que, de acordo com o contexto, não denotam plural, como nos seguintes SNs: “que Se Referia a ho Dizer **do mesmo Sosio-sJerado**.” (SRS, 03.01.1869); “i mandor ler o **Artigo 27₁do estatutos**” (FJS, 13.03.1873)¹⁵.

No quadro a seguir, os exemplos identificados nos *corpora* são comparados:

Quadro 2 – Exemplos de não marcação do plural no SN, na escrita, mais raros na oralidade

Posição do constituinte em relação ao núcleo	Em atas de africanos, séc. XIX	Em atas de afro-descendentes, séc. XIX	Em cartas de sertanejos, séc. XX
Todos os elementos à esquerda sem marcação de plural	<i>oSenhores</i>	<i>do yurios</i>	<i>aminhadores</i>
Pelo menos um dos elementos à esquerda sem marcação de plural - adjacente	<i>as nossa irmãs</i>	<i>Todos o Sosios</i>	<i>as minha saudações</i>
Pelo menos um dos elementos à esquerda sem marcação de plural - não adjacente	<i>oseos trabalho</i>	<i>do siguintis senhores</i>	<i>destaatrevidas. linhas.</i>
Elementos pré-nucleares sem marcação de plural, em sintagmas com numeral	<i>do15 Misterio</i>	<i>Ao oitodias</i>	<i>nu teis menino</i>
Estruturas com acréscimo de <s> em um dos elementos do SN sem ideia de plural	-	<i>do mesmo Sosio<u>s</u>Jerado</i>	<i>a cioras<u>s</u></i>

Fonte: elaboração própria.

15 Analisando a ocorrência de aspectos morfossintáticos em documentos oficiais dos séculos XIX e XX, do Rio Grande do Sul, Costa e Simioni (2020) encontraram, ainda que em pouca quantidade, estruturas que evidenciam hipercorreção envolvendo acréscimo de <s>, além de estruturas com marca de plural apenas no elemento pré-nuclear do SN.

É possível notar certa semelhança entre as estruturas de não marcação do plural no SN, nas atas de africanos e de afrodescendentes, e as que foram identificadas nas cartas dos sertanejos. São, principalmente, estruturas sem marcação de plural em elementos pré-nucleares, exemplos menos comuns na oralidade e que podem indicar menor habilidade na dimensão da *escriptualidade*.

DADOS MAIS TRANSPARENTES À ORALIDADE: USOS VARIÁVEIS DE MARCAÇÃO DE PLURAL NO SN, NAS CARTAS

Pretende-se discutir, aqui, sobre a presença, nas cartas, de dados de não concordância que sejam possíveis reflexos da fala, contrastando com os dados apresentados nos itens anteriores, que seriam marcas de inabilidade no nível da *escriptualidade*.

Segundo Barbosa (2017, p. 21), por vezes o usuário de *corpora* supõe a relação entre a “[...] escrita de redatores inábeis (que abriga, por vezes, variantes escritas mais transparentes de processos fonéticos) e uma maior abertura à oralidade mais vernácula em outros planos da língua, como o sintático e o morfológico”. Então, busca-se verificar se esses dados da escrita refletem dados orais, já que se supõe encontrar, nesse tipo de texto, uma sintaxe mais próxima da fala, por causa da presença de outras marcas de oralidade na escrita.

Santos (2017), em *A variação da concordância nominal de número em cartas de inábeis do sertão baiano (1906-2000)*, faz uma análise minuciosa da concordância gramatical de número plural entre os elementos flexionáveis do SN em 91 das cartas dos sertanejos (o *corpus* total é constituído por 131 cartas).

A pesquisadora identificou 318 sintagmas nominais passíveis de receber a concordância de número plural nos textos. Através de análise na perspectiva sintagmática, foi considerada a presença de marca de plural formal em todos os elementos flexionáveis do SN *versus* ausência de

marca em pelo menos um dos elementos flexionáveis do SN, apresentando o seguinte resultado: dos constituintes, apenas 99 (31%) receberam a marcação de plural, enquanto 219 (69%) não receberam essa marca. Foi realizada, também, uma análise na perspectiva atomística, em que se considerou como dado cada um dos constituintes flexionáveis dos SNs plurais. Dos 710 constituintes passíveis de receber a concordância de número dentro do SN, 420 (59%) obtiveram a marcação de plural, ao passo que 290 (41%) não receberam a marca, índices de ausência de marcação mais altos que os encontrados por Oliveira, Soledade e Santos (2009), também na perspectiva atomística, nas atas do século XIX (25%).

Tabela 1 – Taxas de variação da concordância entre os itens do SN, em dados de escrita

	Cartas dos sertanejos, séc. XX		Atas dos africanos, séc. XIX	
	Frequência	%	Frequência	%
Com concordância	420/710	59	422/559	75
Sem concordância	290/710	41	137/559	25

Fonte: Adaptado de Santos (2017) e Oliveira, Soledade e Santos (2009).

Esses índices mais altos de ausência de marcação do plural podem ser reflexo do maior grau de informalidade das cartas, em relação às atas, que, como Oliveira, Soledade e Santos (2009) afirmam, são textos de uma tradição discursiva com contornos bem definidos.

Para a tabela a seguir, distribuíram-se, aqui, os constituintes por redator, a partir dos 318 dados gerais de Santos (2017), relativos à análise sintagmática (31% com concordância e 69% sem marca de concordância), a fim de verificar quais *mãos* refletem esse aspecto morfofossintático variável, que é comum à oralidade, de modo mais expressivo na escrita. Em textos de 39, dos 43 redatores (considerando-se, apenas, os redatores

das 91 cartas analisadas por Santos (2017)), foram localizados sintagmas passíveis de receber a marcação de número plural.

Tabela 2 – Distribuição dos dados de concordância nominal por redator

Redatores	SNs com concordância		SNs sem concordância		Total
	Ocorrências	%	Ocorrências	%	
AFS	4	4,8	80	95,2	84
GOR	9	90	1	10	10
JOM	1	50	1	50	2
JCO	2	28,6	5	71,4	7
LFO	1	33,3	2	66,7	3
MCO	1	12,5	7	87,5	8
MC	9	41	13	59	22
NIN	5	71,4	2	28,6	7
RCO	-	-	1	100	1
SFS	4	57,1	3	42,9	7
APS	3	33,3	6	66,7	9
FPS	3	50	3	50	6
ICO	-	-	1	100	1
ZBO	1	25	3	75	4
ZSS	-	-	8	100	8
AHC	10	41,7	14	58,3	24
JS	-	-	1	100	1
ASC	1	100	-	-	1
JMA	-	-	2	100	2
JMS	20	57,1	15	42,9	35
DCS	2	66,7	1	33,3	3
ZLS	2	20	8	80	10
AOL	-	-	2	100	2
ROM	1	50	1	50	2
ZJS	-	-	2	100	2
LM	-	-	1	100	1
MMO	2	100	-	-	2
ML	2	66,7	1	33,3	3
FP	2	11,8	15	88,2	17

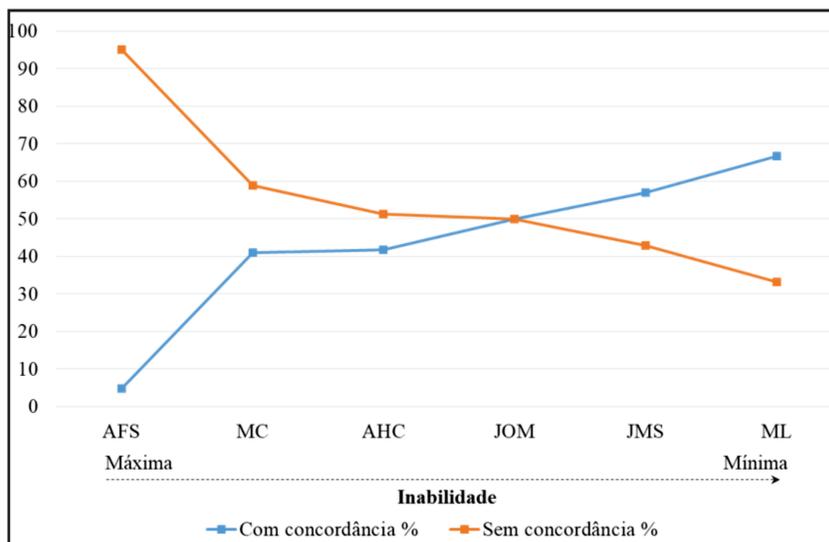
AML	-	-	3	100	3
JPC	-	-	1	100	1
APC	1	50	1	50	2
MDC	6	66,7	3	33,3	9
RAC	3	30	7	70	10
VAN	1	33,3	2	66,7	3
IZA	2	100	-	-	2
JSS	-	-	1	100	1
IPO	1	100	-	-	1
BMO	-	-	2	100	2
Total	99	31	219	69	318

Fonte: elaboração própria.

Dos 39 redatores, 24 manifestaram em seus textos um maior percentual de SNs sem marcação de plural. Relacionando os dados ao contínuo de inabilidade construído em Santiago (2019), observa-se uma correspondência entre maior inabilidade do redator com a escrita e maiores índices de ausência de concordância nominal. Todos os redatores que se situam no ponto do contínuo referente à *inabilidade máxima* apresentam um maior percentual de constituintes sem marca de plural formal, como AFS (95,2%), MC (59%), VAN (66,7%), JS, JMA e AOL (100 %).

Para melhor visualização, no gráfico seguinte, comparam-se seis redatores, dois de cada ponto do contínuo:

Figura 2 – Exemplo de distribuição dos dados de marcação de plural no SN por redator, nas cartas dos sertanejos



Fonte: elaboração própria.

Desses seis redatores, os que apresentam um índice maior de constituintes sem concordância são AFS e MC, cujos textos exibem, também, um conjunto de características próprias ao que se considera, aqui, como *inabilidade máxima*. Em seguida, os que correspondem a uma *inabilidade parcial* (AHC, JMS) e *mínima* (JOM). No sentido inverso do gráfico, ML, cuja inabilidade é, também, considerada *mínima*. Os dados referentes às cartas de redatores com menor inabilidade (JOM e ML) são poucos, considerando-se que, tal como em relação às demais cartas de redatores assim caracterizados, os textos são curtos, na grande maioria dos casos, contendo menos de cem palavras.

As sentenças de (31) a (36) exemplificam casos de ausência de concordância no SN, identificados na escrita desses seis redatores citados, dois ilustrando cada ponto do contínuo de inabilidade.

- (31) [...] lenbarnca **As| meninaØ** da| qui [...]. (AFS-10)
- (32) [...] **as galinhaØ** que eu tem aí e| a que <↑?> foi de brenadete que esta com us| Pintos [...] (MC-37)
- (33) Quero Ser **teus olhoØ**, te seguir de| perto e Ser todo certo o teu camin-
-|har. [...]. (AHC-57)
- (34) [...] Encontrei a Safra de ferreiro| uma de 360 cruzeiros e outra por|
200,00 cruzeiroØ [...]. (JOM-30)
- (35) [...] lhi pesco **as minhas desculpaØ** que| são as minhas poucas praticas
[...]. (JMS-66)
- (36) [...] Quando a senhora| escrever para ele mande **lembran| ças**
minhaØ<↑de José> e dos meninos.| [...]. (ML-77)

Diferente dos dados que caracterizam a inabilidade na dimensão da *escriptualidade*, apresentados em 2.1, os exemplos de (31) a (36) podem estar mais próximos das estruturas de oralidade. Os resultados de estudos que trabalham com *corpora* orais indicam a propensão de haver muito mais marcação de plural nos elementos flexionáveis que se encontram à esquerda do núcleo, adjacentes a ele ou não (cf. LOPES, 2001; BAXTER, 2009). Nesses exemplos, a marcação de plural também é predominante nos elementos à esquerda e a não marcação ocorre no núcleo ou nos elementos à direita.

EXEMPLOS DE NÃO MARCAÇÃO DO PLURAL NO SN, NA ORALIDADE DOS SERTANEJOS

Para verificar se há alguma aproximação entre a não marcação do plural no SN em dados da fala dos redatores e o que foi observado na escrita, realizou-se um levantamento de alguns exemplos, extraídos das entrevistas-narrativas. A questão motivadora é então, saber se há alguma

aproximação entre marcas de inabilidade da escrita, do século XX, e aspectos da oralidade, mesmo que em dados de fala produzidos décadas depois da escrita das cartas, extraídos das entrevistas-narrativas gravadas com alguns dos sertanejos que estão vivos¹⁶.

Por conta da distância temporal (tempo da escrita das cartas e tempo das gravações), não foi realizado um estudo quantitativo dos dados, com controle de variáveis, mas apenas uma descrição de alguns exemplos, extraídos da fala de três dos entrevistados (AFS, ACO e RAC), para verificação do tipo de estrutura em que ocorre a ausência da marca de plural.

a) Exemplos de dados de não concordância, na oralidade dos sertanejos:

meus filhoØ hoje que mora tudo pra lá (AFS)

hoje **meus filhoØ** mora tudo lá (AFS)

É... **essas cartaØ** eu fiz de lá sem saber a ler (AFS)

eu via **as cartaØdos outroØ** (AFS)

eu pegava **as cartaØ** (AFS)

olhava **pras cartaØ** assim (AFS)

eu olhava pra caneta **dos outroØ** escrevia a (AFS)

as criançaØ ia montado de animal, nós não (AFS)

essas cartaØ aí que eu fiz foi de cinquenta e oito (AFS)

tinha sodade **dos amigoØ** muita sodade (AFS)

aí os... **os caraØ** que tinha carta escrita (AFS)

aqueles garranchoØ, aquelas cartinhaØ(AFS)

em São Paulo mesmo... **uns pessoalØ** escrevia pra Bahia (AFS)

uns amigoØ escrevia pra Bahia,

pegava **umas letraØ** escrevia (AFS)

as vezeØ o pessoal pegava aquele livro (AFS)

papel que tinha **aquelas letraØ** (AFS)

ali eles via [inint] **meus amigoØ** lá de São Paulo (AFS)

a noite e o dia eles ficava e **aqueles caraØ** que (AFS)

pegava **aquelas gazetaØ, aqueles papelØ** ia leno (AFS)

16 Foram realizadas 12 entrevistas-narrativas (com 10 remetentes e 2 destinatários das cartas), entre os anos de 2014 e 2018, com o objetivo principal de se obter indícios sobre como ocorreu o processo de participação desses sertanejos na cultura escrita, apesar de muitos não terem frequentado o espaço escolar formal. Os trechos das narrativas transcritos são apresentados em Santiago (2019).

e leno **aquelas passageØ** (AFS)
 cê vê que **os pessoalØ** mais desenvolvido (AFS)
meus irmãoØ era tudo menor (AFS)
 eu não sei se ele... **essas cartaØ** que ele fez (AFS)
 aí também foi **poucos diaØ** de escola (AFS)
 a leitura de **minhas irmãoØ** foi essa (AFS)
 eles contava **aquelas historiaØ** (AFS)
 ninguém credita **nas historiaØ** (AFS)
 votava pra traz, **os paiØ** sentado ali, elas não vinha (AFS)
 porque **as outraØ** tá verdinha, chamava de novo era verde (AFS)
as outraØ tá verdinha (AFS)
 depois **os paiØ** da moça pegava a moça (AFS)
 Contava **aqueles casoØ todoØ** (AFS)
 isso tudo eu me lembro, é **os casoØ** de... é (AFS)
 e a gente lembra dos... **dos passadoØ**tudo, **dos amigoØ** (AFS)
 e a Biblia **naqueles tempoØ** era escondida (AFS)
os padeØ tinha ela num mostrava pa ninguém (AFS)
 falava **as coisaØ** que você nem sabia (AFS)
 quando eu peguei leno lá com **os meninoØ** lá (AFS)
 pedia **as pessoaØ** “me ensina aqui” é? (AFS)
 Aí a pessoa me ensinava, né? **As pessoaØ** que num (AFS)
 perguntava **aquelas pessoaØ** que entendia mai do que eu (AFS)
 ensinou **poucos diaØ** na casa do meu avô (AFS)
 teve essa escola [inint.] **as meninaØ** aprendero (AFS)
dos titoØveioØ de tigareta aquele (AFS)
 Não teve **aqueles tito** de papé que tem (AFS)
 deste tamanho, **aqueles cartão?** (AFS)
 Pra **esses titoØ novoØ**... pras **esses tito** (AFS)
 renovar **aqueles tito** (AFS)
 fazeno **esses cadastro**, eu cadastrei muitos (AFS)
 olhava pra o... pra o... **as letraØdos outroØ** e fazia olhano (AFS)
 Pitanga tem **essas cartaØ**... provavelmente que tem, né? (AFS)
 que eles guardaro essa carta... **essas cartaØ** lá (AFS)
 olhano **pelas outraØ**, letra **das outraØ** assim e fa... fazeno né? (AFS)
os amigoØ aí... aí eu escre... fazia **aquelas cartaØ** toda doidade (AFS)
as letraØ toda... fazia olhano por uma, né? (AFS)
 com **aquelas letraØ** que o pessoal (AFS)

dano merguio, era **os diaØ** de domingo era **os diaØ** de foga da gente (ACO)
 aqui só quem nasceu aqui só foi a galerinha... **meus filhoØ**... foi (ACO)
 ela... comprava **os livroØ** pra gente ler (ACO)
 aqui eu era dento **desses pastoØ** aí limpano mandioca (ACO)
 se eu lembro **quantas cartaØ**? (ACO)
 Santa Luz... Queimada, é **os lugarØ** que eu já tive trabalhano (ACO)
 assim como... **pocos diaØ** mehmo fui fazer uma carteira (ACO)
 mas **as vezØ** intrapalha por causa que a visão tá mei poca (ACO)
 aí quem fez **os otos irmãoØ** teve uns que foi estudar em... em Coité (RAC)

Não há muita variação quanto às estruturas dos SNs identificados, a maioria é constituída por um determinante e um nome, e a ausência de marca de plural incidiu, predominantemente, no núcleo dos SNs. A não marcação no núcleo e no elemento à direita é identificada apenas em três exemplos: “aqueles **casoØ todoØ**”, “dos **titoØveioØ**” e “esses **titoØ novoØ**”. Há muitas ocorrências de sintagmas com numeral, classe que contém marca semântica de concordância, em que o elemento não marcado de plural é, também, o núcleo.

b) Exemplos de SNs com numeral, com núcleo sem marca de plural, na oralidade:

eu tenho **oito filhoØ** em São Paulo (AFS)
 tinha vez de escrever **dez cartaØ** pra Bahia (AFS)
 de uns... **cinquenta anoØ** pra cá (AFS)
 o desenvolvimento é de **cinquenta anoØ** pra cá (AFS)
 quem trabalhava com meu pai, com **doze anoØ**, **teze anoØ**, catoze (AFS)
 e já tinha casado a **quinze diaØ** ou a vinte ou **trinta diaØ** (AFS)
 e aí... de dois a **três anoØ** (AFS)
 com a gente com doze, treze, **dez anoØ**, **oito anoØ**, **nove anoØ** (AFS)
 que se passou comigo com oito, **nove anoØ**, me lembro de tudo (AFS)
 agora o que se passa daqui a **quinze diaØ** atrás (AFS)
 eu cadastrei... **mil e oitocentos titoØ** aqui de Riachão (AFS)
cê vê com uns quatro, cinco, **seis anoØ** de escola (AFS)
 e quando a gente já tava com **seis anoØ** pai já botou na roça (ACO)

Desde **osnove anoØ** (RAC)

na época por **meus dezessete anoØ**(RAC)

parece que era seis... **seis irmãoØ**... **seis irmãoØ** estudava na casa (RAC)

Com uma comparação entre esses exemplos de oralidade e os dados da escrita dos sertanejos, nota-se que alguns contextos de não marcação do plural percebidos na escrita não foram localizados na fala. No quadro a seguir, sistematiza-se a comparação entre as estruturas de não marcação identificadas:

Quadro 3 – Estruturas de não marcação do plural no SN, na escrita e na fala dos sertanejos

Posição do constituinte não marcado	Na escrita dos sertanejos	Na fala dos sertanejos
Todos os elementos à esquerda do núcleo sem marcação de plural	+	-
Pelo menos um dos elementos à esquerda do núcleo, sem marcação de plural - adjacente	+	-
Pelo menos um ou mais elementos à esquerda do núcleo, sem marcação de plural - não adjacente	+	-
Elementos pré-nucleares sem marcação de plural, em sintagmas com numeral	+	-
Núcleo sem marcação de plural, em sintagmas com numeral	+	+
Estruturas com acréscimo de <s> em um dos elementos do SN sem ideia de plural	+	-
Apenas o núcleo sem marcação de plural	+	+
Elementos à direita do núcleo, sem marcação do plural	+	+

Fonte: elaboração própria.

A ausência de marca de plural nos elementos à esquerda do núcleo, adjacente a ele ou não, ainda que em poucos casos, registrada nas cartas, não foi identificada na oralidade. Assim como a ausência de marcas em elementos pré-nucleares em sintagmas com numeral e os casos de hipercorreção, com acréscimo de <s>.

OUTRO ASPECTO DA REPRESENTAÇÃO MORFOSSINTÁTICA, NAS CARTAS DO SÉCULO XX: A MARCAÇÃO DE GÊNERO NO SN

Apresentam-se, adicionalmente, alguns exemplos com variação na marcação de gênero, fenômeno que não é um traço típico do português brasileiro, mas, ainda que em pouca quantidade, na escrita dos sertanejos foram identificados alguns casos com variação. Segundo Lucchesi (2009), a variação na concordância de gênero só é registrada, em nível mais significativo, em dados de comunidades que vivenciaram um contato linguístico mais intenso.

Nos exemplos das cartas, a marcação irregular de gênero, provável reflexo da dificuldade dos redatores com a escrita, ocorre em alguns contextos menos comuns de variação, como os sintagmas que se referem a seres animados, nos exemplos de (37) a (42), em que o gênero tem uma relação com a distinção entre os gêneros/sexos dos seres. Nesses casos, o gênero deve expressar, mais que um índice gramatical, uma correlação semântica com o item lexical, no plano referencial.

a) Estruturas com marcação irregular de gênero:

(37)[...] pidindo-lhi a Vossa *Excelentíssima* Senhorita| **sua irmão Ana** em casamento [...] (RCO-39)

(38) Conpade pitanga eu jar li| mandei 2 carta i **do Senhora**| eu So Resibil [...]uma|(LFO-32)

(39) Conpade **o Senhora** pase uma| bensão ni antonia [...] (LFO-32)

- (40) Quando **a cinhorØ** min escreveu (AFS-45)
- (41) **Perzada querido estimado| Commadi Almerinda Maria di| Oliveira**
commadi u destas| duas linha ir solmenti par dar| (AFS-45)
- (42) **ExcelentíssimoSenhora|**Amerinda Carneiro de Oliveira| (FPS-47)
- (43) Teus beijos ficaram nos meus lábios com **o mesma suavidade...** (RAC-90)
- (44) eu vou passando como que Jeus e sintindo| **e numeros as saudades** das
nossa paslestar.. formidavel¹⁷(SFS-40)
- (45) [...] par li dar **As minho notícia**i di toudo ceu percoal| (AFS-15)
- (46) [...] non civico muito| riquouzo eu larbalho **numØ[.]| Chiminnel** di um
ma Farbirca (AFS-8)
- (47) a ricibi **sua carta** i| Fice siente de tudo que **nelo** eci[?]va | Nela e ci vio
(SFS-41)

Nesses exemplos, há estruturas com marcação irregular de gênero em elementos à esquerda do núcleo, em alguns, na posição de adjacência a ele, como em (45), “As **minho** notícia” (AFS-15). São estruturas ainda mais raras, pois assim como nos casos da marcação da concordância de número no SN, os estudos demonstram que a regra de concordância é favorecida pelas estruturas mais integradas, de modo que os elementos mais próximos ao núcleo, à esquerda dele, adjacentes, tendem a uma maior marcação da concordância de gênero (LUCCHESI, 2009).

Há dados em que não há clareza sobre a intenção do redator, como na sentença “Dejiso que esta linha va li emco|ntra gosado saude i filicidade com| **Todos sua familia**” (SFS-41), que pode conter uma marcação irregular do gênero, se o SN for interpretado como “com toda sua família”,

17 Interpretou-se “e números” por “inúmeros” porque, na carta 47, há uma sentença semelhante, com marcação adequada do gênero: “sintindo enumeras as saudades das nossa| palestar” (FPS-47).

mas pode ter havido uma omissão da preposição “da”, equivalendo a “com todos da sua família”.

A maior parte dos dados com marcação irregular de gênero está em textos de redatores que estão situados, no contínuo de inabilidade, nos pontos de *inabilidade máxima* (AFS-4 ocorr.) e *parcial* (LFO-2 ocorr., FPS, RAC e SFS).

Na fala de três dos sertanejos entrevistados (AFS, ACO e RAC), foi identificada apenas uma ocorrência de uso não padrão da concordância de gênero:

(48) aqueles tito de papé que tem **aquele foto** deste tamanho, aqueles cartão?
(AFS-fala)

O nome “foto” é feminino, mas com tema em -o, o que pode gerar maior dificuldade para estabelecer a concordância. Diferente dos dados identificados na escrita desse mesmo sertanejo, em que há, diante de nomes com correspondência entre o gênero e o tema, alguns casos de marcação irregular nos elementos pré-nucleares, como em “Perzada **querido estimado** Commadi” (AFS-45). A ausência de dados desse tipo, na oralidade, pode indicar que sua presença, nas cartas, é um traço de inabilidade no nível da *escriptualidade*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de alguns fatos de aspectos morfofossintáticos, no *corpus*, mais especificamente em relação à marcação de plural no SN, permite perceber que para os textos de inábeis do século XX, há uma aproximação a traços da oralidade. Por outro lado, há fatos que não são mero reflexo da fala, mas são indicativos de uma maior dificuldade dos redatores com a escrita, ou seja, são marcas de inabilidade no nível da *escriptualidade*, identificadas tanto nas cartas do século XX como nas atas do século XIX. Retomando nossa questão motivadora, ou seja, *se seria possível encontrar*

fatos morfofossintáticos que poderiam identificar um inábil em escrita alfabética, fatos que, potencialmente, poderiam não ser vernaculares, de fala, mas do plano da escriptualidade, detalhamos que:

a) como resposta positiva a essa questão, há alguns casos, como:

- os dados de não marcação de plural no SN nos elementos flexionáveis à esquerda do núcleo, adjacentes a ele ou não;
- os dados que sugerem uma hipercorreção, com o acréscimo do grafema <s> em final de palavras dentro de sintagmas que, pelo contexto, não expressam ideia de plural;
- os casos de marcação irregular de gênero, que parecem ser reflexo da dificuldade dos redatores com a escrita, ocorrendo em alguns contextos menos prováveis de variação, como os sintagmas que se referem a seres animados.

b) por outro lado, de forma contrária à questão inicial, há casos que se aproximam da fala, como:

- as estruturas com predominância de marcação de plural nos elementos à esquerda do núcleo, principalmente na primeira posição do SN, e a não marcação no núcleo ou nos elementos à direita. Há uma correspondência entre maior inabilidade do redator e maiores índices de ausência de concordância nominal, na escrita. Ocorrências desse tipo foram identificadas nos trechos de fala considerados na análise.

Neste trabalho, reconhece-se, então, que documentos escritos em nível máximo de inabilidade podem ser mais transparentes aos usos da oralidade. Aos aspectos relacionados à aquisição da escrita, no nível da *escriptualidade*, corresponde a presença de possíveis aspectos morfofossintáticos. No caso de textos escritos no século XX, essa correspondência é mais direta, talvez em função do gênero carta pessoal. Assim, no âmbito dos estudos linguísticos sócio-históricos, documentos desse tipo,

representativos da escrita cotidiana, podem contribuir como material empírico para uma aproximação aos contextos do passado, em relação a fenômenos linguísticos diversos.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Juanito Ornelas de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. A Concordância nominal. In: GALVES, Charlotte; LOBO, Tânia. (org.). **O português escrito por afro-brasileiros no século XIX**: as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 91-117.

BARBOSA, Afranio Gonçalves. **Para uma história do português colonial**: aspectos linguísticos em cartas do comércio. 1999. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

BARBOSA, Afranio Gonçalves. Tradições discursivas e tratamento de *corpora* históricos: desafios metodológicos para o estudo da formação do português brasileiro. In: LOBO, Tânia *et al.* (org.). **ROSAE**: Linguística Histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 589-606.

BARBOSA, Afranio Gonçalves. O controle de marcas de inabilidade na escrita alfabética e a identificação das *mãos inábeis* em *corpora* histórico-diacrônicos. **Revista da ABRALIN**, v. 16, n. 2, p. 19-43, Jan./Fev./Mar./Abril de 2017. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/51997/32039>. Acesso em: 26 set. 2020.

BAXTER, Alan Norman. A concordância de número. In: LUCCHESI, Dante.; BAXTER, Alan. N.; RIBEIRO, Ilza. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 269-293.

CAPELLARI, Elaine T.; ZILLES, Ana. M. S. A marcação de plural na linguagem infantil – Estudo Longitudinal. **Revista da ABRALIN**, v. 1, n. 1, p. 185-218, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/52708>. Acesso em: 26 set. 2020.

CASTRO, Ivo. Formação da língua portuguesa. In: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva *et al.* (org.). **Gramática do português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 7-14.

COSTA, Evellyne; SIMIONI, Taíse. Processos morfossintáticos em manuscritos oitocentistas e novecentistas no Rio Grande do Sul. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, Ano 26, n. 77, p. 181-200, mai./ago. 2020. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO26/77/12.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

FERRARI-NETO, José. **Reconhecimento do número gramatical e processamento da concordância de número no sintagma determinante na aquisição do português**

brasileiro. 2003. 112 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

LOPES, Norma da Silva. **Concordância nominal, contexto linguístico e sociedade**. 2001. 408 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2001.

LOPES, Norma da Silva. A variação da concordância nominal de número no português falado em Feira de Santana-BA. *In*: ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de, *et al.* (org.). **Variação linguística em Feira de Santana-BAHIA**, Feira de Santana: UEFS Editora, 2016. p. 99-118.

LUCCHESI, Dante. A concordância de gênero. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 295-318.

MARQUILHAS, Rita. **A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MYERS-SCOTTON, Carol; JAKE, Janice L. Four types of morpheme: evidence from aphasia, code switchim, and second-language acquisition. *In*: KLEIN, Wolfgang *et alii.* (ed.). **Linguistics: an interdisciplinary journal of the language sciences**. v. 38-6. 2000. p. 1053-1100.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre as origens do português popular do Brasil. *In*: NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (org.). **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 25-48.

OLIVEIRA, Klebson. **Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico**. 2006. 3 v. 1144 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

OLIVEIRA, Klebson; SOLEDADE, Juliana; SANTOS, Verônica de Souza. Concordância nominal (cenos da variação em palcos do século XIX). *In*: LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. (org.). **África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 255-316.

PETRUCCI, Armando. Scrittura, alfabetismo ed educazione grafica nella Roma del primo cinquecento: da um libretto di conti di Maddalena Pizzicarola in Trastevere. **Scrittura e Civiltá**, Roma, n. 3, p. 163-207, 1978.

SANTIAGO. Huda da Silva. **A escrita por “mãos inábeis”**: uma proposta de caracterização. 2019. 722f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SANTOS, Lorena Enéas Rosa. **A variação da concordância nominal de número em cartas de inábeis do sertão baiano (1906-2000)**. 2017. 239 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Reanálise da concordância nominal em português**. 1988. 2 v. 555 f. (Mimeo). Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SOBRE OS AUTORES

As organizadoras

Huda da Silva Santiago é graduada em Letras Vernáculas, pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com Mestrado em Estudos Linguísticos pela UEFS e Doutorado em Língua e Cultura, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Fez estágio de pós-doutoramento na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Assistente da UEFS, com atuação na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Integra a equipe de pesquisadores do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB).

E-mail: huda_santiago@uefs.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4291233235316624>

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda é Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2009, com estágio de doutoramento no Centro Linguístico da Universidade de Lisboa (CLUL/CAPES). Realizou estágio de Pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2019. Na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde é Professora Titular de Língua Portuguesa, coordena o Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP) e o projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS/FAPESB). Integra a equipe de pesquisadores do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB).

E-mail: marianafagundes@uefs.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6332025713585581>

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro é Doutora em Linguística (2005) e Pós-Doutora em Linguística de *Corpus* (2010) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é Professora Plena da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde coordena o projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS/FAPESB). Integra a equipe de pesquisadores do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB).

E-mail: zoncarneiro@uefs.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5992506414152580>

Os autores

Afranio Gonçalves Barbosa é Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro Bacharel e Licenciado em Português-Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987). Mestre (1993) e Doutor (1999) em Letras (Letras Vernáculas - Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - Orientação Dinah Callou - com Bolsa Sanduíche na Universidade de Lisboa, sob Supervisão do Professor Doutor Ivo Castro. Pós-Doutorado (2014) na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) - Supervisão José Carlos de Azeredo.

E-mail: afraniogb@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5164136570479532>

Elane Santos e Santos é doutoranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL-UEFS); mestre em Estudos Linguísticos e graduada em Letras Vernáculas pela mesma instituição. Integra a equipe do Projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS-UEFS).

E-mail: lanysnts@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0615674506125404>

Gutemberg Magalhães Oldack Barbosa é doutorando em Estudos Linguísticos, pela UEFS; Mestre em Estudos Linguísticos, pela UEFS; Especialista em Texto e Gramática, pela UEFS; Especialista em Língua Espanhola, pela UNINTER; Especialista em Língua de Sinais, pela FACINTER; e graduado em Letras Vernáculas, pela UEFS. Professor da Educação Básica, rede pública de ensino, e do PARFOR/UEFS.

E-mail: gutho@yahoo.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4464903023467497>

Huda da Silva Santiago é graduada em Letras Vernáculas, pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com Mestrado em Estudos Linguísticos pela UEFS e Doutorado em Língua e Cultura, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Fez estágio de pós-doutoramento na Universidade Federal do Rio do Janeiro (UFRJ). Professora Assistente da UEFS, com atuação na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Integra a equipe de pesquisadores do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB).

E-mail: huda_santiago@uefs.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4291233235316624>

Janaina de Oliveira Costa Mascarenhas é mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL-UEFS); graduada em Letras Vernáculas pela UEFS e integrante da equipe do Projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS-UEFS).

E-mail: janaina.mascarenhas@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2309588567017942>

Lorena Enéas Rosa Santos é mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL-UEFS); graduada em Letras Vernáculas pela UEFS e integrante da equipe do Projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS-UEFS).

E-mail: lore_rosinha@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7701576836776972>

Maiara da Silva Lemos é doutoranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL-UEFS); mestre em Estudos Linguísticos, também pelo PPGEL-UEFS; graduada em Licenciatura em Letras Vernáculas pela UEFS e integrante da equipe do Projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS-UEFS).

E-mail: maiaraslemos@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2775452247196779>

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda é Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2009, com estágio de doutoramento no Centro Linguístico da Universidade de Lisboa (CLUL/CAPES). Realizou estágio de Pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2019. Na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde é Professora Titular de Língua Portuguesa, coordena o Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP) e o projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS/FAPESB). Integra a equipe de pesquisadores do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB).

E-mail: marianafagundes@uefs.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6332025713585581>

Rosana Carvalho Brito é doutoranda em Estudos Linguísticos (PPGEL-UEFS); mestre em Estudos Linguísticos, Especialista em Linguística e Ensino-Aprendizagem de Língua Portuguesa e Graduada em Letras Vernáculas, pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Integra a equipe do Projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS-UEFS).

E-mail: rosanacarvalhobrito@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8772831116131328>

Silvana Silva de Farias Araujo é professora titular de Língua Portuguesa na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), doutora em Língua e Cultura e mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em Língua Portuguesa. Tem pós-doutorado em Linguística, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) (PDJ/CNPq), e em Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: silvana.uefs.2014@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0441614104812969>

Victória da Silva Santana Araújo é mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL-UEFS), e graduada em Letras Vernáculas pela mesma instituição. Integra a equipe do Projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS-UEFS).

E-mail: victoriaraujo03@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6900167016385224>



